



Relatório & Contas

2023



ntwadi
nihu
kin
adi



É em Angola, no coração de África, que pulsa uma terra impregnada do espírito inquebrantável do seu povo. Um testemunho da força ilimitada da alma humana que, mesmo em tempos desafiantes, faz da celebração da vida e da cultura angolana a sua esperança num futuro mais próspero.

A sua cultura, uma tapeçaria tecida com fios de perseverança e resiliência, exala uma beleza vibrante que desafia a adversidade. Nos ritmos harmoniosos da sua música, no calor das suas tradições, nas Zungueiras e nos Sobas, nos sabores intensos da sua gastronomia, e nas cores vibrantes das suas paisagens urbanas e naturais, encontramos um povo que constrói os degraus para o seu destino de sucesso sobre a superação das adversidades.

Inspirado por Angola e pela força dos Angolanos, o Relatório & Contas do Standard Bank Angola 2023 é a homenagem deste modo único de viver, repleto de esperança e crença que é na vida que se forja o futuro mais brilhante.

Mais do que ser um Banco em Angola, é ter Angola no Banco.



Índice

1

Introdução

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão	08
1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA	10
1.3. Quem é o SBA	11
1.4. Marcos Históricos	18

2

A visão da liderança

2.1. A mensagem do PCA e do PCE	26
---------------------------------	----

3

Como criar valor

3.1. O contexto macroeconómico	30
3.2. Os números alcançados	38
3.3. Proposta de valor	40
3.4. A estratégia do Standard Bank Angola	43



4

A operacionalização de uma estratégia

4.1. Foco no Cliente	50
Banca Corporativa e de Investimentos (CIB)	51
Direcção de Pequenas e Médias Empresas	59
Banca de Particulares e Privada	67
O que foi feito pelos Clientes SBA	75
4.2. Pessoas e Cultura	85
Capital Humano	69
O que foi feito para os Colaboradores SBA	97
4.3. Risco e Conduta	107
Sistema de Controlo Interno	108
O Modelo de Gestão de Risco	135

4.4. Excelência Operacional	151
Operações	152
Tecnologia	157
4.5. Resultados Financeiros	161
Os Indicadores do SBA	162
4.6. Cidadania Corporativa	177
4.7. Prémios Ganhos pelo SBA em 2023	185

5

Governança Corporativa

5.1. O modelo de Governação	189
------------------------------------	------------

6

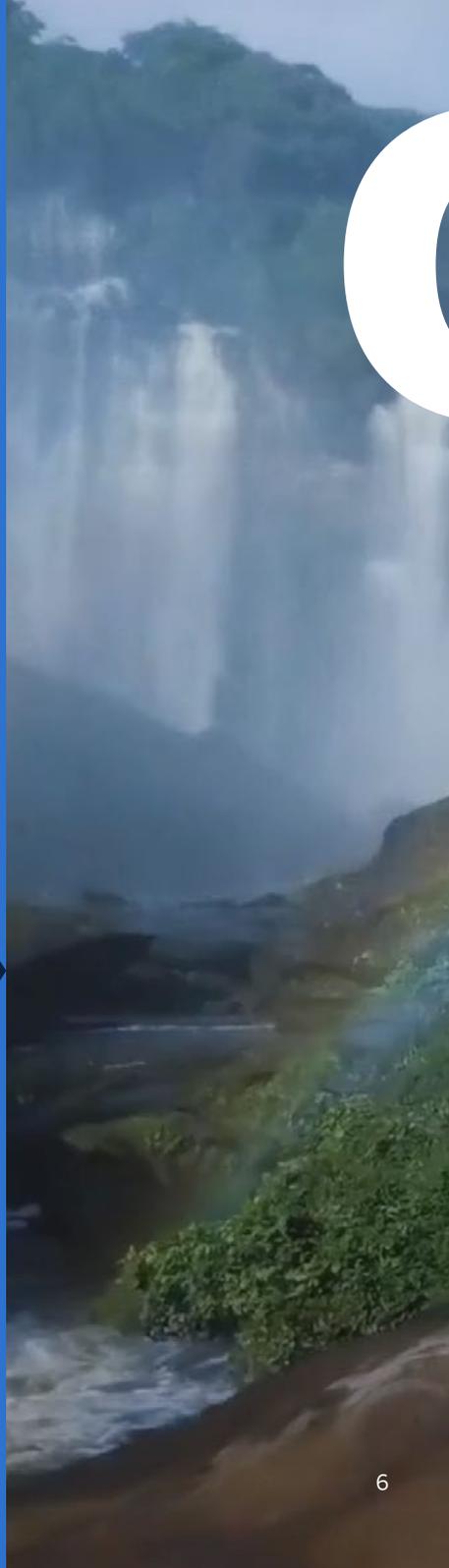
Demonstrações Financeiras

6.1. Demonstrações Financeiras	211
6.2. Notas às Demonstrações Financeiras	217
6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal	333

1

Introdução

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão	08
1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA	10
1.3. Quem é o SBA	11
1.4. Marcos Históricos	18



Ocepepi

01

02

03

04

05

06

Ocepepi significa Proximidade em Umbundu, a língua banta dos Umbundu/Ovimbundos e a mais falada em Angola. O povo Umbundu, originários predominantemente da região central de Angola, ostenta uma rica tapeçaria cultural profundamente enraizada na tradição. Conhecidos pela sua intrincada arte, narração de histórias e música vibrante, os Umbundu celebram uma herança que resistiu ao teste do tempo, abraçando a resiliência e a unidade no seu modo de vida.

1.1

Objectivo do Relatório de Gestão

O presente documento tem o propósito de apresentar a evolução financeira, respondendo às exigências regulamentares e legais (Banco Nacional de Angola, Comissão do Mercado de Capitais e Lei das Sociedades Comerciais) mas, acima de tudo, pretende dar a conhecer o Standard Bank Angola (SBA) a todos os *stakeholders* e partilhar a sua visão de futuro.

Neste pressuposto, será também apresentada a caracterização do Grupo no qual se insere e fazer uma retrospectiva dos principais factos do exercício de 2023, se destaca a desvalorização do Kwana face às moedas estrangeiras.

Considerando a visão multidimensional do relatório de Gestão, a sua construção teve em consideração informação de Estratégia, de Governança, Negócio, Financeira, Operacional e Social preparada por várias áreas do Banco, criando uma visão agregada e espelhando a importância de todos na prossecução dos objectivos do SBA.

Apresentam-se indicadores de diversas naturezas de risco, bem como de gestão de capital. Por último, não se poderia deixar de parte algo de muito orgulho e que cada vez mais tem sido uma prioridade: a actuação do SBA na Sociedade, com a realização de inúmeras iniciativas com impacto social, económico e ambiental.

Sistematizando, o Relatório de Gestão do exercício de 2023 aborda diversas temáticas, tais como:

- A caracterização do Banco e do Grupo Standard Bank (SBG);
- O contexto macroeconómico em que o SBA opera, quer a nível nacional, quer internacional;
- Uma descrição dos principais *guidelines* da estratégia para o restante exercício de 2024.

O balanço da operacionalização de uma estratégia assente nos seguintes pilares-chave:



Abordagem focada no Cliente

Apresentar a informação sobre as grandes linhas de negócio: Grandes Empresas e Banca de Investimento (CIB), Pequenas e Médias Empresas (*Business and Commercial Banking* ou BCB), Banca Particulares e Privada (BPP).



Pessoas enquanto activo fundamental

Abordar os factos mais relevantes das Pessoas e Cultura, assim como as acções desenvolvidas no âmbito desta pandemia;



Risco e conduta

Destacar a forma como o Banco identifica, gere e mitiga o risco, descrevendo as suas principais políticas e ambiente de controlo;



Excelência Operacional

Oferecer aos Clientes serviços e produtos que correspondam às suas expectativas;



Solidez nos resultados financeiros

Demonstrar a performance e solidez financeira, divulgando os números e principais indicadores da actividade do SBA;



Responsabilidade social

Reservar um espaço para divulgar a actuação perante a sociedade Angolana. Poder contribuir é algo que faz parte da natureza do SBA e do Grupo onde está inserido.

O relatório conta com o contributo da Equipa de gestão, recorrendo a fontes de informação internas e externas de uso comum. Apesar de conter informação não auditada, o Banco desencadeou os procedimentos necessários para assegurar a maior segurança possível na informação que divulga e recorreu, sempre que possível, a informação contida nas suas demonstrações financeiras (anexas), as quais foram auditadas pela KPMG.

Concluindo, o mesmo pretende transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente tradicionalmente financeira, mas incorporando uma visão abrangente da actividade do SBA.

1.2

A Missão, Visão e Valores do SBA

Visão Geral

O SBA tem vindo a ser reconhecido de forma consistente como uma Instituição Financeira de confiança, sustentável e com um papel relevante na promoção da literacia e inclusão financeira em Angola.

Cultura Organizacional

A cultura do SBA é determinada pela sua missão, visão, valores e propósito. A génese Africana e a cultura de integração internacional orientaram a estratégia do Standard Bank de Angola de forma a otimizar todas as oportunidades que África, e muito particularmente Angola, nos apresenta.

O Código de Ética conduz o Banco a ser mais responsável e a respeitar os seus Clientes, sendo este um dos pontos de referência para os seus Colaboradores.

Missão

Ser a Instituição Financeira líder em Angola e em África, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciadora aos Clientes, enquanto cria valor para as sociedades envolventes.

Visão

Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os stakeholders e a fazer ligação entre África e o resto do mundo.

Valores

Os valores apresentados orientam o comportamento e qualidades que definem o Banco e estão na génese da implementação da sua estratégia:



Servir os Clientes



Desenvolver os Colaboradores



Criar valor para os accionistas



Promover o respeito mútuo



Ser proactivo



Elevar constantemente a fasquia



Trabalhar em equipa



Defender os mais altos níveis de integridade

1.3

Quem é o SBA

Destaca-se pelos seus valores intrínsecos basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura assenta na “forma como se faz”, reconhecendo “o que se faz”. A constante procura pela optimização do desempenho operacional alavanca não só a diversificação de produtos oferecidos, mas também a qualidade da oferta, posicionando o Banco com um serviço de excelência.

Sobre o Banco

O Standard Bank de Angola, S.A. é uma sociedade de direito angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

Dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos na lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Adicionalmente, presta outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Pertence a um grupo financeiro com mais de 150 anos de história e tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento do continente africano e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios sobre os quais assenta na estrutura organizacional.

Centrando os esforços na satisfação dos Clientes, parceiros e na comunidade, desenvolve a sua actividade de forma rigorosa, avaliando constantemente os riscos, e mitigando-os através da diversificação:

| da oferta
| de produtos

| dos seus
| investimentos

| modernização
| dos seus processos
| e sistemas

Composição do Conselho de Administração



Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo

PRESIDENTE



António Coutinho

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



Ana Josina Simas Fortunato

ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA



Manuel dos Passos

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



Djamila Pinto de Andrade

ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA



Raquel Kulivela Sole

ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA

01

02

03

04

05

06



Luís Teles

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



Yonne de Castro

ADMINISTRADORA
EXECUTIVA



Aronildo Neto

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



Eduardo Clemente

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



Ricardo Ferreira

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO

De África para o resto do Mundo

O SBA tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento de Angola, apresentando actualmente inúmeras oportunidades que potenciam a sua mudança, enorme potencial agrícola, crescimento populacional acelerado, faixa etária predominantemente jovem e crescimento digital acelerado.

A estratégia do Banco assenta em 6 métricas:



Foco no Cliente

A principal prioridade é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais tecnológicas, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.

Pessoas e Cultura

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a sua capacitação e o desempenho dos Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Continuando a apostar em desenvolver futuros líderes em Angola, proporcionando uma constante formação dos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.

01

02

03

04

05

06

Risco e Conduta

É essencial fazer os negócios certos da forma correcta. A gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável, permitindo ganhar a confiança de todos os *stakeholders*. A licença para operar tem por base esta confiança, pelo que o cumprimento com todas as leis e regulamentos não é negociável.

Excelência Operacional

Através da integração e coordenação eficaz dos diversos sistemas de informação. Com o objectivo de entregar com eficiência os produtos/serviços aos Clientes.

Resultado Financeiro

A entrega de retornos sustentáveis aos accionistas depende directamente da satisfação dos Clientes e Colaboradores e da gestão efectiva e eficiente dos riscos da actividade e da conduta. Neste contexto, é preciso garantir o equilíbrio entre o capital alocado aos investimentos estratégicos e o respectivo retorno.

Responsabilidade Social

O Banco continua empenhado em conduzir o negócio de forma sustentada e com crescimento económico em Angola. Para conseguir isso, tem que se garantir que através dos seus Clientes, projectos e parcerias, é criado impacto positivo na vida da comunidade. Essas considerações estão no centro das decisões de negócio.

O Grupo Standard Bank

20 países africanos

Presente em 20 Países Africanos, entre os quais, Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana e Quênia.

6 Localizações fora do continente africano

Conta com presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente no Reino Unido, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, China, Ilha de Man e Jersey.



O Standard Bank de Angola

 709
Colaboradores

 101
ATM's

 176 450
Número de Clientes



1.4

Marcos Históricos

Presente desde 2010 no território nacional, o Standard Bank de Angola oferece soluções completas de produtos e serviços financeiros através de um ecossistema de parcerias.

Tal traduz-se em esforços contínuos para atender plenamente as necessidades de cada Cliente, desde pessoas físicas, pequenas e médias empresas a grandes organizações, procurando proporcionar também a melhor experiência tanto digital quanto presencial.

O Banco participa nas áreas económicas de maior relevância e exerce liderança em segmentos que se traduzem no reconhecimento de vários agentes envolvidos no sector bancário.

2010

- Constituição do Banco a 27 de Setembro 2010

2011

- 33 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- 3 Agências em Luanda
- Aumento de Capital - 24,5 milhões de dólares
- *Global Trade Review*
- Melhor Negócio em Renminbi em Angola 2011

01

02

03

04

05

06

2012

2013

2014



- 62 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Expansão para outras províncias
- Aumento de Capital 50 milhões de dólares
- Capital Finance*
- Melhor Banco Universal em Angola 2012
- Emeafinance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2012
- Global Banking & Finance Review*
- Melhor Banco em Angola 2012
- Cmmerzbank*
- Prémio STP 2012 pela excelente qualidade nos pagamentos comerciais e nas transferências entre instituições financeiras

- 143 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- 32 pontos de contacto com o Cliente
- Carteira de depósitos de 135 mil milhões de Kwanzas
- Global Banking & Finance Review*
- Banco mais Inovador em Angola 2013
- Global Finance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2013
- Emeafinance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2013
- International Finance Magazine*
- Banco Mais Inovador em Angola 2013

- 200 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- *Boom* de Clientes
- Reforço do Modelo de Governação
- Global Banking & Finance Review*
- Banco mais Inovador em Angola 2014
- Global Finance*
- Melhor Banco em Angola 2014
- International Finance Magazine*
- Melhor Banco de Gestão em Angola 2014
- Emeafinance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2014
- *Best Water Deal in Africa Rehabilitation of Luachimo Hydroelectric Power Project 2014*

01
02
03
04
05
06



2015

2016

2017

- 299 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Aumento de Colaboradores
- Melhor Banco de investimento em Angola pelo 4º ano consecutivo
- Global Finance*
- Melhor Provedor de Operações Câmbiais em Angola 2015
- *Best Trade Finance Bank in Angola 2015*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2015
- Emeafinance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2015

- 368 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Consolidação do Banco no sector em Angola
- Mais de 50% Resultado Líquido
- Global Finance*
- Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola 2016
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2016
- Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2016
- EMEA Finance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2016
- EUROMONEY
- Melhor Banco de Debt Capital Markets em Angola 2016
- Global Banking & Finance Review*
- Melhor Banco de Governança Corporativa em Angola 2016
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2016
- Melhor PCE em Angola 2016

- 317 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Melhor Banco de investimento em Angola pelo 6º ano consecutivo
- Global Finance*
- Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2017
- Melhor Provedor de Trade Finance em Angola 2017
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2017
- Emeafinance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2017
- The Banker*
- Banco do Ano em Angola 2017
- Prémio Sirius*
- Melhor Relatório de Gestão e Contas 2017 Sector Financeiro

2018

- Aumento de mais de 90% do Resultado Líquido - 443 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Emissão de obrigações admitidas à cotação na BODIVA no valor de 4,7 mil milhões de Kwanzas
- *Global Finance*
- Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2018
- Melhor Provedor de Trade Finance em Angola 2018
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2018
- *Euromoney*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2018
- *Emeafinance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2018
- *Prémio Sirius*
- Melhor Empresa do Sector Financeiro 2018



2019

- 606 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Considerado o melhor Banco de Investimento e melhor provedor de Tesouraria de Gestão de Caixa em Angola
- *Global Finance*
- Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2019
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2019
- *International Finance Magazine*
- Melhor Transação Bancária para Gestão de Caixa - Angola 2019
- *Euromoney*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2019
- *The Banker*
- Banco do Ano em Angola 2019

2020

- *The Banker*
- Banco do Ano em Angola 2020
- Reconhecido pela ASSERTYS como o Banco com melhor qualidade de serviço em Angola
- 880 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos - 1º Banco em Angola a obter a certificação do SWIFT *Global Payments Innovation (GPI)* e de Membro do GPI
- Aniversário dos 10 anos do Standard Bank de Angola
- *Global Finance*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2020
- Melhor Banco de Operações Cambiais 2020
- *International Banker*
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2020

2021

- 28 de Fevereiro 2021 – Fecho do processo de transição para a nova sede Standard Bank Angola
- A publicação *Internacional Global Finance*, uma das mais relevantes do sector financeiro, atribuiu ao Standard Bank de Angola os seguintes prémios:
 - Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola 2021
 - Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2021
 - Melhor Banco de Investimento em Angola 2021
- *Assertys*
 - Banco Angolano com o melhor serviço na óptica do Cliente em 2021
- *EMEA Finance*
 - Melhor Banco de Investimento em Angola 2021
- *World Economic Magazine Awards*
 - Melhor Banco de Investimento em Angola 2021



2022

- 1ª transacção de investidores internacionais em dívida pública Angolana
- 1ª transacção REPO no mercado interbancário
- *Roadshow* de investidores internacionais em Angola
 - Globo de Ouro
- Melhor Programa de Responsabilidade Social
- *Hackaton*
 - *Euromoney*
 - Melhor Banco de Investimento em Angola 2022
- *World Economic Magazine*
 - Melhor Banco de Investimento em Angola 2022
- *World Economic Magazine*
 - Melhor Banco de Operações Cambiais em Angola 2022

01

02

03

04

05

06

2023

— Lançamento da Standard Invest SDVM – Distribuidora do Grupo Standard em Angola

Global Finance

— Melhor Banco de Operações Cambiais 2023

The Banker

— Banco do Ano em Angola 2023

Emeafinance

— Melhor Banco em Angola 2023

— Melhor Banco de Investimento em Angola 2023

FILDA

— Melhor participação Banca e Serviços Financeiros 2023

FIB

— Melhor participação Banca e Serviços Financeiros 2023



2

A visão da liderança

2.1. A mensagem do PCA e do PCE

26



nakapemba

Nakapemba é uma expressão de gratidão profunda em Vambunda, idioma do povo Mbunda do sul de Angola. Agricultores, pescadores e pastores, têm uma história rica e uma forte ligação com a terra, tendo contribuído para a independência de Angola. Preservam a sua identidade através do idioma e de expressivas danças e música tradicional, honrando assim as suas raízes ancestrais.



- 01
- 02**
- 03
- 04
- 05
- 06

2.1

A mensagem do PCA e do PCE



Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Teles

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

É com orgulho e responsabilidade que afirmamos: Angola é a nossa casa e é o nosso propósito promover o seu crescimento. A nossa visão transcende ser apenas uma instituição financeira bancária, queremos ser #MaisQueUmBanco, um parceiro indissociável da trajectória de crescimento de cada um de nossos Clientes.

Em sintonia com essa visão, a estratégia do Standard Bank Angola permanece firmemente focada no Cliente, sustentada pelo propósito de fornecer soluções simples e relevantes. Este compromisso tem permitido superar desafios e tornar o SBA numa referência do sector bancário angolano.

A instabilidade geopolítica causada pelo conflito no médio oriente e a tensão persistente entre a Rússia e a Ucrânia intensificaram-se ao longo de 2023. Este quadro levou o BCE e o FED a implementarem políticas monetárias restritivas para fazer face a uma escalada da inflação, cujos impactos de desaceleração económica parecem começar a dar resultado na redução da inflação nas principais economias. No mesmo sentido, a economia angolana foi também marcada por uma política monetária restritiva com o objectivo de combater o aumento da inflação impulsionada em parte pela depreciação da taxa de câmbio perante o desequilíbrio de procura e oferta de moeda estrangeira. Mesmo neste cenário complexo e ainda em desenvolvimento, o SBA teve um ano de conquistas importantes, alcançando o melhor resultado líquido desde a sua fundação.

Este resultado reitera a posição do SBA como um dos líderes na rentabilidade apresentando um ROE de 30%. O activo do Banco aumentou 47% face ao período homólogo, com especial destaque para o aumento de 74% na rubrica de crédito a clientes, o que representa um elevado compromisso do SBA no desenvolvimento da economia nacional.

No segundo semestre de 2023, o SBA decidiu realizar um aumento de capital para 21 mM Akz, valor superior ao novo mínimo de capital requerido pelo regulador, posicionando bem o Banco no mercado para continuar a apoiar o financiamento da economia angolana.

No decorrer de 2023, continuamos a investir nas nossas Pessoas, incorporando novos talentos no Banco, que totaliza já 709 colaboradores, representando um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. Fizemos investimentos significativos em formação, procurando sempre dotar o nosso capital humano de mais competências e ferramentas, bem como oferecer oportunidades de crescimento pessoal e profissional. A promoção de actividades e eventos voltados para os nossos colaboradores, focados na integração, na aprendizagem contínua, na troca de ideias e na inovação, no fazer o negócio certo da maneira correcta, são exemplos concretos da importância que damos às nossas Pessoas. Acreditamos que, ao apoiar os nossos colaboradores na construção de carreiras longas e significativas, estamos não apenas a melhorar o desempenho individual, mas também a contribuir para o sucesso colectivo da nossa instituição.

Na procura por contribuir activamente para o crescimento de Angola, destacamos a concessão de crédito no âmbito do Aviso 10 do BNA focado no aumento da produção local, abrangendo vários sectores de actividade, incluindo a produção industrial, pescas, agricultura e a prestação de serviços. O incentivo de projectos através do Aviso 10 tem auxiliado a diversificar a economia angolana, tornando-a menos dependente do sector petrolífero, enquanto gera mais empregos e contribui para o aumento dos rendimentos das famílias angolanas.

De salientar que a par desta estratégia o SBA tem cumprido os seus requisitos legais e regulatórios apresentando um rácio de solvabilidade de 29%, bem acima dos mínimos exigidos ao sector, o que demonstra uma gestão de risco e controlo interno sã e prudente, alinhada com os objectivos do Banco.

Em 2024, o Standard Bank Angola continuará a trabalhar arduamente, permanecendo comprometido em contribuir não só para o desenvolvimento do sector financeiro, mas para o progresso global de Angola. Queremos expressar o nosso mais profundo e sincero agradecimento a todos os Clientes, colaboradores, accionistas, reguladores e demais *stakeholders*. A contribuição de cada um na nossa organização é de valor inestimável, sendo o alicerce fundamental para continuarmos o nosso caminho com confiança e determinação rumo a um futuro cada vez mais promissor.

01

02

03

04

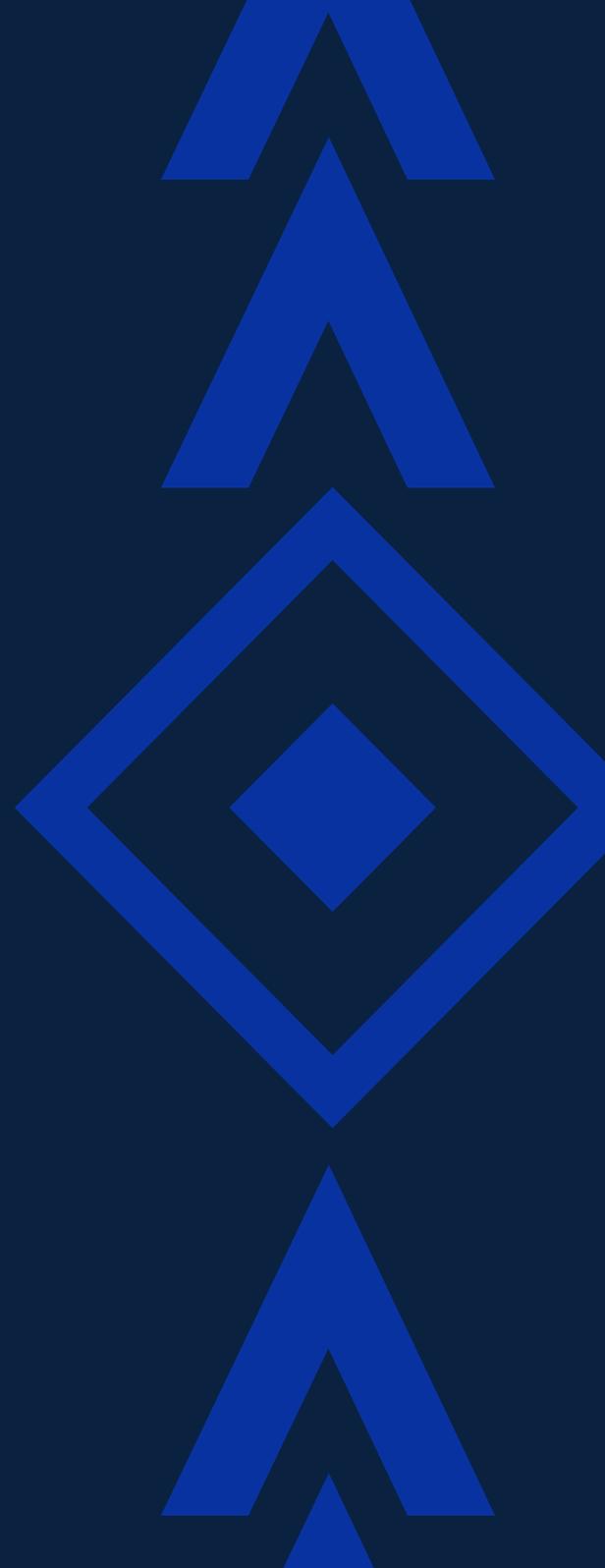
05

06

3

Como criar valor

3.1. O contexto macroeconómico	30
3.2. Os números alcançados	38
3.3. Proposta de valor	40
3.4. A estratégia do Standard Bank Angola	43



Kibálu

Kibálu é coragem em Kimbundo é uma língua bantu falada pelo povo Ambundu e a segunda língua bantu mais falada em Angola. Conhecidos pelo seu artesanato, música e tradições agrícolas, desempenharam um papel significativo na formação da história do país e contribuem para a sua diversidade cultural, unidade e resistência.

01

02

03

04

05

06

3.1

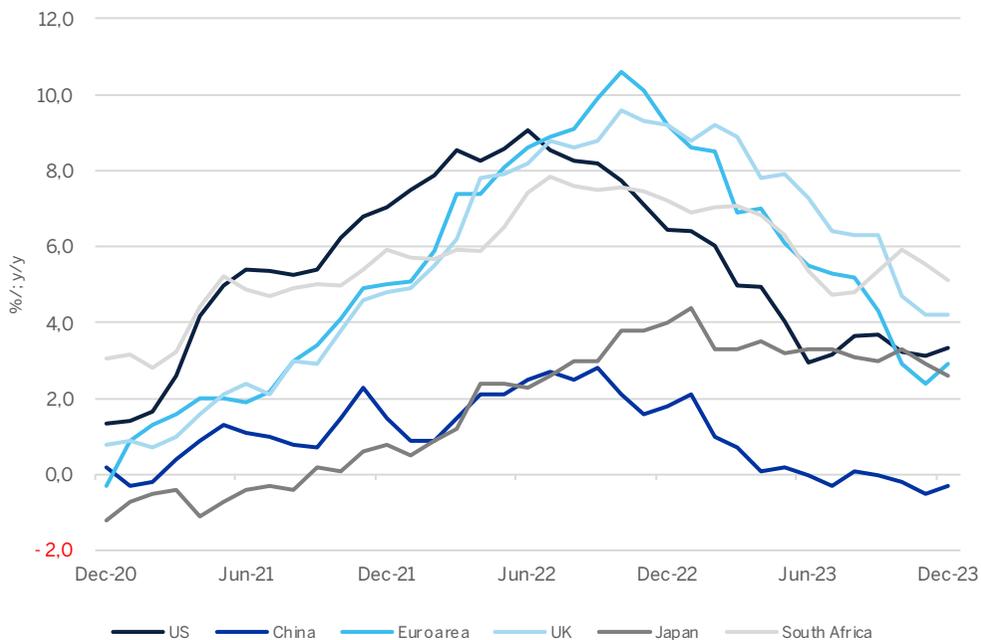
Contexto macroeconómico



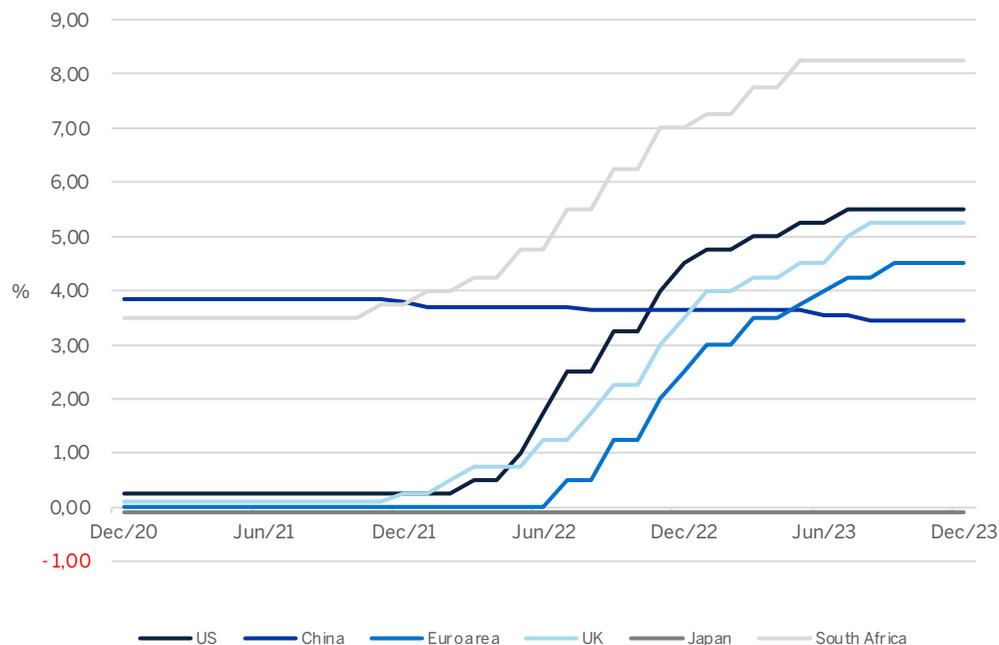
Economia global

Em 2023, a economia mundial testemunhou uma queda nos preços do petróleo e uma redução na taxa de inflação, apesar de as condições de financiamento se terem tornado ainda mais restritivas. As principais economias mantiveram políticas monetárias restritivas iniciadas em 2022, aumentando as taxas de juros directoras.

Inflação



Taxa de juro de política monetária



As tensões geopolíticas aumentaram durante o ano, especialmente com a incursão de Israel em Gaza, em resposta a um ataque do Hamas em Outubro de 2023. Além disso, o movimento Houthi do Iémen iniciou ataques a navios no Mar Vermelho, perturbando as rotas comerciais e aumentando os custos das matérias-primas. As tensões entre Rússia e Ucrânia também permaneceram altas, sem sinais de resolução pacífica desde a invasão, em 2022.

Apesar dessas tensões, é esperado que as condições de financiamento global melhorem em 2024, com um ligeiro crescimento da economia mundial. O FMI, na actualização do World Economic Outlook (WEO), reviu as suas previsões de crescimento global para 2024, prevendo uma taxa de crescimento de 3,1%, isto é, 0,2 pontos percentuais acima do WEO de Outubro de 2023. Este aumento nas previsões é atribuído à resiliência da economia dos EUA e de outras economias emergentes e em desenvolvimento, bem como ao apoio orçamental na China. A previsão para 2025 mantém-se inalterada, em 3,2%.



	Crescimento do PIB (%; y/y)					Média da Taxa de Inflação (%; y/y)				
	2021	2022	2023e	2024f	2025f	2021	2022	2023e	2024f	2025f
Mundo	6,3	3,5	3,1	3,1	3,2	4,7	8,7	6,8	5,8	4,4
Economias Avançadas	5,6	2,6	1,6	1,5	1,8	3,1	7,3	4,6	2,6	2,0
EUA	5,9	1,9	2,5	2,1	1,7	4,7	8,0	4,1	2,8	2,4
Europa	5,6	3,4	0,5	0,9	1,7	2,6	8,4	5,5	3,3	2,2
Japão	2,2	1,0	1,9	0,9	0,8	-0,2	2,5	3,2	2,9	1,9
Mercados Emergentes	6,9	4,1	4,1	4,1	4,2	5,9	9,8	8,4	8,1	6,0
Índia	7,2	6,7	6,5	6,5	6,3	5,5	6,7	5,5	4,6	4,1
China	8,5	3,0	5,2	4,6	4,1	0,9	1,9	0,2	1,7	2,2
África subsariana	4,7	4,0	3,3	3,8	4,1	11,0	14,5	15,8	13,1	9,4
Nigéria	3,6	3,3	2,8	3,0	3,1	17,0	18,8	25,1	23,0	14,7
África do Sul	4,7	1,9	0,6	1,0	1,3	4,6	6,9	5,8	4,8	4,5

Fonte: IMF - World Economic Outlook (WEO); Standard Bank Research

01

02

03

04

05

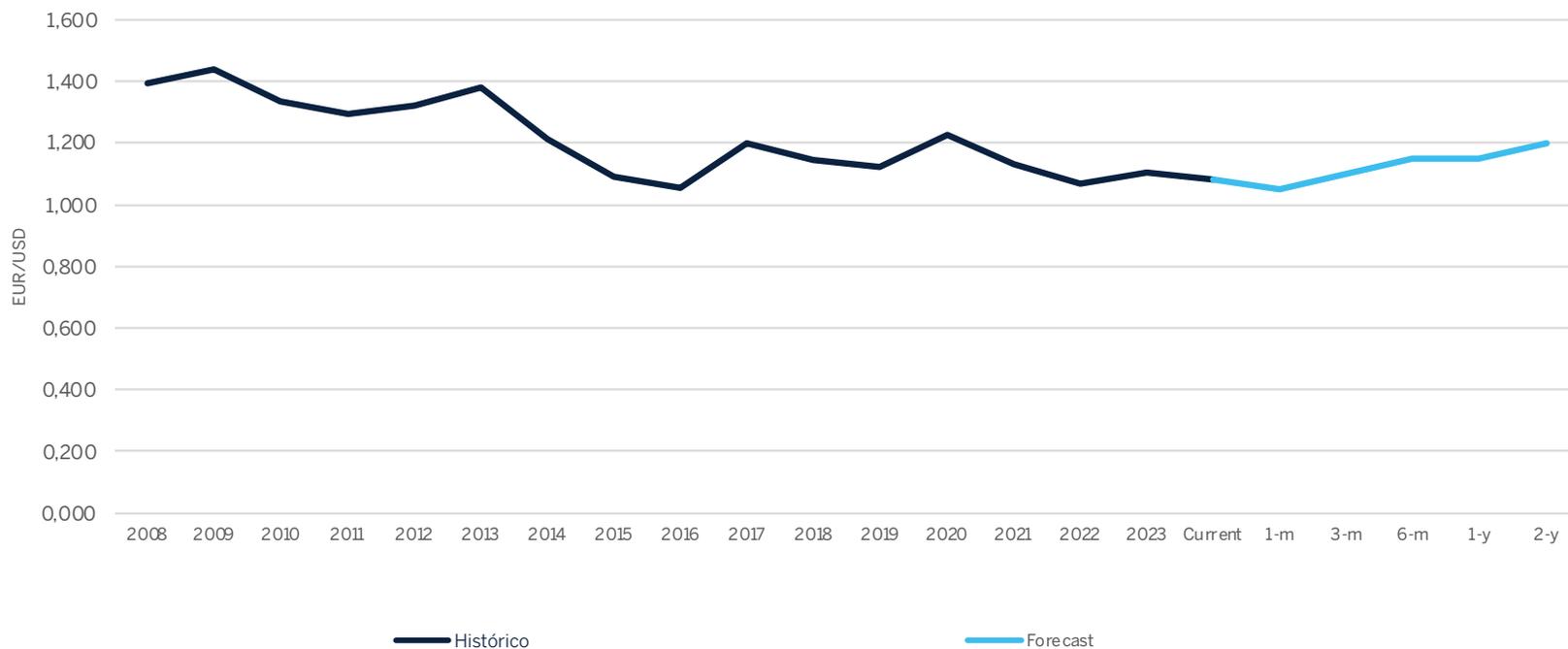
06

32

O FMI acredita que os riscos para o crescimento global estão controlados e prevê uma diminuição da inflação global para 5,8% em 2024, e para 4,4% em 2025.

Os EUA apresentaram uma forte resiliência em 2023, registando um crescimento superior à expectativa inicial. Sectores como o do imobiliário mostraram-se menos impactados com as alterações das taxas de juro de referência do que o esperado, o que levou a um maior controlo da inflação.

FX Rates



Fonte: IMF - World Economic Outlook (WEO); Standard Bank Research

A flexibilização das políticas monetárias em 2024 pode limitar a volatilidade das moedas, especialmente no caso do euro/dólar, com os Bancos centrais a adoptarem uma política monetária conjunta. Prevê-se um enfraquecimento do dólar a médio prazo, mas a sincronização da política monetária pode manter a estabilidade do USD/EUR, a curto prazo.

No que toca às economias da África Subariana, os preços do petróleo mais baixos e a inflação dos produtos alimentares mais baixa em 2023, ajudaram e limitaram as pressões sobre as moedas e a inflação.

De acordo com a edição de Janeiro de 2024 do *African Markets Revealed* (AMR), do Standard Bank para a África Subariana, as tensões geopolíticas e os elevados encargos com a dívida, são os principais riscos de abrandamento do crescimento em 2024, apesar de existir a convicção que poderá haver um crescimento na maioria das economias africanas.

A Nigéria, sendo a maior economia da África Subariana, poderá registar uma subida do crescimento para 3,4% em 2024, contra 2,6% em 2023, principalmente devido ao aumento previsto da produção de petróleo. Também a África do Sul (SA), a segunda maior economia da África Subariana, poderá registar um crescimento de 1,2% em 2024, contra uma estimativa de 0,6% registada em 2023.

Preço do petróleo versus preço dos alimentos



Fonte: *African Markets Revealed* (AMR)

Angola

De acordo com a edição de Janeiro do *African Markets Revealed* (AMR), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em Angola desacelerou para 1,2% ao ano em 2023, comparado com um pico recente de 3% ao ano em 2022, devido a um desempenho moderado nos sectores petrolíferos e não petrolíferos. Previsões apontam para uma diminuição adicional, prevendo-se taxas de 1,1% em 2024, e 0,7% em 2025.

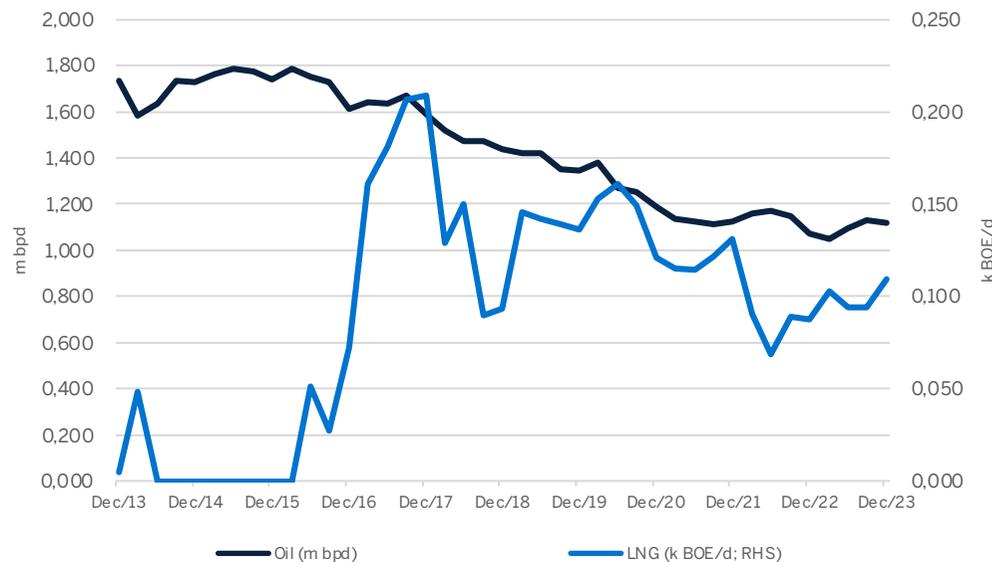
A economia angolana continua a depender fortemente do sector petrolífero, apesar dos esforços de diversificação. Este sector representa mais de 95% das exportações, mais de 50% das receitas fiscais e mais de 25% do PIB. Essa dependência expõe o crescimento do PIB de Angola às flutuações do preço e da produção de petróleo.

O declínio da produção petrolífera nos últimos anos significa que o crescimento do PIB tem sido impulsionado principalmente pela economia não petrolífera. No primeiro trimestre de 2023, o crescimento do PIB foi, em média, de 0,6% (abaixo dos 3,3% registrados no mesmo período de 2022). Entre os factores que contribuíram para essa contracção está a redução da produção anual de petróleo em 5,9%, para uma média de 1,091m bpd, comparada com 1,159 milhões de bpd no mesmo período de 2022, devido a desafios operacionais e investimentos moderados. Além disso, houve uma queda no crescimento anual da economia não petrolífera, para 2,2% no primeiro semestre de 2023, contra 3,6% no mesmo período de 2022, já que essa economia requer níveis adequados de oferta de moeda estrangeira para operar.

Embora a saída de Angola da OPEP possa incentivar a produção de petróleo, atrair o investimento necessário para aumentar essa produção é uma tarefa difícil. Assim, a previsão é de que a produção de petróleo se estabilize nos níveis actuais de 1,1 milhões de bpd este ano.

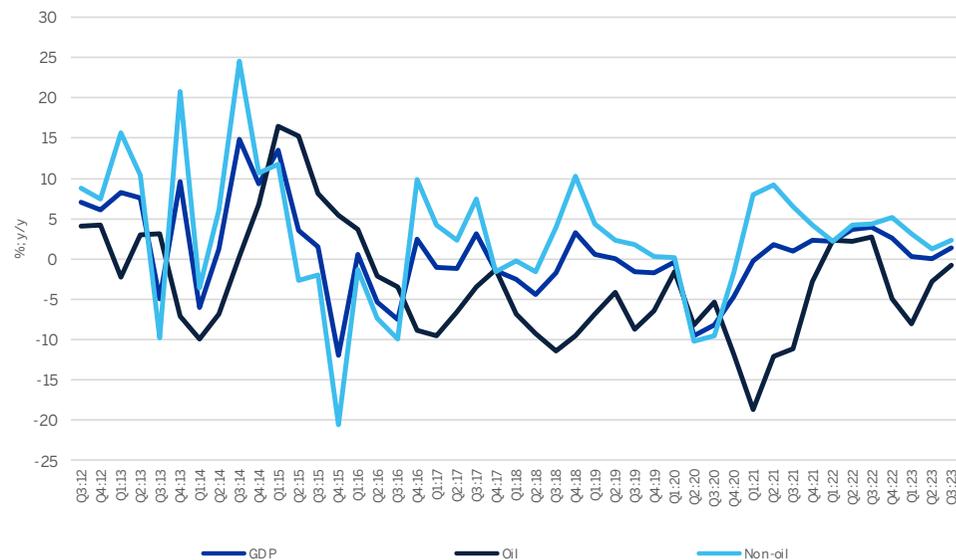
As pressões de liquidez cambial vão continuar a prejudicar o sector do consumo, mas os roadshows do governo para atrair investidores para o sector mineiro, especialmente para os diamantes, começaram a produzir resultados. Avanços nas privatizações também poderiam apoiar a economia, mas as perspectivas de crescimento do sector petrolífero, que representa 95% das exportações e mais de 50% das receitas fiscais, são incertas.

Produção média diária



Fonte: *African Markets Revealed* (AMR)

Produção média diária



Fonte: *African Markets Revealed* (AMR)



Política fiscal

A desvalorização do Kwanza em 2023, que resultou numa forte depreciação ao longo do primeiro semestre, pode ser atribuída a uma queda acentuada na oferta de divisas por parte do Tesouro. Esta situação surgiu da necessidade de usar a maior parte dos dólares obtidos com a tributação do sector petrolífero, para cobrir os crescentes pagamentos de dívidas externas. Como consequência, o Tesouro reduziu as vendas de divisas a partir do segundo trimestre de 2023, agravando ainda mais a desvalorização do Kwanza.

Apesar de uma certa estabilidade no segundo semestre, resultando na acumulação de reservas cambiais pelo BNA, o mercado cambial continuou a sofrer pressões de liquidez. Isso fica evidente uma vez que é estimado que o excedente das transacções correntes em 2023 caiu para USD 4,2 mil milhões, ou 4,7% do PIB, vindo de um pico de 11,8 mil milhões de dólares, ou 10,4% do PIB, em 2022.

O preço do petróleo também teve um papel crucial, diminuindo 18% em 2023, para uma média de USD82/bbl, após um aumento de 42% em 2022, para USD101/bbl. Esse declínio contribuiu para uma redução de 28% nas exportações angolanas, de USD 50 mil milhões em 2022, para USD 36 mil milhões em 2023, devido a preços mais baixos e a um declínio na produção de petróleo.

Embora o Kwanza tenha depreciado 40% em relação ao dólar norte-americano em 2023, principalmente no primeiro semestre e após uma tendência de apreciação em 2022 de cerca de 10%, as expectativas para 2024 são de uma depreciação menos significativa, como a observada no segundo semestre de 2023.

01

02

03

04

05

06

Inflação e política monetária

Em 2023, a taxa de inflação anual fixou-se em 20%, permanecendo actualmente em níveis elevados. A previsão para 2025, é que a taxa de inflação anual se mantenha em torno desse valor. Espera-se que o Banco central continue a manter sua política monetária restritiva.

As despesas públicas estão sob pressão, apesar de alguma margem no orçamento de 2024 que prevê um preço do petróleo de 65 USD/bbl, para tentar eliminar o défice orçamental. No entanto, o aumento dos gastos para o desenvolvimento da economia será bastante difícil, uma vez que a dívida pública consumirá 97% das receitas em 2024, contra 85% em 2023. Em Novembro de 2023, o Comité de Política Monetária do BNA (Banco Nacional de Angola) adoptou uma política monetária mais restritiva, elevando a taxa do BNA em 100 pontos base, para 18%.

Posteriormente, em 24 de Janeiro, o Comité de Política Monetária implementou um novo aumento de 2 pontos percentuais no coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional, para 20%, enquanto o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira foi mantido inalterado em 22%.

Medium-term economic growth forecasts

	Q1:24	Q2:24	Q3:24	Q4:24	Q1:25	Q2:25	Q3:25	Q4:25	Q1:26	Q2:26	Q3:26	Q4:26	Q1:27	Q2:27	Q3:27	Q4:27
<i>Base scenario</i>																
<i>GDP (% y/y) pa</i>	1,8	1,5	0,1	1,1	1	0,8	0,5	0,7	0,4	0,7	1,5	0,9	2,4	2,1	2,5	2,4
<i>CPI (% y/y) pe</i>	24,1	27,3	27	25,4	24,1	22,9	22	21,2	20	19	18,5	18,2	17,5	17,1	16,6	16,8
<i>Policy rate (%) pe</i>	23	25,5	25,5	25,5	25,5	24,5	22,5	21,5	20,5	20	19	19	18,5	17,5	17,5	17,5
<i>3-m rate (%) pe</i>	22,6	25	25	25	24,9	24	22	21,1	20,1	19,6	18,6	18,6	18,1	17,1	17,1	17,1
<i>6-m rate (%) pe</i>	22,8	25,3	25,3	25,2	25,2	24,2	22,3	21,3	20,3	19,8	18,8	18,8	18,3	17,3	17,3	17,3
<i>USD/AOA pe</i>	849,1	854,2	859,3	864,5	885,4	906,8	928,7	951,2	971,3	991,9	1012,8	1034,3	1053	1072	1091,5	1111,2

Fonte: African Markets Revealed (AMR)

3.2

Números alcançados



Indicadores actividade (milhões de Kwanzas)		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Variação
	Margem Financeira	85 397	79 954	 5 443
	Resultado líquido	67 038	65 657	 1 381
	Rácio de Eficiência (<i>cost-to-income</i>)	37%	38%	 1p.p.
	Activo Total	1 592 745	1 080 819	 511 925
	Crédito Concedido Bruto	529 385	303 941	 225 444
	Qualidade de crédito			
	Cobertura de imparidade para crédito sobre crédito concedido	2%	2%	 0p.p.
	Crédito em incumprimento (+90 dias) sobre crédito concedido	0,11%	0,37%	 -0,26p.p.
	Depósitos	1 240 346	743 388	 496 958
	Rácio de Transformação	42%	40%	 2p.p.
	Capital Próprio	223 300	198 876	 24 424
	Return On Equity	32%	36%	 -4p.p.
	Rácio Solvabilidade	29%	35%	 -5p.p.
	Clientes totais	176 450	151 830	 24 620
	Colaboradores	709	679	 30
	Posto de atendimento	146	59	 87
	ATM's	101	99	 2

01

02

03

04

05

06

3.3

Proposta de valor

Seguindo as directrizes do Grupo, o SBA destaca-se pelos seus valores basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura do Banco assenta na “forma como fazer”, reconhecendo que esta é tão importante quanto “o que fazer”.



01

02

03

04

05

06

A proposta de valor

A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco permite ao SBA oferecer aos Clientes uma diversificação de produtos, bem como o aumento da qualidade dos mesmos, posicionando assim o Banco num patamar de excelência na sua oferta e actuação.

A execução bem-sucedida da estratégia de negócio torna o Banco mais robusto e capaz de criar valor sustentável a longo prazo para todos os *stakeholders*.



Alocação de Recursos

O Banco aplica uma estrutura de tomada de decisão formal com objectivo de definir os recursos a alocar para implementar projectos ou programas que visam alcançar os seus objectivos estratégicos.

<p>Estratégia</p> <p>1. O investimento ou oportunidade está alinhado com a estratégia do Banco?</p> <p>2. Criar valor para os Clientes e suportar a capacidade de entregar uma oferta de serviços financeiros integrados?</p> <p>3. Impulsionar o crescimento de Angola?</p>	<p>não ></p>	<p>✗</p> <p>O investimento ou oportunidade será classificado como prioridade baixa, sujeito a um <i>trade-off</i> de decisões ou mesmo a não ser aprovado.</p>
<p>sim</p> <p>∨</p>		
<p>Capacidade</p> <p>O investimento ou oportunidade está de acordo com o apetite de risco e recursos disponíveis, e pode ser entregue através da experiência do Banco, processos e plataformas digitais?</p>	<p>não ></p>	
<p>sim</p> <p>∨</p>		
<p>Valor</p> <p>O investimento ou oportunidade irá gerar um retorno adequado e/ou desbloquear oportunidades futuras para criar valor?</p>	<p>não ></p>	
<p>sim</p> <p>∨</p>		
<p>✓ O investimento ou oportunidade será priorizado tendo em consideração os recursos disponíveis a cada momento.</p>		

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06

Valor Gerado

**176 450**

Clientes

Base de Clientes teve um ligeiro crescimento**29%**

Rácio de solvabilidade

Manter níveis de solvabilidade robustos, de forma a ter flexibilidade para gerir incerteza e mudanças e potenciar o crescimento.

**20 722**Horas de formação *online***Formação de Colaboradores**

Considerando os Colaboradores o activo mais importante do SBA, a aposta na formação e capacitação através do desenvolvimento de competências vocacionadas para o Futuro Tecnológico.

**529 385**

Milhões de Kwanzas

Apoio à diversificação e ao crescimento da economia Angolana

Através de financiamentos a Clientes, com objectivo de fomentar a diversificação e crescimento da economia Angolana.



3.4

A Estratégia do Standard Bank Angola

A Estratégia do SBA é focada no Cliente, sustentada pelo propósito de fornecer soluções simples e relevantes.

O Grupo Standard Bank está presente em vários países, tendo uma abrangência vasta, com especial enfoque em África, o que significa uma grande diversidade de Clientes e Colaboradores, por isso requer um foco claro para cumprir os objectivos estratégicos.



01

02

03

04

05

06

A Estratégia

Foram definidos três focos estratégicos, as principais áreas de actuação e prazos de cumprimento, a curto, médio e longo prazo. As áreas de foco e a definição de prioridades e prazos foram transferidos para as linhas de negócios e funções corporativas, sendo estes os responsáveis pela sua implementação.

O Propósito SBA

A razão pela qual o SBA se tornou uma referência em Angola

“Angola é a nossa casa e nós promovemos o seu crescimento. Queremos melhorar a vida das pessoas e ser #MaisQueUmBanco.”



Os Valores SBA

Os valores do SBA servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco.

Transformar a experiência do Cliente

Foco no Cliente

- Acrescentar valor aos clientes através de uma experiência de excelência

Pessoas e Cultura

- Ser a melhor empresa para trabalhar em Angola, com ADN digital e formar os líderes do futuro

Executar com excelência

Risco e Conduta

- Promover um ambiente de controlo interno robusto com uma cultura de risco proactiva

Excelência Operacional

- Usar a tecnologia e os dados para servir melhor os Clientes, reduzir custos e escalar as nossas plataformas

Gerar valor e crescimento sustentável

Resultados Financeiros

- Entregar crescimento contínuo, gestão eficaz e retorno sustentável

Impacto ESG

- Melhorar a vida dos Angolanos e ajudar a construir um futuro melhor

*Prioridades e Value Drivers

01

02

03

04

05

06

A Visão SBA

O que o Banco espera alcançar

Ser o melhor Banco em Angola, proporcionando acesso universal a serviços financeiros e criando valor para os Clientes. Gerar um impacto sustentável e duradouro através de soluções inovadoras e digitais.

A Cultura SBA

O propósito, visão, valores e abordagem estão de acordo com a cultura SBA.

A cultura do SBA compreende características necessárias para alcançar a estratégia definida, e é sustentada pelo princípio de fazer o negócio certo, da forma certa.

Objetivos estratégicos para 2024



Ser líder na experiência do Cliente



Ser a melhor empresa para trabalhar em Angola



Ter um ambiente robusto de controlo interno

A nova Jornada do SBA

Incorporar melhoria contínua em tudo o que fazemos

GARANTIR O BÁSICO...

Gerir o Banco de forma eficiente ao estabelecer as capacidades e condições internas necessárias para criar uma fundação sólida no curto prazo

Incorporar sustentabilidade em tudo o que fazemos

...PARA CONSTRUIR O FUTURO

Transformar o Banco suportado por um crescimento contínuo, focado na diversificação do negócio e em inovação

A Estrutura de Execução

HORIZONTE 1 | CURTO PRAZO | GERIR O PRESENTE 2024

- Oferecer uma experiência consistente e de excelência aos Clientes;
- Acelerar a digitalização para ir de encontro às necessidades dos Clientes;
- Suportar o crescimento dos Colaboradores e prepará-los para as competências necessárias para o futuro;
- Continuar a gerar retorno aos Accionistas.

HORIZONTE 2 | MÉDIO-PRAZO | ESTAR PRONTO PARA O FUTURO 2025 - 2026

- Assegurar que o Cliente está no centro de tudo o que o Banco faz;
- Utilizar tecnologia digital e trabalho humano para oferecer serviços e produtos inovadores;
- Remodelar as infra-estruturas para continuar relevantes e competitivos na era digital.

HORIZONTE 3 | LONGO-PRAZO | CRIAR O FUTURO > 2027

- Ser um Banco verdadeiramente digital e com impacto positivo nas comunidades;
- **Verdadeiramente humano:** fornecer soluções e oportunidades necessárias para que os Clientes e Colaboradores consigam alcançar crescimento, prosperidade e realização;
- **Verdadeiramente digital:** ser uma organização digital e orientada por dados para servir melhor os Clientes.





01

02

03

04

05

06

4

A operacionalização de uma estratégia

4.1. Foco no Cliente	50	4.2. Pessoas e Cultura	85	4.4. Excelência Operacional	151
Banca Corporativa e de Investimentos (CIB)	51	Capital Humano	69	Operações	152
Direcção de Pequenas e Médias Empresas	59	O que foi feito para os Colaboradores SBA	97	Tecnologia	157
Banca de Particulares e Privada	67	4.3. Risco e Conduta	107	4.5. Resultados Financeiros	161
O que foi feito pelos Clientes SBA	75	Sistema de Controlo Interno	108	Os Indicadores do SBA	162
		O Modelo de Gestão de Risco	135	4.6. Cidadania Corporativa	177
				4.7. Prémios Ganhos pelo SBA em 2023	185

Kintwadi



- 01
- 02
- 03
- 04**
- 05
- 06

Kintwadi significa Juntos em Kikongo uma língua bantu falada sobretudo no norte de Angola. O povo Kikongo é conhecido pela sua expressão artística, dança e práticas agrícolas. As suas tradições e resiliência incorporam o espírito duradouro que os une aos diversos grupos étnicos da nação.

4.1

Foco no Cliente

O Banco oferece aos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos. A ambição do SBA é conhecer as necessidades e sonhos dos Clientes e ter uma maior proximidade com os mesmos, seja física ou digital.



01

02

03

04

05

06

4.1.1

Banca Corporativa e de Investimento (CIB)

Fornecer às grandes empresas, instituições multinacionais e nacionais, consultoria especializada, soluções de suporte transaccional, comercial e financeiro.

Neste segmento fazem parte os Clientes com facturação igual ou superior a 100 milhões de dólares.



01

02

03

04

05

06

Oferta da Banca Corporativa e de Investimento



01

02

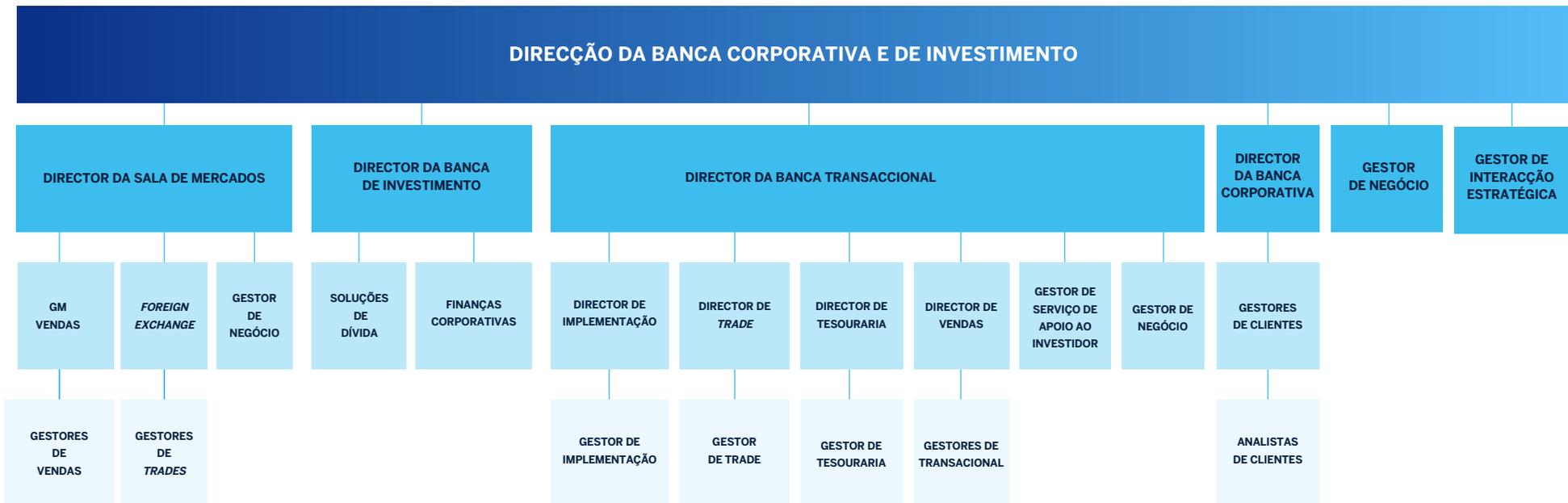
03

04

05

06

Organograma da Banca Corporativa e de Investimento



01
02
03
04
05
06

Desempenho da Banca Corporativa e de Investimento

O ano de 2023 foi desafiador para o ambiente macroeconómico de Angola e, consequentemente, para o ambiente corporativo. Contudo, o negócio da Banca de Investimento e de Grandes Empresas registou um total de 505 Clientes, um crescimento da base de Clientes activos na ordem dos 3%, face ao período homólogo de 2022.

A Margem Complementar atingiu um total de 55 mil milhões de Kwanzas, estiveram 36% acima do ano anterior. Contudo, a tendência das receitas continua a ser positiva, tendo começado o 1º semestre 62% acima em relação ao período homólogo de 2022.

O produto bancário atingiu um total de 109 mil milhões de Kwanzas, um aumento de 9% quando comparado ao período homólogo de 2022. Este resultado foi alcançado principalmente pelo aumento de 32% das receitas de *Trading*, resultante da desvalorização do Kwanza em relação ao USD face a uma posição cambial longa detida pelo Banco, bem como execução de operações cambiais dos Clientes.

Os depósitos de Clientes atingiram um total de 920 mil milhões de Kwanzas, um aumento de 65%, comparativamente ao mesmo período de 2022, impulsionado pela desvalorização do Kwanza em relação as moedas estrangeiras.

Os depósitos a prazo atingiram o total de 218 mil milhões de Kwanzas, tendo evidenciado um aumento de 22%, comparativamente ao período homólogo de 2022. Estes representam 24% da carteira de depósitos, sendo que os depósitos à

ordem representam 74% do total de depósitos. Os depósitos em Kwanzas somaram um total de 491 mil milhões de Kwanzas, e estes representam 53% do total de depósitos. O volume de depósitos em moeda estrangeira registou um total 429 mil milhões de Kwanzas, representando 47% do total de depósitos.

O crédito concedido a Clientes da Banca de investimentos e Grandes Empresas atingiu o patamar de 255 mil milhões de Kwanzas, um aumento de 22% face ao período homólogo de 2022. Este aumento foi sustentado essencialmente pelo crescimento do crédito para apoio e desenvolvimento à economia Angolana.

Do crédito concedido aos Clientes da Banca de Investimento e Grandes Empresas, 27% do montante foi em moeda estrangeira.

A Banca Corporativa e de Investimento (CIB) alcançou um rácio de transformação (Crédito/Depósito) de 28%, um decréscimo de 10 p.p. quando comparado ao rácio registado no período homólogo de 2022, resultante do aumento de depósitos em moeda estrangeira impulsionado pela desvalorização do Kwanza em relação ao USD.

Canais de Distribuição

A estratégia implementada nos canais de distribuição do Standard Bank de Angola, tem permitido uma aceleração na transformação digital que ocorre no Banco, bem como a modernização e segurança dos seus serviços de transportes de valores, dando aos seus Clientes uma experiência única e inovadora no mercado Angolano, reforçando o compromisso e foco do Standard Bank de Angola no Cliente.

Internet Banking

O Número de transacções executadas pelo *Internet Banking (Business Online – BOL)* ao nível dos Clientes da Banca Corporativa e de Investimento registou um aumento de 104%, comparativamente ao ano de 2022. Em termos monetários registou um aumento de 16% face ao ano de 2022.

01

02

03

04

05

06

Estratégia para 2023

Foco no Cliente

A procura incessante pelo crescimento do continente Africano e da sustentabilidade do negócio continua patente na estratégia definida.

Continuar com foco em oferecer aos Clientes e parceiros, informação macroeconómica actualizada através de várias publicações e eventos realizados ao longo do ano, dando enfoque especial nos Briefings Económicos que são organizados a cada trimestre e que ao longo do tempo têm servido de bússola orientadora para os Clientes, em tempos de instabilidade e incerteza.

Como Banco focado em África, o SBA continua empenhado em ajudar os Clientes na sua expansão regional, procurando desta forma unir sinergias entre países, aumentar os fluxos transaccionais na região e ao mesmo tempo fomentar o desenvolvimento das economias.

Pessoas e Cultura

Gestão humanizada com foco no bem-estar das pessoas, de forma a conseguir ser a melhor empresa para se trabalhar e a mais feliz.



01

02

03

04

05

06

As pessoas são o activo mais precioso e essencial para a transformação do Banco com foco na inovação e digitalização. Para tal, é essencial o investimento contínuo no desenvolvimento, sendo as futuras habilidades uma grande prioridade na atracção e retenção de talento.

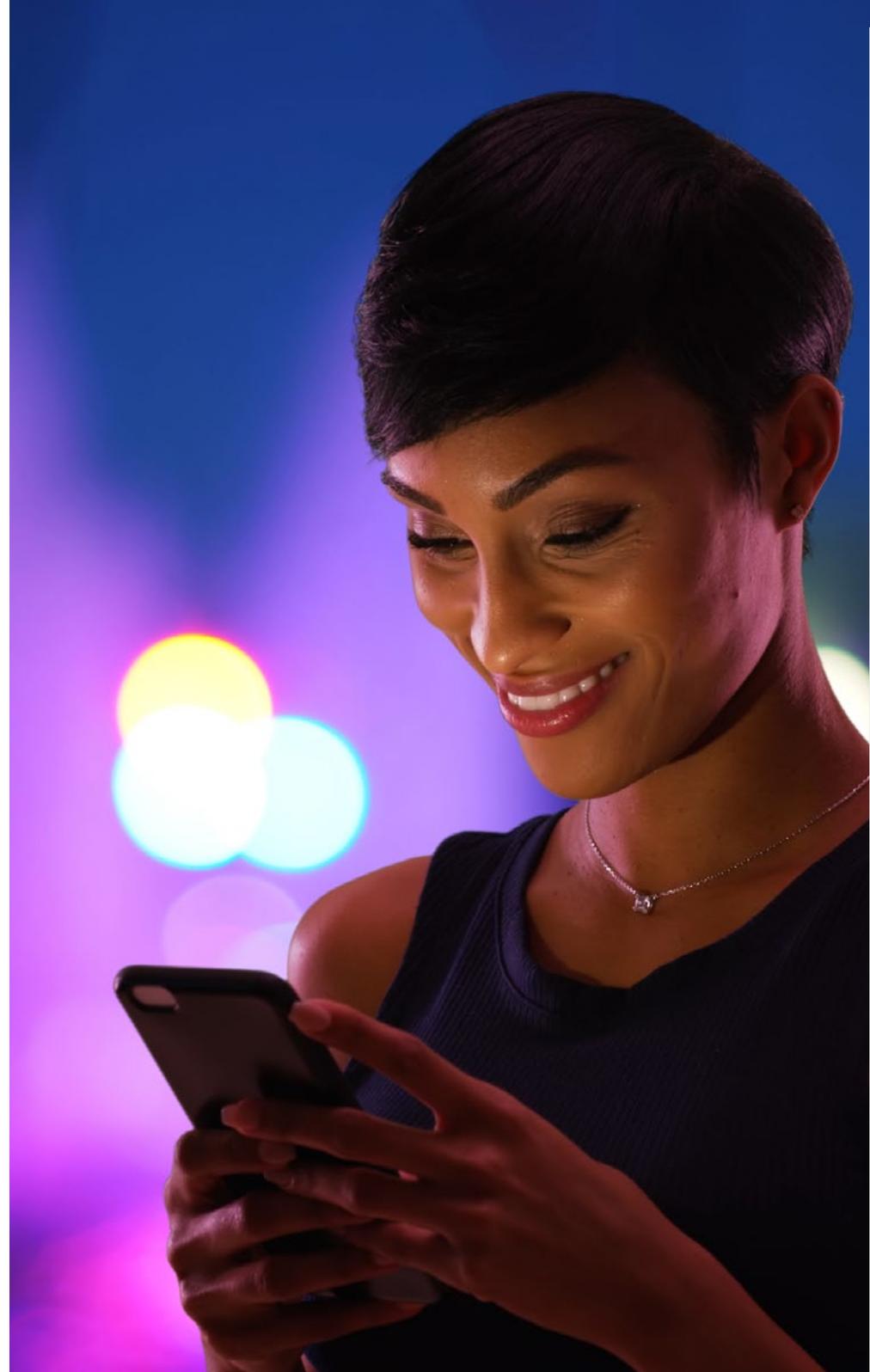
Continuar a recompensar o resultado do desempenho para a execução da estratégia de negócios, assegurar que os recursos são adequados aos propósitos, capacitar e impulsionar o seu crescimento.

Digitalização

A digitalização está a impulsionar a convergência de indústrias em todo o mundo, resultando em grupos tradicionais e serviços financeiros que estão a enfrentar uma série de novos concorrentes. Existem grandes oportunidades para organizações de serviços financeiros que são capazes de adaptar as suas estratégias nestes tempos de mudança.

O SBA tem a ambição de ser uma instituição eficiente e moderna, que simplifica, estabiliza e elimina o risco da arquitectura de TI por meio da resiliência do sistema e a priorizar a tecnologia e iniciativas digitais, garantindo assim, o foco nos investimentos.

O grande foco actual está em alguns produtos e serviços, tais como: débito directo, melhorias da plataforma de *internet Banking*, *mobile Money*, aplicativo para a gestão de recolhas e outros.



01

02

03

04

05

06

Principais conquistas de 2023

- O Standard Bank Angola tem sido continuamente vencedor de vários prémios graças aos produtos e serviços que oferece. Recebeu recentemente o prémio de melhor Banco de Investimento em Angola 2023 pela *EMEA Finance*. Recebeu similarmente o prémio de melhor Banco de Operações Cambiais 2023 pela *Global Finance*.

- Realização das conferências “Energias Renováveis em Angola: Enquadramentos e Desafios” realizado pelo Standard Bank Angola em parceria com a PLMJ Colab Angola – RVA Advogados.

- A Margem Complementar (NIR) registou um aumento de 36% face a 2022, enquanto a Margem Financeira (NII) registou um decréscimo de 10% face a 2022.



01

02

03

04

05

06

Os Principais Desafios de 2023 foram:

- 01 Desvalorização do Kwanza em 2023.
- 02 Redução na disponibilidade de moeda estrangeira.
- 03 Limitações de instrumentos de cobertura cambial nomeadamente *FX Forwards*.
- 04 Política Monetária prudente face aos desafios macro-económicos a curto prazo com benefícios a longo prazo.

05 O Ambiente creditício desafiante devido aos efeitos de taxa de juro efectiva a implementar o “*crowding-out*” da diversificação da economia Angolana.

06 Diversificação do modelo de negócio dos clientes impactado pela queda no poder de compra.

A ambição para 2024



Manter a posição como Banco nº 1 para as empresas multinacionais



Aumento percentual das receitas das grandes empresas locais



Ser o Banco nº 1 no mercado para a Banca e Investimento, Sala de Mercados e Banca Transaccional.

01

02

03

04

05

06

4.1.2

Direcção de Pequenas e Médias Empresas

Visão Geral

A Direcção de Pequenas e Médias Empresas (doravante denominada *Business and Commercial Banking* ou BCB) do Standard Bank de Angola assenta em relações fortes, sustentadas por um profundo conhecimento do negócio dos seus Clientes e suas respectivas oportunidades de crescimento.

A Direcção do BCB oferece um conjunto alargado de soluções para um vasto espectro de pequenas e médias empresas, deste modo, o apoio a Clientes estende-se a uma série de indústrias, sectores e soluções que proporcionam o aconselhamento, o trabalho dentro dos ecossistemas e o apoio à sustentabilidade necessários para permitir o crescimento e o desenvolvimento do negócio dos seus Clientes. Este modelo organizativo muito específico existe de forma a corresponder a todas as necessidades dos Clientes e a criar soluções alinhadas com as suas exigências.

O BCB proporciona uma visão estratégica dentro daquilo que são as prioridades dos seus Clientes, ou seja, apoia as suas necessidades de serviços financeiros tornando-se fundamental para a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

O modelo operacional desta Direcção está centrada no Cliente, o que permite prestar serviços financeiros integrados, simplicidade nos serviços e soluções financeiras (e.g crédito, *bancassurance*, recolha de valores, *trade finance*, aconselhamento financeiro) que satisfaçam as necessidades específicas dos seus Clientes, de forma a reduzir o tempo, o custo para servir, inovando de forma mais rápida e eficiente com o propósito fundamental de ser o Parceiro e o Banco de confiança.

Estrutura Organizacional



A Direcção BCB está dividida em 6 áreas com o propósito de segmentar melhor os Clientes, garantindo maior atenção e acompanhamento face as suas necessidades.

Deste modo temos:

01

Banca de Pequenas Empresas:

Neste segmento fazem parte os Clientes com faturação inferior a 3,5 milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de um *call center* dedicado para garantir um serviço personalizado onde o maior foco é a banca transaccional e depósitos. Este segmento é também responsável pelos objectivos comerciais e de crescimento da unidade e por garantir que os Clientes recebem um serviço consistente e de alta qualidade.

De forma a complementar o PME *Online*, e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas Empresas, o PME *Online* constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail. Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.

Este serviço caracteriza-se pela sua:

CONVENIÊNCIA

- Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail
- Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência

SIMPLICIDADE

- Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail
- Contacto fácil e rápido com o gestor bancário

ACONSELHAMENTO PROFISSIONAL

- Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades

Serviços disponíveis na área de Banca de Micro e Pequenas empresas:

Extractos bancários através de e-mail	Informação sobre saldos de conta	Activação de contas	Registo nas plataformas digitais de banca electrónica e <i>mobile Banking</i>	Desbloqueio de <i>password</i> na banca electrónica
Confirmação de dados bancários e carta de idoneidade	Solicitação de cartão de débito multicaixa	Solicitação de cheques	Actualização de dados	Resolução de pedidos diversos

02

Banca de Médias Empresas

Os Clientes deste segmento têm uma facturação igual ou superior a 3,5 milhões de dólares e inferior a 100 mil milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de produtos e serviços alinhados às suas necessidades com gestores dedicados. O foco está na oferta de serviços financeiros de qualidade apropriados às necessidades dos Clientes.

Este segmento fornece uma oferta e soluções holísticas de ponta a ponta através de uma compreensão profunda do negócio dos Clientes, sustentada por uma forte equipa de relacionamento e apoio especializado em produtos e serviços, respectivamente.

03

Sector público

Esta área implementa uma proposta de valor personalizada aos Clientes do sector público, dirigida com bastante experiência, e desenvolve parceiros para a entrega de vários produtos e serviços integrados.

04

Digital & Comércio Electrónico

Esta área lidera e é responsável por identificar mecanismos que venham a facilitar a implementação da estratégia definida pela Banca de Pequenas & Médias Empresas com soluções digitais e automatização de processos manuais. Esta estratégia foca-se na captação de novos Clientes, transformação digital, personalização e melhorias na eficiência interna.

05

Ecosystema

A área é responsável pela construção de relações duradouras com Clientes estratégicos e na aquisição de novos Clientes para o Banco, que se traduz na exploração de uma rede de participantes de vários sectores que trabalham em conjunto para definir, construir e executar a criação de um ambiente aquisitivo de Clientes e melhores soluções para os mesmos. A abordagem ecossistémica é uma alavanca estratégica para o crescimento da marca Standard Bank em todos os sectores e segmentos de mercado escolhidos.

06

Soluções de Negócios

Esta área é focada na criação, manutenção e customização de produtos bancários que estejam à medida dos Clientes dos vários segmentos da Banca de Pequenas e Médias Empresas. Desencadear a gestão de preçários e criação de propostas de valor à medida do Cliente e concomitantemente, monitora a experiência do Cliente.

01

02

03

04

05

06

Desempenho Financeiro 2023

O ano de 2023 foi marcado pelo deterioramento do ambiente macroeconómico no mercado angolano, que se traduziu no aumento dos níveis de inflação para 20% em Dezembro 2023 face aos 13.5% no período homólogo, assim como uma acentuada desvalorização da moeda local face ao dólar americano na ordem dos 64.5%, propiciada essencialmente pela escassez de divisas como consequência da retirada do Ministério das Finanças, um dos maiores provedores de divisas nos leilões da plataforma FXGO. Uma política monetária restritiva estimulada pelo aumento das taxas de juros e do coeficiente de reservas obrigatórias, bem como requisitos de capital exigidos concorreram negativamente para o desempenho do segmento de MPMEs.

As pequenas e médias empresas estão no centro da estratégia do governo para a criação de empregos. Apoiar este esforço é, por conseguinte, uma das principais prioridades da banca de pequenas e médias Empresas do SBA, em conformidade com o objetivo do Banco - Angola é a nossa casa, nós potenciamos o seu crescimento.

Em 2023, a Direcção BCB do Standard Bank de Angola registou um declínio do produto bancário de 8.1% face ao período homólogo impulsionado, essencialmente, pela queda da margem complementar em 22.4% como resultado expressivo da redução do volume das margens cambiais e consequência da situação de escassez de divisas no panorama macroeconómico nacional.

No que respeita ao aumento da capilaridade de Clientes, verificou-se um aumento de 20% da base de Clientes activos face ao período homólogo, passando de 2 714 para 3 276 em Dezembro de 2023.

-9.2%

**Decréscimo do
produto bancário**

**65 762 Milhões
de Kwanzas**

20%

**Aumento dos
Clientes activos**

**3 276 Clientes
activos**

+ 100%

**Crescimento nos
recursos de Clientes**

**193 627 Mil Milhões
de Kwanzas**

A confiança depositada pelos Clientes do SBA traduziu-se no estreitamento e refinamento das relações resultando, consequentemente, no aumento da base de Clientes através de uma estratégia dos Ecossistemas Bancários, gerando um impacto positivo no crescimento a 100% da base de recursos de Clientes.

01

02

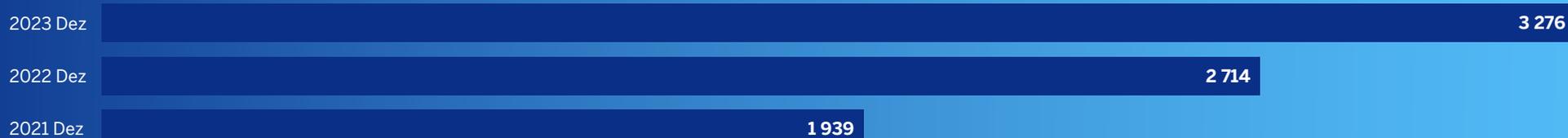
03

04

05

06

Número de Clientes BCB



Crédito

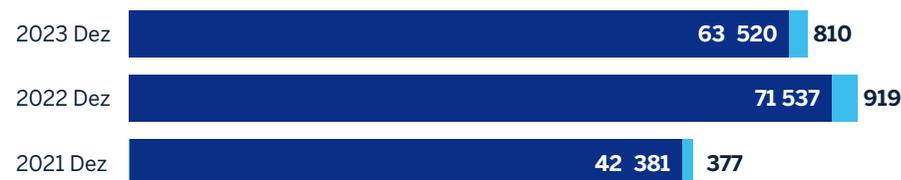
O BCB procura apoiar o fomento da Economia Nacional, visando a concessão de crédito às PMEs. Este apoio tem sido transversal a todos os sectores e a todas as empresas, com especial destaque nas PMEs dos sectores da agricultura, pecuária, pescas e produção de bens de primeira necessidade.

Face ao período homólogo, o crédito a Clientes contraiu cerca de 9.5% como consequência de maturidades de créditos concedidos de grande magnitude, em detrimento dos novos desembolsos. O BCB, no seguimento da continuada aposta no fomento da economia nacional, “Angola é a nossa casa e nós potenciamos o seu crescimento” continua com o compromisso de auxiliar os seus Clientes, negócios, parceiros e as comunidades onde estes operam, sendo mais do que um Banco - mudando a vida das pessoas.

O Rácio de transformação sofreu um decréscimo em 43pp, essencialmente devido à redução da carteira de créditos e ao aumento significativo da base de recursos de Clientes, fazendo com que este rácio se cifrasse em 33.2% em Dezembro de 2023, face aos 76% no período homólogo.

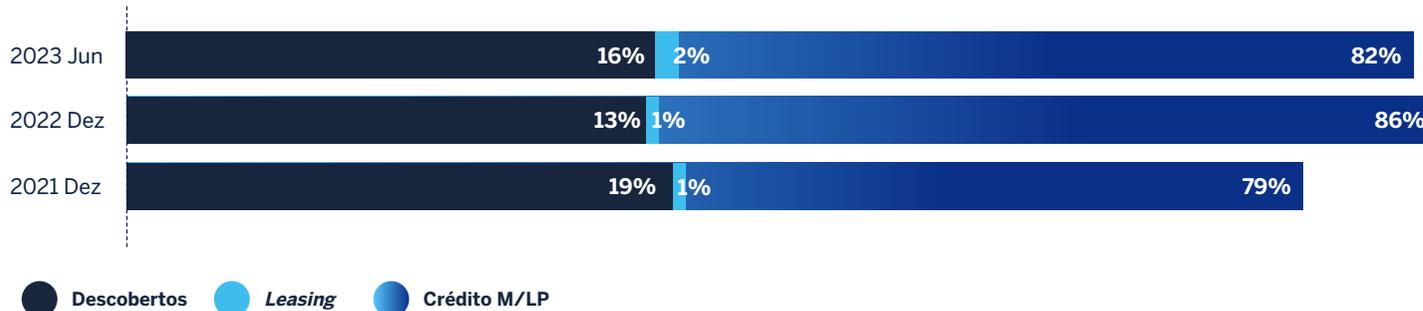
Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mantiveram-se constantes, com uma taxa na ordem dos 0,9% muito abaixo do nível médio do mercado que se encontra em níveis médios acima dos 14%, evidenciando, uma vez mais, o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

Crédito por tipologia de Clientes (Milhões Kz)



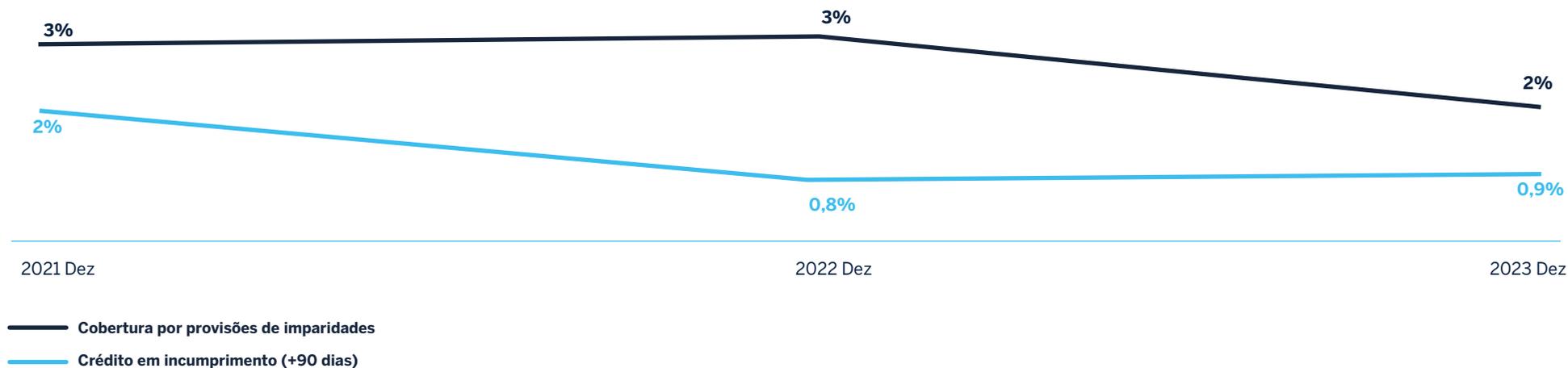
- Médias empresas
- Micro e pequenas empresas

Evolução dos Produtos de Crédito (em %)



As propostas de créditos de médio longo prazo, embora tenham contraído 4pp face ao período homólogo, continuam a ser o produto predominante na carteira de créditos do BCB.

Qualidade da Carteira de Crédito (em %)

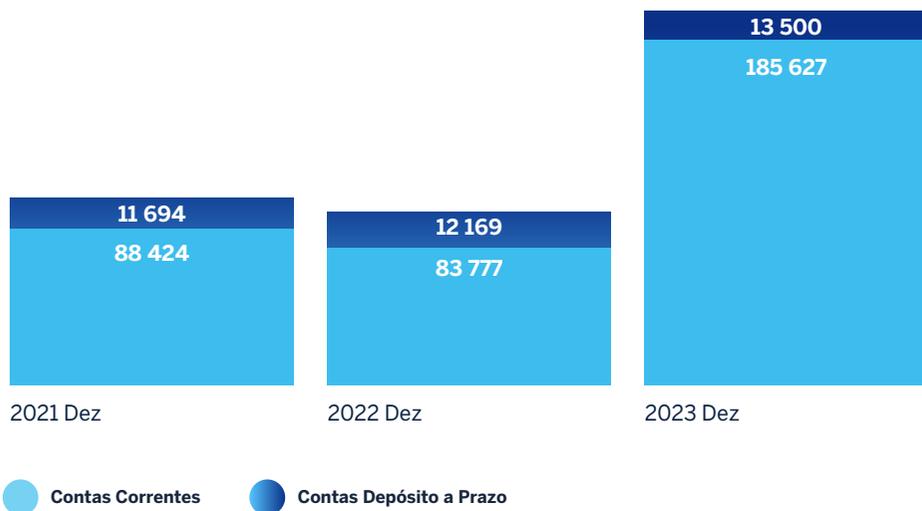


Recursos de Clientes

Como resultado do maior envolvimento com os Clientes e aumento da base de Clientes activos, os recursos de Clientes ascenderam a 193 627 milhões de Kwanzas, o que representou um crescimento de 100% face ao período homólogo.

Em relação à dispersão de depósitos captados em função da moeda contratada, verificou-se o aumento da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 70% da carteira total, que se traduz numa contracção de 2pp face ao período homólogo. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se em 58 758 milhões de Kwanzas, um aumento de 117% face a Dezembro de 2022, justificada pelo aumento dos Depósitos de Clientes em ME e, também, pelo efeito da desvalorização do Kwanza. Importa enfatizar que o Standard Bank Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira (ME) dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento das leis e das normas vigentes.

Depósitos por Produto (milhões de Kwanzas)



01

02

03

04

05

06



A Estratégia do BCB

O BCB considera que, para vencer no mercado angolano, é indispensável criar valor para os Clientes, construir relações duradouras que nos tornam parceiros, contribuindo assim para o crescimento de Angola. Isto traduz-se na valorização dos Colaboradores do Banco, proporcionando-lhes um ambiente constante de equidade, diversidade, actualização de competências e reconhecimento, uma vez que desempenham um papel crucial na concretização da estratégia.

Nesta senda, tendo o pilar do “foco no Cliente” como propósito primário, o Standard Bank de Angola tem como propósito estabelecer relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos Clientes desde o início da constituição até ao crescimento dos seus negócios. O objectivo é, deste modo, ser o líder na Experiência do cliente em Angola.

A estratégia desencadeia-se, igualmente, pela aquisição de novos ecossistemas, maximizando assim a banca comercial e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla. O BCB continuará a desenvolver a relação com os seus Clientes olhando para o horizonte dos seus ecossistemas a fim de ter maior entendimento de toda a sua cadeia de valor para poder oferecer soluções efectivas e aconselhamento financeiro adequado às necessidades dos seus Clientes.

O BCB quer-se destacar pela qualidade dos serviços prestados, por isso investe de forma consistente e contínua na capacitação das Equipas através de programas de formação, que englobam desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais.

01

02

03

04

05

06

4.1.3

Banca de Particulares e Privada

A Direção de Banca Particulares e Privada (BPP) tem como missão primordial inspirar confiança nas pessoas, capacitando-as a atingir uma qualidade de vida superior. Comprometida com a construção e salvaguarda de uma base de Clientes de elevado valor, o Standard Bank de Angola (SBA) definiu o objectivo de estabelecer e proteger a base de Clientes de maior valor. Para isso, foram redefinidos os segmentos servidos, incluído o *Private* e Elevado Património, *Prestige* e Particulares. Esta abordagem permitiu ajustar a proposta de valor para os Clientes.

A equipa concentra-se em oferecer uma vasta gama de serviços de excelência, assegurando um atendimento ao Cliente diligente e de qualidade superior. Esta prestação de serviços é entregue por uma equipa de profissionais qualificados e dedicados à oferta do melhor serviço. A equipa está empenhada em encontrar soluções que atendam às exigências específicas de cada Cliente, visando garantir a sua fidelização e retenção a longo prazo.

Além disso, a direcção de Banca Particulares e Privada investe continuamente em inovação e tecnologia para aprimorar a experiência do Cliente, sustentando, ao mesmo tempo, uma abordagem personalizada.

A visão que pretende o SBA é ser reconhecido não apenas como prestador de serviços financeiros mas como parceiro de confiança, orientando os Clientes para um futuro financeiro mais seguro e próspero. Ao agir com integridade, transparência e dedicação ao Cliente, construirão relações sólidas e sustentáveis que perdurarão ao longo do tempo.

01

02

03

04

05

06

Visão Geral

Os resultados da actividade comercial da unidade de negócio Banca de Particulares e Privada foram em linha com os objectivos do ano, com destaque para o aumento da base de Clientes do Banco de 145 267 (2022) para 168 363 (2023).

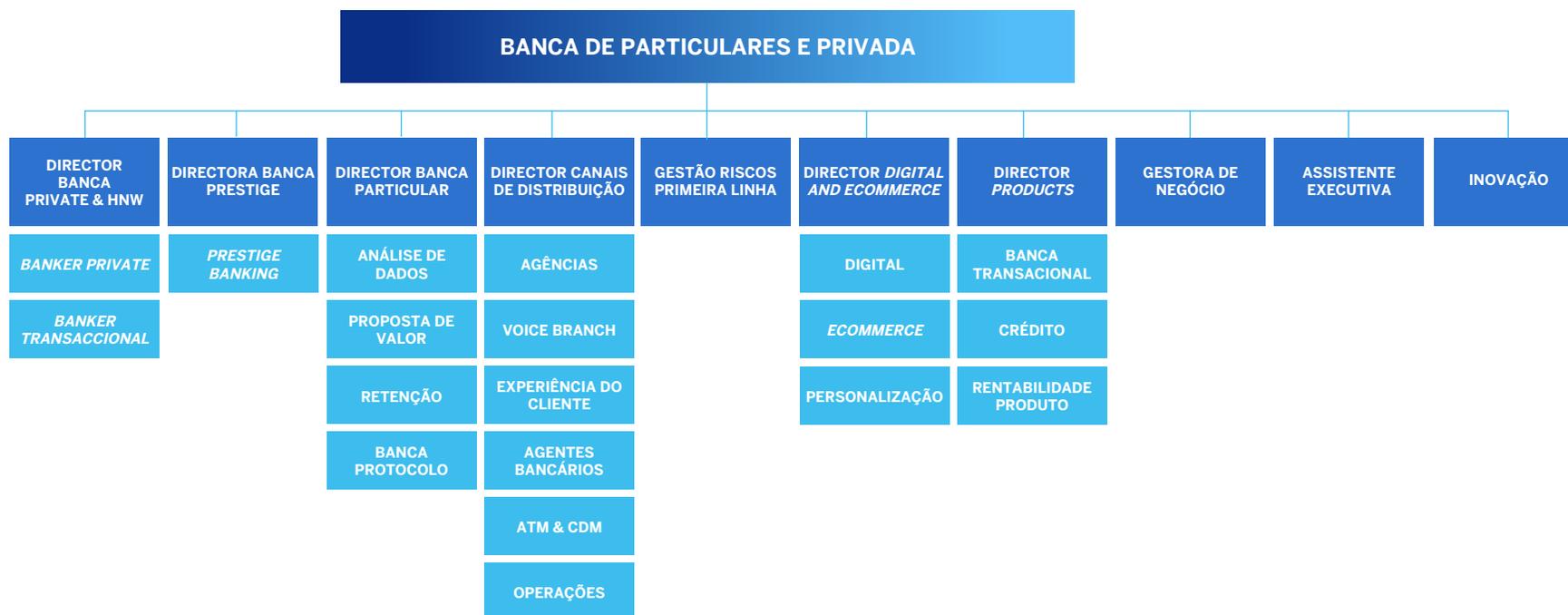
Para atingir esse crescimento, a Direcção implementou diversas iniciativas, concentrando-se na experiência do Cliente. Destaca-se o lançamento da nova proposta de valor para os Clientes dos segmentos Private e Prestige através de protocolos com parceiros estratégicos, com o objectivo de aprimorar a Banca de Protocolo.

Além disso, foram implementadas melhorias para sustentar o crescimento do Banco, por meio do programa “Brilliant Basics”, a revisão do plano de distribuição e pontos de representação do SBA, melhorias contínuas na estabilidade da plataforma digital SB24 e a alteração da plataforma de agentes bancários.

No contexto da expansão da rede bancária e em conformidade com o aviso 18/2022, a unidade de negócio implementou uma série de iniciativas visando aumentar o número de pontos de representação

“Ponto Azul” em diversos municípios, com o intuito de disponibilizar serviços bancários em municípios desprovidos de representação bancária. Foram estabelecidos mais de 40 novos agentes bancários em todo o país, com a finalidade de servir Clientes Particulares, incluindo o incremento de terminais de caixa automático e a inauguração do primeiro quiosque digital para facilitar o quotidiano dos clientes.

Estrutura Organizacional



Desempenho Dezembro 2023

Base de Clientes

No decorrer do exercício de 2023, a Direcção BPP registou um decréscimo do produto bancário de 14% face ao período homólogo, impulsionado substancialmente pela redução registada nos resultados cambiais de 5 938 milhões de Kwanzas em Dezembro de 2023 face a Dezembro de 2022.

Durante o ano a Direcção registou um aumento de 15% da base de Clientes, representando 168 363 Clientes (dos quais 73 236 activos) face a Dezembro 2022, passando de 145 267 para 168 363 Clientes totais e 73 596 para 73 236 clientes activos, respectivamente.

A estabilidade da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos Colaboradores.

O desempenho global do Net Promoter Score do SBA, que avalia os níveis de satisfação dos clientes, tem aumentado consistentemente ano após ano. Isso resulta da implementação contínua da estratégia, que se mantém firme no compromisso constante com o foco na experiência dos clientes.

-14%

Decréscimo do produto bancário

2 746 Milhões de Kzs

-0,49%

Decréscimo dos Clientes activos

73 236 Clientes activos

+45%

Crescimento nos recursos de Clientes

40 069 Milhões de Kzs

Base de Clientes



SB24

Considerando a experiência do Cliente e os dados partilhados com o BPP, o SBA constatou que a maioria das inquietações estavam relacionadas com a disponibilidade da plataforma. Assim, durante o ano, o BPP embarcou numa jornada focada principalmente em garantir a estabilidade do SB24, introduzindo melhorias tanto a nível da aplicação como da infraestrutura. Desta forma, foi possível observar que a baixa disponibilidade teve um impacto imediato na redução do desempenho para os Clientes digitais, em comparação ao período anterior.

Diante das ações realizadas, é evidente uma melhoria no nível de disponibilidade da plataforma, passando de 92% para 99,7%. Isso teve um impacto directo no processo de adoção de Clientes digitais, que está em 47%, e na experiência do utilizador final.

Agentes Bancários

Durante o ano em análise, a Direcção definiu como principais metas a proximidade com os Clientes e a flexibilização dos horários de atendimento. Para alcançar tais objectivos e em cumprimento do aviso 18/2022, a BPP expandiu a sua rede de representação para a província do Uíge, inaugurando três novos agentes bancários nos municípios de Bembe, Mucaba e Uíge. Vale ressaltar que, anteriormente, nem Bembe nem Mucaba contavam com representação de outros Bancos. Além disso, destacamos a presença do SBA no município sede do Bengo.

Essas iniciativas refletem o compromisso do Banco em ampliar a acessibilidade dos serviços financeiros aos seus Clientes, promovendo maior inclusão e comodidade nas suas operações bancárias. A abertura de novos agentes bancários em regiões estratégicas visa atender às necessidades específicas dessas comunidades e fortalecer a presença do SBA no mercado.

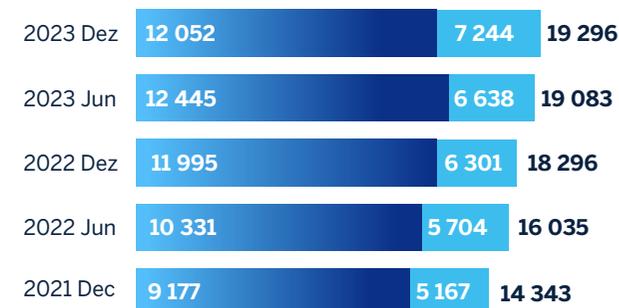
Ao longo do ano, essas medidas mostraram-se positivas, resultando num aumento significativo no número de Clientes atendidos e em maior flexibilidade de horários para transações financeiras. Com a continuidade dessas estratégias de expansão e atendimento, o SBA espera alcançar resultados ainda mais expressivos nos próximos períodos.

Crédito

A Direcção procura apoiar e melhorar a vida das pessoas através da concessão de crédito. A Direcção aumentou substancialmente o crédito líquido, na ordem de 6%. No que concerne à oferta de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se um decréscimo de -1% no crédito consumo e um aumento de 45% no crédito à habitação comparativamente a Dezembro de 2022. Verificou-se uma redução de 6 p.p no rácio de transformação entre os depósitos e créditos face ao período homólogo.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 3.4%, muito abaixo do benchmarking do mercado que se encontra acima dos 14% e 0.4 pontos percentuais acima de Dezembro de 2022, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

Crédito por segmento de Clientes (milhões de Kwanzas)



● Private banking ● Personal Banking

Evolução dos Produtos de Crédito (em %)



● Leasing
 ● Cartões de crédito
 ● Crédito ao consumo
 ● Crédito à habitação

Qualidade da Carteira de Crédito (em %)



Depósitos

A Direcção de BPP continua a aplicar a sua estratégia de diversificação de produtos, mantendo preços competitivos. Os depósitos dos Clientes atingiram 129 444 milhões de Kwanzas, um aumento de 45% em relação a Dezembro de 2022.

Este crescimento resultou do foco na digitalização, atendimento qualificado em diversos pontos de atendimento, oferta de produtos adequados às necessidades dos Clientes e um esforço contínuo na inclusão financeira. Observou-se que a concentração dos depósitos em moeda nacional manteve-se forte, representando 80% da carteira total, o que resultou num aumento 24 pontos percentuais em relação ao período anterior. Por outro lado, os depósitos em moeda estrangeira alcançaram 25 468 milhões de Kwanzas, um aumento impressionante de cerca de 105% desde Dezembro de 2022. O SBA mantém o compromisso de permitir a movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem restrições, desde que estejam em conformidade com a legislação e normas vigentes.

01

02

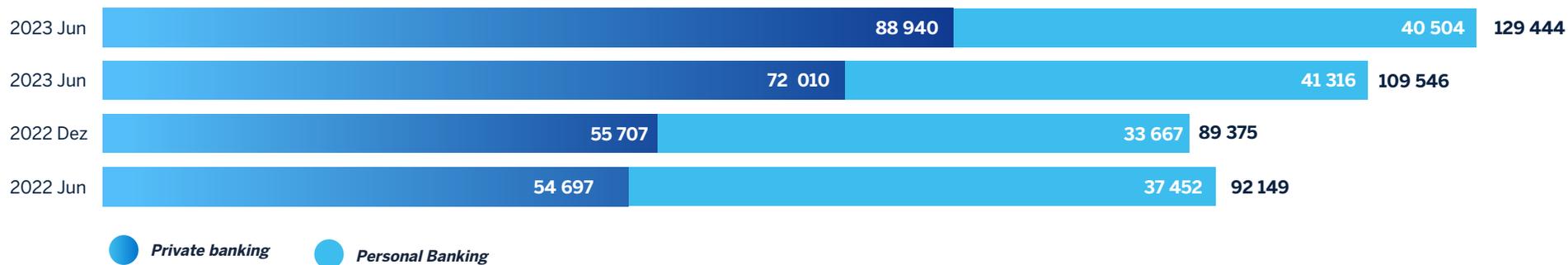
03

04

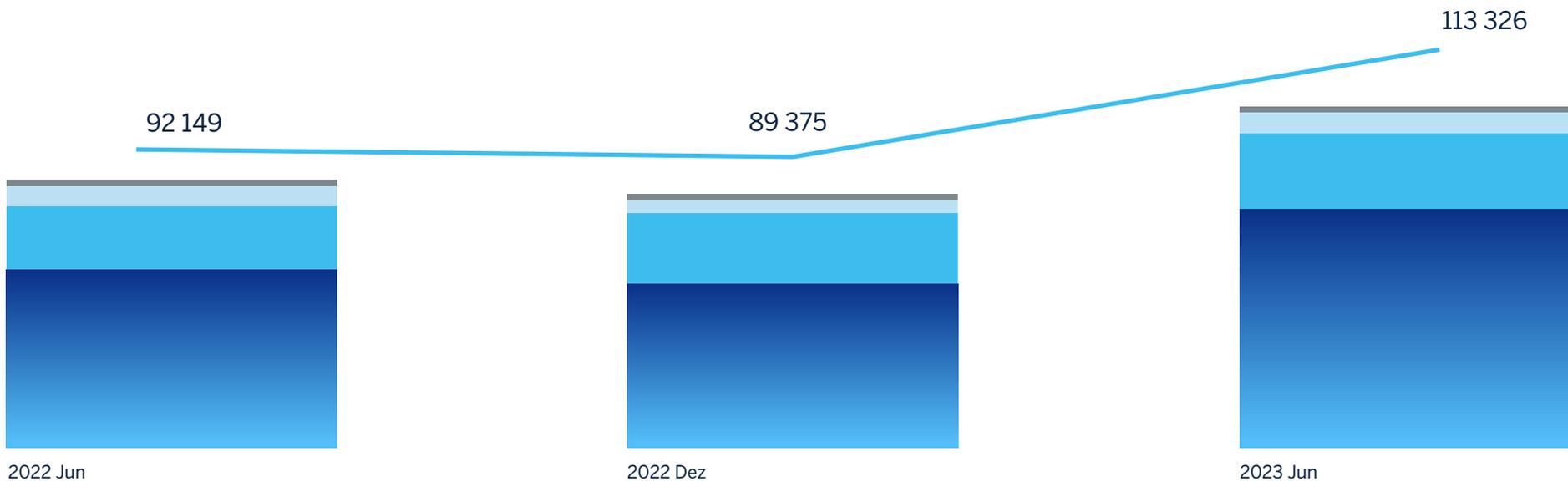
05

06

Depósitos por tipologia de Clientes (milhões de Kwanzas)



Depósitos por produto (milhões de Kwanzas)



● Contas Correntes
 ● Depósitos a prazo
 ● Contas Poupança
 ● Outros depósitos
 — Total



Canais de Distribuição

O SBA está presente em 9 províncias (Luanda, Bengo, Cabinda, Namibe, Huíla, Uíge, Benguela, Huambo e Lunda Sul), contando com uma rede comercial composta por 247 pontos físicos e uma agência voz.

01

02

03

04

05

06

16

Agências

3

centros de empresa
(serve Clientes do segmento BCC)

1

posto de atendimento

1

Quiosque digital

3

suite private

111

Agentes bancários
Ponto Azul

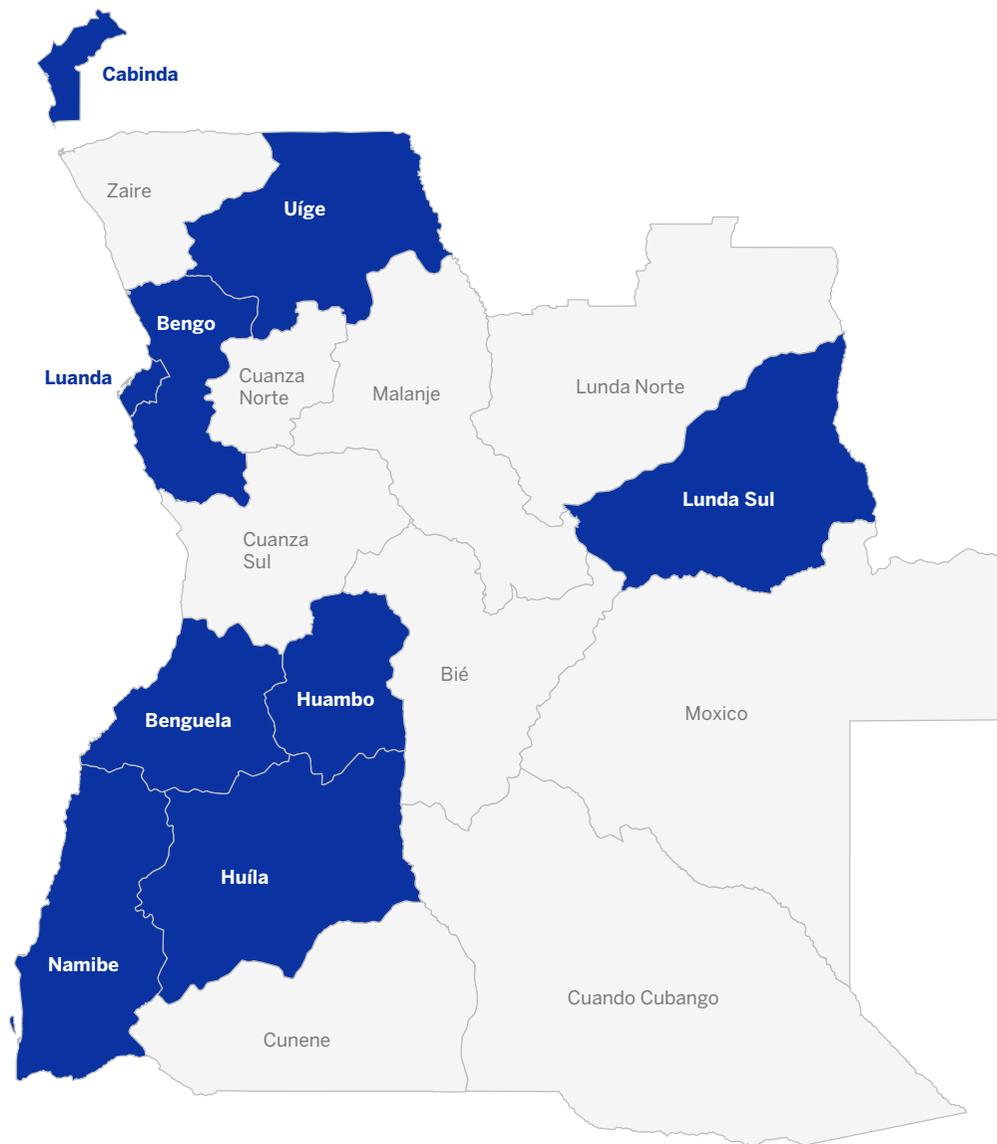
107

Terminais Caixa
Automático

1

agência voz

	Agências	AGB	ATM
Cabinda	1	4	3
Luanda	11	79	90
Huambo	1	5	2
Benguela	1	2	3
Huíla	1	10	3
Namibe	1	6	4
Bengo	0	1	1
Uíge	0	3	1
Lunda-sul	0	1	0
	16	111	107



01

02

03

04

05

06

4.1.4

O que foi feito pelos Clientes

Standard Bank celebra protocolo com a Azule Energy

No dia 11 de Dezembro de 2023, o Standard Bank de Angola e a Azule Energy celebraram um protocolo para a atribuição de um conjunto de benefícios aos quadros da Azule Energy, que vão desde produtos de crédito a serviços à medida, a um preço e condições especiais.

A cerimónia de assinatura do protocolo teve lugar na sede da Azule Energy, uma companhia internacional de energia baseada em Angola, com mais de 800 colaboradores e cuja missão passa por desenvolver o sector energético de Angola e ajudar o país na sua transição para fontes mais limpas.

O objectivo deste acordo é adicionar valor e melhorar a vida das famílias angolanas, melhorar a experiência do Cliente e satisfazer as suas necessidades mais prementes.

Destacam-se ainda como benefícios do acordo, a satisfação do Cliente, o incremento no volume de negócio directo (Clientes particulares), o maior fluxo de negócio marginal por arrasto, uma maior capacidade na cadeia de valor, o potencial aumento do *revenue* via carteira de crédito e a melhoria da experiência do Cliente.

Este acordo foi assinado pelo CEO do Standard Bank e pelo CEO da Azule Energy.

Jantar de Clientes CIB

O CIB realizou no dia 30 de Novembro, mais um jantar para os seus Clientes. Este é um evento anual que tem como objectivo estreitar relações e obter *feedback* dos parceiros, com o intuito de corresponder cada vez mais às suas expectativas.

Standard Bank estabelece parceria com a ENSA para Banca e Seguros

O Banco realizou um acordo de parceria com a ENSA Seguros de Angola no âmbito da estratégia de negócio, com o propósito de melhorar e diversificar a oferta de produtos e serviços disponibilizados pelo SBA aos Clientes e colaboradores.

Os acordos de *Bancassurance* envolvem integração de produtos de serviços bancários e de seguros, com vantagem tanto para o Banco quanto para os Clientes num único ponto de contacto.

Para o Banco, será adicionada uma fonte adicional de receitas através da venda de produtos de seguros, fidelização de Clientes, controlo do negócio do Cliente e para os Clientes pela conveniência ao aceder a serviços bancários e seguros num único local, com ofertas personalizadas, competitivas e profissionais com vasta experiência. Há muito que os Clientes solicitavam uma maior diversificação da oferta de seguros.

01

02

03

04

05

06

|| Lançamento da Standard Invest SDVM – Distribuidora do Grupo Standard em Angola

Foi lançada no dia 15 de Novembro a Standard Invest (SI). Esta tem como objectivo promover a democratização de acesso aos mercados financeiros para os Angolanos, como também ser o parceiro de referência no mercado de capitais angolano, entregando as soluções financeiras que permitem atingir sustentadamente os propósitos e ambições dos Clientes.

A SI pretende, assim, desenvolver as suas actividades, guiada por uma cultura corporativa moldada por três valores fundamentais: **Excelência, Inovação e Parceria**.

Através de uma estratégia essencialmente focada em canais digitais, procurará desenvolver soluções inovadoras que permitam aos Clientes e Parceiros, transaccionar valores mobiliários nos mercados financeiros, apostando na rapidez, segurança e resiliência.

Pretende ser uma entidade de referência no mercado de capitais angolano, proporcionando um serviço de excelência, de confiança e criadora de valor sustentado no tempo.

Complementar aos serviços dos investidores, a Standard Invest posiciona-se como um parceiro estratégico das empresas, com ambição de entrar no mercado de capitais angolano através da assessoria de soluções de *Corporate Finance*, Intermediação Financeira, Consultoria Estratégica de acesso ao mercado de capitais tanto obrigacionista como no mercado accionista, com a devida atenção das diversas opções para os diferentes momentos da vida das organizações.

A Standard Invest é assim a mais nova Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários em Angola e está em condições de abrir Contas de Custódia de Clientes.

|| 3ª Edição do *Briefing Económico* 2023:

O Standard Bank de Angola (SBA) realizou a 3ª edição de 2023 do *Briefing Económico*, no passado dia 08 de Novembro, um evento periódico, dirigido aos Clientes da instituição, reguladores e instituições públicas, que apresenta uma visão geral sobre a conjuntura macroeconómica e perspectivas para o futuro da economia, revelando, por um lado, um conjunto de evoluções positivas e favoráveis para a economia nacional e, por outro, alguns dos desafios que se mantêm. O tema desta Edição foi: “os caminhos para a recuperação económica”.



01

02

03

04

05

06

Patrocinador Master do Lançamento Oficial da Câmara de Comércio e Indústria Angola e Moçambique (CCIAM)

O Standard Bank de Angola foi patrocinador Master do Lançamento Oficial da CCIAM - Câmara de Comércio e Indústria Angola e Moçambique, que se realizou no dia 15 de Novembro de 2023. A CCIAM, tem como objectivo promover o desenvolvimento económico e as relações comerciais entre Angola e Moçambique.

O Banco será um dos parceiros estratégicos da CCIAM, considerando o interesse do SBA em apoiar o desenvolvimento económico entre a República de Angola e a República de Moçambique.

Este apoio será feito através da promoção do comércio bilateral e o investimento entre empresas angolanas, moçambicanas e Clientes do Standard Bank na facilitação do acesso a serviços financeiros, incluindo financiamentos de projectos e programas de apoio ao comércio e na realização de eventos conjuntos, seminários e workshops para promover a educação financeira e a consciencialização sobre as oportunidades de negócio.

Standard Bank de Angola e PLMJ Colab Angola – RVA Advogados promovem Conferência sobre Energias Renováveis

Standard Bank de Angola e a PLMJ Colab Angola – RVA Advogados promoveram, no dia 7 de Novembro de 2023, uma Conferência sobre “Energias Renováveis em Angola”, com o objectivo de fazer o enquadramento e analisar os Desafios do sector energético no país.

A sessão, destinada essencialmente para os organismos públicos teve também como propósito a consolidação dos conceitos sobre Financiamento Sustentável, como angariar capital no formato de *Green* e *Social Bonds* e ou Empréstimos, Quadro Legal e Regulamentar e Factores Desbloqueadores para o alcance deste tipo de Financiamento.

Standard Bank de Angola patrocina a 4ª Edição da Cimeira Lusófona de Liderança

O Banco patrocinou a 4ª Edição da Cimeira Lusófona de Liderança. Trata-se de um dos maiores eventos de Liderança na Lusofonia e pretende contribuir para a partilha de ideias, experiências e case-studies.

O evento realizou-se no dia 5 de Outubro de 2023 e contou, no painel de oradores, com os Administradores Executivos do SBA, Yonne de Castro e Eduardo Clemente, que abordaram os temas: Liderança Feminina e como a Tecnologia pode facilitar a Liderança da Mudança.

01

02

03

04

05

06

Grupo Standard Bank lança Sociedade Gestora de Activos (SGA) em Angola

No dia 27 de Setembro, o Grupo Standard Bank lançou a Standard Gestão de Activos (SGA), uma instituição financeira não bancária, que tem como objecto social a estruturação, comercialização e gestão profissional de Organismos de Investimento Colectivo (OIC) e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. Esta é detida integralmente pelo Grupo Standard Bank, através da sua holding em Angola - Standard Holdings Angola, foi apresentada no Marina Baía Yacht Club, Ilha de Luanda.

A Standard Gestão de Activos oferece os serviços de consultoria de investimento e comercialização de unidades de participação de fundos de investimento, por si geridos.

O primeiro serviço destina-se a investidores institucionais e pressupõe aconselhamento sobre carteiras de investimento em valores mobiliários. Já a comercialização de unidades de participação de fundos de investimento, destina-se à generalidade dos investidores que pretendem investir no mercado de capitais através de uma entidade especializada, que põe à sua disposição um ou vários fundos de investimento que permitem ao investidor fazer a sua selecção de acordo com o seu perfil de risco.

A SGA pretende ser o parceiro de acesso de todos os Angolanos às oportunidades do mercado de capitais, independentemente de onde estes tenham as suas contas bancárias domiciliadas, através dos seus canais de comercialização próprios ou do estabelecimento de parcerias com outras entidades.



01

02

03

04

05

06

Reactivação do *E-Market Trader* nas Agências:

Com o objectivo de melhorar a experiência dos Clientes e conferir maior celeridade ao processo de Compra e Venda de Notas ao balcão, o Banco repôs os acessos na Plataforma *e-Market Trader* à Equipa da Banca de Particulares e Privada para as operações em USD.

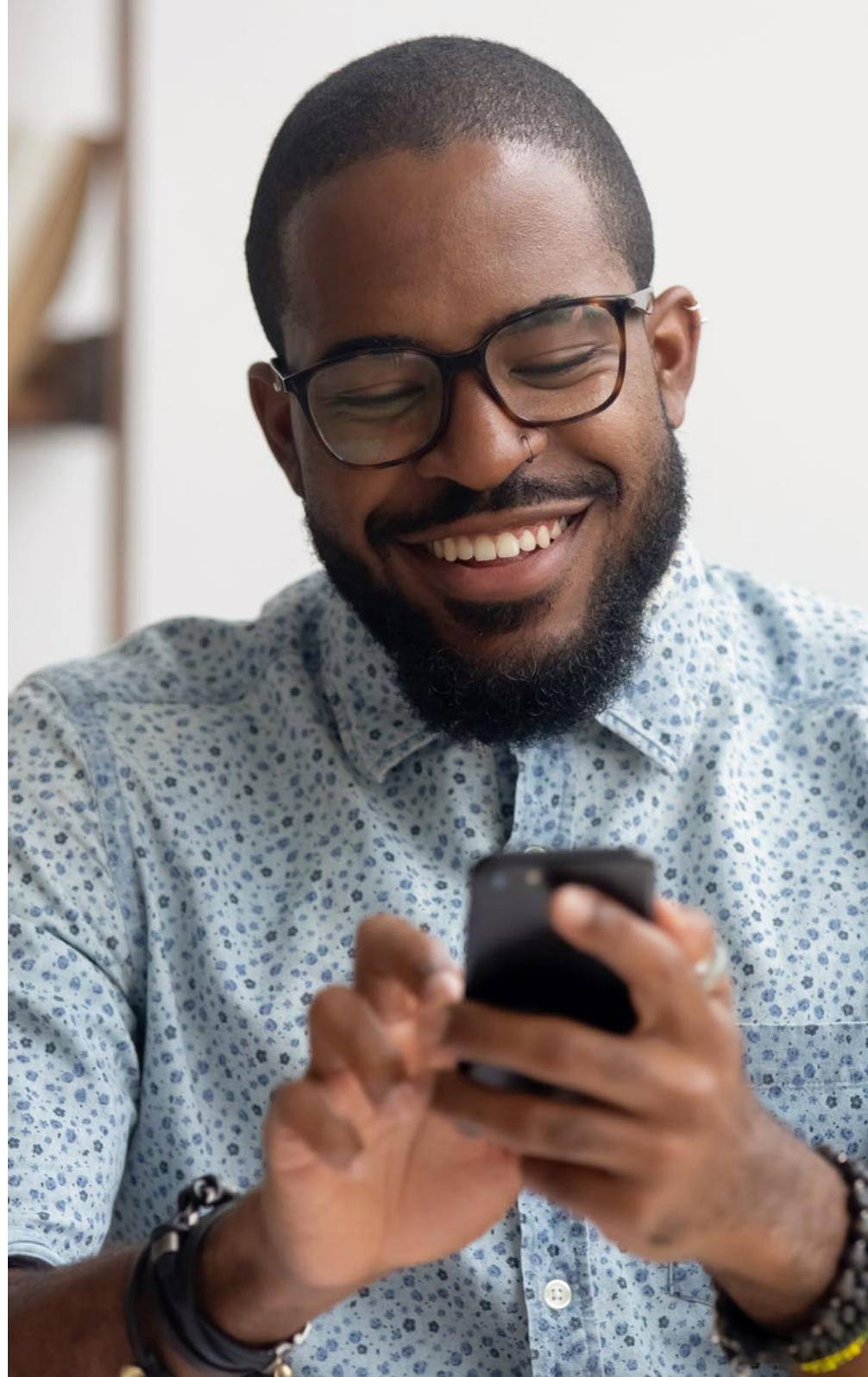
Standard Bank de Angola patrocina o XIII Fórum da Banca - “O Impacto das Privatizações e da Entrada em Bolsa dos Bancos Comerciais”

O Banco patrocinou o XIII Fórum da Banca, que teve como tema: “O Impacto das Privatizações e da Entrada em Bolsa dos Bancos Comerciais”.

O Fórum realizou-se no dia 21 de Julho de 2023 e pretendeu projectar possíveis alterações no capital social de algumas instituições bancárias, privatizações, fusões ou a entrada de parceiros externos. Foi também abordado as oportunidades que o mercado de capitais pode trazer à banca comercial, na exacta medida que se torna mais madura e mais eficiente.

2ª Edição do Briefing Económico 2023

O Standard Bank de Angola (SBA) realizou a 2ª edição de 2023 do Briefing Económico, no dia 12 de Julho, que teve como tema: **Estratégias de diversificação económica**. Angola emitiu recentemente sinais de que pretende acelerar reformas económicas para reduzir a dependência no petróleo e aumentar a resiliência da economia, tendo contado com a presença dos Clientes da instituição, reguladores e instituições públicas.



01

02

03

04

05

06

Standard Bank estabelece parceria com a AutoSueco e Automaquinaria

No âmbito da estratégia de negócio do SBA, com o propósito de melhorar e diversificar a oferta de produtos e serviços disponibilizados pelo Banco aos Clientes e colaboradores, foi realizado um acordo de parceria com a AutoSueco e a Automaquinaria.



Angola Dashboard dos Ecosistemas

A Estratégia dos Ecosistemas é uma estratégia diferenciadora. Traduz-se na forma como o Standard Bank se posiciona no mercado para captar Clientes, passa por desenvolver um relacionamento sólido com os Clientes, com o objectivo de criar valor para toda sua cadeia (Fornecedores, Clientes, Distribuidores, Parceiros, Colaboradores, etc...) bem como as comunidades onde operam.

O Standard Bank está num universo cada vez mais *V.U.C.A* (*Volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous* em Inglês) – volátil, incerto, complexo e ambíguo onde o entendimento do Cliente é crucial para estar à altura de responder às suas necessidades e adicionar valor.

Standard Bank de Angola participa na Feira Internacional das Embaixadas e da Cooperação 2023

O Banco participou na Feira Internacional das Embaixadas e da Cooperação 2023. O evento realizou-se nos dias 21, 22 e 23 de Junho de 2023. Esta iniciativa, promovida pelo Ministério das Relações de Exteriores de Angola, está enquadrada no âmbito da diplomacia económica do Governo de Angola. Sendo que, durante os três dias da Feira foram abordados os seguintes temas:

- Diplomacia Económica com acção focada na captação de Investimento Estrangeiro;
- Administração Geral Tributária;
- ARSEG - Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros;
- INFOTUR – Instituto de Fomento Turístico de Angola;
- AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola.

01

02

03

04

05

06



Standard Bank de Angola promove o Padel Open

O Banco organizou o seu 1º Torneio de Padel - Standard Bank Padel Open, modalidade desportiva que mais cresce em todo o mundo e também em Angola. Este evento desportivo teve lugar entre 10 e 18 de Junho de 2023, no *Playtime* no *Belas Shopping*.

Durante o período do torneio houve acções de activação da marca SBA e a presença dos Gestores do Standard Bank, com o intuito de interagir com os participantes do evento e espectadores, com o objectivo de apresentar os produtos e os serviços do Banco.

Standard Bank de Angola patrocina o III Fórum Indústria:

O Banco patrocinou o III Fórum Indústria que teve como tema: “O Triângulo do Desenvolvimento Industrial – Infraestruturas, Investimento e Ambiente de Negócios”.

O Fórum realizou-se no dia 12 de Maio de 2023 e pretendeu promover um amplo debate sobre questões ligadas ao ambiente de negócios, infraestruturização dos polos industriais, qualidade da mão-de-obra técnica, captação de investimento nacional e estrangeiro, incentivos para os investimentos fora das grandes cidades e acessibilidades.

No evento marcaram presença os principais protagonistas do sector, nomeadamente o Ministro da tutela, a AIPEX e os representantes das empresas mais importantes do mercado.

Inovação e Engenharia – *LinkedPay*

Um dos objectivos estratégicos do SBA passa pela criação de soluções inovadoras que visam melhorar a experiência dos Clientes. Neste sentido, o Banco trabalhou com a entidade *LinkedPay* SA, detentora do aplicativo *LinkedPay* com o intuito de impulsionar a transformação digital, aumentando o nível de digitalização de pequenos negócios.

O propósito é estabelecer uma integração que permita que os utilizadores realizem depósitos e levantamentos em tempo real na carteira digital *LinkedPay* através da sua conta no Standard Bank.

01

02

03

04

05

06



1ª Edição do Briefing Económico 2023

O Standard Bank de Angola (SBA) realizou a 1ª edição de 2023 do Briefing Económico, no dia 19 de Abril, que teve como tema: “Angola, sustentabilidade do desenvolvimento económico” considerando os desafios para acelerar o investimento público e privado.

Standard Bank de Angola patrocina a V Conferência sobre Agricultura

O Banco foi um dos principais patrocinadores da V Conferência sobre Agricultura subordinada ao tema: “Agro-Indústria, a Reserva estratégica Alimentar (REA) e as razões por que continuamos a depender de importações”.

Este evento reuniu especialistas do agronegócio, produtores, gestores públicos e privados, em particular do sector financeiro, para mais uma vez, avaliar os resultados do financiamento ao sector produtivo, o crédito agrícola e os programas de fomento da agricultura familiar e de reforço das cadeias de distribuição e comercialização. O evento realizou-se no dia 15 de Fevereiro.

01

02

03

04

05

06



Inauguração Quiosque Digital Shoprite Belas

Foi inaugurado no dia 4 de Dezembro de 2023, o primeiro Quiosque Digital do SBA localizado no *Belas Shopping*, Talatona, Província de Luanda. Um dos principais objectivos é o Foco no Cliente. Por isso, o Banco está a investir mais em tecnologia para simplificar o dia-a-dia dos Clientes.

Feira Internacional de Luanda 2023

O Banco participou na 38ª Edição da FILDA – Feira Internacional de Luanda, tendo sido premiado com a Melhor Participação da Banca e Serviços Financeiros. Durante o período do evento foram disponibilizados alguns produtos e serviços, nomeadamente, o Ponto Azul, Abertura de Contas, Risco e Poupa, SB24 e *Leasing* Empresas.

01

02

03

04

05

06



Feira Internacional de Benguela

O Standard Bank esteve pela 1ª vez na FIB – Feira Internacional de Benguela que culminou com atribuição do Prémio de Melhor Participação da Banca do certame, marcando deste modo um ponto de viragem no posicionamento do Banco, enquanto instituição de grande relevância em Angola.

SB24

Ao longo do ano houve melhorias de funcionamento e de usabilidade nas transferências para o mesmo Banco, outros Bancos e transferências internacionais. A partir desta versão já é possível efectuar transferências para outros Bancos com opção urgente (disponibilidade do valor ser creditado na conta do destinatário em tempo real). Passaram a estar também disponíveis duas novas funcionalidades existentes em *Web*, nomeadamente consulta de extracto de conta para os Clientes com *Lasernet* activo no T24 e disponibilidade do *Chatbot*.

Transferências

- Transferências para mesmo Banco;
- Transferências para outro Banco;
- Transferências Internacionais;
- Transferências urgentes: opção disponível na transferência com destino para outro Banco. Sendo a transferência creditada no momento.

Correções de *bugs*

- *Crashes* das *Apps* (iOS e Android);
- Performance: melhorias no tempo de resposta e instabilidade.

Novas funcionalidades

- Extracto de Conta - consulta disponível apenas na versão *web* para Clientes com serviço de *Lasernet* subscrito;
- *Chatbot* – disponível apenas em *web* para consulta de informações pré-configuradas;
- Registo de Contas Simplificadas – Clientes com Contas Simplificadas já podem efectuar o registo com restrições para transferências internacionais;

01

02

03

04

05

06

4.2

Pessoas e Cultura



01

02

03

04

05

06

4.2.1

Capital Humano

Pessoas e Cultura

O SBA tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, mais uma vez através da execução da sua estratégia de crescimento com foco na melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Com um contexto económico desafiante, os resultados alcançados durante o ano de 2023 traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores. Para tal, a Direcção de Pessoas e Cultura (DPC) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem como grande propósito melhorar os níveis de satisfação e motivação dos seus Colaboradores.

A Direcção de Pessoas e Cultura mantém a visão “ser a melhor organização para trabalhar” e assenta em 3 pilares estratégicos: desenvolver os líderes do Futuro de Angola, ser uma Organização de aprendizagem constante e ágil, e ainda ter um ADN digital.

Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção, crescimento e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos Clientes tanto internos como externos. O Banco tem nos seus Colaboradores o activo mais importante e só assim consegue assegurar a excelência e qualidade do serviço.

Direcção de Pessoas e Cultura

A DPC do SBA é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão de pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e conseqüente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação desta Direcção. A DPC possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e em 2023 continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos.

Principais Responsabilidades

- 01 **Gerir o processo de recrutamento do SBA**, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores;
- 02 **Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco**, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos e da definição de planos para retenção e/ou sucessão de Colaboradores;
- 03 **Gerir toda a proposta de valor ao colaborador**, nomeadamente a definição da estratégia de remuneração e benefícios, o processamento de salários e subsídios e a definição de parcerias que sejam vantajosas para os colaboradores;
- 04 **Monitorizar o processo de avaliação** de desempenho, de revisão salarial, de atribuição de bónus aos Colaboradores e a gestão de processos disciplinares;
- 05 **Definição e implementação de uma estratégia de bem-estar** que beneficie todos os colaboradores.

01

02

03

04

05

06

Pilares de Actuação 2023

A estratégia para 2023 foi assente em 3 pilares de actuação que visam: acelerar a liderança eficaz, capacitar a força de trabalho do Futuro (através da aquisição e retenção de talentos críticos e do desenvolvimento de habilidades e capacidades críticas) e ainda sustentando o impulso na execução da estratégia.

De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, a Direcção de Pessoas e Cultura regeu-se por 5 princípios:



Ajudar na melhoria da organização do negócio, de forma a facilitar o trabalho dos nossos Colaboradores no serviço ao Cliente

- Garantir o foco nos pilares “*Future Ready Transformation*”, através do alinhamento da estrutura e das respectivas Unidades de Negócio;



Reforçar parcerias com os líderes para acelerar o crescimento da Cultura Standard Bank

- Reduzir barreiras entre lideranças e linhas hierárquicas na gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, que possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;
- Definição das prioridades a nível de competências para desenvolver os Colaboradores;
- Reforçar a importância e alinhamento da cultura corporativa, assim como das suas lideranças, mantendo o Cliente no centro da Cultura do Banco;
- Continuar o Programa de Graduados;
- Continuar os Seminários trimestrais de Pessoas para Pessoas, de modo a criar uma maior proximidade com a Direcção do Pessoas e Cultura e trazendo temas transversais e de interesse relevante para todos;
- Execução e acompanhamento do *Leadership Effectiveness Program*.

01

02

03

04

05

06



Considerar o Poder dos Dados para tomada de decisões

- Adopção de ferramentas de trabalho direccionadas para a *Cloud*, que permitiram ao SBA adaptar-se ao contexto de pandemia com facilidade e rapidez, promovendo uma cultura mais ágil e mais digital;
- Adopção da ferramenta “*Visier - Meaningful Workforce Insights*” e reforço da sua utilização durante este primeiro semestre;
- Foco no desenvolvimento de competências designadas “*Future Skills*”;
- Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas, com foco no desenvolvimento de plataformas de aprendizagem online;



Orientar os nossos Colaboradores para o melhor desempenho e Reconhecimento dos seus Sucessos

- Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos Colaboradores;
- Desenvolver modelos de compensação associados à performance dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho, com a ferramenta *My Performance*;
- Melhorar a qualidade de vida dos Colaboradores, continuando a recorrer ao programa de bem-estar.



Apoiar os nossos Colaboradores na construção de longas e relevantes carreiras alinhadas com as suas aspirações futuras

- Capacitar os Colaboradores com as ferramentas do futuro, melhorando as suas competências tanto na utilização de ferramentas mais digitais, como as competências humanas;
- Melhorar os programas de Indução e *Onboarding*, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os novos e actuais Colaboradores;
- Continuidade do *Accelerate Program - Phase IV* garantindo melhor desenvolvimento das pessoas SBA nas áreas comerciais;
- Reforço da familiarização dos Colaboradores à utilização da plataforma “*Degreed*” – que integra diferentes soluções de formação e desenvolvimento.
- Continuado investimento os programas de Cultura e Liderança, reforçando a integração dos colaboradores na Cultura do Standard Bank bem como apoiando o reforço das competências de liderança dos líderes do SBA.

01

02

03

04

05

06

Formação e Desenvolvimento

O sucesso do SBA depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente dos que se encontram em posições-chave. Como tal, o SBA tem um foco no investimento à formação e desenvolvimento dos quadros para 2023, com o seguinte enquadramento:

- Propagação da cultura organizacional com o objetivo de uniformizar comportamentos ajustados à cultura, e promover a excelência pessoal e interpessoal dos Colaboradores no desempenho das suas funções;

- No âmbito das novas condições de aprendizagem, o investimento na gamificação do *Learning Hub* veio alterar a forma tradicional de educar os Colaboradores sobre as noções básicas de brilhante bancário, tendo tido um impacto bastante positivo no processo de aprendizagem.

- Formação de líderes com competências de gestão de equipas e de negócio, motivando-as a atingir os objetivos propostos e uniformizar boas práticas de gestão e de negócios transparentes, mobilizadoras e rigorosas;

- O programa de *Coaching* Contínuo para 67 Líderes e membros executivos surgiu como uma oportunidade para os líderes aperfeiçoarem as suas capacidades de inspirar e orientar os membros das suas equipas;

- Promoção de uma visão holística das tendências do futuro das organizações, e da preparação das pessoas para essa transformação, e ainda a capacitação em competências tecnológicas / inovadoras / digitais para o *roadmap* tecnológico do Grupo.

- A formação "*Performance to Potential*" melhorou a capacidade dos Líderes para reconhecerem e desenvolverem o potencial dos membros das suas equipas, o que teve impacto nos números de recrutamento interno.

01

02

03

04

05

06

Sempre com visão para o que o Futuro reserva, o Banco está centrado em preparar as suas pessoas para a expansão das competências, impulsionar a gestão dos talentos e promover o sentido de pertença ao Grupo. No decorrer de 2023 destaca-se:

01

Top 10 Formações com maior adesão (excepto *Compliance*)

A procura pela aprendizagem e a pelo crescimento contínuo, observa-se que tanto *soft skills* como *hard skills* são importantes na organização.

Número de formações
realizadas pelos
Colaboradores SBA

Origem e Destino dos Fundos e Documentos de Suporte	206
<i>Human Centricity vc Client Centricity</i>	238
<i>Workshop do Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP) e Conversas de Carreira</i>	242
<i>Information Risk Appetite Statement Awareness</i>	248
<i>Information Security Classifications and Confident Information</i>	253
Regras e Procedimentos Aplicáveis as Operações Cambiais de Importação e Exportação de Mercadoria Módulo 1 Angola	274
Cultura <i>Webinar</i> Angola	302
<i>Information Security Awareness</i>	307
<i>KnowBe4 Privacy Edition Once More Unto the Breach Retention and Dispos</i>	536
<i>KnowBe4 Privacy Edition Nobody Reads That Stuff Privacy by Design</i>	544

01

02

03

04

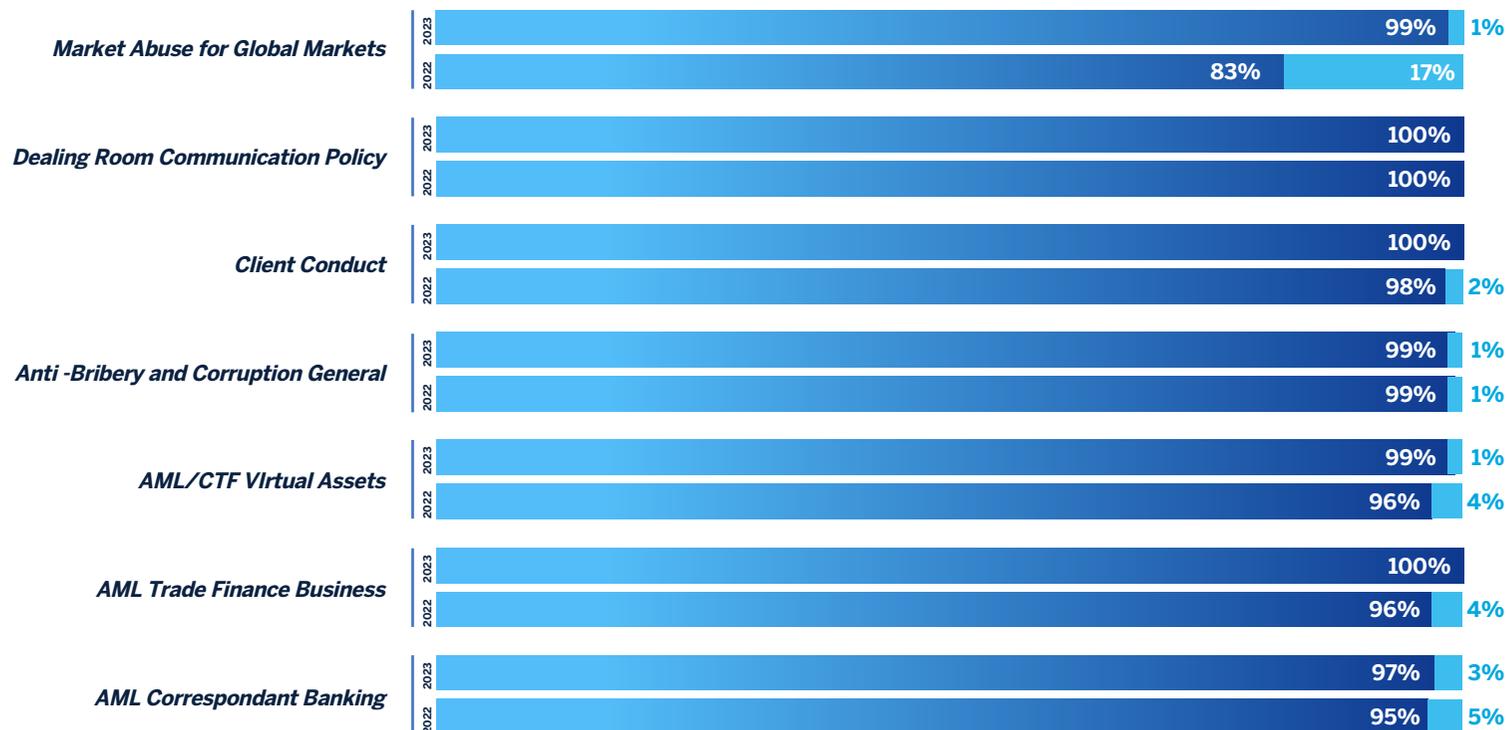
05

06

02 Formações Compliance

Foco na importância de formar todos os Colaboradores em temas de Compliance, sempre com as mais recentes actualizações ao nível Nacional e Internacional

● Concluído ● Não concluído



03 Plataformas de formação mais usadas

O Standard Bank Angola disponibiliza, a todos os seus Colaboradores, plataformas digitais de formação permitindo o acesso ao conhecimento.



Número de horas de formações realizadas pelos Colaboradores SBA em cada plataforma

Resumo do ano



1 689

Acções de formação em sala



16 739

Acções de formação online



20 722

Horas de formação online



729

Colaboradores formados

531 550

Milhares de Kwanzas

Investimento em formação

01

02

03

04

05

06

Estratégia de Bem Estar

Alinhados à estratégia do Banco, a Direcção de Pessoas e Cultura está orientada para o desenvolvimento e implementação de iniciativas direccionadas para o Bem-Estar, Capacitação e adaptação aos três pilares estratégicos do Banco: Foco no Cliente, Pessoas e Cultura e Controlo Interno.

De modo a alcançar o *People Promise* e para ser o melhor lugar para trabalhar a estratégia do SBA está assente em 4 pilares de Bem-Estar: **emocional e mental, social, financeiro e físico.**

Para 2023 o foco continua a ter como principal objectivo dar suporte aos Colaboradores através de programas e iniciativas que visam o desenvolvimento e manutenção de hábitos saudáveis, pelo que as seguintes áreas continuam a ser priorizadas:

Abordagem holística com foco no bem-estar físico, mental, emocional e financeiro

- **No decorrer de 2023 reforçou-se a importância do bem-estar emocional junto dos Colaboradores através de comunicação via email:** iniciou-se as partilhas de bem-estar (com mensagens que visem a reflexão e o incentivo a práticas saudáveis); reforçou-se a continuação do Programa de Apoio ao Colaborador ICAS com intuito de a criar maior envolvimento, conexão e desmistificar” questões relacionadas com o foro psicológico e de modo a incentivar a participação, sempre que necessário (comunicação via email, teasers e junto dos responsáveis de áreas e Colaboradores); estabeleceu-se protocolos com ginásios e escolas e continuou-se a trabalhar no sentido de estabelecer outras parcerias;
- **Durante o ano realizamos os exames periódicos de Medicina Ocupacional** para os colaboradores da sede e de algumas agências sendo que até a data foram realizados exames para cerca de 96% dos colaboradores elegíveis;
- **Inaugurou-se uma sala de amamentação,** um espaço onde as Mamãs do Standard Bank podem com conforto e segurança proceder à extração e armazenamento de leite materno de forma a garantir a continuidade do aleitamento, após o término da Licença de Maternidade;
- **Continuou-se a promover a socialização de colaboradores nas áreas recreativas** nas instalações do Banco, promovendo maior interação entre colegas e momentos de descontração durante os períodos diários de pausa;

- **Celebrou-se o Dia Internacional da Criança** com um domingo de diversão para os filhos dos colaboradores no Parque Kandengolé, tendo os filhos dos colaboradores de fora de Luanda recebido bilhetes para uma sessão de cinema;
- **Foi publicada a Política de Trabalho Remoto,** destinada a auxiliar os responsáveis das áreas na implementação de acordos de trabalho remoto, destacando áreas a serem consideradas e fornecendo conselhos e informações práticas, permitindo que os colaboradores façam uso de oportunidades de trabalho remoto de maneira segura e eficaz, mantendo os mais altos padrões de trabalho;
- **Actualizou-se a Política de Crédito a Colaboradores** com a intenção de definir, alinhar e regulamentar os princípios de concessão de empréstimo aos colaboradores de forma a garantir consistência com outros elementos da estratégia do Capital Humano, tais como recompensa, benefícios, liderança, desenvolvimento de carreira e gestão de talentos, para garantir consistência e justiça;
- **Foi aprovada a implementação de uma Política de Reforma** por forma a garantir que os trabalhadores tenham conhecimento do processo de reforma, suas implicâncias e responsabilidades associadas ao mesmo;
- **De formas a fornecer os alicerces sobre políticas, normas e controlos,** assegurando que os valores e ética se reflectem na forma como tomamos decisões e lidamos com os *stakeholders*, e que nos responsabilizamos uns aos outros pelo cumprimento das exigências éticas e de conduta que definimos para o Banco, foi também actualizado o Código de Conduta e Ética;
- **Iniciou-se as sessões “Entre Nós”,** que consiste em pequenos-almoços mensais com vários colaboradores do Banco, organizados pela Direcção de Pessoas & Cultura e administrador de pelouro que visam a proximidade, recolha de preocupações e partilha de sugestões de melhoria;
- **Foram distribuídos vouchers de supermercado** como forma simbólica de marcar o término do ano, para que os colaboradores pudessem adquirir produtos da sua conveniência.

01

02

03

04

05

06



Prioridades para o Ano de 2023

Alinhados à estratégia do Banco, a Direcção de Pessoas e Cultura está orientada para o desenvolvimento e implementação de iniciativas direccionadas para o Bem-Estar, Capacitação e adaptação aos três pilares estratégicos do Banco: Foco no Cliente, Pessoas e Cultura, e Digitalização e Inovação.

01

02

03

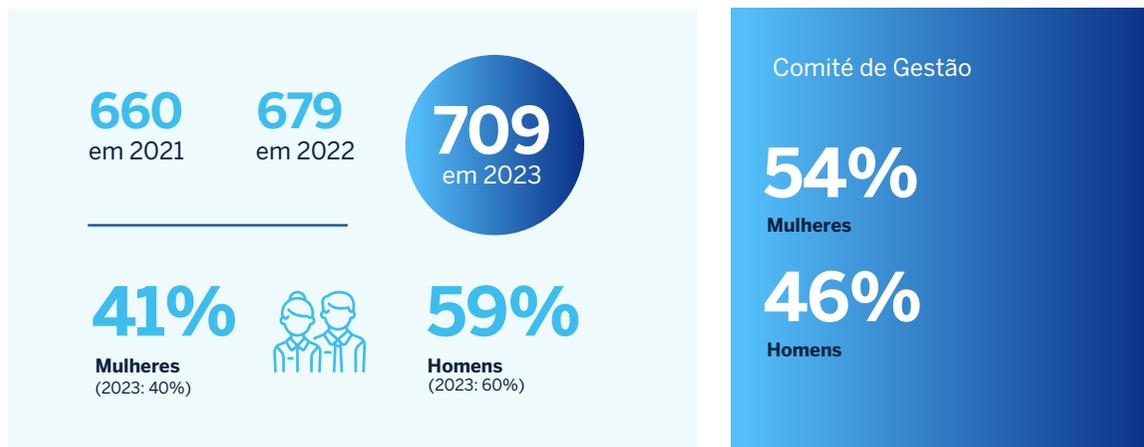
04

05

06

Pessoas e Cultura em 2023

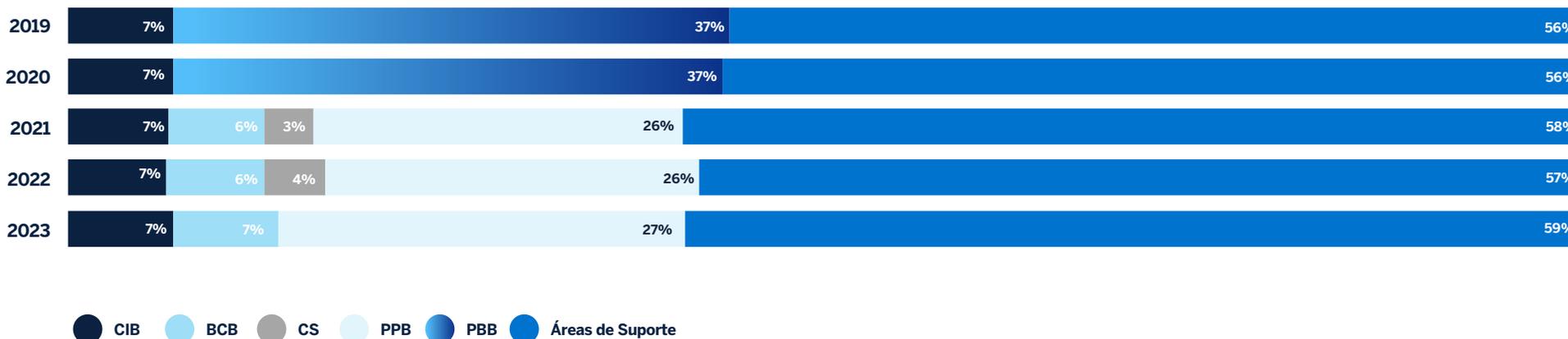
Total de Colaboradores



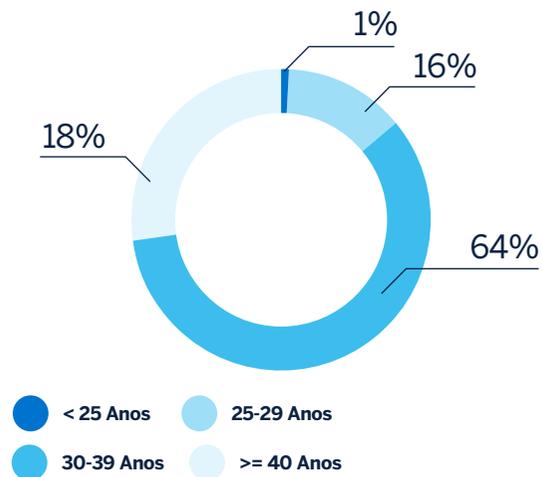
A nível de membros ALC (*Angolan Leadership Council*), no âmbito da iniciativa para equidade do género, até a data de 31 de Junho o Banco conta com uma representatividade de 46% do sexo masculino e 54% do sexo feminino.

Evolução do Número de Colaboradores, por unidade de Negócio

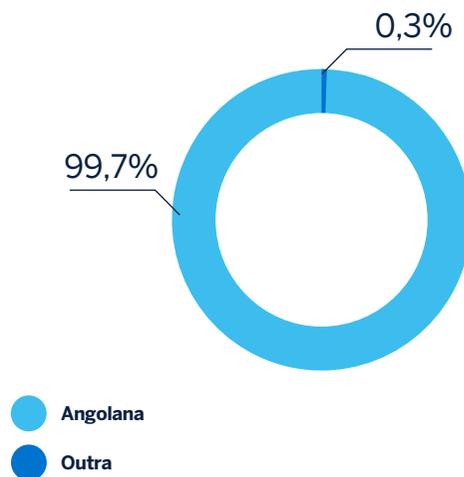
No âmbito do processo de reestruturação a área de Negócio PBB é subdividida nas áreas independentes de Pequenas e Médias Empresas (*Business and Commercial Banking* ou BCB), Particulares (*Personal and Private Banking* ou PPB)



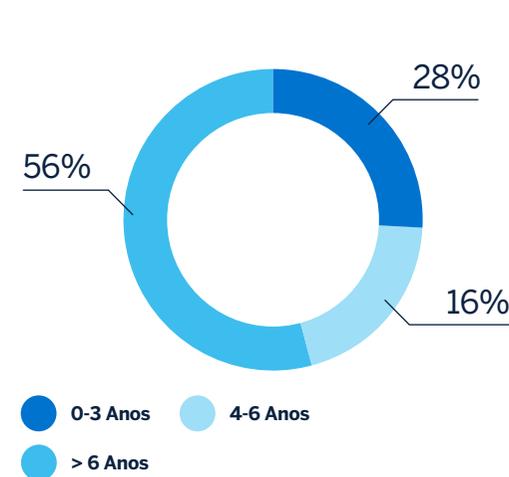
Faixa Etária



Nacionalidade

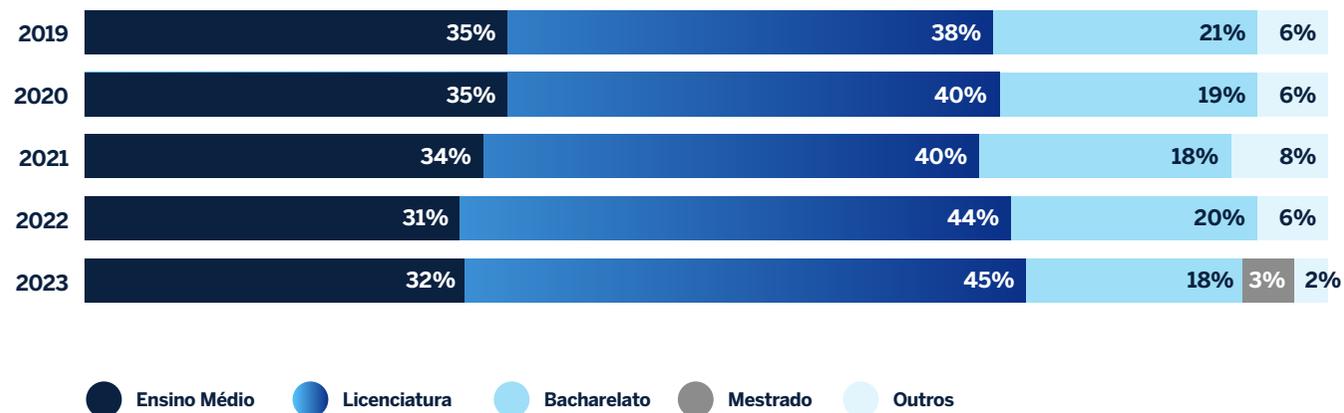


Antiguidade



Das admissões realizadas durante 2023 99,7% apresentam nacionalidade Angolana e 0,3% outras nacionalidades.

Nível de Ensino dos Colaboradores



4.2.2

O que foi feito para os Colaboradores

Caminhada Rosa

- Data - 28 de Outubro

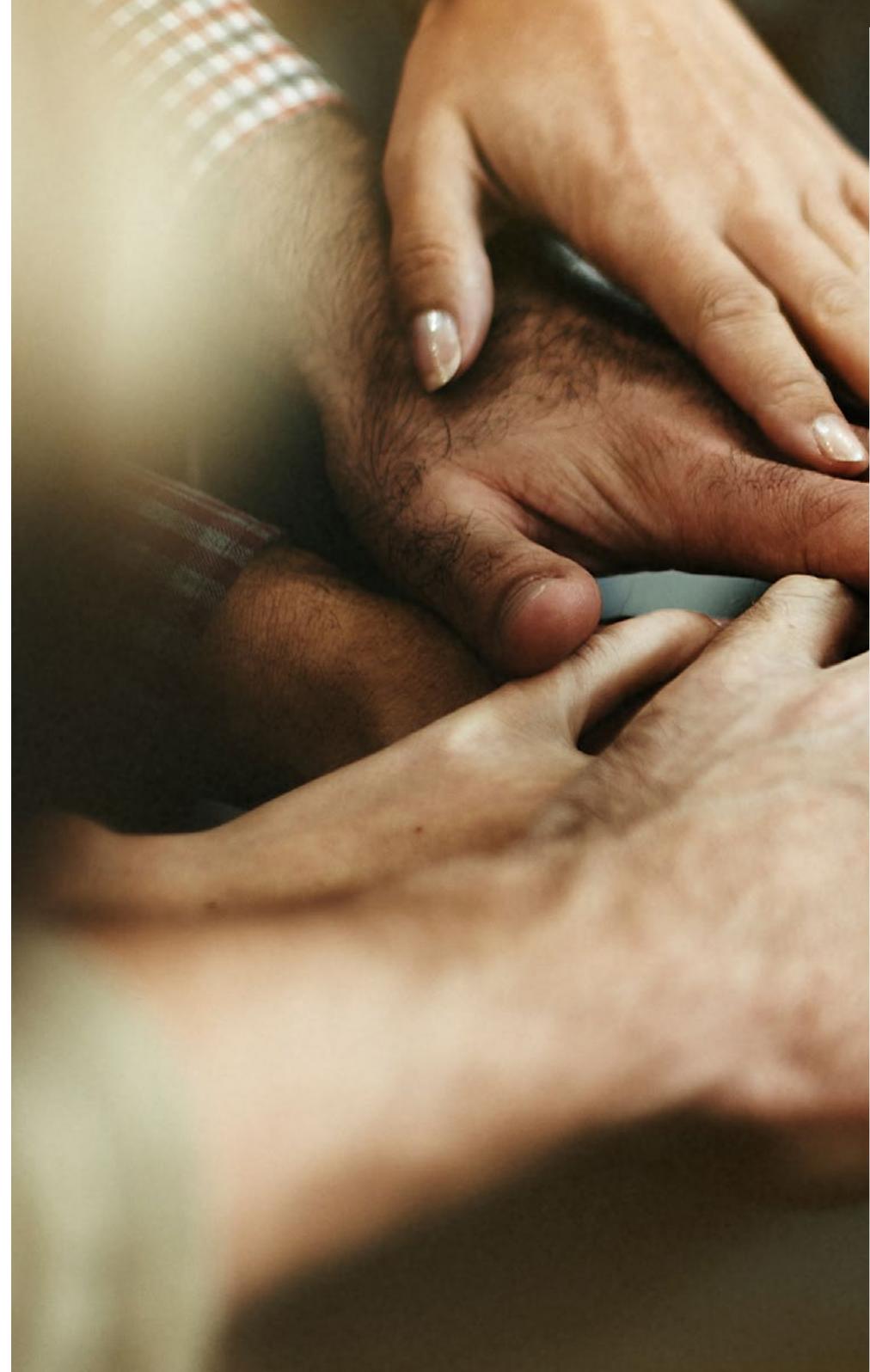
O mês de Outubro foi internacionalmente definido como o mês da prevenção e conscientização sobre o **Cancro da Mama**. De acordo com a Associação Americana do Cancro, este é o 2º tipo de cancro (apenas ultrapassado pelo cancro dos pulmões) mais mortífero para as mulheres à volta de todo o mundo, sendo que, de acordo com as estatísticas publicadas pela União Europeia, pelo menos 1 em cada 8 mulheres podem desenvolver este cancro ao longo da sua vida.

“Are You a Fan” – A tua voz é importante!

Repete-se todos os anos, e representa o momento de ouvir a voz dos colaboradores SBA no questionário “Are You a Fan”. Este questionário visa, recolher as opiniões honestas de todos, de forma completamente anónima.

Este é um momento único e importante para que todos possam dar a sua opinião autêntica e honesta sobre o que pensam do SBA, do Grupo, do ambiente de trabalho, cultura e benefícios, sendo que a participação de todos os colaboradores é indispensável, pois sem ela não há opinião global nem é possível saber o que está bem e o que pode ser melhorado.

Em resumo, este questionário é de extrema importância, primeiro porque todos valorizam ter voz e fazê-la ouvir, segundo, para que a gestão do Banco possa focar-se em melhorar continuamente a opinião de todos, que é a fonte de informação mais valiosa que pode haver.



01

02

03

04

05

06

Criação da Direcção de Cidadania Corporativa

Hoje há desafios Ambientais e Sociais globais, regionais e locais que se constituem como prioridades inequívocas do Standard Bank de Angola – como são as Mudanças Climáticas e Finanças Sustentáveis, a Educação e Inclusão Financeira. Estes, encontram-se inexoravelmente ligados a outros desafios emergentes – como a criação de emprego e crescimento empresarial, a construção de infraestruturas, o comércio e investimento local e regional – que são igualmente desafios absolutos à Sustentabilidade.

O SBA terá em especial foco as iniciativas e programas de impacto Ambiental e Social:

- **Inclusão Financeira** - Esforço por fornecer recursos para melhorar a alfabetização e educação financeira, em comunidades carenciadas, indivíduos e empresas para alcançarem a estabilidade económica.
- **Programa de Voluntariado de Funcionários** - Encorajar e incentivar os colaboradores a retribuir às suas comunidades por meio de tempo voluntário e oportunidades de voluntariado baseadas em habilidades.
- **Responsabilidade Social** - Divulgação de iniciativas que abordem questões sociais urgentes, como educação, saúde e redução da pobreza e promoção de um programa de apoios entre Clientes e parceiros para financiar organizações e projectos locais sem fins lucrativos que abordam questões sociais e ambientais críticas.
- **Gestão Ambiental** – Juntar esforços para reduzir a pegada ambiental do Banco, promovendo iniciativas verdes e apoiando projectos, empresas e programas ecológicos.
- **Serviços e Produtos Bancários Sustentáveis** - Apoiar o negócio a desenvolver e fornecer serviços financeiros e produtos bancários sociais, inclusivos e ecológicos.

01

02

03

04

05

06



01

02

03

04

05

06

Workshop das Linhas de Defesa e Cultura de Risco

- Data - 21 de Setembro

Foi realizado o *workshop* sobre “As Linhas de Defesa e Cultura de Risco 2023” e que teve como objectivo apresentar e esclarecer as funções e responsabilidades das 3 linhas de defesa do Banco, assim como dar melhor visibilidade dos principais pontos da cultura de risco necessária para o Banco, e como cada colaborador pode contribuir para cultura de risco proactiva.

Team Building - Finanças, Marketing e Legal

- Data - 14 de Setembro de 2023

Como prática habitual e com o propósito de aumentar e consolidar as relações interpessoais entre as Áreas, o Banco promoveu um *Team Building* com as equipas das Finanças, Marketing e Legal.

Primeiro Classificado na Competição de Desporto Técnico Aplicado Realizado pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros

A Brigada de Emergência do Standard Bank foi primeira classificada na categoria de Conhecimento Técnico Aplicado (Prevenção, Extinção e APH – Atendimento Pré-Hospitalar) das 5 categorias disputadas.

Tratou-se da primeira competição de Desporto Técnico Aplicado (DTA) realizado pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e ocorreu nos dias 16, 17 e 18 de Agosto de 2023.

O Desporto Técnico Aplicado é a prática das habilidades técnicas e táticas de prevenção, combate aos incêndios, socorro e salvamento, com o intuito de aferir a aptidão física das equipas de Bombeiros Privativos e das Brigadas de Emergência das Instituições cadastradas pelo Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB).

O principal objectivo do DTA é garantir a organização e a prontidão operativa das forças (Brigadas de Emergência e Bombeiros Voluntários), bem como avaliar os níveis de respostas e *performances* emergenciais existentes nas empresas.

Esta prática, foi realizada entre os Bombeiros Privativos e as Brigadas de Emergência Contra Incêndios, na realização de manobras aplicadas em diferentes disciplinas técnicas e táticas relacionadas com as missões de socorro e salvamento.

Workshop - Formação de Compliance: Protecção de Dados Pessoais

Realizou-se no dia 23 de Agosto de 2023 mais um *Workshop* com o objectivo de explicar os Requisitos Regulatórios para a Protecção de Dados Pessoais, Conformidade de Marketing e Gestão de Dados.

Inquérito de Satisfação da Direcção de Operações

Com o objectivo de avaliar a *performance* da Direcção de Operações e também medir alguns KPI's – Indicadores Chave de Desempenho, foi realizado um inquérito para melhorar a qualidade dos serviços do Banco e assim corresponder mais facilmente às necessidades, expectativas e interesses dos clientes.

Procedimentos de Evacuação na Sede e Agências - Preparação e Resposta a Emergência

O Procedimento de evacuação é o documento que define as directrizes que possibilitam desenvolver acções de preparação e prevenção, tendo em conta uma eventual situação de emergência.

O principal objectivo é providenciar instruções de evacuação aos ocupantes do edifício Sede e as demais Agências para que o façam sem pânico e de forma ordeira, seguindo itinerários seguros previamente definidos e divulgados, levando as pessoas para um local seguro pré-determinado (ponto de encontro), onde todas as pessoas evacuadas deverão permanecer juntas até se declarar o fim da emergência.

Concurso Fotografia – Vencedores

A Direcção de Cidadania Corporativa promoveu um concurso interno de fotografia propondo aos colaboradores a submeter uma fotografia que representa “O que é Cidadania Corporativa?”. Tratou-se de uma forma de procurar captar a atenção e sensibilidade dos colaboradores para a referida temática.

01

02

03

04

05

06



3ª Edição Ideias Brilhantes - Implementação da ideia vencedora

Realizou-se a 3ª Edição das Ideias Brilhantes onde todos os colaboradores tiveram a oportunidade de contribuir para melhoria do Banco. A ideia vencedora foi: “PS2 Validator: Validação de pagamentos em massa” tendo sido submetida por Félix Garcia da Direção de Operações.



XIII Aniversário - Os Momentos na Festa de Quintal

Mais um ano de actividade, mais um aniversário sempre celebrado com muita alegria e boa disposição. Desta vez, o aniversário foi realizado na Ilha de Luanda.



Cuida-te Empatia

Campanha interna com o propósito de fomentar a diversidade de opiniões, perspectivas, solidariedade, escuta activa e preocupação pelos colegas.



Sorteio Interno DP Kitadi

O Banco, na busca constante de otimizar e criar valor para os Clientes Internos e Externos, tem investido em várias iniciativas, nomeadamente na promoção de concursos/sorteios. Recentemente, realizou-se mais um concurso Interno referente a Campanha de Depósito a Prazo Kitadi, procurando desta forma distinguir e premiar a fidelização dos Clientes.

01

02

03

04

05

06



Townhall

Descrição

- Realização de *Townhalls*
- Data:
 - 18 de Abril
 - 24 de Julho
 - 23 de Novembro

Objectivo

Com o objectivo de partilhar e projectar os resultados alcançados, a Comissão Executiva apresentou o 3 *Townhalls* no decorrer do ano para que seja possível caminhar em conjunto em direcção aos objectivos do SBA e falar numa só voz.

01

02

03

04

05

06



Sala de amamentação

Descrição

- Inauguração da sala de amamentação do SBA;
- Data – 5 de Maio.

Objectivo

Garantir que as mães têm todas as condições para amamentar os seus filhos, em idade de amamentação, com leite materno.



Blue Star Awards

Descrição

Realização da edição de 2023 do *Blue Star Awards*.

Objectivo

Blue Star Awards, o evento anual com o objectivo de reconhecer as pessoas e os projectos mais notáveis de 2022. Foi realizada uma gala de entrega de prémios, onde foi possível eleger os colegas que mais se destacaram nas categorias dos prémios.

01

02

03

04

05

06



Iniciativas *Team Building*

Descrição

- Realização de *Team Building* para todas as Direções do Banco

Objectivo

Reunir as equipas para analisar novas iniciativas, fortalecer os laços interpessoais, criar estratégias para melhorar o trabalho em equipa.

01

02

03

04

05

06

Dia da Mulher Africana

31 de Julho de 2023



Seguro Multirrisco

O Teu Seguro aqui ao lado!



Dia da Saúde Ocular

10 de Julho de 2023



Dia da Criança Africana

16 de Junho de 2023



Seguro Automóvel

O Teu Seguro aqui ao lado!



Dia Internacional da Criança

1 de Junho de 2023



Dia de África

25 de Maio de 2023



01

02

03

04

05

06

Dia da Mãe

12 de Maio de 2023



Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho

28 de Abril de 2023



Desejamos a todos uma Páscoa Feliz!

31 de Março de 2023



Dia da Saúde Oral

20 de Março de 2023



Dia do Pai

19 de Março de 2023



Dia Internacional da Mulher

8 de Março de 2023

Dia da Mulher Angolana

2 de Março de 2023



Dia Dos Namorados

14 de Fevereiro de 2023



01
02
03
04
05
06

4.3

Risco e conduta



01

02

03

04

05

06

4.3.1

Sistema de Controlo Interno

Visão Geral

O sistema de controlo interno do SBA continua forte, porque o Banco tem vindo a ser alvo de um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente que lhe permita assegurar a execução das suas operações e acrescentar efectivamente valor para os Clientes. Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira, aperfeiçoado o seu Sistema de Controlo Interno e oferecendo um melhor serviço ao Cliente. Isto envolveu a adopção da Inteligência Artificial (IA)/ *Machine Learning and Robotics* para apoiar a transformação do Banco.

O Banco tem feito um investimento significativo na digitalização e automatização dos seus processos, no sentido de promover uma maior eficiência operacional.

O SBA encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração. A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na Instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Conselho de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais, o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das **“Três Linhas de Defesa”**, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo.

As três linhas de actuação são descritas de seguida:

01

Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

A primeira linha de defesa é composta pelas áreas tomadoras de risco, as quais devem assegurar a efectiva gestão do risco dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais directas. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

02

Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos. As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

03

Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

01

02

03

04

05

06

Sistema de Controlo Interno

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.





No decorrer do ano de 2023, o SBA deu continuidade à implementação e melhoria dos seus processos, políticas e procedimentos, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

Processos, Procedimentos e Políticas

Os processos, procedimentos e políticas implementados complementam as estratégias e Sistemas de Controlo Interno do SBA que, em conjunto:

- Garantem o cumprimento das normas e regulamentos;
- Protegem os activos do Banco;
- Protegem os Clientes;
- Previnem e detectam fraudes e erros;
- Criam um sistema de reporte cada vez mais robusto e transparente;
- Asseguram o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.

01

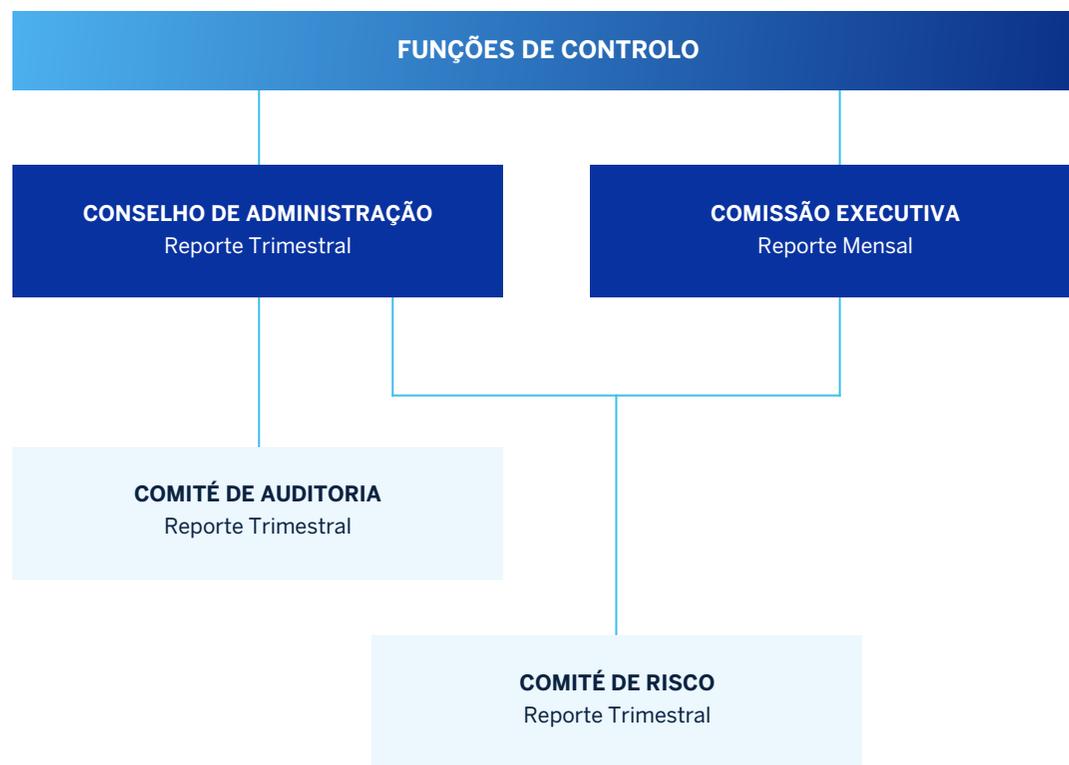
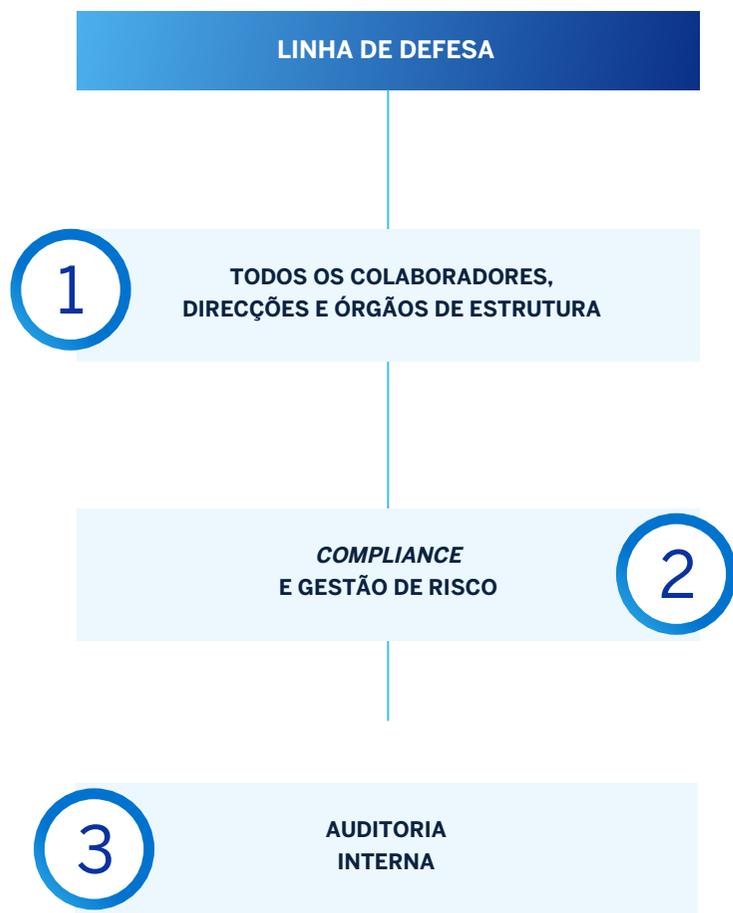
02

03

04

05

06



As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes da existência de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura claras de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do SBA coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo a sustentabilidade da sua actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de “consultoria” internos, com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte funcional ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigido por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte ao presidente da Comissão Executiva, apenas para assuntos de natureza administrativa do Banco. Adicionalmente, a função de Auditoria Interna reporta igualmente à Auditoria Interna do Grupo Standard Bank, o qual tem a sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.

Objectivo da Auditoria Interna

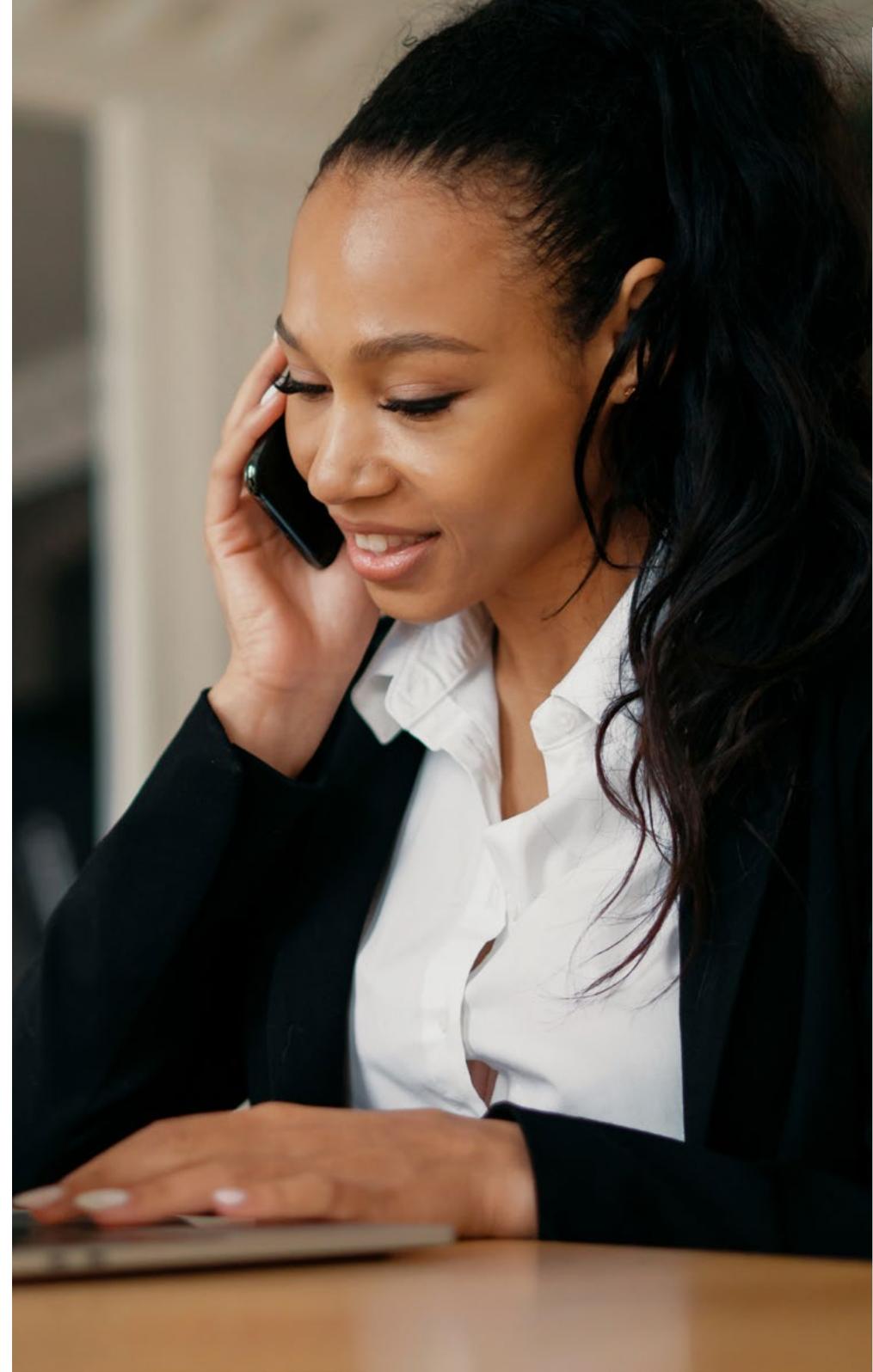
Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização.

Responsabilidades da Função da Auditoria Interna

Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *Compliance*.

Verificar a existência de oportunidades de melhoria nos processos de governação e de gestão do risco

Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo



01

02

03

04

05

06

Planos de Acção de Auditoria Interna

- 01 Foco nos principais riscos resultantes da avaliação anual de risco no País, alinhado com o risco do Grupo Standard Bank;
 - 02 Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria semestral/anual, assegurando que todos os processos críticos e/ou aqueles identificados como de elevado risco são avaliados com uma periodicidade mínima trianual;
 - 03 Garantia de que o plano de auditoria do Banco está coordenado com o plano semestral/anual de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de governação, gestão de risco e controlo interno associados são efectivos;
 - 04 Garantir que o plano semestral/anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou “consultoria” relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos;
 - 05 Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria;
 - 06 Actuar como uma fonte de informação, quando apropriado, relativamente a situações de fraude, corrupção, comportamentos não éticos e irregularidades;
 - 07 Verificar a existência de oportunidades de melhoria no processo de governação de risco.
- Relativamente à execução das auditorias planeadas, registou-se um aumento na proporção de auditorias insatisfatórias, uma vez que no ano de 2022, 33% das auditorias tiveram classificação insatisfatória e cultura de risco reactiva, enquanto que actualmente a percentagem de auditorias insatisfatórias aumentou para 86% e a cultura de risco reactiva aumentou para 67% em 2023. De realçar que em 2023 o Banco encerrou 112 acções de melhoria acordadas, contra 176 acções que foram encerradas até Dezembro de 2022.

01

02

03

04

05

06

Actividades de Coordenação das Áreas de Controlo Interno (*Combined Assurance*)

As reuniões do Grupo de Trabalho do *Combined Assurance* (áreas de gestão de risco) são realizadas mensalmente. A presidência do fórum do *Combined Assurance* é feita de forma rotativa.

O objectivo do fórum é incentivar a colaboração das funções de controlo, promovendo excelência na gestão de risco por meio da identificação proactiva de riscos emergentes e na execução de programas de gestão de risco, compartilhando as melhores práticas do sector, aplicando lições aprendidas e fornecendo coordenação e recomendações integradas de risco.

Os seguintes tópicos são discutidos durante a reunião:

- Elaboração de reporte do *Combined Assurance* para o RMC;
- Partilha de planos anuais de actividades;
- Relatório anual de controlo interno e governação corporativa do BNA;
- Resultados de auditorias internas e externas;
- Resultados das monitorizações e gestão de incidentes materiais;
- Submissão dos pedidos de extensão de constatações/acções das áreas de *Compliance Monitoring*, Risco, Controlo Interno e Controlo Cambial;
- Revisão dos problemas-chave de auditoria/controlo/monitorização de riscos;
- Questões regulatórias, perdas operacionais;
- Relatórios de tendência de fraudes;
- Partilha de melhores práticas (melhores formas de trabalho) e;
- Partilha de recursos e dependências de terceiros, treinamentos, *feedbacks* de *Stakeholders*.

Foram obtidos **resultados significativos** durante o ano de 2023, nomeadamente, a consolidação de findings de todas as áreas de risco (*Dashboard*), eliminando acções duplicadas, o envio de alertas para todas as acções que se encontram em aberto, a realização de sessões de consciencialização sobre cultura de risco para as diversas áreas do Banco e actualização do *Dashboard* do *Combined Assurance* diariamente.

Digitalização - Abordagem de Automação e Robótica

De acordo com a estratégia de digitalização do Standard Bank, a Auditoria Interna do Grupo (GIA) embarcou na jornada para digitalizar a abordagem de auditoria para melhorar a eficiência e eficácia em emitir de opiniões e na gestão do risco empresarial, e em conjunto com os Serviços de Dados do Grupo, desenvolveu um motor robótico único, sendo que, espera-se que o motor robótico ultrapasse os limites da auditoria tradicional e se transforme de uma visão a posteriori para visão e, em última análise, previsão.

Acresce referir que, o motor robótico foi implementado com sucesso pelo GIA para automatizar auditorias e monitorização de relatórios e esta tecnologia e abordagem de auditoria automatizada será adoptada para revisões de auditoria.

No âmbito do projecto de automatização a actual plataforma de auditoria localizada nos servidores do grupo será substituída por uma outra totalmente digital e que será localizada na nuvem (*Team Mate*).

Os benefícios do processo de digitalização são:

- 01 O motor robótico permitiu a passagem da auditoria convencional para auditorias robóticas e orientadas por dados;
- 02 A equipa da TI, reforçou a integridade do processo de auditoria através de testes 100% populacionais e gerou novos insights através da análise de dados, sempre que aplicável;
- 03 A abordagem robótica assegurará uma auditoria contínua, uma vez que os relatórios do motor robótico serão concomitantemente disponíveis para vários intervenientes nas três linhas de defesa;
- 04 Melhoria da colaboração entre as 3 linhas de defesa através da garantia digital integrada que leva à eficiência gestão do risco empresarial.

- 05 O perfil de risco bancário tem sido controlado de forma proactiva e contínua devido à detecção precoce de riscos e atempada tomada de decisões devido a auditorias e relatórios contínuos;
- 06 A auditoria robótica resultará numa redução de custos e tempo, uma vez que haverá uma redução significativa nas viagens e tempos para a realização de cada uma das auditorias;
- 07 Facilitar a requalificação do pessoal em tecnologias novas e emergentes;

01

02

03

04

05

06

07



Acções de acompanhamento

14%

das auditorias realizadas no ano de 2023 foram satisfatórias, contra 67% de auditorias satisfatórias realizadas no ano anterior.

8

Auditorias realizadas em 2023, o mesmo número de auditorias feitas em 2022.

112

Acções de melhorias a processos implementadas.

2

Sessões de Cultura de Risco realizadas até 31 de Dezembro de 2023.

Desafios para 2024:

- Continuar o processo de implementação da estratégia de digitalização dos processos de auditoria que incluirão a substituição da actual plataforma de auditoria (GIANT) por uma outra mais moderna, digital e localizada em cloud (*Team Mate*);
- Continuar o processo de capacitação da equipa em conhecimentos alinhados com a transformação digital em curso no Banco;
- Redimensionamento da função de auditoria interna, aumentando a sua capacidade instalada em termos de recursos humanos e tecnológicos para fazer face ao universo de riscos emergentes e ao crescimento registado pelo Banco em termos de volume de negócio e complexidade das suas operações.

01

02

03

04

05

06

Função de *Compliance*

Responsabilidades

01 Estabelecer e manter um registo permanente e actualizado dos normativos internos e externos a que o Banco esteja sujeito, com identificação dos responsáveis pelo seu cumprimento e, de forma oportuna, reportar o não cumprimento com as leis e regulamentos ou requisitos de supervisão à Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco, Comité de Auditoria do Conselho de Administração;

02 Exigir que os requisitos regulatórios relevantes sejam incorporados nos manuais de procedimentos operacionais;

03 Garantir, na medida do possível, que não existe qualquer conflito de interesse com/entre outras funções de controlo interno;

04 Ser responsável por estabelecer uma cultura de *Compliance* no Banco, a qual contribui para o objectivo geral de gestão prudente de riscos do Banco;

05 Avaliar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas neste âmbito com as autoridades competentes, designadamente, Unidade de Informação Financeira (“UIF”);

06 Garantir que é adoptada uma abordagem baseada nos riscos na avaliação do perfil de riscos de *Compliance* do Banco;

07 Garantir que os Colaboradores da Direcção de Compliance e do Banco recebem formação contínua, a fim de garantir que possuem conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto face ao que se segue:

- Vigilância no âmbito de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa;
- Conduta de Mercado;
- Gestão de Conflito de Interesses;
- Privacidade de Dados;
- Protecção dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros;
- Monitorização de Rotina;
- Prevenção e Risco de Fraude.

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e restantes entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de *Compliance*, o SBA continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, por um lado, à não adesão a formações obrigatórias de *Compliance* e por outro, ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de *Compliance* e a sua implementação e gestão são visíveis através de acções de formação/sensibilização e políticas/procedimentos internos.

Estratégia

A Função *Compliance* tem contribuído para a estratégia do Banco pelo suporte dado ao Conselho de Administração na manutenção de uma cultura de *Compliance*, dando continuidade a um programa transversal de sensibilização e formação dos valores sobre o cumprimento das regras e legislação aplicável em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa - CBC/FT/PADM.

Constitui estratégia da Função de *Compliance*:

- Apoiar a Administração na manutenção de uma Cultura de *Compliance* para que o negócio seja feito da maneira certa;
- Apoiar o Órgão de Gestão no cumprimento das suas responsabilidades relativamente a requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- Apoiar na materialização de uma matriz de risco e controlos operacionais;
- Aconselhamento às Unidades de Negócio e ao Órgão de Gestão em matérias legais relacionadas com o *Compliance* e com o CBC/FT/PADM;
- Apoiar no relacionamento efectivo entre o Banco e as entidades reguladoras.



**Proteger a
Reputação do
Banco**



**Evitar acções
judiciais
contra o
Banco**



**Promover
um bom
relacionamento
com as
entidades
reguladoras**



**Demonstrar
que o Banco
está apto para
a realização da
sua actividade**

Função Regulatória e de Aconselhamento

A Função Regulatória e de Aconselhamento (doravante abreviadamente designada por "RAF") tem como principais responsabilidades:

- Proceder ao acompanhamento de respostas e processos junto das entidades reguladoras, nomeadamente, Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercado de Capitais, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros e Autoridade Reguladora da Concorrência;
- Garantir a sensibilização, actualização e o desenvolvimento da nova legislação com impacto nas actividades do Banco;
- Gerir o universo regulatório (e o respectivo cumprimento) e o plano de gestão de risco de *compliance* das áreas do Banco e verificar a implementação dos controlos e o cumprimento das normas internas e de toda a legislação em vigor, imprescindível e de alto risco;
- Garantir o cumprimento das regras sobre (i) conflito de interesses, (ii) interesses comerciais externos, (iii) transacções pessoais, (iv) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de *Compliance* aprovadas e publicadas;
- Garantir a protecção da confidencialidade das informações dos Clientes;
- Garantir os direitos de defesa do consumidor de produtos e serviços bancários;
- Ministras formações internas em relação às políticas de *Compliance* consideradas de alto risco;
- Prestar aconselhamento regulatório às Unidades de Negócios e áreas de suporte;
- Garantir a adequação (customização) das políticas à legislação em vigor.
- Coordenação dos pedidos efectuados pela ABANC com base nas propostas aprovação ou alteração de diplomas emitidos pelos reguladores.

01

02

03

04

05

06

Alerta Legislativo

O alerta legislativo consiste na divulgação interna da publicação de um novo regulamento com relevância para a actividade do Banco. Tem por objectivo dar a conhecer as novas regras decorrentes da entrada em vigor do regulamento, uma vez que permite aos Colaboradores conhecer os respectivos conteúdos e os impactos que pode ter nas suas áreas e passar a criar mecanismos de controlo para garantir o cumprimento das obrigações. Normalmente, contém um resumo das principais disposições do regulamento.

A tabela abaixo fornece informações sobre o número de regulamentos emitidos por Órgãos Reguladores durante o primeiro semestre do ano de 2023 que têm impacto no Banco:

BNA (Avisos/ Instrutivos/ Directivas/ Cartas- Circulares)	CMC (Instruções e regulamentos)	Outras entidades (Regras/ Circulares/ Notas informativas/ Instruções)
31	5	16

Suporte consultivo: alterações e novos produtos e serviços

A RAF assegurou, durante o ano de 2023, que o desenvolvimento dos produtos das unidades de negócio fosse efectuado de acordo com a legislação em vigor, bem como, apoiou e aconselhou as diversas áreas do Banco nas questões que as mesmas levantaram e quando necessário, incluindo produtos que foram submetidos ao Comité de Novos Produtos (NPC) e outros fóruns relevantes.

A Direcção de *Compliance* procedeu, durante o ano de 2023, a revisão e análise de 88 procedimentos e processos internos do Banco que foram submetidos pelo *Business Process and Improvement* (BPI), garantindo que esses procedimentos e processos estão de acordo com a legislação em vigor aplicável aos respectivos procedimentos e processos, bem como validou diversos produtos submetidos pelas unidades de negócio e assegurou que as Fichas Técnicas Informativas e os seus respectivos termos e condições estivessem em conformidade com o disposto no Aviso n.º 13/16, Aviso n.º 14/16 e Carta Circular n.º 001 / DCF / 2020 de acordo com as Directrizes do seminário de licenciamento de produtos e serviços e demais legislação em vigor.



01

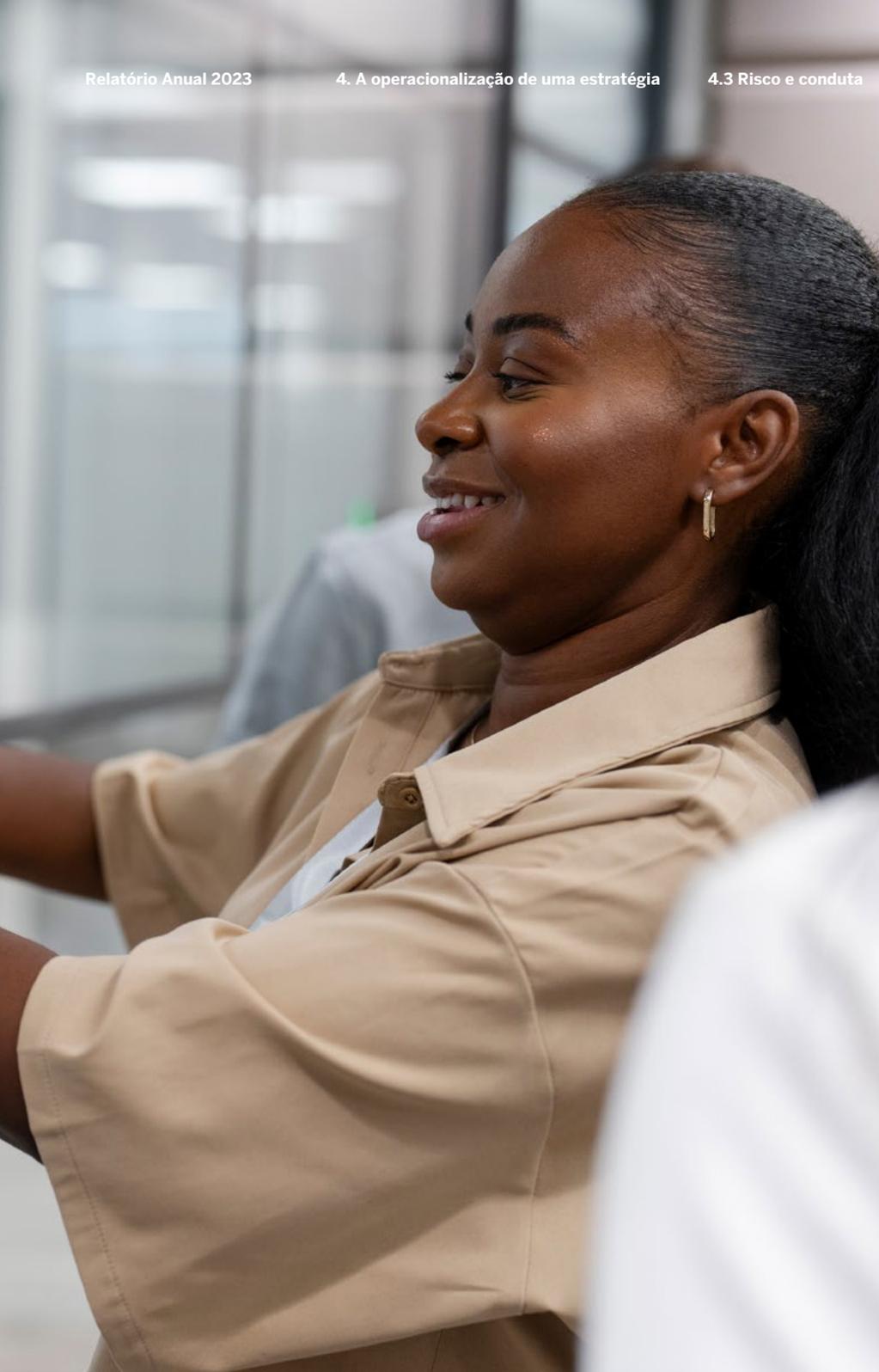
02

03

04

05

06



Universo Regulatório e Gestão de Risco de Compliance

A Direcção de *Compliance* do SBA tem implementado o procedimento “Manual da Metodologia do Universo de Risco de *Compliance*”, cujo objectivo é auxiliar a referida Direcção na gestão do risco regulatório e dos planos de gestão do risco de *Compliance*.

De acordo com o respectivo manual, o Universo de Risco de Conformidade Regulatória (fase 1), deve ser conduzido através de um workshop com as unidades de negócio, sendo que durante o workshop, o *Compliance* acorda e confirma com as unidades relevantes a aplicabilidade dos requisitos determinados para a unidade de negócios, a categoria e a classificação de risco de cada um dos requisitos de *Compliance*.

Numa fase posterior, outro *workshop* é realizado para concluir o Plano de Gestão de Risco de *Compliance* (fase 2) sobre os requisitos de que possuem uma classificação de alto risco, com o objectivo de documentar as medidas de controlo temporárias ou provisórias (por exemplo, procedimentos manuais) que irão mitigar os riscos até a implementação dos controlos finais, como sistemas automatizados.

Para o efeito foram realizados diversos workshops para conclusão de 11 diplomas emitidos por entidades reguladoras para preenchimento do Universo de Risco de Conformidade Regulatória e 12 diplomas previstos para serem alvo de sobre o Plano de Gestão de Risco de *Compliance* “CRMP”, conforme previsto no plano anual de 2023, que se encontram representados abaixo:

Universo Regulatório

11 = 100%

Concluído

PGRC

12 = 100%

Concluído

01

02

03

04

05

06

Privacidade e Protecção de Dados

Numa era digital como esta, nunca se mostrou ser tão importante garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação sobre a qual o Banco tem acesso e aquela que produz.

Sobre a informação a que o Banco tem acesso, em especial àquela que é fornecida pelos Clientes, a mesma deve obedecer alguns critérios, nomeadamente o de ser recolhida para um fim que seja claro, expressamente informado e consentido pelo seu titular; ser tratada dentro de mecanismos de controlo e segurança adequados; e, salvo quando exista obrigatoriedade de retenção da mesma por determinado período, deve ser imediatamente destruída findo o cumprimento daquele que foi o seu propósito inicial.

Estes são princípios de privacidade e protecção de dados defendidos pelo Grupo Standard Bank e reforçados localmente pela Agência de Protecção de Dados, tanto quanto pelo Banco Nacional de Angola.

A regulamentação exige que todos os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais incorporem a protecção de dados *by design* e *by default* em seus processos, desde a fase de projecto e durante todo o seu ciclo de vida.

O conceito de *privacy by design* veio operacionalizar as exigências da regulamentação internacional sobre a protecção de dados cuja norma é a “protecção de dados *by design* e *by default*”. Esta norma exige a integração das regras de privacidade no projecto e na arquitectura de sistemas e práticas comerciais.

O *privacy by design* deve incorporar medidas técnicas e organizacionais apropriadas aos tratamentos de dados pessoais que se realizam, consoante a tecnologia, as circunstâncias do tratamento, os custos e a avaliação de risco.

O Standard Bank adoptou esta norma e, como instituição financeira bancária que oferece produtos e serviços aos seus Clientes, cumpre com os pilares que se revelam como requisitos de privacidade e protecção de dados.

Tendo em conta esta estratégia do Banco em curso, bem como a necessidade de garantir o cumprimento escrupuloso de todas as directrizes emanadas pelos reguladores, foi criada, dentro da Função de Compliance, uma área dedicada à garantia da conformidade da privacidade e protecção de dados que também servirá de conselheiro neste tipo de matérias, de uma perspectiva regulatória.

A função de privacidade e protecção de dados, entre muitas, tem as seguintes responsabilidades:

- Garantir o cumprimento sobre a privacidade de dados;
- Avaliar o impacto de privacidade de dados;
- Estabelecer e implementar planos de controlo de risco de privacidade e protecção de dados do Banco;
- Impulsionar a cultura, sensibilização e formação de privacidade e protecção de dados para o Banco;

- Sensibilizar, actualizar e acompanhar o desenvolvimento de nova legislação relacionada com privacidade de dados com impacto nas actividades do Banco;

- Garantir o cumprimento da gestão do risco de privacidade e protecção de dados de acordo com as legislações relevantes a nível mundial;

- Gerir o universo regulatório e gestão de plano de gestão de risco de compliance para as áreas do Banco e confirmação da implementação de controlos e cumprimento de normas internas e toda legislação relacionada com privacidade de dados, essencial e de alto risco;

- Desempenhar o papel de conselheiro especialista de compliance em privacidade e protecção de dados;

- Supervisionar todos os elementos relacionados com a monitorização da privacidade dos dados (avaliar, remediar, governar) para uma garantia positiva no ambiente de controlo;

- Desenvolver proactivamente uma parceria sólida com as áreas do Banco, permitindo cooperações reforçadas para a privacidade e protecção de dados;

- Fazer a intermediação e interacção com as entidades reguladoras, de todos assuntos de privacidade e protecção de dados (Agência de Protecção de Dados e Banco Nacional de Angola).

01

02

03

04

05

06

Principais actividades desenvolvidas em matéria de privacidade e protecção de dados

Durante o ano de 2023, a área de Privacidade de Dados desenvolveu diversas actividades com maior foco nas acções relacionadas com a avaliação do ambiente de risco de privacidade de dados e, de um modo geral, deu suporte, numa perspectiva regulatória a todas as questões sobre privacidade de dados, levantadas pelas diversas áreas do Banco e pelo Grupo Standard Bank.

Com vista a assegurar a conformidade com os requisitos da Lei de Protecção de Dados Pessoais, sempre que necessário, a área interagiu com a Agência de Protecção de Dados, para notificações, autorizações e pedidos de esclarecimentos.

Avaliação do Impacto da Privacidade de Dados

As avaliações de impacto de privacidade e protecção de dados, servem como um meio do Banco obter informação pertinente para a identificação e avaliação de potenciais riscos de privacidade e protecção de dados que possam resultar da implementação de políticas, programas e projectos. O objectivo é garantir que os riscos de privacidade e protecção de dados são geridos. Assim sendo, a área de privacidade e protecção de dados, durante o ano de 2023, desencadeou avaliações de impacto de privacidade de dados de forma transversal às áreas chave e sistemas do Banco, no sentido de assegurar que o risco de incumprimento dos requisitos de protecção de dados é devidamente mitigado;

Aconselhamento e pareceres para outras áreas do Banco

Foram emitidos diversos pareceres às solicitações feitas pelas unidades de negócio e ao Grupo Standard Bank, bem como, sempre que identificada qualquer questão que exigisse a identificação dos riscos a que o Banco estava exposto em caso de incumprimento dos requisitos legais;

Interacção com a APD

Foram submetidos 11 processos para análise, avaliação e aprovação da APD e 25 notificações ao BNA sobre a utilização ou migração de sistemas para a nuvem;

Sensibilização

Foram enviadas *Awareness* ao Banco com a identificação dos requisitos da Lei da Protecção de Dados e requisitos mínimos de protecção de dados, bem como, a identificação das regras mais importantes a considerar, mediante “Questões Mais Frequentes”.



01

02

03

04

05

06

Formações e Sensibilização

De forma a ser garantido o entendimento sobre as regras adstritas à Função e às políticas de *Compliance*, existe um conjunto de formações obrigatórias que devem ser efectuadas por todos os Colaboradores do Banco. Abaixo detalhamos o estado de conclusão das referidas formações à data de 31 de Dezembro de 2023.

Título da Formação	Nº de Colaboradores Elegíveis	Nº de formações concluídas	% Concluída	% Não concluída
PBC Transferências Electrónicas	53	53	100%	0%
Pensamento Estratégico de Compliance para Interações de Cobertura de Cliente (CST)	31	31	100%	0%
Política de Comunicação da Sala de Negociação	8	8	100%	0%
Sanções Financeiras e Anti Financiamento do Terrorismo	23	23	100%	0%
Prevenção do Branqueamento de Capitais	718	713	99%	1%
Sensibilização Geral sobre Anti-Suborno e Corrupção	716	709	99%	1%
Conduta de Negócio	715	707	99%	1%
Conduta Pessoal	718	713	99%	1%
Conduta com Clientes	709	695	98%	2%
PBC Bancos Correspondentes	62	60	97%	3%
PBC Organizações Sem Fins Lucrativos	104	101	97%	3%
PBC <i>Trade Finance</i>	132	127	96%	4%
PBC Ativos Virtuais	50	48	96%	4%
Abuso de Mercado para a Sala de Mercados	10	8	82%	18%



01

02

03

04

05

06

Função de Monitorização

Em cumprimento ao estabelecido nas alíneas a) e d) do ponto 4 do artigo 33º do Aviso 1/2022 (Código de Governo Societário das Instituições Financeiras Bancárias), a Direcção de *Compliance* possui uma área de Monitorização, cujas principais responsabilidades são:

- Monitorizar o cumprimento das leis e regulamentos por parte da organização, a fim de facilitar o estabelecimento de uma cultura de *Compliance* que contribua para uma gestão de risco prudente;
- Contribuir para o aumento do nível de conscientização das obrigações regulatórias por meio da execução de análises de monitorização de qualidade que forneçam soluções inovadoras, relevantes e pragmáticas, com foco a atender às necessidades dos stakeholders e Clientes do Banco;
- Monitorizar a adequação e eficácia do Plano de Gestão do Risco de *Compliance*;
- Aferir a implementação de controlos e cumprimento de normas internas e toda a legislação vigente com impacto no Banco;
- Monitorizar o cumprimento das normas de conduta estabelecidas nas políticas de *Compliance*, incluindo o cumprimento das formações obrigatórias de *Compliance*.

Assim, durante o ano de 2023 foram emitidos os seguintes relatórios de monitorização, os quais resultaram na definição de planos de melhoria para as deficiências identificadas:

- Anti-Suborno e Corrupção;
- Serviço de Protecção de Cartões;
- Contas Simplificadas;
- *Know Your Customer* (KYC) Q1;
- Privacidade de Dados;
- Limites de Valor em Operações Realizadas nos Sistemas de Pagamentos;
- *Know Your Customer* (KYC) Q2 & Q3

Interesses comerciais externos

Conforme propósito da Política de Interesses Comerciais Externos, o Banco, com o apoio do Grupo, possui um sistema de gestão de declarações de interesses comerciais externos de Colaboradores. A plataforma tem um fluxo de declaração, para aprovação ou rejeição, de forma a garantir a transparência e gestão adequada de eventuais conflitos de interesse que possam ser causados entre Banco e Cliente, Banco e Colaborador, Colaborador e Cliente.

Contas de Negociação Pessoal

O Banco possui uma política, a Política de Contas de Negociação Pessoal, a qual faz parte do grupo de políticas que visam auxiliar a gestão adequada e a prevenção da ocorrência de conflitos de interesse. Assim, a Política inclui uma série de orientações sobre como os Colaboradores do Banco devem proceder quando pretenderem negociar um activo relevante nos mercados de capitais. Os activos relevantes incluem entre outros, qualquer instrumento financeiro cotado ou para o qual um pedido de cotação ou admissão tenha sido feito, títulos de dívida (privados ou públicos), instrumentos derivativos, metais preciosos e outras *commodities*, etc.

Presentes e Entretenimento

O Banco gere o conflito de interesses através da gestão de troca de presentes que, até certo ponto, pode influenciar o relacionamento entre intervenientes, e pode estar susceptível a potencial suborno e/ou corrupção. Desta forma, existe um processo de gestão de presentes e entretenimento, bem como controlos para evitar potenciais conflitos de interesses. A Política de Presentes e Entretenimento do Banco, determina que todos os presentes, independentemente do valor, devem ser recusados. Com efeito, os presentes que não podem ser devolvidos têm como destino a doação para instituições de caridade com as quais o Banco mantém relação no âmbito do seu programa de responsabilidade social.

Abaixo o resumo da actividade registada até 31 de Dezembro de 2023:

Quantidade de Presentes	Valor	Destino
103	16 672 157	Leilões internos e doações. Nota: Os valores arrecadados nos leilões internos são igualmente doados



01

02

03

04

05

06

Unidade de Gestão de Crimes Financeiros

A Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, estabelece que as instituições financeiras devem adoptar e implementar medidas para prevenir e detectar actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como, assegurar as comunicações com as autoridades competentes, em particular a Unidade de Informação Financeira (“UIF”).

A Direcção de Compliance tem uma área funcional específica que trata de assuntos ligados a Crimes Financeiros em especial a prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, cujas responsabilidades incluem, mas não se limitam às seguintes:

1. Controlo do cumprimento e adesão das políticas e normas relacionadas ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como revisão de procedimentos e processo das diferentes áreas;
2. *Surveillance* (Vigilância) – gestão de alertas;
3. Alertas de sanções/preparação de reporte à UIF;
4. Alertas de operações suspeitas/preparação de reporte à UIF;
5. Alertas Pessoas Politicamente Expostas (PPEs)/registo dePPEs;
6. Reporte de operações em numerário acima de USD 15 000 (quinze mil dólares americanos) e controlo de declarações de origem e destino de fundos;
7. Investigação de transacções de Clientes;
8. Interacção com Bancos Correspondentes;
9. Ministras formações contínuas aos colaboradores sobre combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e matérias conexas;
10. Sensibilização sobre matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;

11. Monitorização de transacções transfronteiriças para controlo de branqueamento de capitais afecto às mesmas;
12. Gestão da Matriz de Risco de *Compliance*;
13. Assegurar o cumprimento das obrigações legais e regulatórias destinadas a mitigar o risco de Suborno e Corrupção;
14. Gestão da Ferramenta de Monitorização de Transacções Suspeitas (*Nice Actimize*);
15. Elaboração e publicação de alertas legislativos e informativos com impacto em matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa;
16. Interação com reguladores em matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa;
17. Elaboração e reporte de relatórios;
18. Gestão do Secretariado do Comité de Alto Risco;
19. Organização de Universos Regulatórios e de Planos de Gestão de Risco de Compliance em matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa.

01

02

03

04

05

06

Gestão do Risco de BC/FT/PADM

a) Know Your Customer (KYC)

O SBA tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/FT/PADM, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o SBA estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

b) Clientes de Alto Risco Submetidos ao Comité durante 2023

No sentido de gerir o risco de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa no Banco, o Conselho de Administração aprovou a composição do Comité de Alto Risco (CAR) que tem o mandato de decidir sobre o início, manutenção e cessação das relações com Clientes de alto risco “A e categoria de PPE (P)” à luz da análise de risco que o seu perfil representa para o Banco.

A tabela abaixo ilustra o número de Clientes submetidos ao CAR para aprovação:

Sector	Cliente novo	Manutenção da relação	Aprovados	Pendente de avaliação adicional
Banca Particular e Privada	226	454	686	4
Banca Comercial e Negócios	73	220	290	3
Banca Corporativa e de Investimento	16	207	201	7

Monitorização de Clientes e Transacções

O Banco possui sistemas operacionais de suporte ao combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação de arma de destruição em massa, o que garante a filtragem de todos os Clientes e transacções.

Os sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, permitindo uma detecção oportuna e eficaz de actividades e transacções que possam moldar a prática de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Durante o ano de 2023, a Unidade de Gestão de Crimes Financeiros, identificou um total de 25 650 (vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta) alertas de transacções suspeitas através da ferramenta Nice Actimize, incluindo alertas transitados de 2022.

Devido à instabilidade identificada nas regras de monitorização das operações em numerário, nomeadamente “Depósitos Excessivos, Levantamentos Excessivos, Depósitos Diários Estruturados e Levantamentos Diários Estruturados”, foram encerrados em massa 4 238 (quatro mil duzentos e trinta e oito) alertas por instabilidade, ficando um total de 21 412 (vinte e um mil, quatrocentos e doze) alertas, dos quais 18 349 (dezoito mil trezentos e quarenta e nove) alertas foram encerrados como não suspeitos e 2 474 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro) foram encerrados como suspeitos, dando origem a 1 416 (mil quatrocentos e dezasseis) reportes de operações suspeitas submetidas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

Adicionalmente, foram analisados 527 (quinhentos e vinte e sete) alertas relacionados com sanções e 5 174 (cinco mil, cento e setenta e quatro) alertas relacionados com a identificação de PPE's.

A tabela abaixo resume os alertas gerados e analisados até 31 de Dezembro de 2023.

Tipo	Alertas gerados 2023	Analisados e Encerrados	Pendentes	Enviados à UIF
Transacções Suspeitas	25 650	25 064	516	1 416
Rastreio de Sanções	651	527	128	0
PPEs	5 437	5 174	6	0
Número de PPEs Confirmados	413			

Listas Internacionais de Sanções e PPE

OSBA, bem como o Grupo Standard Bank, reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - *Customer Due Diligence* - através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de rastreio de entidades sancionadas:

- OFSI - Escritório de Implementação de Sanções Financeiras do Reino Unido
- EU - União Europeia
- OFAC - Gabinete de Controlo de Activos Externos dos Estados Unidos da América
- UNSC - Conselho de Segurança das Nações Unidas
- MINEFI - Ministério da Economia, Finanças e Indústria de França

Este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o SBA ter em consideração a lista de PPEs locais aquando das suas avaliações.



01

02

03

04

05

06

Políticas e Manuais – Direcção de *Compliance*

De forma a garantir a eficácia legalmente exigida, a função de *Compliance* possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a gestão e mitigação do risco:

- Política de Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de *Compliance*
- Normas de Governação de Gestão de Risco de *Compliance*
- Política de Conflito de Interesses
- Política de Interesses Comerciais Externos
- Política de Negociação de Conta Pessoal Política de Presentes e Entretenimentos
- Política Barreiras de Informação e Informação Estritamente Necessária
- Política de Controlo de Sanções Financeiras e de Financiamento contra o Terrorismo
- Política de Controlo de Abuso de Mercado
- Processo *Safewatch*
- Política de Prevenção à Facilitação da Evasão Fiscal
- Política de Anti-Suborno e Corrupção
- Matriz de Risco de *Compliance* para CBC/FT
- Procedimento de Análise de Processos de KYC e Diligência de Clientes
- Procedimento de Gestão de Questionários de Bancos Correspondentes
- Procedimento de Gestão Administrativa do HRC
- Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa - CBC/FT/ PADM
- Normas sobre Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Norma de Anti-Suborno e Corrupção
- Normas Mínimas para Estabelecimento de Relação com Bancos Correspondentes
- Processos e Procedimentos do Surveillance
- Procedimento de Restrições de Contas e Congelamento de Fundos
- Procedimento de submissão de informação à Agência de Protecção de Dados
- Manual de Diligência Reforçada de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Procedimento do Comité de Alto Risco
- Mandato do HRC
- Estrutura de Abordagem Baseada no Risco de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
- Normas de Monitorização de Transacções Suspeitas
- Manual da Metodologia do Universo do Risco de *Compliance* Regulatório e Plano de Gestão de Risco de *Compliance* Normas Operacionais de Privacidade de Dados
- Guia Regulatório de Conservação de Arquivos
- Política Lista de Observação e Lista Restrita
- Normas Operacionais de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa CBC/FT/PADM
- Política de Comunicação da Sala de Negociações
- Política do Risco de Conduta
- Política de Anti-Concorrência
- Manual de Concorrência
- Normas de Governação da Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de Interação com Entidades de Supervisão
- Directrizes de Interação com Reguladores
- Diretrizes de *Compliance* para Equipa Multidisciplinar de Serviço ao Cliente
- Mandato da Unidade de Investigação e Risco de Fraude
- Política de Denúncia
- Política Anti-fraude
- Procedimento de submissão de informação à Agência de Protecção de Dados
- Política de Transacções Com Partes Relacionadas
- Metodologia de Avaliação de Risco de Cliente (CRA)

01

02

03

04

05

06

Serviços Forenses

Visão geral

Anteriormente designada como unidade de Investigação e Risco de Fraude (IFR), a unidade de Serviços Forenses teve a sua denominação alterada desde Junho de 2023 com o objectivo de assegurar o compromisso de prestar serviços abrangentes e especializados na área da investigação de fraudes, gerar eficiência no *Modus Operandis*, bem como refletir a integração de duas equipas que até então encontravam-se separadas, mas com funções similares: equipa de Fusão de Inteligência e equipa de Investigação e Risco de Fraude do Grupo Standard Bank. Apesar das alterações acima referidas, a unidade de Serviços Forenses continua comprometida em fornecer recursos para todas as unidades de negócio que permitirão ao SBA minimizar o impacto global do crime financeiro, garantir a segurança dos respectivos Colaboradores e activos assim como, ganhar a confiança e gerar valor para os seus accionistas e Clientes.

Sensibilização

Durante o período entre Janeiro e Dezembro de 2023, a unidade de Serviços Forenses estabeleceu um acordo com a equipa de Marketing no sentido de se criar campanhas impactantes de conscientização sobre fraudes para exibição diária nos meios de comunicação existentes nas instalações do Standard Bank de Angola. O objectivo destas campanhas tem sido a educação dos Clientes internos e externos do Banco sobre os vários tipos de fraude e as medidas preventivas que podem ser aplicadas para se protegerem. A unidade de Serviços Forenses tem também enviado, periodicamente, e-mails de conscientização a todos os funcionários, para garantir que estes estejam informados sobre as últimas tendências de fraude assim como técnicas de prevenção, bem como os canais correctos para comunicação de incidentes de fraude.

Canal de denúncia e programa *FraudStop*

Em 2023 foram recebidas um total de 7 reclamações na linha de denúncia. Estas reclamações foram encaminhadas para a equipa de Pessoas e Cultura para o devido tratamento, tal como definido no mandato da unidade de Serviços Forenses.

Relativamente ao programa *FraudStop*, iniciativa do Standard Bank de Angola com o objectivo de premiar aqueles Colaboradores que denunciem proactivamente situações de fraude ou qualquer outro tipo de irregularidades, no período entre Janeiro e Dezembro de 2023, a unidade de Serviços Forenses recebeu uma nomeação relativa a uma alegada tentativa de suborno desencadeada por um Cliente. Tendo em atenção a fraca adesão ao programa, a unidade de Serviços Forenses, em conjunto com a Direcção de Marketing, desenvolveu uma via que facilita o acesso ao programa para o reporte de situações fraudulentas. Trata-se de um *Link* localizado no ambiente de trabalho de todos os colaboradores do Standard Bank de Angola que foi criado com o objectivo de direccionar de forma mais eficiente os colaboradores para a página *Web* designada para a captura de incidentes de fraude. Com esta medida, pretende-se criar uma maior apetência junto dos colaboradores para reporte de irregularidades e, deste modo, ajudar na melhoria do ambiente de controlo interno.

01

02

03

04

05

06



01

02

03

04

05

06

Formações

No decorrer do ano de 2023, foram realizadas as seguintes sessões de formação ministradas presencialmente e através do *Microsoft Teams*, organizadas pela Direcção de *Compliance*:

Data	Tema	Público Alvo
Janeiro	Política de Presentes e Entretenimento	Todo o Banco
	Workshop - UR Aviso n.º 18/2022, de 11 de Outubro - Expansão da Rede Bancária	BPP; BCB, CIB-Coverage; Direcção Financeira-Procurement; RES; Direcção Jurídica e Direcção de Engenharia-IT.
Fevereiro	Workshop de Esclarecimento sobre questões do comité de Alto Risco (HRC)	BCB; CIB; PPB.
	Pedido de Informação dos Bancos Correspondentes	BCB; CIB; PPB; OPS.
Março	Workshop sobre o Aviso n.º 10/2022 (Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia)	Colaboradores afectos a diversas áreas às quais o diploma tem impacto
	Reporte de Operações Suspeitas	BCB; CIB; PPB; OPS.
	Workshop sobre Requisitos KYC (PEPs, UBO e EDD)	BCB; CIB; PPB; OPS.
	Origem de Fundos e Documentos Suporte	BCB; CIB; PPB; OPS.
Abril	Workshop sobre as Directrizes de Interação com Reguladores; e Manual de Interação com Entidades de Supervisão	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola

01

02

03

04

05

06

Abril	Workshop sobre o Aviso n.º 1/2022 (Abertura, Movimentação e Encerramento de Contas Bancárias)	Colaboradores afectos às diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	Workshop – UR do Aviso n.º 02/2022, de 02 de Fevereiro - Prestação de Serviços de Pagamento	Colaboradores afectos às diversas áreas às quais o diploma tem impacto
	Masterclass sobre o Manual da Metodologia do Universo Regulatório e Plano de Gestão de Risco de <i>Compliance</i> .	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
	No segundo trimestre de 2022, a equipa de investigação e Risco de Fraude deu início às sessões de consciencialização sobre fraudes, nas quais aproximadamente 200 funcionários foram expostos ao mandato e às políticas de investigação e Risco de Fraude, bem como a conceitos gerais de fraude.	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
	Workshop UR – Instrutivo n.º24/16 (Deveres de Diligência Reforçada)	Colaboradores afectos às diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Junho	Workshop UR - Aviso n.º 04/2022 – Expansão de Serviços Financeiros	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
	Reporte de Operações Suspeitas	BCB; CIB; PPB; OPS.
	Origem de Fundos e Documentos Suporte	BCB; CIB; PPB; OPS.
	Workshop sobre Requisitos KYC (PEPs, UBO e EDD)	BCB; CIB; PPB; OPS.
Julho	Formação de Combate ao Branqueamento de Capitais	Membros da Administração
	Anti Suborno e Corrupção	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola

01

02

03

04

05

06

4.3.2

O Modelo de Gestão de Risco

Visão Geral

A função de Gestão de Risco, enquanto linha secundária de defesa é, primariamente, ser responsável pela supervisão independente e especializada dos riscos, incluindo ferramentas, políticas, assistência, formação para uma melhor e proactiva gestão dos riscos no Banco. Acompanhar as áreas de negócio e implementar mecanismos de gestão de risco que garantam a execução da actividade do Banco, em linha com o apetite ao risco estabelecido pela administração, controlando a cada momento que o Banco não apresente exposições excessivas a determinados riscos da sua actividade.

O Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 01/2022 do BNA, bem como está alinhado com as melhores práticas internacionais de Sistemas de Controlo Interno e Governação Corporativa.

De acordo com a sua estrutura actual, a Direcção de Risco tem sob sua alçada directa os Riscos de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Não-Financeiros (incluindo Risco Reputacional); Gestão de Continuidade de Negócios; Risco de Informação; Gestão de Coberturas (Garantias e Seguros).

Assim, a Direcção de Risco tem como principais responsabilidades:

- Definir o quadro e as políticas de gestão de risco;
- Facilitar as actividades de gestão do risco através do ciclo de vida da gestão do risco;
- Facilitar os cálculos dos requisitos de capital para todos os tipos de risco aplicáveis;
- Contestar as decisões quotidianas da gestão do risco;
- Monitorizar e prestar aconselhamento especializado sobre ameaças emergentes;
- Monitorizar se as decisões de risco estão a ser tomadas de acordo com a cultura e apetite de risco e a comunicação de infracções;
- Gerir a interface com as entidades reguladoras relativamente à política do sector, questões de risco e conformidade;
- Compilar as divulgações de risco de acordo com os requisitos regulamentares;
- Analisar o cumprimento das normas de risco;
- Realizar análises independentes em áreas específicas de risco e controlo.



01

02

03

04

05

06

Governança e Estrutura de Gestão de Risco

O Conselho de Administração do Banco tem a responsabilidade final pela supervisão do Risco. Para o período em análise, as Funções de Gestão de Risco, *Compliance*, Auditoria Interna, Controlo Cambial e Gestão de capital funcionaram de forma eficaz e as actividades de negócio do Banco têm sido geridas dentro do apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração. O Banco está a funcionar de forma adequada, devidamente financiado e capitalizado para apoiar a execução da sua estratégia.



01

02

03

04

05

06

Modelo de Gestão de Risco e Organização

A Monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA está devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.

Em 2023, o SBA deu continuidade à implementação e melhoria dos seus processos, políticas e procedimentos, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

O SBA adoptou como modelo três linhas de actuação, o que consideramos eficiente face aos riscos existentes no negócio. A responsabilidade pela gestão de risco dentro de cada linha de defesa encontra-se no nível funcional e dos comités. As Linhas de reporte garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

	Descrição
1ª Linha de actuação	Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte
2ª Linha de actuação	Grupo e unidade de negócio com funções de gestão de risco que são adequadamente independentes da gestão de negócios
3ª Linha de actuação	Auditoria Interna

Responsabilidades

- Ser o principal responsável pela gestão de risco do Banco;
- A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação da estrutura de gestão de risco, identificação de situações geradoras de risco e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.
- As funções de Gestão de Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de gestão de risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Risco do Standard Bank de Angola, e para o Conselho de Administração através dos Comités de Crédito, do Comité de Gestão de Risco, de Activos e Passivos;
- As funções de gestão de risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de gestão de risco bem como as políticas relacionadas nas unidades de negócio, aprovar os riscos dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral independente da eficácia da gestão de risco pela primeira linha de defesa.
- Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de risco e estruturas de gestão de risco e ainda relatórios para o Conselho de Administração através do Comité de Auditoria.

01

02

03

04

05

06

Principais Políticas de Gestão de Risco

Políticas de Gestão Crédito

- Política de Crédito
- Política de notação e apoio ao crédito
- Política de autoridade delegada + matriz
- Política de substituição do grau da facilidade LGD
- Política de substituição da LGD
- Política de Risco de Correlação Desfavorável/Adversa
- Política de financiamento de títulos
- Política de transportadora do risco de transação
- Política de transacções intragrupo e empréstimos a partes relacionadas e conexas
- Política de aprovação da concentração de contrapartes
- Política de risco-país
- Política de deterioração do risco de crédito IFRS9
- Norma e política ambiental e social
- Política do sistema de gestão ambiental e social
- Política de Risco de Liquidez
- Política de Teste de Esforço

Políticas de Gestão de Liquidez

- Política de convertibilidade e transferibilidade de moeda estrangeira
- Política de preços de transferência de fundos (FTP)
- Política de Risco de Liquidez
- Política de gestão do limite prudencial (MPL)
- Política de elegibilidade dos activos transaccionáveis
- Política de métodos de definição de perfis
- Política de risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB)
- Política de testes de esforço
- Política de testes de esforço auto-avaliação
- Política de risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB) do SBA
- Política de preços de transferência de fundos (FTP) do SBA

01

02

03

04

05

06

Políticas de Gestão de Risco Não-Financeiro

- Política de Resiliência de Negócios
- Política de Gestão de Risco de Informação por Partes Externas
- Política de Gestão de Risco de Informação
- Política de Agregação de Dados de Risco e Relatório de Risco (RDARR)
- Política de Garantia de Risco
- Política de Gestão de Risco de Terceiros
- Política de Gestão de Risco Não-Financeiro
- Política de Agregação de Risco de Dados e Relatório de Risco (RDARR)
- Política de Reconciliação
- Política de Resiliência de Negócios
- Política de Uso Aceitável dos Activos de Informação

Políticas de Gestão de Risco de Mercado

- Política de Risco de Mercado

01

02

03

04

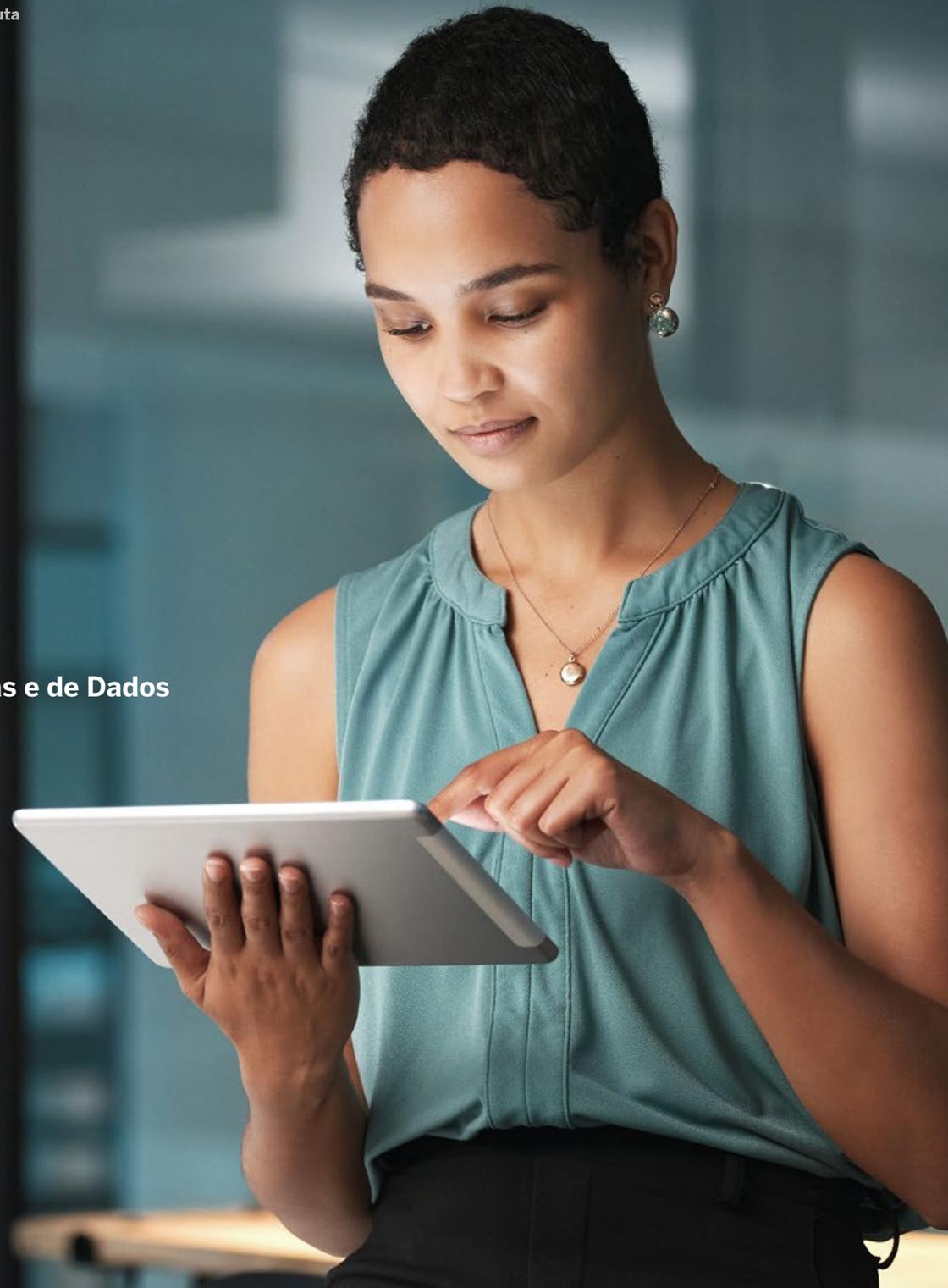
05

06

Universo do Risco

O Banco identificou 6 principais riscos em 2023:

- 01 **Risco de Execução da Estratégia**
- 02 **Risco de Serviço Medíocre para o Cliente**
- 03 **Risco Instabilidade Tecnológica**
- 04 **Risco de Escassez de Competências Tecnológicas e de Dados**
- 05 **Risco de Dependência Operacional em Terceiros**
- 06 **Risco de *Ransomware***



01

02

03

04

05

06

Os factores seguintes foram tomados em consideração na identificação dos 6 riscos principais:

- Riscos empresariais priorizados pelo grupo
- Ambiente operacional interno
- Ambiente operacional externo
- Estratégia bancária e de negócios
- Orçamento – áreas de crescimento, ex. empréstimos e adiantamentos
- Incidentes de perdas irrecuperáveis
- Capacidade e Recursos actuais para se focar no mais crítico
- Sistemas e processos internos, incluindo RCSAs e KRIs
- Pareceres dos membros do Conselho de Liderança (ALC)

Os factores acima mencionados, foram acordados com o Conselho de Gestão (ALC), tendo sido apresentados planos de acção para abordagem destas áreas vulneráveis na Comissão de Gestão de Risco e Comissão de Risco do Conselho de Administração para o âmbito de 2023/24. O Banco está em vias de concluir mais 50% das acções convencionadas até ao fim do ano.

Ciclo de vida do risco

1

Identificação

Os riscos são identificados através de uma análise contínua do ambiente interno e externo de forma contínua e ad hoc quando ocorrem alterações. Os riscos devem ser identificados para áreas de foco estratégico, processos-chave, produtos, serviços, sistemas, clientes, mercados, terceiros, regiões geográficas, etc. Esta não é uma lista exaustiva pois podem existir outros factores que desencadeiam a identificação de riscos.

Os riscos devem ser definidos, expressos ou afirmados da seguinte forma (por qualquer ordem), bem como classificados num tipo de risco:

- **Evento** - O evento que ocorreria
- **Causa** - As causas/fontes do evento
- **Impacto** - O impacto/implicações/efeitos do evento

2

Avaliação

A avaliação dos riscos é necessária para estabelecer prioridades em listas frequentemente extensas de riscos identificados para gerir eficazmente um número razoável ao nível pertinente do Banco. A análise de cenários também é utilizada para avaliar objectiva ou subjectivamente os riscos. Os cenários devem ser credíveis e plausíveis.

01

02

03

04

05

06

3

Medição

A medição envolve a determinação de exposições financeiras para riscos-chave. Os tipos de riscos financeiros são mais adequados para a medição, enquanto os riscos não financeiros ou estratégicos requerem os passos adicionais da análise de cenários.

Apetite ao risco:

A apetência pelo risco é uma expressão do julgamento da gestão sobre o nível máximo de risco que o Banco está disposta a assumir na prossecução dos seus objectivos financeiros e estratégicos.

A Declaração de Apetência pelo Risco (*Risk Appetite Statement* - RAS) é definida pelo Conselho de liderança do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração do Banco. A delegação desta declaração a níveis inferiores é efectuada através da hierarquia dos diferentes direitos de decisão do Banco.

Uma violação da apetência máxima pelo risco acordada deve ser evitada, gerida ou comunicada aos comités de risco adequados.

Um RAS é constituído por appetite de risco - definido a nível do Grupo e Limites de risco que são utilizados para alocar a apetência pelo risco a tipos de risco do Banco.

4

Tratamento

Após a análise da apetência pelo risco/limites de risco, devem ser tomadas decisões de risco para procurar a oportunidade positiva e/ou minimizar a negativa. Opções de tratamento disponíveis são:

Evitar - Não se envolver em actividades de negócio que exponham o Banco a um risco específico. Isto inclui escolhas estratégicas para não realizar negócios em sectores ou locais específicos.

Transferir ou partilhar - Transferir a obrigação de suportar o impacto do risco para outra parte, no todo ou em parte. Isto é conseguido principalmente através do programa de seguro de Banco.

Mitigar ou reduzir - Investir e implementar controlos de processo e de gestão que possam evitar ou reduzir o impacto do risco caso este ocorra. Isto inclui políticas de gestão de crédito e de investimento, estratégias de preços e de afectação de capital, planos de resiliência empresarial e de gestão de crises, estratégias de gestão da liquidez e medidas de gestão da conduta. Deve ser mantida uma biblioteca de controlo para permitir uma Aplicação eficaz, avaliação e acompanhamento eficazes dos controlos-chave.

Aceitar - Aceitar o risco e não o tratar quando o impacto potencial estiver dentro de um nível aceitável de desvio em relação às expectativas, ou o custo de controlos adicionais ultrapassa o benefício.

01

02

03

04

05

06

5

Monitorização

Tanto o ambiente de risco como o ambiente de controlo devem ser monitorizados de forma contínua a todos os níveis do Banco, incluindo unidades de negócios e funções corporativas, entidades jurídicas e tipos de risco.

Garantia Independente - Os serviços de revisão de garantia independente são prestados pelas equipas das funções de risco, bem como pelo GIA, auditores externos e outros de garantia combinada para oferecer um parecer de garantia integrado que inclui a verificação dos resultados da auto-avaliação da Direcção para cobrir todas as linhas de defesa.

Escalonamento de incidentes - Certos incidentes de risco material devem ser imediatamente escalados para garantir que recursos sejam adequadamente aplicados para mitigar o impacto e para garantir que são cumpridas as obrigações regulamentares, quando aplicável.

Concentrações de risco - As concentrações de riscos devem ser objecto de um acompanhamento regular relativamente a todos os riscos materiais a nível do Conglomerado Financeiro pelo Comité de Gestão de Risco, bem como no âmbito do Conglomerado Financeiro, das Unidades de Negócio.

Os responsáveis pelos tipos de risco devem monitorizar as exposições à concentração do tipo de risco relevante e permitir o controlo das concentrações de riscos em vários tipos de riscos pela Gestão de Risco do Banco, adoptando as orientações previstas para garantir uma abordagem coerente entre os tipos de risco, com referência a catástrofes naturais ou catástrofes em que o Crédito, os Seguros, perturbações de negócios, pessoas e outros tipos de risco podem ser afectados.

6

Testes de Esforço

O exercício de testes de esforço praticado pelo Standard Bank, para além de ser uma ferramenta crucial à gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo n.º 2/2017 emitido pelo Banco Nacional de Angola, que tem por objectivo uma gestão de risco efectiva e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

O impacto na Margem Financeira é calculado tendo em conta o impacto da alteração das taxas de juros no balanço em moeda nacional e o impacto resultante da depreciação da moeda estrangeira, bem como as alterações nos créditos e exposições nos bancos correspondentes.

O impacto na MF é estimado aplicando a variação das taxas de juro médias, no cenário de esforço macroeconómico, à actual sensibilidade estimada na MF (aumento/diminuição na MF como percentagem da MF actual e à base da MF para o orçamento e as previsões.

7

Relatórios

A comunicação de riscos é o fluxo de informações sobre o estado do ambiente de risco e de controlo material a partir de níveis inferiores da organização, incluindo os membros do conglomerado financeiro, através da estrutura de comités, até chegar a uma visão agregada dos riscos materiais no Conselho de liderança global e no Conselho de Administração.

01

02

03

04

05

06

Apetência pelo Risco

O Standard Bank de Angola aceita os riscos não financeiros, incluindo os riscos operacionais inerentes à condução da sua estratégia de negócio, desde que estes riscos sejam controlados através dos três pilares fundamentais seguintes:

<p>Limitar o impacto nos resultados</p>	<p>As perdas operacionais líquidas agregadas devem permanecer inferiores a uma percentagem especificada do rendimento operacional bruto (GOI) num período de 12 meses consecutivos. As perdas anuais de risco operacional num período de <i>stress</i> de 10 anos não devem exceder um montante de tolerância especificado.</p>
<p>Limitar o impacto na solvência</p>	<p>Limitar o rácio do capital económico GOI a uma percentagem máxima especificada. Limitar as necessidades de capital económico para o ano seguinte a não excederem 120% do montante orçamentado. Limitar a exigência de capital regulamentar para o ano seguinte a não exceder 110% do montante orçamentado.</p>
<p>Limitar o impacto de elementos de risco inaceitáveis</p>	<p>Incluindo a violação da lei: um comportamento antiético/inadequado que prejudique a reputação da SBA, a interrupção dos serviços prestados aos clientes, um comportamento inadequado no mercado ou causar conscientemente uma violação dos requisitos regulamentares, bem como danos ao ambiente</p>

A declaração de apetência pelo risco de 2023 foi aprovada pela Comissão de Risco do Conselho de Administração, em Janeiro de 2023. A declaração de apetência pelo risco levou em consideração os factores seguintes:

- Condições económicas;
- Intenção estratégica do Banco para 2023;
- Iniciativas estratégicas de linhas de negócios e ambição;
- Afectação de capital e processos internos de gestão de risco.

A Gestão do Risco é responsável pelo acompanhamento do perfil de risco atual e futuro do banco em relação aos factores de apetência pelo risco e aos limites de tolerância ao risco, tanto em condições normais como de tensão (antes e depois das medidas de gestão). A Direção toma medidas para conter o perfil de risco atual e futuro das carteiras dentro dos limites acordados de apetite de risco e de tolerância ao risco.

Testes de Esforço

Os testes de esforço são uma ferramenta chave de gestão utilizada para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação aos diversos níveis de apetência pelo risco. Os testes de esforço apoiam uma série de processos do Banco, incluindo: Planeamento e gestão da liquidez; Informação sobre o contexto da declaração da apetência pelo risco; Identificação e mitigação proactiva dos riscos, através de acções como a revisão e alteração de limites, limitação de exposições e cobertura; Facilitação do desenvolvimento da atenuação de riscos ou planos de contingência, incluindo planos de recuperação em diversas condições de esforço. Os Testes de Esforço são realizados no banco como parte da exigência regulamentar (ILAAP e ICAAP) e internamente, como parte das boas práticas de gestão de risco.

01

02

03

04

05

06

Testes de Esforço Padronizados

O Banco realiza anualmente de testes de esforço padronizados ao Sistema Bancário, conforme Directiva N°02/DSB/DRO/2022, tendo sido submetidos pela primeira vez a 30 de Abril de 2023. O exercício foi executado com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e os resultados indicaram uma posição sólida de capital e liquidez. Salientar que no âmbito da legislação em vigor o Regulador reserva-se ao direito de solicitar a realização de testes de esforço *ad hoc* bem como requerer das instituições que actuam no sistema financeiro informações de diversa natureza para a realização de testes de esforço sistémicos.

Testes de esforço macroeconómicos

Estes testes foram realizados através de diversos tipos de risco, de forma integrada, para uma série de cenários económicos baseados em choques macroeconómicos severos, mas plausíveis que podem afectar simultaneamente vários factores de risco diferentes e o impacto resultante na demonstração de resultados, balanço e procura e oferta de capital regulamentar do banco, após consideração das acções de atenuação.

Os testes de esforço macroeconómico deverão ser realizados, no mínimo, anualmente e alinhados com a apresentação do ICAAP e ILAAP, isso inclui o cenário base e os cenários de migração.

Os resultados dos testes de esforço macroeconómico são apresentados como parte do exercício anual de ICAAP e ILAAP e do plano integrado de recuperação (IRP).

Todos os testes de esforço realizados indicam um balanço resistente com uma posição forte de capital e liquidez suficiente.



01

02

03

04

05

06

Tipologia de Riscos

Gestão do Risco de Crédito

Esta área encontra-se dividida pelos segmentos CIB, BCB e BPP competindo-lhes **executar as políticas de crédito do Banco e monitorizar o cumprimento dos limites de acordo com o apetite de risco de crédito**, de modo a assegurar um crescimento sustentável da carteira, e reduzir o risco de perdas de acordo com os critérios definidos pela regulamentação e normas em vigor do Banco.

A gestão de risco de crédito inclui um conjunto de processos integrados de Monitorização das exposições creditícias, efectuada numa base diária pelas equipas de crédito e de forma regular através dos comités de crédito e de risco de crédito.

Gestão do Risco de Mercado

A área de Risco de Mercado é responsável por **monitorizar a integridade das exposições assumidas pela área de Mercado de Capitais e por garantir que a exposição esteja de acordo com princípios definidos em políticas internas do Banco e limites definidos pelo Regulador**. Deste modo os limites de risco/exposição definidos, são periodicamente revistos, e a ultrapassagem dos mesmos obriga ao seu escalonamento imediato para aprovação de um nível hierárquico superior bem como à tomada de acções correctivas imediatas sob a forma de um alargamento do limite ou de uma redução do risco.

No âmbito das suas actividades, a área de Risco de Mercado regista a identificação de riscos nos Livros de *Trading e Banking*, efectua cálculos de VaR, PVO1, elabora cenários, procede à elaboração de testes de esforço, realiza a gestão de limites e infracção acompanhamento do NOP – “*net open position*”

(Grupo e Regulatório), verificação de preços (IPV), realiza cálculos de *Backtesting*, e acompanha o capital regulamentar. O relatório da sua actividade e recomendações é apresentado no Comité de Gestão de Activos e Passivos numa base mensal.

Gestão do Risco Cambial

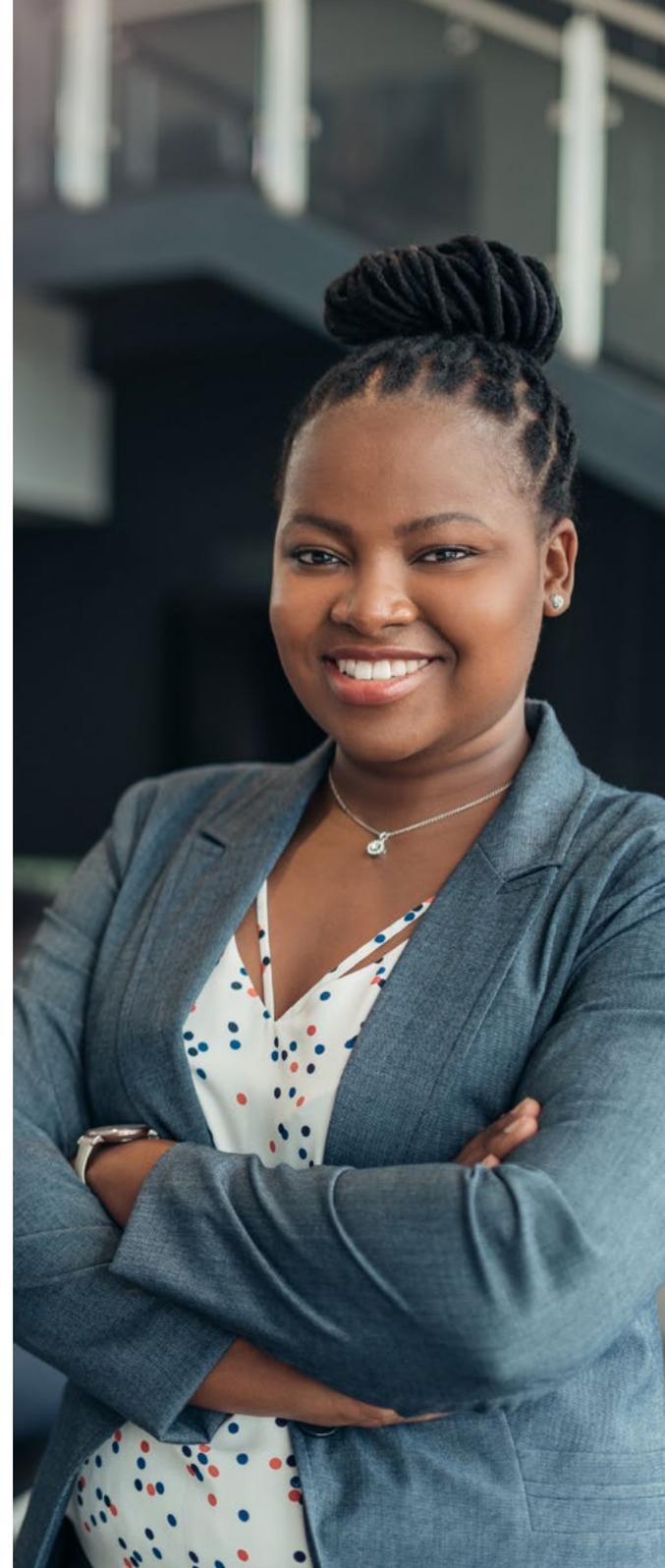
No Standard Bank, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Direcção de Mercado de Capitais, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas (NOP – “*net open position*”).

Gestão do Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro **diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco**. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reavaliação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reavaliação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro podem sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado. Este risco é monitorizado mensalmente pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).



01

02

03

04

05

06

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como **o risco de uma entidade, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações de pagamento na totalidade ao vencerem, ou só possa fazê-lo em termos materialmente desvantajosos.**

No Standard Bank, cabe ao ALCO o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

A gestão do risco de liquidez é da responsabilidade da área de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM) que monitoriza e mede o risco de liquidez a que o Banco está exposto. A área de TCM reporta os resultados de cada medida de risco de liquidez ao Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Os requisitos regulamentares de liquidez devem de ser cumpridos em todos os momentos e o Banco deve, ainda, respeitar os requisitos definidos na Política de Risco de Liquidez. Tal aplica-se tanto à componente de moeda local como à componente das restantes divisas no balanço. Os limites, as directrizes e os requisitos adicionais aplicam-se separadamente a cada moeda significativa.

O Banco analisa ainda as exposições ao risco de liquidez em conjunto com outros riscos, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, não-financeiro e legal.

A gestão do risco de liquidez do Banco está formalmente definida na Norma de Risco de Liquidez e na Política de Risco de Liquidez.

A Norma de Risco de Liquidez estabelece e define os princípios para a exposição ao risco de Liquidez por parte do Banco, bem como o quadro geral para uma governação consistente e homogênea de

identificação, medição, monitorização, e reporte deste risco. A Norma de Risco de Liquidez está alinhada aos requisitos da Norma abrangente de Governação de Risco e define ainda directrizes orientadoras para a gestão de risco de liquidez.

De acordo com a Norma de Risco de Liquidez, os princípios para gestão do risco de liquidez adoptados pelo Banco são os seguintes:

- *Stress* de liquidez e teste de cenário;
- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez;
- rácio de financiamento a longo prazo;
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- Restrições à concentração de depósitos;
- Testes de *stress* e análises de cenário;
- Planos de contingência de liquidez;
- rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- Dependência do mercado interbancário;
- Gestão de liquidez intradiária;
- Gestão de garantias (Colaterais);
- Gestão do Fluxo de caixa diário;
- Preços de transferência de fundos (FTP);
- Planos de financiamento;
- Quantificação do risco de financiamento.

O documento de métodos de criação do perfil comportamental (face ao risco de liquidez) é um suplemento anexo à Política de Risco de Liquidez, no qual é definido o perfil comportamental que deve ser aplicado às principais rubricas do balanço

e extrapatrimoniais de forma a apoiar a compilar o desfasamento de liquidez em condições normais de negócio, o desfasamento estrutural da liquidez, bem como os desfasamentos de financiamento dinâmicos e os desfasamentos estáticos de liquidez do Banco com base nos testes de stress de liquidez e nas análises de cenário.

O Standard Bank tem ainda definido um Plano de Contingência de Liquidez (LCP), que tem como objectivo atenuar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez estabelecendo uma estrutura de governação que:

- Indique a resposta do Banco a um problema de liquidez, incluindo a identificação precoce, escalonamento e directrizes para a gestão do Banco durante uma crise de liquidez;
- Permita compreender o impacto que uma crise de liquidez possa ter relativamente a todas as partes interessadas;
- Identifique informações de gestão essenciais;
- Forneça um mecanismo para a Monitorização de sinais de alerta;
- Registe os tipos e potenciais fontes de uma crise de liquidez; e
- Incorpore o princípio do mutuante de último recurso, no caso de o Banco falhar nos seus esforços em lidar de forma eficaz com uma crise de liquidez, uma vez que a causa pode ser significativa ou o pelo facto de o Banco não ter capital suficiente.

O Plano de Contingência de Liquidez deve ser lido em conjunto com a Norma e a Política de Risco de Liquidez. O princípio subjacente à gestão do risco de liquidez, conforme estipulado na Norma de Risco de Liquidez, traduz-se no facto de o Banco ser uma entidade autónoma e dever gerir os actuais e futuros

requisitos de liquidez da moeda nacional e moedas estrangeiras em conformidade.

Não é viável deter uma quantidade suficientemente elevada de liquidez prontamente disponível para cobrir os eventos de liquidez menos prováveis. Contudo, visto que esses eventos podem ter consequências devastadoras, é imperativo colmatar a diferença entre a liquidez que o Banco opta por deter e a liquidez máxima que o Banco pode necessitar.

Gestão do Risco Não-Financeiro

O Risco Não-Financeiro é definido como o risco de perda resultante de inadequação/falha nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos nos quais estão incluídos os riscos jurídico, risco de informação, risco de mudança, risco de interrupção de negócio, risco de fraude, de *Compliance*, risco cibernético, risco de conduta, risco ambiental, risco social, risco de governação, risco contabilístico financeiro, risco de crimes financeiros, risco de modelo, risco de pessoas, risco fiscal, risco de tecnológico, risco de terceiros, risco de processamento de transacções e activos físicos e protecção.

À área de Riscos Não-Financeiros do Banco compete a identificação, análise, mensuração, gestão, monitorização e reporte de riscos operacionais através da aplicação de medidas quantitativas e qualitativas que permitam determinar o nível de risco (probabilidade vs. severidade), permitindo desta forma determinar o custo da mitigação versus o benefício, bem como o tipo de controlos necessários para o fazer.

De uma perspectiva de análise quantitativa, a área faz uso dos seguintes mecanismos:

- Gestão de Incidentes;
- Indicadores-chave de risco;
- Informação externa (auditoria/ regulador);
- Análise de cenários.

Por outro lado, de uma perspectiva de análise qualitativa, a área faz uso de auto-avaliações de Controlos de Risco feitas pelas áreas de negócio e suporte.

Através destas análises a área, através do Comité de Gestão de Risco, monitoriza e reporta mensalmente o impacto financeiro do risco operacional nos lucros mensais de cada Unidade de Negócio, através do uso de um Modelo de Capital de acordo com directrizes estabelecidas em Basileia II.

Gestão do Risco do Negócio

O risco de negócio corresponde ao risco de perda devido a receitas operacionais insuficientes para a cobertura dos custos operacionais.

O SBA procura mitigar este Risco através de:

- Realização de diligências aprofundadas nas fases de pré-investimento;
- Realização de uma análise de risco de novos produtos e serviços, ou alterações aos mesmos;
- Monitorização de rácios tais como: custo sobre receita (*cost-to-income*), que permite intervir cedo e implementar acções de gestão para reduzir custos; e provisões para perdas por imparidade;
- Antecipação de mudanças nas condições de mercado;
- Através de um rigoroso processo orçamental, quer ao nível da definição do orçamento quer ao nível da Monitorização do cumprimento do mesmo.

O risco de negócio inclui o risco estratégico uma vez que os Planos de Negócios e Estratégias podem ser inadequadas e gerar perdas financeiras ou afectar a posição competitiva e retorno para os accionistas do Banco, sendo por este motivo considerados um risco.

Para prevenir ou mitigar o risco de estratégia, os Planos de Negócios do Banco e Estratégias Comerciais são discutidos e aprovados pelo Órgão de Gestão e, quando adequado, são submetidos a testes de esforço.

A Direcção de Risco monitoriza ainda este risco mensalmente através de indicadores como o Resultado do período, JAWS e *Cost to Income*.

Gestão do Risco Reputacional

Risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco, o que pode prejudicar a rentabilidade e/ou sustentabilidade de seus negócios. Esses danos podem resultar de uma quebra de confiança, ou na relação de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, que podem afectar adversamente a capacidade do Grupo para manter a empresa, já existente, ou gerar novas relações comerciais e contínuo acesso a fontes de financiamento.

Existe uma crescente ênfase em riscos reputacionais decorrentes de violações de conformidade, bem como a partir de considerações éticas ligadas a países, Clientes e sectores, e a considerações ambientais.

Os processos de gestão de crise do Banco são projectados para minimizar o impacto reputacional do evento.

O Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética, considerando a implementação de um Comité de conduta.



01

02

03

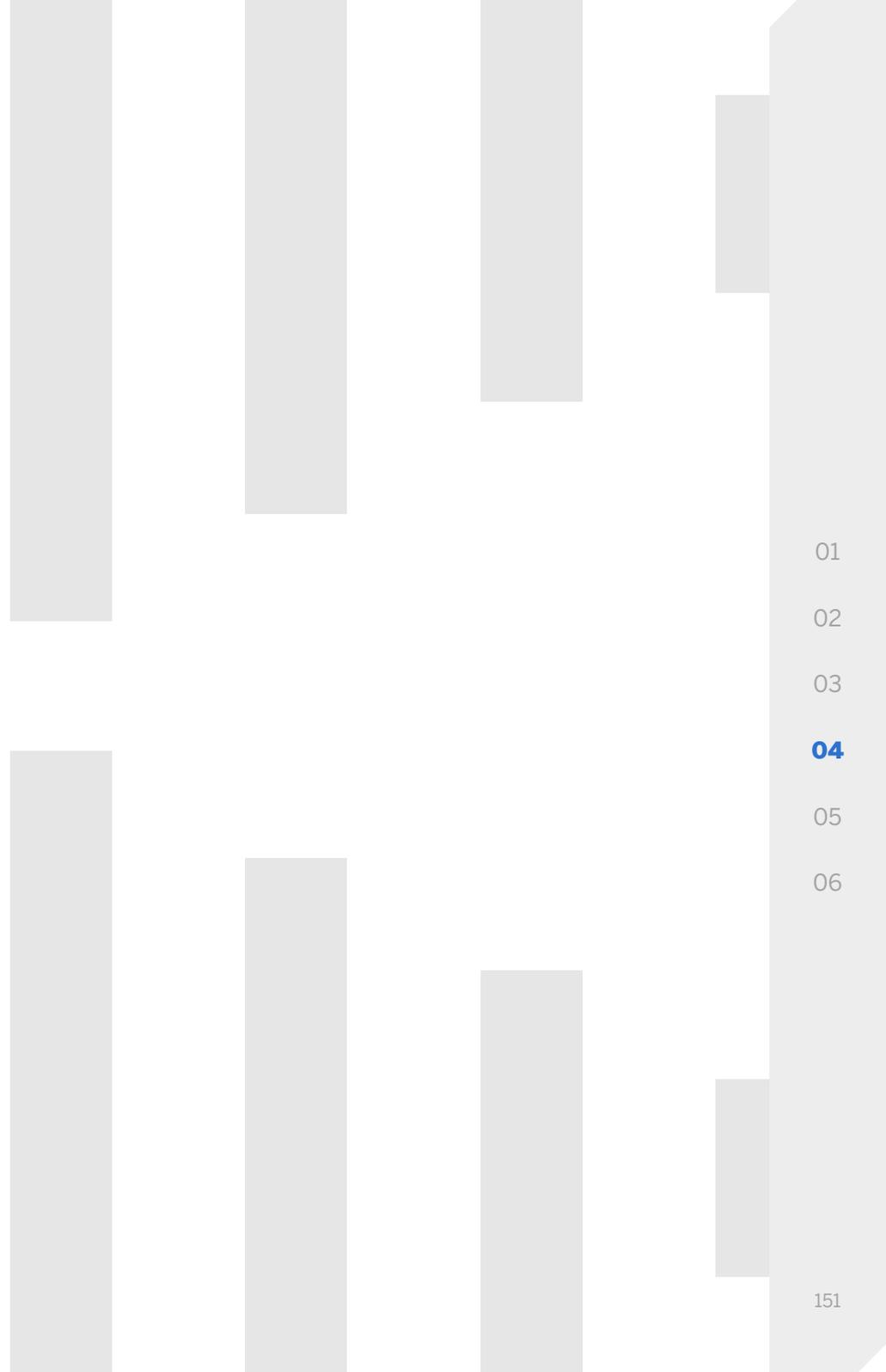
04

05

06

4.4

Excelência Operacional



01

02

03

04

05

06

4.4.1

Operações

Missão

A Direcção de Operações acredita firmemente em colocar o Cliente no centro de tudo o que faz. A missão é fornecer um serviço excepcional, de forma consistente, ouvindo atentamente as necessidades dos Clientes e fornecendo soluções inovadoras para atender e exceder as suas expectativas.

Valorizar as pessoas que integram a equipa reconhecendo as suas qualidades, a diversidade de perfis e os seus talentos únicos. A visão é ajudar a construir um banco que não só atenda, mas supere as necessidades financeiras e de investimento dos Clientes, enquanto também se capacita a equipa para alcançar o seu pleno potencial.

Existe um comprometimento em criar um ambiente onde a integridade, a excelência e o profissionalismo são os pilares do trabalho diário.



01

02

03

04

05

06

Principais áreas de foco para 2024

Foco no Cliente

01

Excelência na Experiência do Cliente:

Como prioridades máximas pretende-se estabelecer o SBA como líderes incontestáveis e consistente na experiência proporcionada aos Clientes.

02

Eficiência Operacional:

O SBA está comprometido em aprimorar a eficácia e eficiência operacional em todas as áreas que integram Direção Corporativa.

03

Interação com o Cliente:

Haverá uma ênfase contínua em escutar ativamente os Clientes, em identificar as suas expectativas por forma a desenvolver soluções inovadoras em resposta.

04

Resposta às Reclamações:

O compromisso é endereçar e resolver proactivamente as cinco principais queixas recebidas dos Clientes para melhorar consecutivamente o seu percurso e satisfação.

05

Metas de Desempenho:

Estabelecer metas concretas para alcançar maior eficiência e eficácia em todas as áreas que integram nossa Direção Corporativa. Serão definidas métricas para acompanhamento regular permitindo, de forma rápida e tempestiva, ajustar o plano traçado maximizando o esforço e a satisfação dos clientes.

Pessoas e Cultura

06

Ambiente de Trabalho Ideal

O objectivo é o Banco ser reconhecido como a melhor entidade empregadora em Angola proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os colaboradores.

07

Comunicação Corporativa:

Garantir uma comunicação clara e transparente assegurando que informações pertinentes à Direção sejam compartilhadas de forma regular.

08

Valorização dos Colaboradores:

O reconhecimento do desempenho e contribuição de colaboradores será uma prática constante.

01

02

03

04

05

06

Controlo Interno

Efectuar esforços para fortalecer o ambiente de controlo interno minimizando riscos e proactivamente melhorando processos e procedimentos e apostando em reforço regular de formação das equipas potenciando e cultivando uma cultura de risco cada vez mais presente.

09

Auditorias e Correções:

Realizar monitorizações frequentes e proactivas a incidências anteriormente identificadas com o intuito de prevenir a reincidência e de garantir a eficiência dos controlos definidos.

10

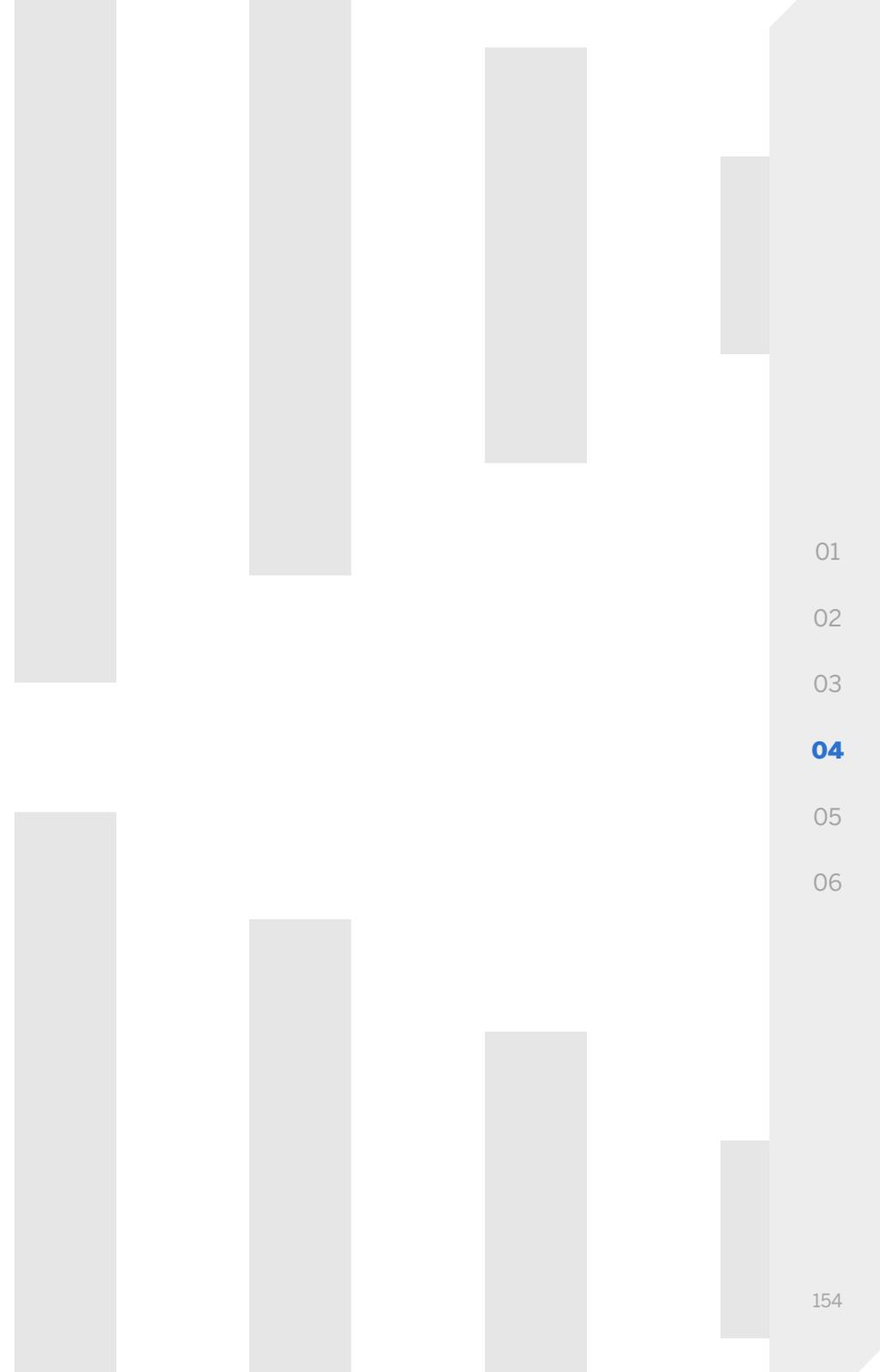
Gestão de Incidentes:

Estar focado em diminuir o número de incidentes reportados e em reduzir as perdas operacionais decorrentes.

11

Prazos de Resolução:

Controlar de forma rigorosa os prazos para solução de problemas identificados garantindo respostas eficazes e tempestivas.



Principais destaques de 2023

Missão

A Direcção de Operações obteve os seguintes resultados nas principais áreas de intervenção:

01

Excelência na Experiência do Cliente:

Como prioridades máximas pretende-se estabelecer o SBA como líder incontestável e consistente na experiência proporcionada aos Clientes.

Foi ainda realizado um inquérito de satisfação para as várias equipas do Banco a fim de ouvir e aferir as contribuições dos parceiros internos e, desta forma, identificar e definir planos de acção para maximizar a sua satisfação.

02

Experiência do Cliente Interno e Externo:

Durante o ano de 2023 foi dada continuidade ao foco na utilização de *dashboards* para gestão diária das equipas, bem como para apoiar decisões de gestão e identificação de padrões e tendências que possam ser relevantes para iniciativas de melhoria contínua. Foram efectuadas sessões de formação no sentido destes serem utilizados por toda a Direcção.

Foram aprimoradas métricas de medição dos níveis de serviço em diversos departamentos da Direcção no sentido de ter visibilidade dos mesmos de forma mais tempestiva e fomentar a automatização dos processos de forma contínua e regular.

01

02

03

04

05

06



01

02

03

04

05

06

4.4.2

Tecnologia

Visão Geral

A Direcção de Tecnologia tem a responsabilidade de suportar todas as linhas de negócio e funções de suporte da operacionalização da estratégia, garantindo a operacionalização alinhada com as prioridades delineadas pela Comissão Executiva. Esta equipa multidisciplinar e com características de liderança é composta pelas áreas de Desenvolvimento, Manutenção e Suporte de Aplicações, Segurança de Informação, Data Centre & Recovery Service, Production Assurance & Customer Care, Programme Management Office, Infrastructure, Network Service & Architecture.

As áreas de tecnologias e operações fornecem serviços ao negócio que têm de responder de forma sincronizada às necessidades do Cliente e do mercado. Por este motivo, a Direcção de Tecnologia tem responsabilidade pela implementação, optimização e execução de grande parte dos processos de negócio.

A equipa de Tecnologia tem-se focado bastante em garantir que implementa e opera todas as soluções com a maior eficiência possível nas suas mais diversas capacidades e competências, através do programa *Always-On*, usando metodologias

utilizadas pelas *BigTech*, como a função de *Site Reliability Engineer* (SRE), garantindo melhor performance, monitorização e recuperação de serviços e aumentando o SLA destes para os Clientes (Internos ou Externos).

As integrações customizadas nas empresas também são um foco desta equipa pois aumentam e garantem mais satisfação dos Clientes através da eficiência, implementando *straight-through processing* (STP).

O canal digital SB24 tem sido das iniciativas com mais crescimento e atuação do Banco. Verifica-se um crescimento em particulares acima de 100%, com lançamentos trimestrais que atraem Clientes e aumentam a receita. A partir do último trimestre, foi abrangido o segmento de pequenas e médias empresas, com uma adesão muito positiva. Esta iniciativa aplica tecnologias e metodologias recentes, o que cria a base sustentada para criação de competências e equipas de alto rendimento. Alguns exemplos de metodologias e tecnologias são: DevSecOps, incluindo CI/CD e Operações em *Cloud* (Kubernetes e *Micro-Services*).



01

02

03

04

05

06

Desenvolvimento, Manutenção e Suporte de Aplicações

Desempenha um papel fundamental na garantia do funcionamento eficiente e contínuo das operações. Esta área é responsável por criar, manter e aprimorar os sistemas e aplicações que são usados tanto pelos Clientes como pelos utilizadores internos.

No que diz respeito ao desenvolvimento de aplicações, a equipa trabalha em estreita colaboração com as áreas de negócio do Banco para entender as suas necessidades e desenvolver soluções personalizadas que vão de encontro a essas exigências.

Além disso, a equipa de suporte é responsável por garantir que as aplicações estejam disponíveis, a funcionar corretamente e que qualquer problema técnico seja resolvido de forma rápida e eficiente. A equipa monitoriza o desempenho dos sistemas, responde às solicitações de suporte dos utilizadores e implementa actualizações e correções de *bugs* sempre que necessário.

Segurança de Informação

Angola, e o sector financeiro em particular, continuam a ser alvo de tentativas de *cyber* ataques, de forma deliberada por grupos internacionais e pequenos grupos nacionais, devido à sua boa conectividade de internet e à falta de maturidade das instituições. Para além destes aspectos, existe um conjunto de políticas de segurança que deve ser cumprida, bem como a regulação local emitida pelos diversos reguladores.

Com regularidade definida, são feitos testes de resiliência, como simulações de desastre e *cyber* ataque. Os resultados têm sido positivos e têm preparado as equipas para eventos reais.

Data Center & Recovery Service

A área de *Data Center e Recovery Service* dentro de um Banco desempenha um papel crucial na garantia da disponibilidade e segurança dos sistemas de tecnologia da informação (TI). Essa área é responsável por gerir e manter o Data Center, que é onde todos os servidores, sistemas de armazenamento de dados e infraestrutura de rede são hospedados.

O *Data Center* é o coração do Banco, onde todas as informações e transacções são processadas e armazenadas. A equipa de *Data Center* garante a operação contínua dos servidores, monitorizando o desempenho, a capacidade e a segurança da infraestrutura.

Adicionalmente, a equipa de *Recovery Service* é responsável por garantir que o Banco possua planos de recuperação adequados para desastres tecnológicos. Isso envolve a criação de cópias de segurança regulares, a implementação de sistemas de backup e a realização de testes de recuperação para garantir a capacidade de restaurar as operações rapidamente, em caso de falhas ou desastres.

01

02

03

04

05

06

Production Assurance & Customer Care

A área de *Production Assurance & Customer Care* desempenha um papel crucial dentro de um Banco, garantindo a disponibilidade e a qualidade dos serviços oferecidos aos Clientes. Esta área é responsável por monitorizar e manter a infraestrutura de TI do Banco, garantindo que todos os sistemas estejam a funcionar corretamente e que os serviços estejam disponíveis para os Clientes.

A equipa de *Production Assurance* é responsável por monitorizar constantemente os sistemas do Banco, identificando e resolvendo problemas de desempenho ou indisponibilidade. Esta equipa também é responsável por realizar testes e verificações regulares, para garantir a estabilidade e a capacidade dos sistemas.

Customer Care tem a responsabilidade de lidar com as necessidades e preocupações dos Clientes em relação aos serviços do Banco. Eles são responsáveis por fornecer suporte técnico, resolver problemas e garantir a satisfação dos Clientes.

No contexto de uma intervenção no sistema do Banco que terá impacto na disponibilidade aos Clientes, a área de *Production Assurance & Customer Care* desempenha um papel importante na comunicação formal desse acontecimento. Eles estão encarregues de notificar os Clientes afetados sobre a intervenção planeada, bem como de fornecer informações sobre o tempo de inatividade previsto e quaisquer medidas alternativas de suporte disponíveis durante esse período.

Programme Management Office

A área de *Programme Management Office* (PMO) desempenha um papel fundamental, garantindo a eficiência e o sucesso dos projectos e programas em andamento. O PMO é responsável por fornecer suporte e orientação aos gestores de projecto e às equipas envolvidas, além de garantir a conformidade com os padrões e processos estabelecidos pela organização.

O PMO é responsável por várias atividades, incluindo:

- 01 **Gestão de Portfólio**
- 02 **Gestão de Projectos**
- 03 **Monitoramento e Controlo**
- 04 **Gestão de Riscos**
- 05 **Padronização e Melhoria Contínua**
- 06 **Comunicação e Alinhamento**

Em resumo, o PMO desempenha um papel vital, proporcionando suporte, orientação e gestão para os projectos e programas. Ele promove a padronização, a eficiência e a eficácia das actividades, garantindo que os projectos sejam entregues com sucesso, dentro do prazo e dentro do orçamento estabelecido.

01

02

03

04

05

06

Network Service & Architecture

A área de *Network Service & Architecture* desempenha um papel fundamental dentro de um Banco, pois garante a conectividade, segurança e confiança na infraestrutura de rede da organização. Esta área é responsável por projetar, implementar, manter e monitorizar a rede de comunicação do Banco, garantindo que os serviços estejam disponíveis para colaboradores e Clientes.

O papel da área de *Network Service & Architecture* de um Banco inclui:

- 01 **Projeto e Implementação da Rede**
- 02 **Manutenção e Monitoramento da Rede**
- 03 **Segurança da Rede**
- 04 **Conectividade e Disponibilidade**
- 05 **Suporte Técnico**
- 06 **Planeamento e Estratégia**

Em resumo, a área de *Network Service & Architecture* é responsável por projectar, implementar, manter e monitorizar a infraestrutura de rede. Esta desempenha um papel crucial na conectividade, segurança e confiança na rede, garantindo que os serviços estejam disponíveis para colaboradores e Clientes, além de fornecer suporte técnico e planeamento estratégico para a infraestrutura de rede.



01

02

03

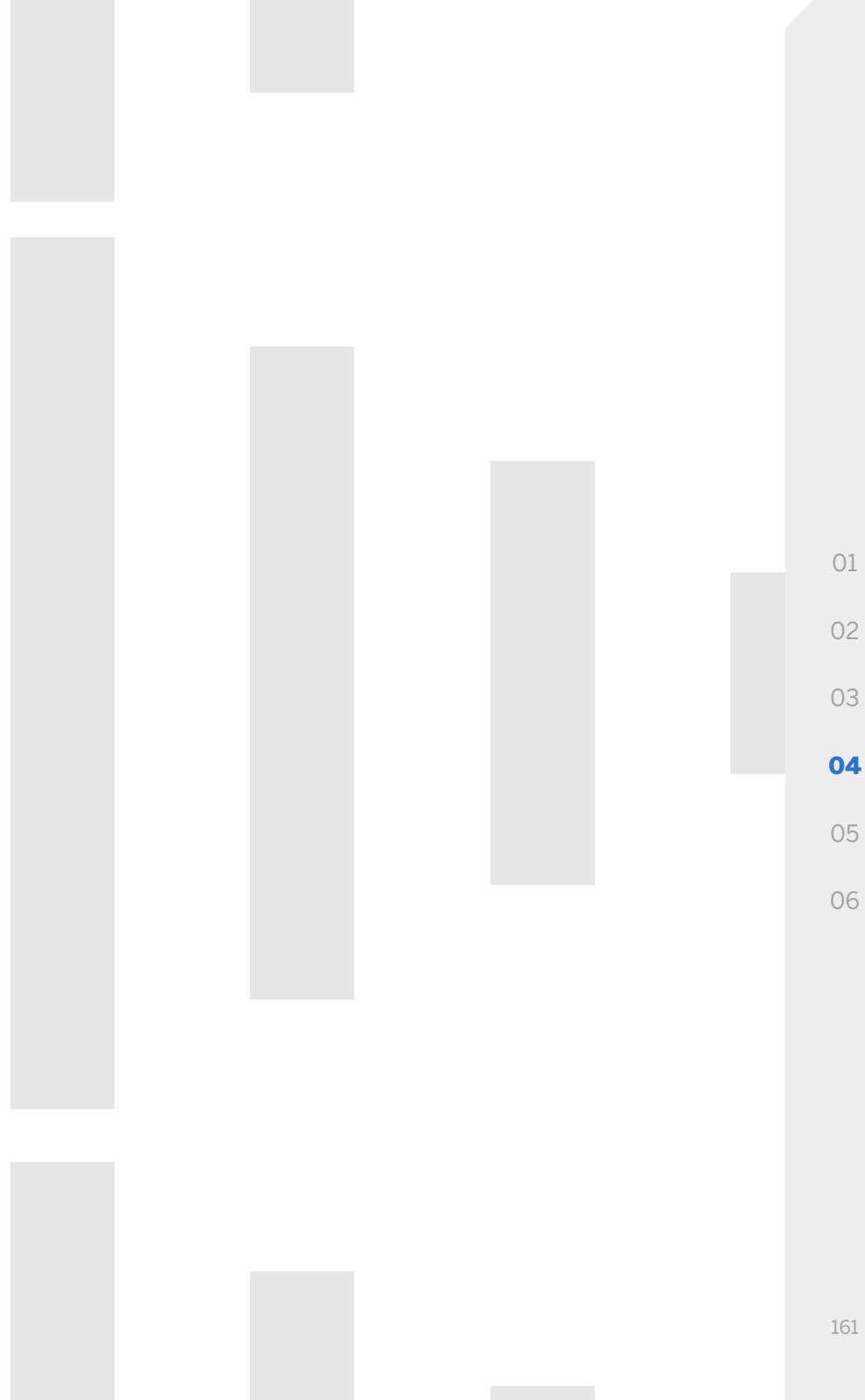
04

05

06

4.5

Resultados Financeiros



01

02

03

04

05

06

4.5.1

Os indicadores do SBA

Análise de Balanço

A 31 de Dezembro de 2023 o Standard Bank de Angola verificou um aumento de 47% no valor do seu activo total o qual se suportou essencialmente na retenção do valor gerado pela sua actividade operacional, no contínuo reinvestimento em activos de reduzido risco e de elevada rentabilidade, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do seu crescimento a longo prazo. Adicionalmente o exercício de 2023 também fica marcado pelo aumento de capital efectuado pelo Banco.

Balanço

BALANÇO	Milhares de Kz			Milhares de USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Varição	31.12.2023	31.12.2022	Varição
Activo						
Disponibilidades	259 516 316	301 890 505	-14%	310 023	592 730	-48%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	379 531 040	132 120 422	187%	453 395	259 405	75%
Activos financeiros ao custo valor através de resultados	29 042 145	6 394 206	354%	34 694	12 554	176%
Activos financeiros ao custo valor através de outro rendimento integral	195 739 065	168 436 476	16%	233 834	330 707	-29%
Investimentos ao custo amortizado	126 451 796	93 348 877	35%	151 062	183 281	-18%
Crédito a clientes	518 266 076	297 184 635	74%	619 130	583 491	6%
Imobilizado	48 657 698	50 610 061	-4%	58 127	99 368	-42%
Outros activos	35 540 546	30 834 019	15%	42 457	60 539	-30%
Total de Activo	1 592 744 682	1 080 819 201	47%	1 902 723	2 122 076	-10%
Passivo e Capital Próprio						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	9 098 000	42 539 372	-79%	10 869	83 522	-87%
Recursos de clientes e outros empréstimos	1240 346 130	743 387 714	67%	1 481 741	1 459 564	2%
Passivos financeiros ao custo valor através de resultados	1	10	-90%	0	0	0%
Provisões	4 935 717	4 148 379	19%	5 896	8 145	-28%
Passivos por impostos correntes	88 029	1 734 317	-95%	105	3 405	-97%
Passivos por impostos diferidos	9 161 912	9 723 558	-6%	10 945	19 091	-43%
Passivos subordinados	25 326 058	15 386 552	65%	30 255	30 210	0%
Outros passivos	80 489 013	65 023 426	24%	96 154	127 667	-25%
Total de Passivo	1 369 444 860	881 943 328	55%	1 635 965	1 731 604	-6%
Capital Próprio						
Capital Social	21 000 000	9 530 007	120%	25 087	18 711	34%
Reservas e resultados transitados	135 261 745	123 688 910	9%	161 586	242 850	-33%
Resultado líquido	67 038 077	65 656 956	2%	80 085	128 911	-38%
Total de Capital Próprio	223 299 822	198 875 873	12%	266 758	390 472	-32%
Passivo e Capital Próprio	1 592 744 682	1 080 819 201	47%	1 902 723	2 122 076	-10%

01

02

03

04

05

06

Activo

No exercício de 2023 o SBA registou um activo no montante de 1 592 745 milhões de Kwanzas, representando um aumento de 47% face ao exercício de 2022. Esta evolução resultou essencialmente do aumento das rubricas de títulos, aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito e crédito a clientes que representam uma variação positiva de (+405%), (+187%) e (+74%) respectivamente.

Este incremento do activo, decorre da política de investimento seguida pelo Banco, privilegiando activos de risco reduzido com níveis de rentabilidade elevados, nomeadamente títulos, aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito e crédito a clientes.

A estratégia seguida pelo Banco levou a um reforço dos investimentos realizados em activos contratados com o Banco Nacional de Angola nomeadamente contractos de aquisição de títulos com acordo de revenda (REPOs), motivado pela sua crescente rentabilidade e liquidez. Este reforço justifica o aumento da rubrica de aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito. O crescimento da rubrica títulos e valores mobiliários de 83 053 milhões de Kwanzas (incluindo activos financeiros ao justo valor através de resultados e investimentos ao custo amortizado) continua a ser maioritariamente composta por dívida soberana da República de Angola, que estão distribuídos em obrigações e bilhetes de tesouro em moeda nacional e eurobonds.



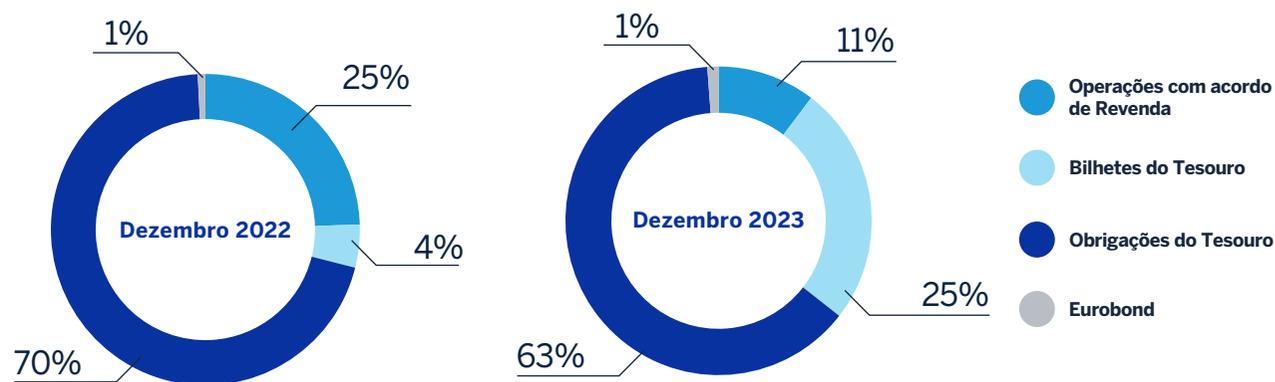
01
02
03
04
05
06

Carteira de títulos

Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Taxa média		Milhares de Kwanzas		Variação	Milhares de USD		Variação
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022		31.12.2023	31.12.2022	
Operações com acordo de revenda	11,73%	8,85%	40 016 393	85 581 018	-53%	47 804	168 029	-72%
Juros corridos	n.a	n.a	445 550	1 270 484	-65%	532	2 494	-79%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Obrigações do Tesouro	n.a	n.a	28 828 412	6 203 288	365%	34 439	12 180	1334%
Instrumentos Financeiros Derivados	n.a	n.a	24 005	1 181	1933%	29	2	-39%
Participação EMIS	n.a	n.a	189 727	189 727	0%	227	373	112%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Bilhetes do Tesouro	n.a	n.a	55 032 808	15 819 731	248%	65 743	31 060	0%
Obrigações do Tesouro	17,25%	17,08%	140 706 257	152 616 745	-8%	168 090	299 647	-47%
Investimentos ao custo amortizado								
EUROBOND - USD	9,50%	9,50%	4 624 108	2 824 701	64%	5 524	5 546	-33%
Obrigações do Tesouro - AOA	10,81%	17,19%	78 111 357	90 524 176	-14%	93 313	177 735	-72%
Bilhetes do Tesouro - AOA	n.a	n.a	43 716 331	0	100%	52 224	0	100%
Total			391 694 948	355 031 051	10%	467 926	697 066	-40%
Operações com acordo de revenda	-	-	40 461 943	86 851 502	-53%	48 337	170 524	0%
Bilhetes do Tesouro	-	-	98 749 139	15 819 731	524%	117 968	31 060	1334%
Obrigações do Tesouro	-	-	247 646 026	249 344 209	-1%	295 843	489 561	-39%
EUROBOND	-	-	4 624 108	2 824 701	64%	5 524	5 546	0%
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	24 005	1 181	1933%	29	2	1137%
Participação EMIS	-	-	189 727	189 727	0%	227	373	-39%

Uma componente relevante do activo do SBA (46%) é representada por títulos e valores mobiliários, resultado das limitadas opções de investimento existentes no País. A carteira de títulos do Banco é caracterizada maioritariamente pelas Obrigações do Tesouro em moeda nacional representando 63%. Ao analisar a carteira de títulos do SBA, verifica-se que o Banco aumentou o seu volume de bilhetes de tesouro em 523% face ao montante do ano anterior, registando no final do exercício de 2023, o valor investido pelo SBA em títulos de dívida do estado ascende a um montante de 346 395 milhões de Kwanzas, o que representa um excesso de liquidez devido aos recursos captados.

Títulos e valores mobiliários



01

02

03

04

05

06

Crédito

O rácio transformação do Banco em 2023 situa-se em 42%, um aumento 2 p.p. face ao exercício anterior. Apesar deste investimento efectuado na concessão de crédito, o Banco manteve uma política de gestão de risco rigorosa, tendo verificado a mesma proporção do crédito vencido no total de crédito bruto de 0,11% e mantendo os níveis de cobertura por imparidade em cerca de 2% do total de crédito. Verifica-se que o Banco tem cerca de 85% das suas exposições classificadas em *stage1* (sem indícios de dificuldades financeiras) (2022: 90%), as quais são maioritariamente (82%) concedidas a grandes empresas.

Face ao exposto anteriormente, a estrutura de balanço sofreu ligeiras alterações, contudo o modelo de negócio do Banco mantém-se inalterado, estando na sua base uma política de gestão de risco conservadora com um consistente foco na rentabilidade sustentável.

Crédito	Milhares de Kwanzas			Milhares de USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Variação	31.12.2023	31.12.2022	Variação
Operações de crédito	528 779 760	302 822 509	75%	631 690	594 560	6%
Operações de crédito em incumprimento	605 328	1 118 823	-46%	723	2 197	-67%
Crédito Total	529 385 088	303 941 332	74%	632 413	596 757	6%
Perdas por Imparidade	(11 119 012)	(6 756 697)	65%	(13 283)	(13 266)	0%
Crédito Líquido	518 266 076	297 184 635	74%	619 130	583 491	6%
Garantias prestadas	29 206 506	32 762 676	-11%	34 891	64 326	-46%
Cartas de crédito	29 300 778	8 224 263	256%	35 003	16 147	117%
Limites de crédito não utilizados	85 531 604	40 511 588	111%	102 178	79 540	28%
Responsabilidades perante terceiros	144 038 888	81 498 527	77%	172 072	160 014	8%
PROVISÕES PARA GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	(702 166)	(245 781)	186%	-839	-483	74%
Qualidade de Crédito						
Crédito em incumprimento/ Crédito total	0,11%	0,37%	-61,51%	0,11%	0,37%	-68,94%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito	5,44%	16,56%	-71,09%	5,44%	16,56%	-67,12%

01

02

03

04

05

06

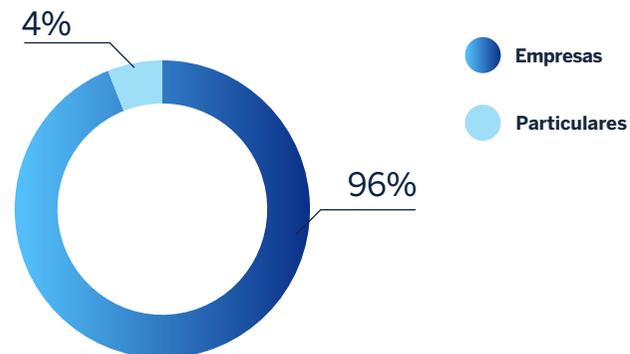
Crédito Concedido

Evolução do Crédito em Incumprimento¹



¹Crédito vencido com mais de 90 dias/ crédito concedido bruto

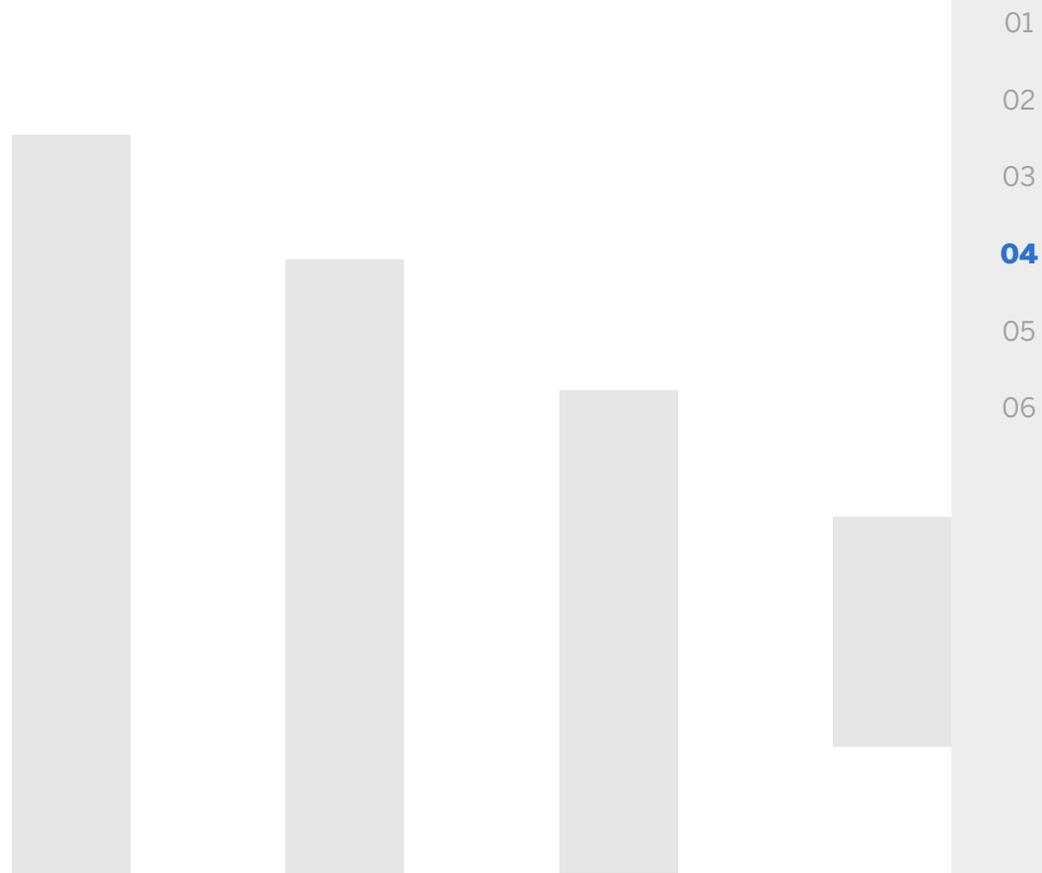
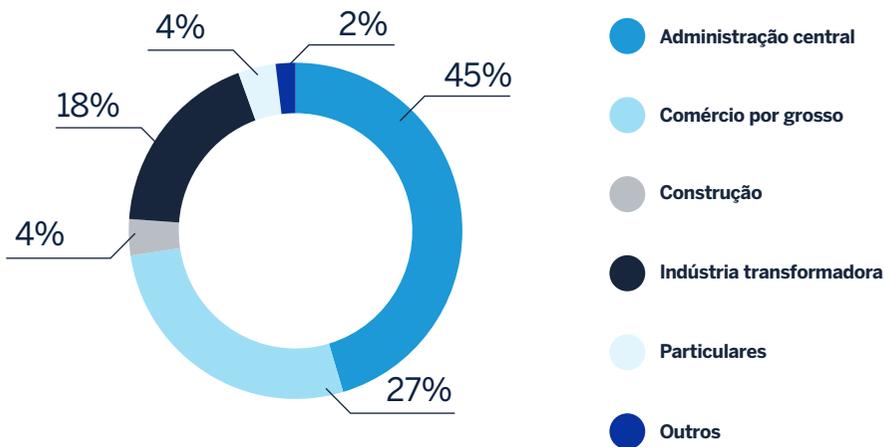
Crédito Concedido por Tipo de Cliente



Crédito Concedido por Sector de Actividade

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023	Administração central	Comércio por grosso	Construção	Indústria transformadora	Particulares	Outras	Total
	Exposição total	Exposição total	Exposição total	Exposição total	Exposição total	Exposição total	Exposição total
Imparidade individual	235 221 446	118 280 462	18 019 622	53 538 818	(7 816)	9 299 238	434 351 769
Imparidade colectiva	-	23 018 968		41 352 390	18 914 779	628 169	83 914 307
Total	235 221 446	141 299 430	18 019 622	94 891 208	18 906 963	9 927 407	518 266 076



Passivo

Conforme referido anteriormente, o activo do Banco aumentou sobretudo em resultado do reinvestimento dos ganhos obtidos nos investimentos efectuados e resultado do crédito concedido, não obstante o Banco incrementou os seus passivos em cerca de 47% para um total de 1 369 445 milhões de Kwanzas. Este incremento resultou essencialmente do aumento verificado na rubrica de recursos de clientes e outros empréstimos (+67%), passivos subordinados (+65%) e nos Outros Passivos (+24%). O aumento verificado na rubrica de passivos subordinados é justificado essencialmente pela depreciação do Kwanza, sendo que, a dívida subordina encontra-se em moeda estrangeira, propriamente em dólar.

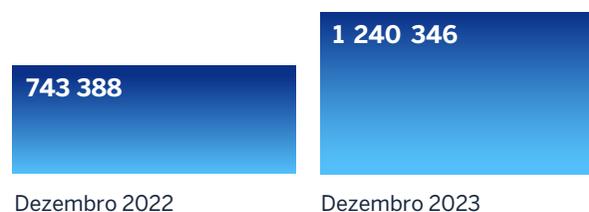
Independentemente do panorama macroeconómico e da política monetária actual, a carteira de depósitos do banco cresceu (+67%) como resultado contínua confiança dos Clientes e da gestão eficiente de liquidez. Em termos de composição, os depósitos à ordem (956 733 milhões de Kwanzas), representaram o maior volume da carteira, uma proporção de (+77%) do total dos depósitos de Clientes.

Relativamente aos depósitos a prazo, verificou-se ainda que os depósitos a prazo aumentaram a sua expressão em cerca de 49 783 milhões de Kwanzas (21%) em resultado da revisão da estratégia de captação de depósitos efectuada durante o ano de 2023. Os depósitos recebidos como colateral também contribuíram no aumento dos depósitos do banco em consequência do aumento do crédito a clientes.

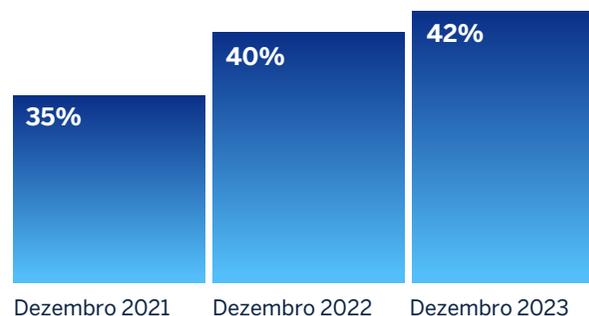
Por outro lado, importa referir que a rubrica de passivos por impostos corrente apresentou uma redução de 1 646 milhões de Kwanzas (-95%) face a 31 de Dezembro de 2022. Esta diminuição é essencialmente justificada pela variações cambiais potenciais favoráveis em conformidade com a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho – Lei que altera o Código do Imposto Industrial.

Recursos de Clientes e Outros empréstimos

Milhões de Kwanzas



Rácio de transformação



Fundos Próprios

Fundos Próprios Regulamentares

O total de capitais próprios a 31 de Dezembro de 2023 atingiu 224 440 milhões de Kwanzas representando um aumento de 12% face ao exercício anterior. Este registo deve-se, essencialmente, a robustez das reservas e resultados transitados, os quais reforçam a solidez e a posição do Banco no sector financeiro e ao aumento de capital efectuado no segundo semestre de 2023. Os fundos próprios regulamentares aumentaram de 39 654 milhões de Kwanzas em Dezembro de 2022 para 234 053 milhões de Kwanzas em Dezembro de 2023. O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo n.º 02/2016, correspondeu a 29% em 2023. Este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade exigido pelo Banco Nacional de Angola.

Apesar do Banco manter os seus esforços de melhoria dos processos internos de gestão de risco e outros de contributo relevante para esta avaliação, o SBA encontra-se a cumprir com as novas exigências apresentando Fundos próprios de nível I de 208 727 milhões de Kwanzas e de nível II de 25 326 milhões de Kwanzas conforme Aviso n.º 08/2021 de 05 de Junho.

01

02

03

04

05

06

Análise dos resultados

O resultado líquido de 68 178 Milhões de Kwanzas foi o reflexo dos elevados padrões de eficiência e eficácia operacional e do reconhecimento da Marca Standard Bank, reflectindo a solidez, experiência e inovação do Banco, ainda que num contexto macroeconómico adverso.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONDENSADA	Milhares de Kz			Milhares de USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Varição	31.12.2023	31.12.2022	Varição
Juros e rendimentos similares	109 461 735	105 255 411	4%	130 765	206 658	-37%
Juros e encargos similares	(24 064 986)	(25 301 884)	-5%	(28 748)	(49 678)	-42%
Margem financeira	85 396 749	79 953 527	7%	102 017	156 980	-35%
Resultados de prestação de serviços financeiros	13 478 416	11 486 221	17%	16 102	22 552	-29%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	1 377 195	502 045	174%	1 645	986	67%
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	2 229 548	1 090 515	104%	2 663	2 141	24%
Resultados cambiais	46 071 511	35 944 783	28%	55 038	70 574	-22%
Outros resultados de exploração	(5 683 191)	(3 198 419)	78%	(6 789)	(6 280)	8%
Produto da actividade bancária	142 870 228	125 778 672	14%	170 675	246 953	-31%
Produto da actividade bancária e seguradora						
Custos com pessoal	(31 801 620)	(26 687 626)	19%	(37 991)	(52 398)	-27%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(20 708 471)	(15 262 884)	36%	(24 739)	(29 967)	-17%
Depreciações e amortizações do exercício	(6 597 325)	(6 248 902)	6%	(7 881)	(12 269)	-36%
Provisões e imparidade	(5 689 785)	(2 105 475)	170%	(6 797)	(4 134)	64%
Resultado antes de impostos	78 073 027	75 473 785	3%	93 268	148 185	-37%
Impostos sobre os resultados	(11 034 950)	(9 816 829)	12%	(13 183)	(19 274)	-32%
Resultado líquido	67 038 077	65 656 956	2%	80 085	128 911	-38%

*Câmbios a data de fecho

Em Dezembro de 2023 o resultado líquido do Banco aumentou em 1 381 Milhões de Kwanzas que representa um aumento de 2% face ao período homólogo, permanecendo o *Return-on-Equity* de 32% e do *Return-on-Assets* de 4%. Para o desempenho financeiro contribuíram os seguintes factores relevantes, i) evolução nos resultados cambiais de 28% que totalizaram 46 071 Milhões de Kwanzas.

01

02

03

04

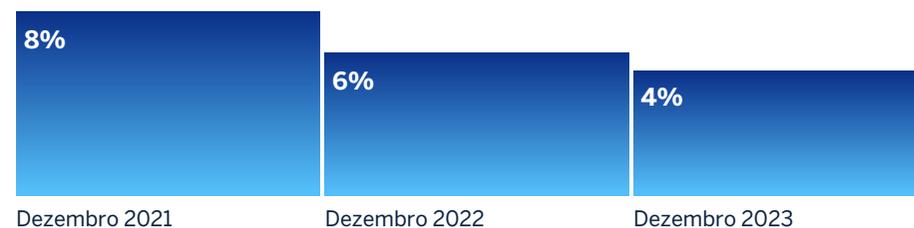
05

06

Evolução do ROE



Evolução do ROA



Margem Financeira

	Milhares de Kwanzas			Milhares USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Varição	31.12.2023	31.12.2022	Varição
Proveitos de títulos e valores mobiliários	53 146 292	52 937 194	0%	63 490	103 937	-39%
Proveitos de créditos	38 900 559	34 671 256	12%	46 471	68 073	-32%
Outros juros e proveitos similares	17 414 884	17 646 961	-1%	20 804	34 648	-40%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	109 461 735	105 255 411	4%	130 765	206 658	-37%
Custos de depósitos	21 554 944	24 239 449	-11%	25 750	47 592	-46%
Outros custos e encargos similares	2 510 042	1 062 435	136%	2 999	2 086	44%
Custos de instrumentos financeiros passivos	24 064 986	25 301 885	-5%	28 748	49 679	-42%
Margem financeira	85 396 749	79 953 526	7%	102 017	156 979	-35%

*Câmbios a data de fecho

01

02

03

04

05

06

A margem financeira durante o exercício de 2023 registou um aumento de 7% face ao período homólogo que resultou do aumento verificado nos proveitos de crédito (ascendendo a 4 229 milhões de Kwanzas). Por outro lado, os custos com juros de depósitos sofreram um incremento de cerca de 11% ascendendo a 2 508 milhões de Kwanzas, o qual é justificado pela nova política de captação de depósitos seguida pelo Banco com o objectivo de aumentar o seu volume de Clientes.

Por sua vez, o aumento apresentado na margem complementar é ainda influenciado pela evolução positiva verificada nos resultados das operações cambiais em 28% representando um aumento total de 46 071 milhões de Kwanzas face ao

período homólogo. Este aumento resulta do facto do Banco se apresentar como um dos Bancos preferenciais para a realização de operações de transferência, nomeadamente para o estrangeiro. Esta preferência pelo Banco para a realização de transferência para o estrangeiro justifica também os elevados resultados cambiais obtidos com as operações de compra e venda de moeda que antecedem as referidas transferências, as quais totalizam um aumento em cerca de 3% em 2022 face ao período homólogo, ascendendo um total de 37 226 milhões de Kwanzas.

Margem Complementar

	Milhares de Kwanzas			Milhares USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Varição	31.12.2023	31.12.2022	Varição
Resultados de prestação de serviços financeiros	13 478 416	11 486 221	17%	16 102	22 552	-29%
Resultados cambiais	46 071 511	35 944 783	28%	55 038	70 574	-22%
Outros resultados	(2 076 448)	(1 605 859)	29%	(2 481)	(3 153)	-21%
Margem Complementar	57 473 479	45 825 145	25%	68 659	89 973	-24%

*Câmbios a data de fecho

01

02

03

04

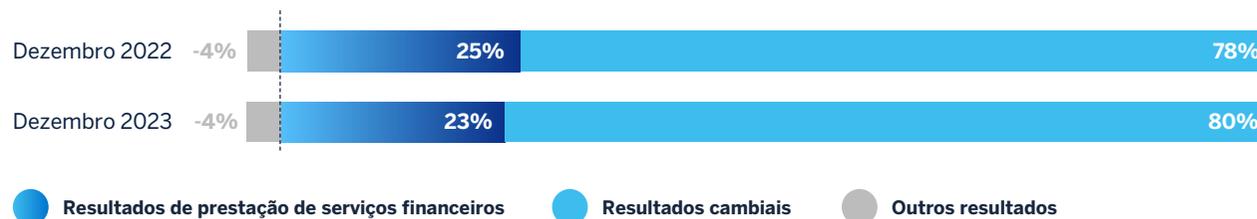
05

06

A abrandar os efeitos positivos anteriormente descritos, verificou-se o aumento dos custos de estrutura, nomeadamente custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros em 19% e 36% respectivamente. Este incremento no custo com pessoal é explicado pelo aumento do quadro do pessoal, por forma a dar resposta a evolução contínua do Banco.

Por fim, e em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal prudente, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação. Neste contexto, determinou um imposto sobre o seu resultado de cerca de 11 035 milhões de Kwanzas, o qual é justificado pelos resultados antes de impostos de cerca 78 073 milhões de Kwanzas verificados no final do exercício de 2023.

Independentemente dos valores registados, o SBA continua a reforçar o seu posicionamento como uma das Instituições Financeiras de Angola com a melhor rentabilidade de capitais próprios. Este nível de rentabilidade, combinado com um rácio de solvabilidade de 29% coloca o SBA no caminho certo para o crescimento e solidez. A capacidade de remunerar os seus accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova da confiança e de um modelo de governação ajustado.



Rácio entre a Margem Complementar e a Margem Financeira

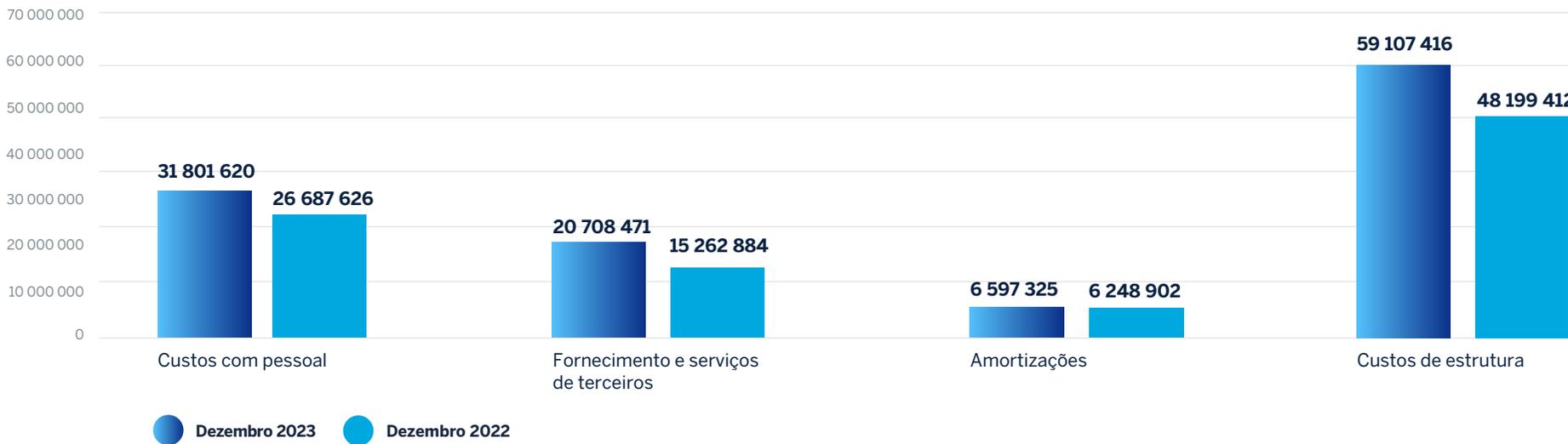


Custos de estrutura

	Milhares de Kwanzas			Milhares USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Variação	31.12.2023	31.12.2022	Variação
Custos com pessoal	31 801 620	26 687 626	19%	37 991	52 398	-27%
Fornecimento e serviços terceiros	20 708 471	15 262 884	36%	24 739	29 967	-17%
Amortizações	6 597 325	6 248 902	6%	7 881	12 269	-36%
Custos de estrutura	59 107 416	48 199 412	23%	70 611	94 634	-25%
Cost-to-income	41%	38%	8%	41%	38%	8%

*Câmbios a data de fecho

Milhares de Kwanzas



01

02

03

04

05

06

Rubricas extrapatrimoniais

	milhares de Kz			milhares de USD		
	31.12.2023	31.12.2022	Varição	31.12.2023	31.12.2022	Varição
Responsabilidades de terceiros						
Garantias recebidas	659 962 953	400 706 743	65%	788 404	786 745	0%
Responsabilidades perante terceiros						
Garantias prestadas	29 206 506	32 762 676	-11%	34 891	64 326	-46%
Cartas de crédito	29 300 778	8 224 263	256%	35 003	16 147	117%
Limites de crédito não utilizados	85 531 604	40 511 588	111%	102 178	79 540	28%
	144 038 888	81 498 527	77%	172 072	160 014	8%
Responsabilidades por prestação de serviços						
Depósito e guarda de valores	253 620 284	296 865 194	-15%	302 980	582 863	-48%
Valor actual dos créditos						
Créditos mantidos no activo	345 112 837	306 548 464	13%	412 278	601 876	-32%
Créditos abatidos	3 899 924	3 694 029	6%	4 659	7 253	-36%
	349 012 761	310 242 493	12%	416 937	609 128	-32%

Como é possível verificar o facto do valor das garantias recebidas terem aumentado 65%, acompanha o crescimento do crédito concedido pelo SBA para o desenvolvimento da economia nacional.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. O aumento desta rubrica demonstra mais uma vez o compromisso do SBA para com o desenvolvimento de Angola.

Eventos Subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos adicionais posteriores a 31 de Dezembro de 2023 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional que sejam materialmente relevantes.

01

02

03

04

05

06

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 71.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º, ambos da Lei das Sociedades Comerciais (aprovada pela Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, com alterações posteriores), e nos termos do artigo 30.º dos Estatutos, que aos resultados líquidos do exercício de 2023, no montante de 67 038 075 968.590 kwanzas, seja dada a seguinte aplicação:

- a) 43 574 749 379.58 kwanzas para distribuição aos senhores Accionistas, na proporção das respectivas participações Accionistas, a título de dividendo;
- b) 6 703 807 596.86 kwanzas para reforço da Reserva Legal;
- c) O remanescente para resultados transitados.

Distribuição de dividendos

43 574 749 379.58

Reserva legal

6 703 807 596.86

Resultado transitado

16 759 518 992.15

Resultado líquido de 2023

67 038 075 968.590

01

02

03

04

05

06



01

02

03

04

05

06

4.6

Cidadania Corporativa

O ano de 2023 marcou o início da transformação do Banco com o desenvolvimento e aprovação da sua Estratégia de Sustentabilidade para o período 2023-2027. A história e o peso da instituição em Angola exigem que o SBA seja uma referência não só no sector como em toda a economia de Angola nas matérias ESG (do inglês, *Environmental, Social e Governance* – Ambiental, Social e de Governo), sendo que, por isso, o desenvolvimento desta estratégia exigiu o contacto permanente e próximo com os *stakeholders* do Banco.



01

02

03

04

05

06

Estratégia de sustentabilidade

Em 2023, o Banco aprovou a sua Estratégia de Sustentabilidade 2023-2027 e instalou a sua unidade de Cidadania Corporativa que assume a responsabilidade de **impulsionar, liderar e actuar na operacionalização da sua estratégia através de um conjunto alargado de iniciativas**, em diversos âmbitos de actuação, para integrar de forma abrangente a sustentabilidade na sua cultura, no dia-a-dia das suas operações, no seu negócio e reforçar o seu compromisso com a sociedade onde opera.

A Visão Estratégica para a Sustentabilidade do SBA, é concretizada em 5 ambiciosos objectivos:

01

Criar valor de longo prazo

Criar uma estratégia de sustentabilidade que proporcione valor a longo prazo para os accionistas e *stakeholders* mais vastos, compreender os riscos e identificar oportunidades que confirmam vantagem competitiva para ajudar as organizações a criar e proteger o valor.

02

Governar e operar

Incorporar a governação e capacitar a estrutura do Banco para a gestão ESG e criação de impacto SEE, contribuindo para o negócio rentável e sustentável.

03

Criar uma cultura de impacto

Incorporar na gestão do negócio e operação do banco, incluindo na relação com os Clientes, uma cultura de impacto, de modo a medir o valor social e ambiental das suas operações para os Clientes e sociedade.

04

Liderar pelo exemplo

Ser uma instituição líder em Sustentabilidade em Angola e um exemplo de boas práticas de modo a inspirar outras instituições Financeiras a percorrerem esta jornada.

05

Ser um parceiro para sustentabilidade

Fazer advocacia junto de Clientes, fornecedores, entidades reguladoras e outros *stakeholders* de modo a alavancar o ecossistema de sustentabilidade.

A integração da Sustentabilidade do SBA é suportada por uma abordagem que permitirá a criação de valor de duas perspectivas: a gestão eficaz dos vários factores ESG para a transformação sustentável do Banco e a criação de impacto SEE (do inglês, *Social, Economic and Environment* – Social, Económico e Ambiental) com valor para a sociedade.

A Gestão ESG assegura uma cultura, ética e conduta apropriadas, permite orientar a visão geral dos processos da organização e estruturas de governação, de modo a proteger e fazer cumprir o compromisso e propósito da organização. Esta gestão reflecte-se na forma de tratamento dos Clientes, fornecedores, parceiros e no impacto na sociedade onde opera, e, no caso do SBA, com a particular necessidade de integrar as finanças sustentáveis no modelo de negócio e apoiar e desenvolver a comunidade.

01

02

03

04

05

06

Já o impacto SEE assegura que as actividades do negócio (e não só) geram valor líquido positivo nas suas três dimensões, para os Clientes, Colaboradores e outros *stakeholders*, paralelamente ao valor para os accionistas. O impacto SEE estará reflectido de várias formas, na criação de emprego e crescimento das empresas, por sua vez impulsionado pelo desenvolvimento de infra-estruturas, pelo apoio ao comércio e investimento africano, através da inclusão financeira; intervenção na saúde, a educação da sociedade e nas alterações climáticas e finanças sustentáveis.

Para que seja criado impacto ambiental, a concretização de iniciativas do SBA é orientada para a redução da pegada ecológica, na gestão dos impactos e riscos ambientais relacionados com as operações do SBA e dos Clientes, enquanto são identificadas oportunidades de negócios sustentáveis.

Ambiental

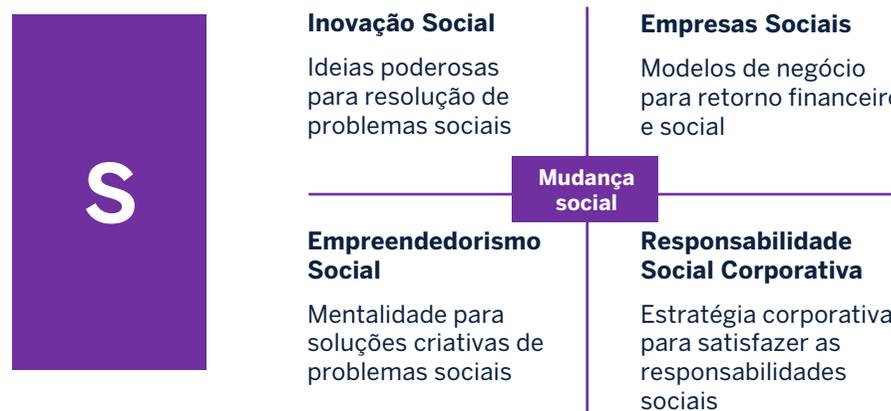


ESG
Environmental risks
Social risks
Governance risks



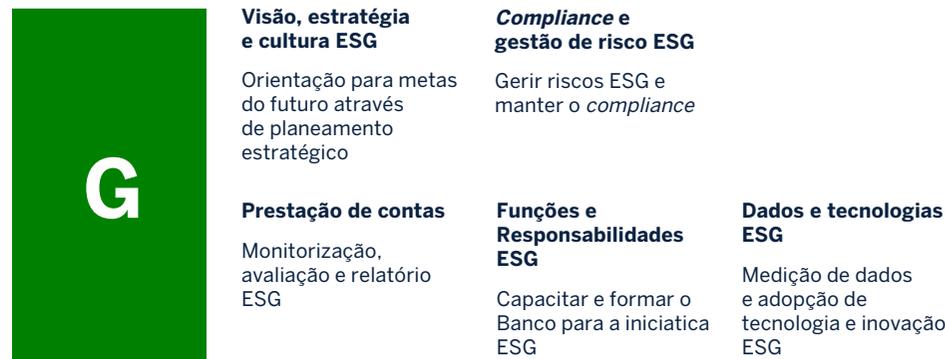
Social

A actuação para a componente “Social” é guiada pelo desenho e a implementação de novas soluções para operacionalização das iniciativas de sustentabilidade do SBA que envolvem mudanças conceptuais, de processo, de produto ou organizacionais que visam, em última instância, melhorar o bem-estar de indivíduos e comunidades.



Governança

A componente “Governança” é traduzida nos alicerces de desenvolvimento propostos na estratégia de sustentabilidade e que representam os processos transversais do SBA necessários para assegurar que as iniciativas pretendidas possam atingir os seus objectivos.



01

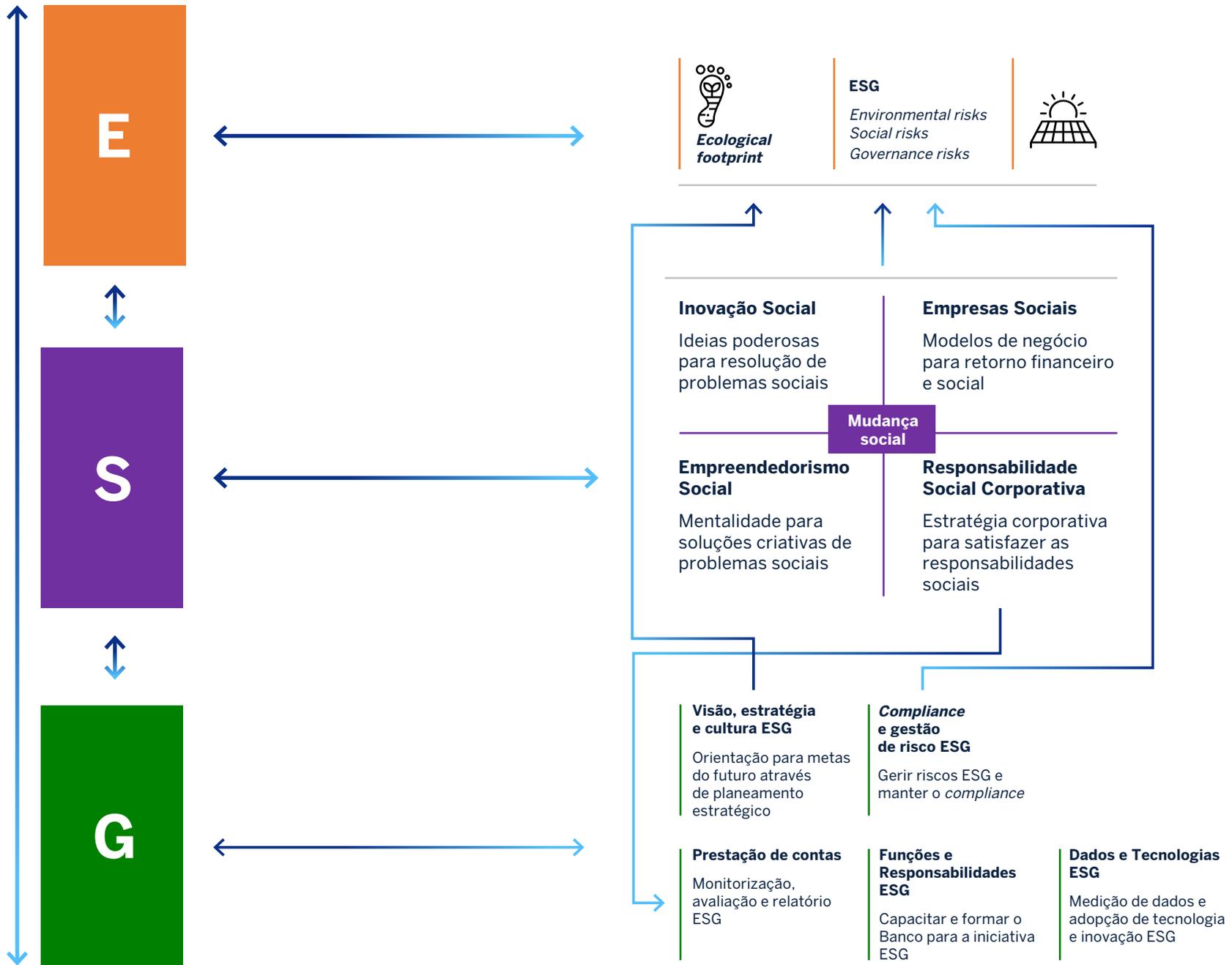
02

03

04

05

06



Este processo está alinhado com as expectativas dos stakeholders do Banco - nomeadamente, as pessoas do Banco, accionistas e Grupo Standard Bank, Clientes, Fornecedores e Parceiros de Negócio, Supervisores e Reguladores, Comunidade, entre outros - que serão monitorizados periodicamente para garantir o alinhamento contínuo e relevância dos compromissos assumidos.

O Banco, com base no propósito de impulsionar o crescimento de África e Angola, integrou na sua estratégia os 7 Pilares Estratégicos que integram as áreas de impacto definidas pelo Grupo Standard Bank:

- **Inclusão Financeira**
- **Criação de emprego e crescimento empresarial**
- **Infra-estruturas**
- **Comércio e investimento em África**
- **Alterações climáticas e finanças sustentáveis**
- **Educação**
- **Saúde**

Adicionalmente, no âmbito da sua Estratégia de Sustentabilidade e de forma a contribuir positivamente para a sociedade e ecossistema angolano através dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, o Standard Bank de Angola identificou, através de uma análise do contexto sociogeográfico e também alinhado com os 7 Pilares Estratégicos, um conjunto de ODS de modo a maximizar o seu impacto em Angola. Assim, foram definidos 5 ODS prioritários e outros 6 ODS relevantes para o Banco de modo a maximizar o seu impacto em Angola.

ODS prioritários



Outros ODS relevantes



└ ODS prioritários para SB Group
 └ ODS críticos para Angola

01

02

03

04

05

06

Modelo de Relação com os *Stakeholders*

O SBA, alinhado à sua Estratégia de Sustentabilidade, enfatiza a importância de manter uma relação contínua e próxima com os seus *stakeholders*, reconhecendo-os como centrais para a sustentabilidade e sucesso organizacional. Com a crescente pressão social por uma maior responsabilidade das organizações, especialmente das Instituições Financeiras, impulsiona a transição de uma criação de valor centrada nos accionistas para uma focada nos *stakeholders*.

Compromissos do SBA com *Stakeholders*:

- 01 Envolvimento construtivo e escuta ativa
- 02 Transparência nos compromissos
- 03 Resposta adequada a preocupações legítimas
- 04 Acessibilidade
- 05 Adesão a um código de ética e valores corporativos

Princípios de Engajamento com *Stakeholders*

Transparência

Garantir a transparência nas relações e na comunicação financeira e não financeira, compartilhando informações verdadeiras, relevantes, completas, claras e úteis;

Responsabilidade

Actuar com responsabilidade e construir relações baseadas na ética, na integridade, no desenvolvimento sustentável e no respeito aos direitos humanos e às comunidades impactadas pelas diferentes actividades do Banco;

Escuta activa

Praticar a escuta activa, promovendo a comunicação bidireccional e efectiva e o diálogo directo, fluído, construtivo, diverso, inclusivo e intercultural;

Colaboração

Incentivar a colaboração com os *stakeholders*, visando contribuir para o cumprimento do propósito corporativo e valores e a persecução dos objectivos de desenvolvimento sustentável;

Participação e envolvimento

Favorecer a participação e envolvimento dos *stakeholders* em todas as actividades do Banco;

Consenso

Trabalhar com uma orientação em consenso com os *stakeholders*, sobretudo com as comunidades locais tendo em consideração os seus pontos de vista e expectativas.

O SBA estabelece canais de comunicação específicos para cada grupo de *stakeholders*, garantindo a eficácia do modelo de relacionamento. A integração deste envolvimento na governança, estratégia e operações é vista como essencial para o aprimoramento organizacional e a gestão de riscos.

Responsabilidade Social Corporativa

O SBA acredita que a responsabilidade corporativa é um pilar fundamental para o sucesso sustentável, reconhecendo a importância de assumir responsabilidade não apenas pelos resultados financeiros, mas também pelos impactos sociais, ambientais e económicos.

Inclusão Financeira

Durante 2023, o SBA esteve especialmente focado na Inclusão Financeira.

A inclusão financeira de todos os angolanos é vista como uma prioridade para o SBA, já que apoia o desenvolvimento económico e humano ao mesmo tempo que contribui para a redução das desigualdades. Estando o Banco comprometido com a promoção de um impacto SEE positivo é, por isso, fundamental o desenvolvimento de todos os esforços necessários nesta matéria, nomeadamente, através do desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para o cumprimento das prioridades definidas.

Assim, o SBA tem feito um esforço para compreender as necessidades e preferências das comunidades onde se insere e, conseqüentemente têm sido desenvolvidas soluções que permitem aos particulares e pequenos empresários acederem a produtos e serviços financeiros relevantes e a preços justos, dos quais se destacam os produtos e serviços ligados a pagamentos, poupanças, crédito, entre outros.

Neste âmbito, merece destaque a plataforma *OneFarm*, desenvolvida em colaboração com a Confederação das Cooperativas Agrícolas de Angola (UNACA), que visa a concessão de micro-crédito a pequenos agricultores familiares. Esta solução permite aos agricultores familiares solicitar micro-créditos instantaneamente através de um telemóvel para a aquisição imediata de bens necessários à sua actividade, como ferramentas de cultivo, maquinaria, entre outros.

Através desta solução inovadora, o SBA realizou dois pilotos, um em Luanda na cooperativa de Cacuaco e outro em Huambo, na cooperativa de Cuima. Com esta iniciativa, o Banco conseguiu conceder 58 micro-créditos, apoiando 51 pequenos agricultores com o valor de 10 800 000Kz que permitiram a produção de 60 toneladas de produtos agrícolas.



01

02

03

04

05

06

Investimento Social Corporativo

No âmbito do desenvolvimento da sua missão social junto da comunidade onde actua, e em cumprimento da estratégia SEE do Grupo e do propósito do Banco “Angola é a nossa casa e impulsionamos o seu crescimento – aspiramos melhorar a vida das pessoas sendo mais do que um Banco”, o SBA dispõe de uma Política que visa estabelecer os objectivos, princípios e estratégias no âmbito do Investimento Social Corporativo (ISC) e que se expressa em iniciativas de responsabilidade social, empreendedorismo social e inovação social, próprias e colaborativas, através de financiamento, donativos e voluntariado para o impacto social do Banco.

No sentido de gerar Valor de Sustentabilidade para todas as partes interessadas, o SBA envolve-se em **iniciativas de ISC** que produzam os seguintes resultados:

- **Criar/impulsionar impacto positivo** e Valor de Sustentabilidade nas comunidades onde o Banco opera;
- **Demonstrar que o Banco é socialmente responsivo** e relevante;
- **Promover a inovação social** e o crescimento de novos negócios sociais;
- **Promover relações positivas** com as suas partes interessadas relevantes e parceiros;
- **Construir experiências excepcionais** para os colaboradores e com os colaboradores, que resultem em colaboradores mais envolvidos e produtivos;
- **Contribuir para a valorização da marca** e reputação do Banco, evitando, contudo, o *socialwashing* e o *greenwashing*

No cumprimento das suas exigentes regras de transparência e anti-corrupção que guiam toda a sua actuação, o SBA apenas utiliza os fundos do ISC para financiar actividades sem fins lucrativos, estando vedada a utilização dos mesmos fundos para financiar sindicatos ou partidos políticos.

Ainda dentro do ISC, o Banco desenvolveu o programa de voluntariado **“Heróis de Azul”** que incentiva os colaboradores a fazerem voluntariado em iniciativas Sociais e Ambientais da sua escolha, fazendo a diferença nas comunidades onde se inserem.

Os “Heróis de Azul” são, sem dúvida, um veículo poderoso de ligação entre os colaboradores do Banco e a marca SBA, visto que é um exemplo claro da materialização do propósito do Banco “Melhorar a vida das pessoas, sendo mais do que um Banco”. Este é um projecto que orgulha todos os colaboradores e o SBA, já que é credível e é reconhecido tanto pela comunidade que o Banco apoia como pelos organismos públicos e privados que contam com o seu apoio.

Neste âmbito, o Banco apoia as iniciativas de voluntariado que estejam alinhadas com a sua estratégia de Sustentabilidade, sendo que, à imagem da restante política de ISC, com vista a manter a transparência em todas as actividades realizadas pelo SBA, as iniciativas de voluntariado apenas podem ser realizadas com os seguintes tipos de organizações:

- Organizações não governamentais sem fins lucrativos;
- Organizações de utilidade pública e organizações comunitárias sem fins lucrativos;
- Empresas sociais sem fins lucrativos;
- Escolas públicas e estabelecimentos de saúde pública.

O Banco aprovou ainda em 2023, para iniciar a sua aplicação em 2024, um programa de doações equiparadas **“Kwanza por Kwanza”** em que se visa incentivar os colaboradores a fazerem doações para organizações de apoio/desenvolvimento social da sua escolha, sendo que o ISC igualará, dentro dos limites definidos anualmente, cada Kwanza doado pelos colaboradores do Banco, duplicando assim o impacto causado pelos colaboradores do SBA.

À imagem do estabelecido com as restantes iniciativas de ISC, com vista a assegurar o máximo de transparência na sua actuação, bem como o combate à corrupção, as doações equiparadas do SBA apenas serão feitas aos seguintes tipos de organizações:

- Organizações não governamentais sem fins lucrativos;
- Organizações de utilidade pública e organizações comunitárias sem fins lucrativos;
- Empresas sociais sem fins lucrativos.

01

02

03

04

05

06

4.7

Prémios Ganhos pelo SBA em 2023

Melhor Banco de Operações Cambiais 2023

Global Finance

Banco do Ano em Angola 2023

The Banker

01

02

03

04

05

06

Melhor Banco em Angola 2023

Emefinance

Melhor Banco de Investimento em Angola 2023

Emefinance



- 01
- 02
- 03
- 04**
- 05
- 06

5

Governança Corporativa

5.1. O modelo de Governança 189

Kutalala - la

Kutalala significa Esperança em Cokwe uma língua que é parte vital do tecido cultural de Angola. Falada pelo povo Chokwe, ela encerra a sua história e tradições. As suas nuances linguísticas e qualidades expressivas únicas transmitem a rica herança dos Chokwe, contribuindo para a diversidade linguística e a tapeçaria cultural do país.

01

02

03

04

05

06

5.1

O modelo de governação

A estrutura interna do SBA tem em consideração as características inerentes à sua actividade.

Com o modelo de governação definido, o Banco favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente onde o Conselho de Administração tem o seu papel fundamental na supervisão do risco e na definição estratégica, garantindo o cumprimento do enquadramento regulamentar.

O mesmo prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês do Conselho de Administração, conservando sempre um controlo efectivo e a garantia final de todas as decisões. A sua cultura reconhece que a forma “como faz” é tão importante como “o que faz”.

01

02

03

04

05

06

Princípios orientadores

O Banco adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos processos organizativos, à gestão corrente e aos riscos inerentes à actividade, em linha com a regulamentação aplicável. Apresenta uma estrutura coerente de gestão de risco que permite a correcta implementação e monitorização do Sistema de Controlo Interno, assegurando o alinhamento das políticas e processos de Gestão de Risco com a estratégia de negócio.

De acordo com o modelo de governação definido, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão do risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco. O modelo de Governação do Banco prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.

Os princípios orientadores da política de governação corporativa cumprem com os requisitos exigidos pela regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como com os requisitos da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e da Autoridade Geral Tributária (AGT), estando também alinhados com os princípios orientadores do Grupo Standard Bank, e visando garantir a manutenção das melhores práticas, nomeadamente:

01 Promover transparência, responsabilidade e empatia na gestão dos relacionamentos com os *stakeholders*, de forma a garantir que os Clientes sejam tratados de forma justa e consistente;

02 Gerar um impacto positivo na sociedade, na economia e no meio ambiente por meio da sua actividade;

03 Cumprir com os elevados padrões regulatórios e de governação, incluindo os do Grupo Standard Bank;

04 Incutir uma cultura ética e de consciência do risco.

O Aviso n.º 1/2022 de 28 de Janeiro BNA veio estabelecer os pilares fundamentais de Governação Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e do conflito de interesses.

O modelo de Governação Corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

- **Políticas que regulam a participação dos accionistas do Banco**, sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos estatutários;

- **Políticas do Conselho de Administração, dos seus Comités e da Comissão Executiva;**

- **Procedimentos internos que contêm um conjunto de princípios e regras concretas de actuação**, contidas no código de conduta;

- **Organograma que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos**. A distribuição dos pelouros sob alçada de cada administrador executivo é realizada de forma a garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;

- **Instrumentos utilizados para melhorar a informação prestada aos accionistas** (com destaque para o Relatório e Contas e para a página institucional do Banco na internet) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e atempada, incluindo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e com o Auditor Externo.

O *framework* de Governação Corporativa encontra-se alinhado com os princípios definidos para Angola e com os princípios do Grupo Standard Bank, de forma a fornecer uma estratégia clara ágil. Alguns exemplos das melhores práticas implementadas são:

- Identificar oportunidades estratégicas de acordo com o apetite ao risco, o qual se encontra aprovado, tendo em consideração uma gestão sã e prudente;

- Promover um ambiente de controlo interno eficaz, de forma a evitar perdas financeiras ou danos reputacionais;

- Ter sempre presente os princípios éticos que regem o SBA e o Grupo, de forma a conseguir os melhores negócios, minimizando os riscos reputacionais.

01

02

03

04

05

06

Organograma



01

02

03

04

05

06



01

02

03

04

05

06

Governação Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA

Comité de Auditoria

Comité de Risco

Comité de Governação de Crédito

Comité de Gestão de Capital Humano

Comité de Sistemas de Informação

Comité de Nomeações e Remunerações

Comité de Estratégia

Comité de Liderança

Comité de Activos e Passivos

Comité de Gestão de Risco

Comité de Risco de Crédito

Comité de Capital Humano

Comité de Pricing

Comité de Novos Produtos

Comité de Projectos

Comité de Compras

Comité de Análise de Clientes de Alto Risco

Comité de Controlo Interno Financeiro

Comité de Governação de Dados e Informação

Comité de Risco de Conduta

01

02

03

04

05

06

O SBA foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Capital Social do Banco, no valor de Kz 21 000 000 000,00 (vinte e um mil milhões de kwanzas), está dividido em 2 203 566 (dois milhões, duzentos e três mil, quinhentos e sessenta e seis) acções nominativas ordinárias, encontrando-se repartido por três accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank) e dois accionistas maioritários, nomeadamente, Grupo Standard Bank, Lda. e o Estado Angolano representado pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), com 50,1% e 49%, respectivamente.

- Grupo Standard Bank Lda – 50,1%
- Estado Angolano representado pelo IGAPE - 49%



01

02

03

04

05

06

Órgão Sociais

De modo a prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta, do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governação Corporativa do SBA segrega funções e responsabilidades entre diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Assembleia geral

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do SBA e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são mandatados por 4 anos. A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

- **Presidente da mesa da Assembleia Geral**

Sofia Vale

- **Secretário da mesa da Assembleia Geral**

Vanessa Pinto Rodrigues

A Assembleia Geral tem como competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;
- Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total o parcial do capital social e pagamento aos accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, sob reserva do estipulado nos Estatutos;
- Dissolução e liquidação da Sociedade;
- Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

01

02

03

04

05

06

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente, este Órgão é composto por 11 membros que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os Administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

• Presidente

Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo

• Administrador não executivo

António Caroto Coutinho

• Administrador não executivo

Manuel Costa Duarte dos Passos

• Administradora não executiva Independente

Djamila Sousa Pinto de Andrade

• Administradora não executiva Independente

Ana Josina de Assis Sima Fortunato

• Administradora não executiva Independente

Raquel Celeste da Conceição Kulivela Sole

• Administrador executivo

Luís Miguel Fialho Teles

• Administrador executivo

Eduardo Miguel Massena Clemente

• Administradora executiva

Yonne Lizett de Queiróz de Castro

• Administrador executivo

Ricardo Matias Ferreira Petinga

• Administrador executivo

Aronildo Bartolomeu Delgado Neto

O Conselho de Administração tem como competências:

- Controlo e gestão corrente da actividade do SBA, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos
- Órgão decisório máximo do Banco, com responsabilidade última em matéria de governação.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da Sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco. É constituída pelo Presidente da Comissão Executiva e por quatro Administradores Executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos Administradores Executivos.

• Presidente da Comissão Executiva

Luís Miguel Fialho Teles

• Administrador Executivo

Eduardo Miguel Massena Clemente

• Administradora Executiva

Yonne Lizett de Queiróz de Castro

• Administrador Executivo

Ricardo Matias Ferreira Petinga

• Administrador Executivo

Aronildo Bartolomeu Delgado Neto

A Comissão Executiva tem poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade Bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por quatro membros, um Presidente, dois Vogais e um suplente, em mandatos de 4 anos, estando um suplente por nomear. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos.

• Presidente

Sérgio Eduardo Sequeira Serrão

• Vogal

Fernando Jorge Teixeira Hermes

• Vogal

Donald Carmo Calunda Lisboa

• Suplente

Eduardo Quental Avelino Bango

• Suplente

Pereira Carlos Mendonça

Auditor Externo

A fiscalização externa do Banco é actualmente assegurada pela empresa de auditoria KPMG Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso n.º 4/14 do BNA, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautelou a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

Comités

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comités do Conselho de Administração			
Comité de Gestão de Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Um Administrador Não Executivo e Um Administrador Não Executivo Independente 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores; • Gerir a componente de recursos humanos, tal como a definição de políticas e procedimentos; a nomeação de directores; o acompanhamento da componente de avaliação; • Definir das políticas de recrutamento e contratação.
Comité de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Dois Administradores Não-Executivos 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do Sistema de Controlo Interno e assegurar que os riscos inerentes à actividade são adequadamente geridos e monitorizados. • Analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, de risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.

01

02

03

04

05

06

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comité de Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Um Administrador Não Executivo e Um Administrador Não Executivo Independente 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco, gerir e controlar o risco nas seguintes vertentes: <ul style="list-style-type: none"> – Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco. – Supervisionar a implementação da estratégia de risco . – Supervisionar a função de gestão de risco.
Comité de Governação de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Dois Administradores Não-Executivos 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que existe uma efectiva governação do crédito e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito. • Monitorizar os créditos concedidos. • Controlar do risco de crédito, incluindo o risco País.
Comité de Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Dois Administradores Não-Executivos Independentes 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que existe uma efectiva governação e gestão do risco tecnológico, com especial ênfase para a estratégia do SBA.
Comité de Nomeações e Remunerações	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Dois Administradores Não-Executivos 	Anual	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, avaliar, incluindo antecedentes, verificação de referências e conflitos de interesse, e recomendar candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal. • Recomendar aos accionistas, para aprovação, a remuneração dos administradores não executivos, bem como dos membros do Conselho Fiscal.

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comités da Comissão Executiva			
Comité de Activos e Passivos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administrador Executivo, Director Financeiro, Directora Executiva do segmento Particulares (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa e de Risco 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, de mercado e cambial.
Comité de Gestão de Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administradora Executiva • Membros: PCE, Administrador Executivo, Director de Risco, Directora de <i>Compliance</i>, Director de Controlo Cambial, Director de Auditoria Interna, Director de Engenharia, Directora de Pessoas e Cultura, Directora Financeira, Directora de Serviços Jurídicos, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>) 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Formular estratégias de risco e desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes. • Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada gestão de risco, bem como, rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) o quadro de risco e garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz, em linha com os níveis/apetite de risco aprovados pela Administração.

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comité de Risco de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Director de Risco • Membros: PCE, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Directora Jurídica, Director de Recuperação de Crédito. 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma consistente e unificada governação, identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito. <p>Para fins de cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, o Comité de Gestão de Risco de Crédito tem o direito de delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.</p>
Comité de Pricing	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Executivo • Membros: Administrador Executivo do Pelouro Financeiro, Administrador Executivo do Pelouro <i>Compliance</i>, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Director de <i>Client Solutions</i>, Director dos Sistemas de Informação, Director de <i>Compliance</i>, Director de Risco, Director de Banca Transaccional (Grandes Empresas), Director de Mercado de Capitais (Grandes Empresas), Director de Banca de Investimento (Grandes Empresas) e Director de <i>Marketing</i> 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e rever a estratégia de <i>pricing</i> do Banco, tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> – Os produtos e segmentos em que se pretende posicionar; – A concorrência; – O risco de crédito; – Todas as condicionantes do mercado.

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comité de Novos Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Executivo • Membros: Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Director de <i>Engineering</i>, Director de Risco, Director de <i>Compliance</i>, Director pelo Departamento Jurídico, Director de <i>Client Solutions</i>, Responsável da Unidade de Negócios que propõe o novo produto, Director de <i>Marketing</i> e Director de Auditoria Interna 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.
Comité de Projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de Engenharia, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Directora Financeira, Director de Pessoas e Cultura, Director da Gestão da Transformação (TMO). 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o alinhamento do investimento considerado <i>Change the Bank</i>, nas áreas de sistemas de informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo SBA e, se pertinente, pelo Grupo Standard Bank. • O Comité deve ainda garantir que os projectos resultantes são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos, e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos.

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comité de Compras (Procurement)	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Executivo • Membros: Director de Procurement, Director de <i>Engineering</i>, Director do Jurídico, Directora Executiva do segmento Particulares (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Director de <i>Client Solutions</i>, e Director de Risco 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes com os objectivos do SBA a curto, médio e longo prazo. • Assegurar que todas as propostas, alterações aos contractos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada. • Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do Negócio.
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administradora Executiva • Membros: Administradores Executivos, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>) Director de Risco, Director do Jurídico e Director do <i>Compliance</i> 	Semanal	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as relações com Clientes quando estas possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco e garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo pessoas politicamente expostas.
Comité de Controlo Interno Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Executivo • Membros: CFO, Director de Engenharia, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Director de <i>Client solutions</i> 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro.

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comité Executivo de Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, e de Director de Pessoas e Cultura 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a política de remuneração do SBA bem como a responsabilidade pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com Capital Humano.
Comité de Governação de Dados e Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de <i>Engineering</i>, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Micro, Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Director de Compliance, Director de Risco, Director de Jurídico, Director do <i>Data Office</i> 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer a estratégia de gestão de dados e informação, bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas.
Comité de Liderança	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Directores de primeira linha do Banco, com reporte directo aos Administradores Executivos 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a gestão, implementação e execução da estratégia do Banco incluindo todas as iniciativas importantes para a melhoria operacional e eficiência da organização, contribuindo para a melhoria da performance do Banco.

	Composição	Frequência de reuniões	Responsabilidade
Comité de Risco de Conduta	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de Engenharia, Directora Executiva do segmento Particulares - (Banca Particulares e Privada), Directora Executiva do segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business and Commercial Banking</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>), Director de Compliance, Director de Risco, Director de Jurídico, Director de Soluções para Clientes, Director de Pessoas e Cultura, Director de Marketing, Directora Executiva Financeira, Director de Inovação e Director de Auditoria Interna 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Efectuar uma revisão das estratégias, políticas e estruturas relevantes do Banco necessárias para monitorar, compreender, influenciar e responder aos factores que impulsionam a Cultura, Conduta e Ética no mercado de actuação do Banco.
Comité de Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director da Direcção de Investimento e de Grandes Empresas, Director de Pequenas & Médias Empresas (BCB), Director da Direcção Privada e de Particulares e Director(a) de Integração de Negócio 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que a estratégia corporativa do Standard Bank de Angola é coerente e que reconcilia as necessidades derivadas do contexto macroeconómico, estratégia do grupo e das unidades de negócio; • Definir, rever e aprovar a estratégia corporativa, incluindo a missão, valores e propósito do Banco, assim como as métricas e objectivos que serão usados para monitorizar e controlar a execução da estratégia.



Principais Políticas

Código de Ética e Conflito de Interesses

O SBA coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o modo de actuação.

A política de conflito de interesses que implementou rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse que protejam o Banco enquanto Organização, os seus Colaboradores e Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis. De modo a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão, valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização, e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

Transacções com Partes Relacionadas

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.

01

02

03

04

05

06

Política de Remunerações e Benefícios

A política de remunerações e benefícios do Banco é fundamental na contratação e retenção dos quadros, garantindo desta forma a motivação dos Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios. De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

01

Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;

04

Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;

02

Abordagem de remuneração com o objectivo de atrair e reter os Colaboradores chave, bem como motivar e premiar o desempenho de excelência;

05

Capacidade financeira da Instituição;

03

Valor do trabalho, que o SBA define com base nas capacidades, nomeadamente:

- competência,
- capacidade técnica,
- experiência e desempenho e
- posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;

06

Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos dos objectivos do Banco.

01

02

03

04

05

06

Conselho de Administração

Administradores Executivos

No SBA, a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

- Desempenho individual de cada Administrador referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores.
- Desempenho geral do Banco.
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade que desenvolvemos, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

Os Administradores não executivos do Conselho de Administração são remunerados pelas funções exercidas através de uma parcela fixa e de senhas de presença em reuniões.

- O Administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.
- A remuneração da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões. Os valores destas são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

A remuneração dos Órgãos Sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco directamente. A remuneração dos Órgãos Sociais engloba a remuneração fixa, remuneração varável e benefícios de longo prazo, como apresentada de seguida.

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Mesa da Assembleia Geral	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
31 de Dezembro de 2023						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	331 326	287 166	618 492	17 946	-	636 438
Remunerações variáveis	519 723	40 341	560 064	10 688	1 293	572 045
Sub total	851 049	327 507	1 178 556	28 634	1 293	1 208 483
Benefícios e outros encargos sociais	1 183 577	-	1 183 577	-	-	1 183 577
Total	2 034 626	327 507	2 362 133	28 634	1 293	2 392 060
31 de Dezembro de 2022						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	920 819	209 801	1 130 620	18 655	-	1 149 275
Remunerações variáveis	40 932	35 474	76 406	9 848	1 069	87 323
Sub total	961 751	245 275	1 207 026	28 503	1 069	1 236 598
Benefícios e outros encargos sociais	132 231	-	132 231	-	-	132 231
Total	1 093 982	245 275	1 339 257	28 503	1 069	1 368 829

01

02

03

04

05

06

6

Demonstrações Financeiras

6.1. Demonstrações Financeiras	211
6.2. Notas às Demonstrações Financeiras	217
6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal	333





Otwamonafana

Otwamonafana é uma expressão que significa “Nos vemos uns aos outros” em Cuanhama, uma língua falada por cerca de 420 mil pessoas em Angola. Os seus falantes pertencem ao grupo étnico kwanyama ou cuanhama, um subgrupo do povo ovambo.

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06**

6.1

Demonstrações financeiras



Balanço em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	259 516 316	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	264 093 786	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	115 437 254	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	29 042 145	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	195 739 065	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	9	126 451 796	93 348 877
Crédito a clientes	10	518 266 076	297 184 635
Investimentos em filiais	11	900 000	5 000
Outros activos tangíveis	12	40 882 148	41 149 969
Activos intangíveis	13	7 775 550	9 460 092
Activos por impostos correntes	14	626 530	1 512 463
Activos por impostos diferidos	14	4 158 045	8 777 497
Outros activos	15	29 855 971	20 539 059
Total de Activo		1 592 744 682	1 080 819 201
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	16	9 098 000	42 539 372
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	1 240 346 130	743 387 714
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	1	10
Provisões	18	4 935 717	4 148 379
Passivos por impostos correntes	14	88 029	1 734 317
Passivos por impostos diferidos	14	9 161 912	9 723 558
Passivos subordinados	19	25 326 058	15 386 552
Outros passivos	20	80 489 013	65 023 426
Total do Passivo		1 369 444 860	881 943 328
Capital próprio			
Capital Social	21	21 000 000	9 530 007
Reservas de reavaliação	22	2 638 854	2 575 958
Outras reservas e resultados transitados	22	132 622 891	121 112 952
Resultado líquido		67 038 077	65 656 956
Total do Capital Próprio		223 299 822	198 875 873
Total do Passivo e do Capital Próprio		1 592 744 682	1 080 819 201

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

01

02

03

04

05

06

212

Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Juros e rendimentos similares	24	109 461 735	105 255 411
Juros e encargos similares	24	(24 064 986)	(25 301 884)
Margem financeira		85 396 749	79 953 527
Rendimentos de serviços e comissões	25	19 887 409	17 284 506
Encargos com serviços e comissões	25	(6 408 993)	(5 798 285)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	1 377 195	502 045
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	27	2 229 548	1 090 515
Resultados cambiais	28	46 071 511	35 944 783
Outros resultados de exploração	29	(5 683 191)	(3 198 419)
Produto da actividade bancária		142 870 228	125 778 672
Custos com pessoal	30	(31 801 620)	(26 687 626)
Fornecimentos e serviços de terceiros	31	(20 708 471)	(15 262 884)
Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(6 597 325)	(6 248 902)
Provisões líquidas de anulações	18	(839 593)	(115 160)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(4 064 626)	(2 103 792)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,15 e 23	(785 566)	113 477
Resultado antes de impostos		78 073 027	75 473 785
Impostos sobre os resultados	14	(11 034 950)	(9 816 829)
Resultado líquido		67 038 077	65 656 956
Número médio de acções ordinárias emitidas		2 203 566	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	32	30,423	65,657
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	32	30,423	65,657

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

01

02

03

04

05

06

Demonstração do Rendimento Integral dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido do exercício		67 038 077	65 656 956
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 22		
Variações no justo valor		(732 513)	2 782 845
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício		829 276	(319 135)
Impostos diferidos das alterações de justo valor		(33 867)	(862 299)
Total do outro rendimento integral do exercício		62 896	1 601 411
Total do rendimento integral do exercício		67 100 973	67 258 367

01

02

03

04

05

06

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

		(milhares de Kwanzas)	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	31.12.2023	31.12.2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		132 293 719	116 430 646
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(28 584 630)	(29 642 855)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(52 510 091)	(41 950 510)
Outros resultados		40 388 923	32 746 364
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		91 587 921	77 583 645
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		18 096 512	54 744 442
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(20 228 914)	(5 376 876)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(29 613 447)	1 822 457
Investimentos ao custo amortizado		(31 948 191)	(4 184 913)
Crédito a clientes		(226 303 702)	(63 024 647)
Outros activos		(3 806 527)	(2 471 389)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(294 704 268)	(18 495 926)
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(33 197 045)	15 765 741
Recursos de clientes e outros empréstimos		504 764 245	62 604 533
Outros passivos		16 273 918	14 878 485
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		487 841 118	93 248 759
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		284 724 770	152 336 478
Impostos sobre o rendimento pagos		(7 737 499)	(20 211 198)
Caixa líquida das actividades operacionais		276 987 271	132 125 280
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(595 235)	(1 409 309)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(525 422)	(3 163 357)
Caixa líquida das actividades de investimento		(1 120 657)	(4 572 666)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos		(54 147 017)	(37 868 156)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(54 147 017)	(37 868 156)
Variação de caixa e seus equivalentes		221 719 598	89 684 458
Caixa e seus equivalentes no início do período		301 890 504	212 206 046
Caixa e seus equivalentes no fim do período		523 610 102	301 890 504
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	4	16 312 149	13 259 745
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	63 804 582	100 208 811
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	179 399 585	147 650 871
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	264 093 786	40 771 077
Total		523 610 102	301 890 504

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

01

02

03

04

05

06

Demonstração de alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social (Nota 21)	Reservas de reavaliação (Nota 22)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 22)			Resultado líquido	Total do capital próprio	
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas			Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	9 530 007	974 547	9 530 007	73 713 580	1 209	83 244 796	75 736 312	169 485 662
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	2 782 845	-	-	-	-	-	2 782 845
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	(319 135)	-	-	-	-	-	(319 135)
Impostos diferidos das alterações de justo valor	-	(862 299)	-	-	-	-	-	(862 299)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	65 656 956	65 656 956
Total de rendimento integral no exercício	-	1 601 411	-	-	-	-	65 656 956	67 258 367
Constituição de reservas	-	-	-	75 736 312	-	75 736 312	(75 736 312)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	9 530 007	2 575 958	9 530 007	111 581 736	1 209	121 112 952	65 656 956	198 875 873
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	(732 513)	-	-	-	-	-	(732 513)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	829 276	-	-	-	-	-	829 276
Impostos diferidos das alterações de justo valor	-	(33 867)	-	-	-	-	-	(33 867)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	67 038 077	67 038 077
Total de rendimento integral no exercício	-	62 896	-	-	-	-	67 038 077	67 100 973
Aumento de capital	11 469 993	-	-	(11 469 993)	-	(11 469 993)	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	65 656 956	-	65 656 956	(65 656 956)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(42 677 024)	-	(42 677 024)	-	(42 677 024)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	21 000 000	2 638 854	9 530 007	123 091 675	1 209	132 622 891	67 038 077	223 299 822

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

01

02

03

04

05

06

6.2

Notas às demonstrações financeiras



Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Inara Business Park & Gardens, Torre 1, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 21 o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 33 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2023, o Banco terminou o ano com 16 agências abertas (2022: 19).

Nota 2 - Políticas Contabilísticas

Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Aviso nº 05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Os câmbios de kwanzas face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência abaixo:

	2023	2022
USD	837.087	509.322
EUR	925.735	543.268

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Março de 2024.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

01

02

03

04

05

06

2.1 Comparabilidade da informação

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2023. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

2.2 Crédito a Clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente. O crédito a clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. A componente dos juros é reconhecida na rubrica “Juros e rendimentos similares”, com base no método da taxa de juro efectiva e inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, conforme descrito na Nota 2.12

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou *Other comprehensive income*).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.1.1.1 Expected Credit Loss (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os inputs chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* ou PD);

- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* ou LGD); e

- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes CIB. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A perda dado o incumprimento (LGD) corresponde à percentagem de dívida que não será recuperada em caso de default do Cliente. O cálculo da LGD é realizado com base em informação interna histórica, considerando os fluxos de caixa associados aos contratos desde o momento de default até à sua regularização ou até ao momento em que não existam expectativas de recuperação relevantes, tendo em consideração um cálculo ponderado das recuperações provenientes de exposições colateralizadas e não colateralizadas. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi

acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém a EAD da exposição actual às contrapartes e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto devido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo *Credit Conversion Factor* (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 50%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0% e para as restantes exposições são aplicados CCF's com base no modelo fornecido pelo SB Group ou alternativamente tendo por base a metodologia definida internamente com base em informacao historica.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (*Personal & Private Banking, Business & Commercial Banking e Corporate & Investment Banking*) e por produto (empréstimos à habitação, leasing, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento (segmento *Wholesale*), o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de rating para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (*Significant increase in credit risk* ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, devendo nessa medida transitar de estágio 1 para estágio 2, o Banco considera a informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição.

No segmento Grandes Empresas e Banca de Investimento, a degradação do *rating* (três notas ou uma nota, dependendo do *rating* inicial) atribuído ao cliente é um evento para a identificação de aumento significativo de risco de crédito.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás e a modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação.

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (*default*). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

01

02

03

04

05

06

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na watchlist. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (*lifetime*).

2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um input primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de performance e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados portfólios, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais

factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de benchmark e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de *default*

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em *default* quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou

- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:

(i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou

(ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou

(iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (*default*), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou covenants contratuais;

- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;

- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os *inputs* da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em *default*, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de *default* são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um “cenário base” de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades

relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de stress periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os *drivers* chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada portfolio de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes drivers chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos portfolios de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados são aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de rating de cada cliente.

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os triggers que levaram contratos ao estado de *default* (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em default durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito e estiver curado.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento. Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro

modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de clientes em dificuldades financeiras (referido como “actividades de reestruturação”) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (*covenants*) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e

empresa são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a performance de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo mínimo de 2 anos para que se verifique a sua desmarcação de reestruturado por dificuldades financeiras e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

i) “Carteira de crédito Normal”: empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;

ii) “Carteira de crédito Curado (cliente curado)”: empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o status de desempenho;

iii) “Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)”: empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos clientes, resultando no cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.

O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

(i) Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a 100 milhões de kwanzas; ou

(ii) Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou

(iii) Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar

o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a

validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 20), por contrapartida da responsabilidade do cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 Outros instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (*Fair value through other comprehensive income* ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (*Fair value through profit and loss* ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efectua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes dois tipos de *portfolios*, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste “*solely payments of principal and interest*” ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contracto de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal

do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contracto de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contracto de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no *match* entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a performance do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e

- A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com

cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default*); e

- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas standard variáveis (“SVRs”) estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um spread discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e

- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (títulos de dívida), os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de “Resultados cambiais”. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o *accounting mismatch*.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica “Resultados cambiais” da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os

passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados” incluem:

- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em “ de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” no momento em que ocorrem.

2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base

nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método

da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não transferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

01

02

03

04

05

06

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa são reconhecidas em capitais próprios - reservas

de fluxos de caixa- na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, e reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso do instrumento coberto se ter extinguido.

2.4 Outros activos tangíveis

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - *right of use*) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo - arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo.

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Na data de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	Modelo de Custo: Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento

reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um *spread* de risco do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória é

tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a reflectir os pagamentos de locação.

A quantia escriturada é remensurada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); e

- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registos contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:
 - registo em “Margem financeira” do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
 - registo em “Outros gastos administrativos” dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e
 - registo em “Amortizações” do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.
- No balanço:
 - registo em “Outros activos tangíveis”, pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e
 - registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais

- Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura os seus activos intangíveis pelo modelo do custo.

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

01

02

03

04

05

06

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale ao preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de

crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020 e a alienação dos mesmos tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/DRO/2020 de 14 de Fevereiro de 2020.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 Impostos sobre lucros (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados

de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 31 de Dezembro de 2021, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e sujeito actualmente a uma taxa de imposto de 35% nos termos da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Nos termos da Lei supracitada, foi de igual modo estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 anos, bem como entre outros, foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais e a dedutibilidade fiscal das provisões, de forma a determinar que as perdas por imparidade em créditos garantidos não são dedutíveis para efeitos fiscais, excepto a parte não garantida.

Nos termos da Lei 19/14, que aprova o Código do Imposto Industrial em vigor a 1 de Janeiro de 2015, o Banco é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os

proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”), independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 26/20, o Banco deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial sobre as vendas nos casos em que tenham apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

O Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a IAC são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do

projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado entrou em vigor em 1 de Outubro de 2019, com uma taxa de 14%, que revoga o Regulamento do Imposto de Consumo, republicado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3-A/14, de 21 de Outubro, e ainda revoga o Imposto de Selo sobre as operações aduaneiras previsto na Verba n.º 15 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, que aprova Revisão e Republicação do Código do Imposto de Selo.

A Lei que aprova o Código do IVA também introduziu algumas relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo, passando o Banco esta isento de Imposto de Selo previsto na verba n.º 23.3 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14 e sobre as operações de financiamento, locação financeira, reporte, seguros e resseguros que sejam sujeitas e não isentas de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas na Lei 17/19, de 13 de Agosto, que altera a Lei que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, nas alíneas a) a f) do n.º 5 do artigo 21.º.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas operações de locação financeira mas na componente do capital amortizado e juros de mora cobrados aos clientes, com excepção das operações isentas, nos termos da alínea i) do número do artigo 12.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido aos montantes de aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Não obstante o acima exposto, o Banco adoptou o método de afectação real para deduzir a totalidade do IVA suportado na aquisição de bens das operações de leasing ou VAF que conferem o direito à dedução, porém exclui a possibilidade

dedução do imposto suportado nas operações que não conferem esse direito, nos termos dos artigos 22.º e 24.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

Em Abril de 2019 entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 Benefícios aos empregados

2.10.1 Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 20).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente

01

02

03

04

05

06

anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do colaborador (Nota 20).

2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 24), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 24) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros

são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 24). Com referência a 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o Banco não tem estas operações.

2.13 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 25) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

01

02

03

04

05

06

ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 24).

2.14 Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 26) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.15 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras (Nota 23) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 23) são compromissos

firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 15) e Outros passivos (Nota 20).

2.17 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos (Nota 32) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

01

02

03

04

05

06

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de

preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas Notas 7, 8 e 33.

3.2 Classificação de activos financeiros

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos

activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (Notas 7, 8, 9 e 10).

3.3 Perdas por imparidade dos instrumentos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de grupos de activos com características de risco de crédito comuns, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio, de formas a assegurar que planos de acção para evitar a redução da qualidade da carteira de crédito seriam tomadas de forma proactiva, tendo sido priorizados clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

Em Junho de 2021, o Banco Nacional de Angola orientou aos bancos comerciais que fosse concedida uma moratória não superior a 6 meses, podendo esse período ser prolongado pelo Banco Nacional de Angola, caso as circunstâncias assim o determinem, aos clientes que assim solicitassem e apresentassem as devidas evidências do impacto da pandemia do COVID-19, visando garantir a estabilidade financeira da economia. No entanto, não foram solicitadas moratórias pelos clientes ao abrigo desta iniciativa.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício e apresentados na Nota 14.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

01

02

03

04

05

06

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	16 312 149	13 259 745
Disponibilidades em bancos centrais	243 204 167	247 859 683
Banco Nacional de Angola	243 204 167	247 859 683
Imparidade acumulada	-	-
	259 516 316	261 119 428

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 179 399 585 milhares de kwanzas (2022: 147 650 871 milhares de kwanzas), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 04/2023 do Banco Nacional de Angola, de 30 de Março de 2023, e de acordo com a Directiva nº 06/DME/2023 do Banco Nacional de Angola, de 30 de março de 2023, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 31 de Dezembro de 2023, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional		Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência				
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento quinzenal	17%	Apuramento diário	100%
Outros Sectores	Apuramento quinzenal	17%	Apuramento quinzenal	22%

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2023, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 2 450 340 milhares de kwanzas (2022: 136 511 352 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

01

02

03

04

05

06

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	780 664	5 322 631
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	263 313 122	35 448 446
Valor aplicado	263 314 316	35 448 512
Imparidade acumulada	(1 194)	(66)
	264 093 786	40 771 077

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2023, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de 1 194 milhares de kwanzas (2022: 66 milhares de kwanzas). Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	40 016 393	85 581 018
Juros corridos	445 550	1 270 484
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	74 975 311	45 268 920
Valor aplicado	74 978 022	45 268 920
Imparidade acumulada	(2 711)	-
	115 437 254	132 120 422

Em 31 de Dezembro de 2023, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 11.726% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 5.813%.

Em 31 de Dezembro de 2022, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 8.851% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 4.089%.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

01

02

03

04

05

06

Nota 7 – Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	n.a.	16,39%	26 924 948	27 378 531	1 545 049	(168 987)	73 819	28 828 412
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	182 580	182 580	-	-	-	182 580
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	24 006	24 006
Passivos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	(1)	(1)
				27 114 675	27 568 258	1 545 049	(168 987)	97 825	29 042 144

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	n.a.	16,21%	5 895 598	5 963 080	336 811	(3 170)	(93 433)	6 203 288
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	182 580	182 580	-	-	-	182 580
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	1 191	1 191
Passivos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	(10)	(10)
				6 085 325	6 152 807	336 811	(3 170)	(92 252)	6 394 196

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34), com exceção da participação da EMIS (nível 3).

Não houve movimento dos activos e passivos financeiros valorizados no nível 3 da hierarquia de justo valor durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, como segue:

(milhares de Kwanzas)

Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial da carteira	189 727	189 727
Aquisições	-	-
Saldo final da carteira	189 727	189 727

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
- Obrigações do Tesouro	3 483 735	16 777 810	8 566 867	-	28 828 412
- Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3 483 735	16 777 810	8 566 867	189 727	29 018 139
- Obrigações do Tesouro	3 760	234 449	5 965 079	-	6 203 288
- Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3 760	234 449	5 965 079	189 727	6 393 015

DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 as rubricas de Derivados tiveram a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	24 006	1 191
- FX Option	-	-
	24 006	1 191
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	(1)	(10)
- FX Option	-	-
	(1)	(10)
Saldo final da Carteira	24 005	1 181

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Forwards Cambiais contratadas com sociedades não financeiras, com maturidade em Janeiro de 2024 e janeiro de 2023 respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o escalonamento dos derivados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	24 006	-	-	-	24 006
- FX Option	-	-	-	-	-
	24 006	-	-	-	24 006
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	(1)	-	-	-	(1)
- FX Option	-	-	-	-	-
	(1)	-	-	-	(1)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	24 005	-	-	-	24 005

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
FX Forward	1 191	-	-	-	1 191
FX Option	-	-	-	-	-
	1 191	-	-	-	1 191
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
FX Forward	(10)	-	-	-	(10)
FX Option	-	-	-	-	-
	(10)	-	-	-	(10)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1 181	-	-	-	1 181

01

02

03

04

05

06

Nota 8 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	57 000 000	53 834 770	-	1 233 196	(35 159)	55 032 808
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	17,25%	132 560 436	130 293 322	5 657 418	1 623 089	3 132 429	140 706 257
				189 560 436	184 128 092	5 657 418	2 856 285	3 097 270	195 739 065

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	16 500 000	15 131 745	-	718 875	(30 889)	15 819 731
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	17,08%	145 612 800	136 420 839	6 239 510	6 095 724	3 860 672	152 616 745
				162 112 800	151 552 584	6 239 510	6 814 599	3 829 783	168 436 476

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	-	55 032 808	-	55 032 808
- Obrigações do Tesouro	12 324 387	24 306 436	104 075 434	140 706 257
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	12 324 387	79 339 244	104 075 434	195 739 065
Bilhetes do Tesouro	7 195 055	8 624 676	-	15 819 731
Obrigações do Tesouro	38 321 480	18 183 131	96 112 134	152 616 745
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	45 516 535	26 807 807	96 112 134	168 436 476

01

02

03

04

05

06

Nota 9 – Investimentos ao custo amortizado

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica de investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	50 051 300	43 552 861	-	619 790	(456 320)	43 716 331
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	10,81%	75 783 550	74 764 663	3 109 256	970 792	(733 354)	78 111 357
- EUROBOND	USD	n.a.	9,50%	4 603 980	4 650 019	59 532	(16 883)	(68 560)	4 624 108
				130 438 830	122 967 543	3 168 788	1 573 699	(1 258 234)	126 451 796

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	17,19%	89 224 600	85 028 995	4 060 402	2 547 626	(1 112 847)	90 524 176
EUROBOND	USD	n.a.	9,50%	2 829 998	2 829 998	36 584	-	(41 881)	2 824 701
				92 054 598	87 858 993	4 096 986	2 547 626	(1 154 728)	93 348 877

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2023 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
- Bilhetes do Tesouro	43 716 331	-	-	43 716 331
- Obrigações do Tesouro	78 111 357	-	-	78 111 357
- EUROBOND	4 624 108	-	-	4 624 108
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	126 451 796	-	-	126 451 796
- Obrigações do Tesouro	90 524 176	-	-	90 524 176
- EUROBOND	2 824 701	-	-	2 824 701
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	93 348 877	-	-	93 348 877

As perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 para as obrigações e bilhetes do tesouro foram apuradas com base nos parâmetros de risco de crédito fornecidos pela agência de *rating* internacional Moody's.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-
- Bilhetes do Tesouro	-	43 716 331	-	43 716 331
- Obrigações do Tesouro	32 373 677	19 316 163	26 421 517	78 111 357
- EUROBOND	-	-	4 624 108	4 624 108
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	32 373 677	63 032 494	31 045 625	126 451 796
Obrigações do Tesouro	9 826 468	19 009 783	61 687 925	90 524 176
EUROBOND	-	-	2 824 701	2 824 701
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	9 826 468	19 009 783	64 512 626	93 348 877

01

02

03

04

05

06

Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Crédito interno		
A empresas	508 309 027	283 673 013
Empréstimos	275 843 616	256 911 323
Reverse Repos	188 238 620	-
Descobertos	23 955 207	19 953 260
Leasing	2 821 324	569 055
Cartas de crédito	17 450 260	6 239 375
A particulares	19 810 436	19 149 496
Habitação	2 736 869	1 908 757
Consumo e outros	17 073 567	17 240 739
	528 119 463	302 822 509
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	664 800	624 669
De 3 meses a 1 ano	495 765	376 545
De 1 a 3 anos	105 060	117 609
	1 265 625	1 118 823
	529 385 088	303 941 332
Perdas por imparidade	(11 119 012)	(6 756 697)
	518 266 076	297 184 635

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 a rubrica de Crédito a clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 20), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Durante o exercício de 2023, o SBA contratou com o Estado Angolano um conjunto de operações de curto prazo reverse repos negociados através da BODIVA. Face à natureza das operações, o Conselho de Administração reconhece a sua classificação na rubrica de Crédito a clientes. A imparidade reconhecida segue o modelo já implementado para as restantes exposições de crédito similares.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Crédito a clientes inclui, respectivamente, 2 881 262 milhares de kwanzas e 2 140 795 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Crédito a clientes inclui, respectivamente, 129 053 777 milhares de kwanzas e 151 956 240 milhares de kwanzas relativos aos créditos concedidos ao abrigo do Aviso 10 – Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia, de 7 de Abril de 2022.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento residual, em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	207 447 372	20 359 468
De 3 meses a um ano	43 559 006	43 545 681
De um a cinco anos	87 192 253	212 831 037
Mais de cinco anos	190 334 719	26 641 873
Duração indeterminada	851 738	563 273
	529 385 088	303 941 332

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a clientes foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	6 756 697	4 784 719
Dotações	6 098 367	2 187 164
Utilizações (Nota 23)	(205 896)	(327 117)
Reversões	(2 033 741)	(416 816)
Diferenças de câmbio e outr	503 585	528 747
Saldo final	11 119 012	6 756 697

Em 31 de Dezembro de 2023, as Utilizações (Nota 23) correspondem aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo). Adicionalmente, a sua variação anual inclui uma recuperação de 205 896 milhares de kwanzas (327 117 milhares de kwanzas em 31 de Dezembro de 2022) referentes a créditos anteriormente abatidos ao activo e 5 907 milhares de kwanzas (6 189 milhares de kwanzas em 31 de Dezembro de 2022) de juros curados.

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Taxa fixa	377 558 457	184 029 888
Taxa variável	151 826 631	119 911 444
	529 385 088	303 941 332

01

02

03

04

05

06

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. Por segmento

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2023						Imparidade 31.12.2023						
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca d	442 490 772	360 500 572	-	-	79 391 405	-	-	2 598 795	2 598 351	(8 130 586)	(1 628 970)	(3 902 822)	(2 598 795)
Pequenas e Médias Empresa:	66 433 075	60 179 358	-	-	5 638 896	-	-	614 821	602 746	(1 434 148)	(96 967)	(722 360)	(614 821)
Particulares	20 461 241	18 566 509	82 487	-	1 243 927	35 131	-	650 804	189 966	(1 554 278)	(190 838)	(712 635)	(650 804)
Total	529 385 088	439 246 439	82 487	-	86 274 228	35 131	-	3 864 420	3 391 063	(11 119 012)	(1 916 775)	(5 337 817)	(3 864 420)

(Milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2022						Imparidade 31.12.2022						
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	211 897 132	185 907 841	2 276 089	-	23 438 749	11 190 845	-	2 550 542	2 550 542	(3 973 360)	(1 635 978)	(726 452)	(1 610 930)
Pequenas e Médias Empresas	72 400 551	69 054 811	-	-	2 721 071	-	-	624 669	609 828	(1 294 000)	(54 416)	(614 915)	(624 669)
Particulares	19 643 649	18 020 306	38 598	-	1 098 477	50 867	-	524 866	32 172	(1 489 337)	(162 144)	(802 327)	(524 866)
Total	303 941 332	272 982 958	2 314 687	-	27 258 297	11 241 712	-	3 700 077	3 192 542	(6 756 697)	(1 852 538)	(2 143 694)	(2 760 465)

2. Por intervalo de dia de atraso

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2023									Imparidade 31.12.2023								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	360 501 016	-	-	79 391 405	-	-	2 598 353	-	-	(1 628 970)	-	-	(3 902 822)	-	-	(2 598 353)	-	-
Pequenas e Médias Empresas	60 179 017	341	-	5 464 145	174 751	-	-	611 625	3 195	(96 966)	-	-	(699 882)	(21 879)	-	-	(611 625)	(3 195)
Particulares	18 535 784	30 281	-	1 082 239	161 688	-	-	48 671	602 576	(190 449)	(390)	-	(596 746)	(116 488)	-	-	(48 671)	(602 576)
Total	439 215 817	30 622	-	85 937 789	336 439	-	2 598 353	660 296	605 771	(1 916 385)	(390)	-	(5 199 450)	(138 367)	-	(2 598 353)	(660 296)	(605 771)

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2022						Imparidade 31.12.2022											
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	185 907 841	-	-	23 438 749	-	-	2 550 542	-	-	(1 635 978)	-	-	(726 452)	-	-	(1 610 930)	-	-
Pequenas e Médias Empresas	69 054 811	-	-	2 721 071	-	-	-	-	624 669	(54 416)	-	-	(614 915)	-	-	-	-	(624 669)
Particulares	18 020 306	-	-	909 006	189 471	-	30 712	-	494 154	(162 144)	-	-	(674 130)	(128 197)	-	(22 871)	-	(501 995)
Total	272 982 958	-	-	27 068 826	189 471	-	2 581 254	-	1 118 823	(1 852 538)	-	-	(2 015 497)	(128 197)	-	(1 633 801)	-	(1 126 664)

01

02

03

04

05

06

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	31.12.2023								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2018 e anteriores	13	13 426 210	(311 206)	9	8 752 270	(145 261)	3 743	873 645	(139 191)
2019	1	-	-	8	1 587 452	(55 545)	602	220 017	(15 891)
2020	5	18 671 529	(914 955)	17	4 839 996	(6 421)	728	937 979	(118 201)
2021	14	102 694 411	(5 568 319)	25	9 629 523	(315 187)	1 348	3 036 564	(306 013)
2022	3	28 026 336	(549 682)	74	25 520 407	(726 992)	1 730	7 238 668	(605 706)
2023	90	279 672 286	(786 424)	150	16 103 427	(184 741)	1 571	8 154 368	(369 277)
Total	126	442 490 772	(8 130 586)	283	66 433 075	(1 434 147)	9 722	20 461 241	(1 554 279)

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	31.12.2022								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2017 e anteriores	7	10 152 209	(153 213)	9	7 457 529	(96 781)	3 527	743 195	(86 792)
2018	-	-	-	-	-	-	335	140 290	(3 753)
2019	3	3 339 472	(37 731)	10	2 231 497	(3 943)	973	721 975	(76 509)
2020	5	25 457 371	(534 330)	18	7 769 493	(12 671)	999	2 199 421	(272 121)
2021	14	115 483 024	(2 816 696)	26	14 221 750	(432 943)	1 512	5 241 472	(601 171)
2022	37	57 465 056	(431 390)	87	40 720 282	(747 662)	1 995	10 597 296	(448 991)
Total	66	211 897 132	(3 973 360)	150	72 400 551	(1 294 000)	9 341	19 643 649	(1 489 337)

01

02

03

04

05

06

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, é como segue:

1. Por segmento

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	442 490 772	(8 130 586)	614 821	(615 420)	650 804	(650 806)	443 756 397	(9 396 812)
Imparidade colectiva	-	-	65 818 254	(818 727)	19 810 437	(903 473)	85 628 691	(1 722 200)
Total	442 490 772	(8 130 586)	66 433 075	(1 434 147)	20 461 241	(1 554 279)	529 385 088	(11 119 012)

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	211 897 132	(3 973 360)	624 669	(624 669)	524 866	(524 866)	213 046 667	(5 122 895)
Imparidade colectiva	-	-	71 775 882	(669 331)	19 118 783	(964 471)	90 894 665	(1 633 802)
Total	211 897 132	(3 973 360)	72 400 551	(1 294 000)	19 643 649	(1 489 337)	303 941 332	(6 756 697)

2. Por sector de actividade

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	235 893 226	(671 780)	125 083 004	(6 802 542)	18 141 701	(122 079)	54 124 492	(585 674)	650 804	(658 621)	9 863 170	(563 932)	443 756 397	(9 404 628)
Imparidade colectiva	-	-	23 413 972	(395 003)	-	-	41 663 267	(310 877)	19 810 436	(895 657)	741 016	(112 847)	85 628 691	(1 714 384)
Total	235 893 226	(671 780)	148 496 976	(7 197 545)	18 141 701	(122 079)	95 787 759	(896 551)	20 461 240	(1 554 278)	10 604 186	(676 779)	529 385 088	(11 119 012)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	53 410 628	(780 025)	48 137 892	(412 972)	-	-	44 117 340	(220 235)	524 866	(524 866)	66 855 941	(3 184 797)	213 046 667	(5 122 895)
Imparidade colectiva	-	-	37 935 541	(103 236)	939 565	(29 581)	11 542 438	(497 403)	19 118 783	(964 471)	21 358 338	(39 111)	90 894 665	(1 633 802)
Total	53 410 628	(780 025)	86 073 433	(516 208)	939 565	(29 581)	55 659 778	(717 638)	19 643 649	(1 489 337)	88 214 279	(3 223 908)	303 941 332	(6 756 697)

01

02

03

04

05

06

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

As tabelas abaixo apresentam, com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a composição do crédito a clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vincendos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. Por estágio

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2023			Total
	Estágios de imparidade			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	133 830 435	79 072 877	2 596 902	215 500 214
Crédito e juros vencidos	222 477 239	-	1 268 716	223 745 955
Imparidade	(1 628 969)	(3 902 822)	(3 872 836)	(9 404 627)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	77 207 360	5 071 513	-	82 278 873
Crédito e juros vencidos	1 744 123	1 824 288	-	3 568 411
Imparidade	(287 806)	(1 426 579)	-	(1 714 385)
Acréscimos e diferimentos	3 987 725	290 551	13 359	4 291 635
Total	437 330 107	80 929 828	6 141	518 266 076

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2022			Total
	Estágios de imparidade			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	180 105 802	23 349 073	2 559 470	206 014 345
Crédito e juros vencidos	15 004	1	1 128 576	1 143 581
Imparidade	(1 635 978)	(726 452)	(2 760 465)	(5 122 895)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	85 428 820	3 857 281	-	89 286 101
Crédito e juros vencidos	1 657 219	-	-	1 657 219
Imparidade	(216 560)	(1 417 242)	-	(1 633 802)
Acréscimos e diferimentos	5 776 113	51 942	12 031	5 840 086
Total	271 130 420	25 114 603	939 612	297 184 635

01

02

03

04

05

06

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 apresenta-se como segue:

1. Por classe de incumprimento

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2023						Total
	Crédito vincendo	Classe de incumprimento					
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	215 500 213	-	-	-	-	-	215 500 213
Crédito e juros vencidos	-	200 361 617	22 771 121	507 440	105 779	-	223 745 957
Imparidade	(7 765 755)	(364 831)	(661 340)	(507 145)	(105 556)	-	(9 404 627)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	82 278 873	-	-	-	-	-	82 278 873
Crédito e juros vencidos	-	3 200 262	368 148	-	-	-	3 568 410
Imparidade	(1 345 526)	(230 102)	(138 757)	-	-	-	(1 714 385)
Acréscimos e diferimentos	4 304 147	(8 335)	714	(4 172)	(719)	-	4 291 635
Total	292 971 952	202 958 611	22 339 886	(3 877)	(496)	-	518 266 076

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2022						Total
	Crédito vincendo	Classe de incumprimento					
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos		
Com imparidade atribuída com base em análise individual	206 014 345	-	-	-	-	-	206 014 345
Crédito e juros vencidos	-	6 675	629 940	386 939	120 027	-	1 143 581
Imparidade	(3 989 552)	(6 679)	(624 669)	(382 833)	(119 162)	-	(5 122 895)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	89 286 101	-	-	-	-	-	89 286 101
Crédito e juros vencidos	-	1 480 559	176 660	-	-	-	1 657 219
Imparidade	(1 040 479)	(593 323)	-	-	-	-	(1 633 802)
Acréscimos e diferimentos	5 874 742	(29 386)	(299)	(4 106)	(865)	-	5 840 086
Total	296 145 157	857 846	181 632	-	-	-	297 184 635

01

02

03

04

05

06

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2023			31.12.2023			31.12.2023			Total		
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	-	792 712	(700 829)	-	792 712	(700 829)
Conversão de produtos	-	-	-	-	-	-	1	2 598 351	(2 599 239)	1	2 598 351	(2 599 239)
Total	-	-	-	-	-	-	1	3 391 063	(3 300 068)	1	3 391 063	(3 300 068)

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2022			31.12.2022			31.12.2022			Total		
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	3	32 172	(32 277)	3	32 172	(32 277)
Conversão de produtos	-	-	-	-	-	-	2	3 160 370	(2 220 758)	2	3 160 370	(2 220 758)
Total	-	-	-	-	-	-	5	3 192 542	(2 253 035)	5	3 192 542	(2 253 035)

A tabela abaixo apresenta com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vincendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

(milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2023			
	Vincendo	Crédito Vencido	Total	Imparidade
Empresas	3 201 097	-	3 201 097	(3 202 141)
Particulares	151 400	38 566	189 966	(97 927)
Consumo	151 400	38 566	189 966	(72 600)
Total	3 352 497	38 566	3 391 063	(3 300 068)

(milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2022			
	Vincendo	Crédito Vencido	Total	Imparidade
Crédito sem imparidade	-	-	-	-
Empresas	3 160 370	-	3 160 370	(2 220 758)
Particulares	22 766	9 406	32 172	(32 277)
Consumo	22 766	9 406	32 172	(32 277)
Total	3 183 136	9 406	3 192 542	(2 253 035)

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	3 192 542	22 277 987
Créditos reestruturados no período	308 040	632 594
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	22 074	17 691
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(115 612)	(64 537)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(15 981)	(19 671 193)
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	3 391 063	3 192 542

01

02

03

04

05

06

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Justo valor	31.12.2023											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	25	15 227	1 728	1 592 099	-	-	-	-	20	15 189	21	11 503
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	31	2 104 819	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	1	119 270	54	11 748 525	-	-	-	-	-	-	1	456 920
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	-	-	5	3 674 978	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	1	1 230 625	10	14 955 418	-	-	-	-	1	1 416 912	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	1	4 273 000	13	42 865 543	-	-	-	-	1	2 902 500	-	-
>= 5.000 MAOA	3	57 025 671	13	224 664 712	-	-	-	-	1	11 500 000	1	25 112 616
Total	31	62 663 793	1 854	301 606 094	-	-	-	-	23	15 834 601	23	25 581 039

(milhares de Kwanzas)

Justo valor	31.12.2022											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	31	152 575	24	114 172	-	-	-	-	24	126 402	-	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	4	333 610	1	57 530	-	-	-	-	12	886 886	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	10	2 845 846	3	1 081 804	1	206 500	-	-	14	2 846 821	8	1 444 168
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	16	13 655 197	3	2 095 120	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	13	17 796 005	2	2 314 112	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	11	39 554 069	9	24 858 109	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	11	136 521 781	6	67 161 306	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	96	210 859 083	48	97 682 153	1	206 500	-	-	50	3 860 109	8	1 444 168

01

02

03

04

05

06

As avaliações dos imóveis de todos os segmentos, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Entidade Avaliadora	31.12.2023											
	Método de avaliação											Total
	Rendimento		Comparativo		Custo		Residual					
	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	% do Nº de Imóveis	% Montante do Imóvel
Abacus Angola	-	-	36	45 596 571	-	-	-	-	36	45 596 571	42%	28%
ALTYS Rral Estate Advisors	2	683 950	7	2 797 468	-	-	-	-	9	3 481 418	10%	2%
Colliers International	1	25 674 421	3	7 891 870	-	-	-	-	4	33 566 291	5%	20%
CPU Consultores	-	-	4	796 371	-	-	-	-	4	796 371	5%	0%
FISPLAN	-	-	3	272 067	-	-	-	-	3	272 067	3%	0%
Prime Yield	-	-	16	32 223 404	1	54 031	-	-	17	32 277 436	20%	20%
Property Investment	1	24 601 250	1	3 525 750	-	-	-	-	2	28 127 000	2%	17%
PROPRIME	-	-	5	713 262	3	1 220 322	-	-	8	1 933 585	9%	1%
UON Consulting	-	-	2	15 578 000	-	-	-	-	2	15 578 000	2%	9%
Zenki Real Estate	-	-	1	2 902 500	-	-	-	-	1	2 902 500	1%	2%
Total	4	50 959 621	78	112 297 263	4	1 274 353	-	-	86	164 531 239	100%	100%

(milhares de Kwanzas)

Entidade Avaliadora	31.12.2022											
	Método de avaliação											Total
	Rendimento		Comparativo		Custo		Residual					
	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	% do Nº de Imóveis	% Montante do Imóvel
Abacus Angola	-	-	30	42 144 510	1	30 000	-	-	31	42 174 510	41%	25%
ALTYS Real Estate Advisors	-	-	2	271 368	-	-	-	-	2	271 368	3%	0%
Colliers International	1	25 674 421	4	8 083 370	-	-	-	-	5	33 757 791	7%	20%
CPU Consultores	-	-	5	575 580	-	-	-	-	5	575 580	7%	0%
Prime Yield	-	-	16	40 800 406	1	54 031	-	-	17	40 854 437	23%	25%
Property Investment	1	24 601 250	1	3 525 750	-	-	-	-	2	28 127 000	3%	17%
PROPRIME	-	-	6	809 557	4	996 457	-	-	10	1 806 014	13%	1%
UON Consulting	-	-	2	15 578 000	-	-	-	-	2	15 578 000	3%	9%
Zenki Real Estate	-	-	1	2 902 500	-	-	-	-	1	2 902 500	1%	2%
Total	2	50 275 671	67	114 691 041	6	1 080 488	-	-	75	166 047 200	100%	100%

01

02

03

04

05

06

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023						
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	180 459 637	33 967 670	1 217 870	(4 156 530)
< 50%	12	89	55 125 452	49 098 452	-	(3 927 216)
>= 50% e < 75%	2	35	23 216	-	-	(246)
>= 75% e <100%	-	56	25 196	2 833 568	-	(142 065)
>= 100%	17	1 674	12 851 465	3 237	2 607 541	(2 724 103)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	798 320	100 214	38 566	(84 754)
< 50%	20	20	1 492 285	90 279	1 582 564	(42 052)
>= 50% e < 75%	-	1	-	7 954	-	(4 717)
>= 100%	3	2	232 692	15 126	-	(7 169)
Total	54	1 877	251 008 263	86 116 500	5 446 541	(11 088 852)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022						
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	79 798 610	8 676 618	14 841	(993 196)
< 50%	25	21	7 410 114	1 408 496	-	(434 413)
>= 75% e <100%	14	2	8 470 789	658 038	-	(65 653)
>= 100%	57	25	159 283 138	15 240 412	3 160 370	(3 744 988)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
>= 100%	1	-	-	97 254	-	(7 930)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	21	-	752 932	-	-	(667)
>= 100%	29	8	1 046 304	109 521	-	(88 663)
Total	147	56	256 761 887	26 190 339	3 175 211	(5 335 510)

01

02

03

04

05

06

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Segmento	31.12.2023						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	1 877 107	404 564	440 209 101	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	-	62 542 112	525	1 457 215	510	2 432 714
Particulares	-	-	18 640 315	187 216	276 178	103 868	1 253 663
Total	1 877 107	404 564	521 391 528	187 741	1 733 393	104 378	3 686 377

(milhares de Kwanzas)

Segmento	31.12.2022						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	16 867 627	-	19 376 519	168 402 243	4 700 201	2 550 542
Pequenas e Médias Empresas	-	-	71 612 056	25 635	160 243	-	602 617
Particulares	-	-	18 123 487	115 013	167 642	87 314	1 150 193
Total	-	16 867 627	89 735 543	19 517 167	168 730 128	4 787 515	4 303 352

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de perdas por imparidade. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 31.12.2023				Imparidade 31.12.2022			
	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Grandes Empresas e Banca de Investimento								
Empresas	1,00%	8,00%	171,00%	43,00%	1,00%	12,00%	62,00%	54,00%
Estado	1,00%	N/A	N/A	39,00%	3,00%	N/A	N/A	35,00%
Instituições Financeiras	0,00%	N/A	N/A	24,00%	0,00%	N/A	N/A	20,00%
Pequenas e Médias Empresas	3,73%	0,00%	100,00%	32,04%	3,62%	10,10%	100,00%	24,75%
Particulares	5,66%	0,00%	100,00%	66,13%	6,46%	12,50%	100,00%	67,72%

Durante o período de 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio que revêm o negócio, tendo sido priorizados clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2023:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2023	2024	2025	2026	2027
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	2,55%	1,58%	2,28%	2,91%	1,87%
	Cenário favorável	2,37%	3,24%	4,07%	4,53%	3,49%
	Cenário adverso	1,21%	-0,75%	-1,27%	-1,75%	2,75%
Taxa de Inflação	Cenário Base	19,24%	21,69%	18,15%	16,76%	15,28%
	Cenário favorável	18,31%	16,42%	16,08%	14,25%	12,76%
	Cenário adverso	24,25%	28,32%	24,60%	26,82%	25,32%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	841	863	973	1 033	1 110
	Cenário favorável	749	603	640	656	733
	Cenário adverso	908	964	1 023	1 086	1 163
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	82,00				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	9,96%				

		2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	3,30%	2,10%	3,10%	2,90%	2,40%
	Cenário favorável	3,90%	3,70%	4,20%	4,60%	4,30%
	Cenário adverso	3,10%	0,90%	1,10%	0,70%	1,20%
Taxa de Inflação	Cenário Base	16,80%	16,20%	14,70%	14,40%	13,40%
	Cenário favorável	14,90%	14,80%	13,20%	12,80%	12,50%
	Cenário adverso	18,20%	19,40%	17,50%	17,10%	15,30%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	505	569	633	697	758
	Cenário favorável	475	499	536	569	611
	Cenário adverso	524	620	715	805	886
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	85,90				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	12,58%				

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2023	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	2.16%	58.68%	3 720 310
Cenário favorável	1.94%	61.99%	2 029 260
Cenário adverso	1.15%	41.08%	1 014 630

2022	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	1.21%	58.7%	1 891 482
Cenário favorável	0.65%	41.1%	515 859
Cenário adverso	1.09%	62.0%	1 031 717

(*) Os valores das perdas de crédito esperadas estão em milhares de Kzs.

A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2022	715 208 812	27 258 298	3 700 077	746 167 186
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	40 771 144	-	-	40 771 144
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	132 120 422	-	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	6 394 206	-	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	168 436 476	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	94 503 605	1	-	94 503 606
Crédito a clientes (Nota 10)	272 982 958	27 258 297	3 700 077	303 941 332
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	227 869 620			227 869 620
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	(3 812)			(3 812)
<i>Outras alterações</i>	(4 541 973)			(4 541 973)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	115 439 967			115 439 967
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	(132 120 424)			(132 120 424)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	28 828 412			28 828 412
<i>Outras alterações</i>	(6 180 473)			(6 180 473)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	118 888 421			118 888 421
<i>Outras alterações</i>	(91 585 832)			(91 585 832)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	65 073 679			65 073 679
<i>Outras alterações</i>	(31 867 255)			(31 867 255)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	-	51 492	(4 172 600)	(4 121 108)
<i>Transferência para estágio 2</i>	(51 492)	-	(68 266)	(119 758)
<i>Transferência para estágio 3</i>	4 172 600	68 266	-	4 240 866
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	260 943 556	48 064 241	574 753	309 582 550
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	(12 447 320)	(413 437)	-	(12 860 757)
<i>Créditos abatidos ao activo</i>	(24 779 535)	(285 376)	(424 508)	(25 489 419)
<i>Outras alterações</i>	(61 574 827)	11 530 745	4 255 464	(45 788 618)
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2023	1171 272 124	86 274 229	3 864 920	1261 411 273
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	264 094 980	-	-	264 094 980
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	115 439 965	-	-	115 439 965
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	29 042 145	-	-	29 042 145
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	195 739 065	-	-	195 739 065
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	127 710 029	1	-	127 710 030
Crédito a clientes (Nota 10)	439 245 940	86 274 228	3 864 920	529 385 088

A tabela abaixo apresenta o movimento da perda esperada por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2022	(3 007 329)	(2 143 697)	(2 760 465)	(7 911 491)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(66)	-	-	(66)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 154 725)	(3)	-	(1 154 728)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 852 538)	(2 143 694)	(2 760 465)	(6 756 697)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(598)			(598)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(530)			(530)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(2 711)			(2 711)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(713 820)			(713 820)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	610 314			610 314
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	-	(253 760)	24 909	(228 851)
<i>Transferência para estágio 2</i>	253 760	-	32	253 792
<i>Transferência para estágio 3</i>	(24 909)	(32)	0	(24 941)
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>	(66 676)	(3 549 365)	(1 512 013)	(5 128 055)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	240 320	683 482	74 759	998 561
<i>Créditos abatidos ao activo</i>	-	-	205 896	205 896
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(862 108)	(541 713)	(58 925)	(1 462 745)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	898 960	475 682	152 970	1 527 612
<i>Taxa de câmbio e outros movimentos</i>	(503 585)			(503 585)
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2023	(3 178 911)	(5 329 403)	(3 872 836)	(12 381 150)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 194)	-	-	(1 194)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(2 711)	-	-	(2 711)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 258 231)	(3)	-	(1 258 234)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 916 775)	(5 329 400)	(3 872 836)	(11 119 012)

01

02

03

04

05

06

Nota 11 – Investimentos em filiais

Em 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da rubrica de Investimentos em filiais é como segue:

(milhares de kwanzas)

Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SDVM)	Participação	31.12.2023	31.12.2022
		Capital Social	Capital Social
Aumento de capital por entrada de dinheiro	100%	900 000	5 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		900 000	5 000

Em 31 de dezembro de 2022 o valor de 5 000 milhares de kwanzas referente investimentos com filiais foi divulgado como Outros Activos. Em 2023, foi efectuada a entrada de 100% do Capital Social no montante de 900 milhares de kwanzas da Standard Invest, Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SDVM).

Não obstante o investimento do Banco nesta entidade, o Conselho de Administração considera que não é relevante a preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023.

01

02

03

04

05

06

Nota 12 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2023
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	32 639 166	-	-	(27 557)	32 611 609
Obras em imóveis arrendados	1 525 913	20 367	-	-	1 546 280
	34 165 079	20 367	-	(27 557)	34 157 889
Equipamento					
Equipamento informático	5 765 042	181 522	(9 465)	50 285	5 987 384
Mobiliário e material	2 500 103	50 675	(19 071)	1 071	2 532 778
Máquinas e ferramentas	4 615 627	361 468	(14 332)	20 926	4 983 689
Material de transporte	1 186 053	38 158	(2 908)	27 558	1 248 861
Outros	111 319	1 190	-	(51 961)	60 548
	14 178 144	633 013	(45 776)	47 879	14 813 260
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	32 059	427 150	-	-	459 209
Equipamento	16 552	1 677 902	-	(14 490)	1 679 964
Outros	44 610	434 184	-	(5 832)	472 962
	93 221	2 539 236	-	(20 322)	2 612 135
Direito de Uso					
Imóveis	4 326 021	804 566	-	-	5 130 587
	4 326 021	804 566	-	-	5 130 587
	52 762 465	3 997 182	(45 776)	-	56 713 871
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(1 126 423)	(613 797)	-	-	(1 740 220)
Obras em imóveis arrendados	(1 076 356)	(124 704)	-	-	(1 201 060)
	(2 202 779)	(738 501)	-	-	(2 941 280)
Equipamento					
Equipamento informático	(2 978 814)	(1 315 922)	4 899	-	(4 289 837)
Mobiliário e material	(780 693)	(339 418)	15 285	-	(1 104 826)
Máquinas e ferramentas	(1 631 685)	(903 897)	14 031	-	(2 521 551)
Material de transporte	(734 089)	(202 547)	2 908	-	(933 728)
Outros	(2 448)	(398)	-	-	(2 846)
	(6 127 729)	(2 762 182)	37 123	-	(8 852 788)
Direito de Uso					
Imóveis	(3 281 988)	(755 667)	-	-	(4 037 655)
	(3 281 988)	(755 667)	-	-	(4 037 655)
	(11 612 496)	(4 256 350)	37 123	-	(15 831 723)
	41 149 969	(259 168)	(8 653)	-	40 882 148

01

02

03

04

05

06

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2022
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	31 878 775	27 557	(33 514)	766 348	32 639 166
Obras em imóveis arrendados	1 665 386	253	(139 726)	-	1 525 913
	33 544 161	27 810	(173 240)	766 348	34 165 079
Equipamento					
Equipamento informático	5 504 151	205 395	(447 284)	502 780	5 765 042
Mobiliário e material	2 230 960	263 952	(36 782)	41 973	2 500 103
Máquinas e ferramentas	3 707 898	769 626	(24 819)	162 922	4 615 627
Material de transporte	1 154 373	117 107	(85 427)	-	1 186 053
Outros	391 137	1 370	-	(281 188)	111 319
	12 988 519	1 357 450	(594 312)	426 487	14 178 144
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	258 244	29 737	-	(255 922)	32 059
Equipamento	212 495	12 428	-	(208 371)	16 552
Outros	773 152	-	-	(728 542)	44 610
	1 243 891	42 165	-	(1 192 835)	93 221
Direito de Uso					
Imóveis	3 877 204	448 817	-	-	4 326 021
	3 877 204	448 817	-	-	4 326 021
	51 653 775	1 876 242	(767 552)	-	52 762 465
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(517 781)	(608 642)	-	-	(1 126 423)
Obras em imóveis arrendados	(1 090 060)	(117 166)	130 870	-	(1 076 356)
	(1 607 841)	(725 808)	130 870	-	(2 202 779)
Equipamento					
Equipamento informático	(2 264 208)	(1 161 889)	447 283	-	(2 978 814)
Mobiliário e material	(517 335)	(298 409)	35 051	-	(780 693)
Máquinas e ferramentas	(905 057)	(750 531)	23 903	-	(1 631 685)
Material de transporte	(581 651)	(227 748)	75 310	-	(734 089)
Outros	(1 976)	(472)	-	-	(2 448)
	(4 270 227)	(2 439 049)	581 547	-	(6 127 729)
Direito de Uso					
Imóveis	(2 575 954)	(706 034)	-	-	(3 281 988)
	(2 575 954)	(706 034)	-	-	(3 281 988)
	(8 454 022)	(3 870 891)	712 417	-	(11 612 496)
	43 199 753	(1 994 649)	(55 135)	-	41 149 969

Em 31 de Dezembro de 2023, 69% (74% em 31 de dezembro de 2022) dos activos tangíveis são constituídos pela sede do Standard Bank de Angola, S.A, no montante de 28 208 682 milhares de kwanzas (30 450 977 milhares de kwanzas em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de Dezembro de 2023 o imobilizado em curso inclui 904.295 milhares de kwanzas relacionados aos equipamentos de TI por serem instalados durante o ano de 2024.

Em 31 de Dezembro de 2023 a linha Máquinas e Ferramentas inclui 602 060 milhares de kwanzas (744 433 milhares de kwanzas em 31 de Dezembro de 2022) relacionados ao sistema de segurança electrónica instalado na nova sede e na nova agência sede do Standard Bank de Angola, S.A e 676 779 milhares de kwanzas (513 804 milhares de kwanzas) relacionados à aquisição de Geradores para as instalações.

01

02

03

04

05

06

Nota 13 – Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2023
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	12 929 024	1 394 111	(438 197)	-	13 884 939
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Activos intangíveis em curso	1 277 979	752 519	(1 183 012)	-	847 486
	14 287 086	2 146 630	(1 621 208)	-	14 812 508
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(4 826 994)	(2 209 964)	-	-	(7 036 958)
	(4 826 994)	(2 209 964)	-	-	(7 036 958)
	9 460 092	(63 334)	(1 621 208)	-	7 775 550

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2022
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	9 349 856	2 142 808	-	1 436 360	12 929 024
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Imóveis	192 280	-	-	(192 280)	-
Activos intangíveis em curso	1 501 510	1 020 549	-	(1 244 080)	1 277 979
	11 123 729	3 163 357	-	-	14 287 086
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(2 448 981)	(2 378 013)	-	-	(4 826 994)
	(2 448 981)	(2 378 013)	-	-	(4 826 994)
	8 674 748	785 344	-	-	9 460 092

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que estão em desenvolvimento e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2023 destaca-se a actualização do SB24 para os clientes empresa tendo como principal objectivo melhorar a experiência dos nossos clientes.

Nota 14 – Impostos

Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Regime Geral do Imposto Industrial desde Agosto de 2020 com entrada em vigor da Lei n.º 26/20 de Julho, Lei que altera o Código do Imposto Industrial, e a tributação dos seus rendimentos é efectuada a 35%.

O saldo da rubrica Activos por impostos correntes e Activos por impostos diferidos correspondem as liquidações provisórias e retenções de imposto industrial sofridas em exercícios anteriores, bem como impostos diferidos constituídos sobre as provisões, imparidades de crédito com garantias cobertas e prejuízos fiscais, respectivamente.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Activos por impostos correntes	626 530	1 512 463
Activos por impostos diferidos	4 158 045	8 777 497
Total	4 784 575	10 289 960

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Passivos por impostos correntes	88 029	1 734 317
Imposto Aplicação de Capitais	(148 084)	1 498 203
Contingência fiscal (IFRIC23)	236 114	236 114
Passivos por impostos diferidos	9 161 912	9 723 558
Outros Passivos (Nota 20)	467 247	419 855
IVA	467 247	419 855
Total	9 717 188	11 877 730

Foi registado um passivo em conformidade com a IFRIC 23 respeitante a contingências fiscais 236 114 milhares de kwanzas relacionadas com impostos sobre o rendimento (nomeadamente IAC). Em 31 de Dezembro de 2023 temos IAC sobre os rendimentos de títulos no valor de (148 084) milhares de kwanzas (2022: 1 498 203 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2023 na rubrica de passivos por impostos diferidos, encontra-se registado o montante de 7 740 990 milhares de kwanzas e 8 336 503 milhares de kwanzas em 31 de Dezembro de 2022, relativo às variações cambiais potenciais favoráveis em conformidade com a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho – Lei que altera o Código do Imposto Industrial – e 1 420 922 milhares de kwanzas (2022: 1 387 055 milhares de kwanzas) referente ao valor justo da carteira de activos financeiros.

01

02

03

04

05

06

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 podem ser analisados como segue:

	Activo		Passivo	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízos fiscais reportáveis	2 988 145	7 818 544	-	-
Variações cambiais favoráveis potenciais	-	-	7 740 990	8 336 503
Provisões de despesas aceites fiscalmente	390 095	541 695	-	-
Imparidades de crédito com colateral	779 805	417 258	-	-
Outros	-	-	1 420 922	1 387 055
Activo/(passivo) por imposto diferido	4 158 045	8 777 497	9 161 912	9 723 558

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	(946 061)	5 063 749
Reconhecido em resultados	(4 023 939)	(3 481 868)
Reconhecido em outras reservas	(33 867)	-
Saldo no final (Activo/(Passivo))	(5 003 867)	(946 061)

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 teve as seguintes origens:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(4 830 400)	-	7 818 544
Variações cambiais favoráveis potenciais	-	595 514	-	(11 556 725)
Provisões de despesas aceites fiscalmente	-	(151 600)	-	319 583
Imparidades de crédito com colateral	-	362 547	-	(63 270)
Reservas do justo valor	(33 867)	-	(862 299)	-
Impostos Diferidos	(33 867)	(4 023 939)	(862 299)	(3 481 868)
Impostos Correntes	-	(7 011 011)	-	(6 334 961)
Imposto Industrial	-	(902 288)	-	749 500
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(6 108 723)	-	(7 084 461)
Contingência fiscal (IFRIC23)	-	-	-	-
Total de imposto reconhecido	(33 867)	(11 034 950)	(862 299)	(9 816 829)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		78 073 027		75 473 784
Imposto apurado com base na taxa de imposto	35,0%	27 325 560	35,0%	26 415 824
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-30,0%	(23 439 784)	-23,8%	(24 324 341)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	1,9%	1 499 148	6,0%	1 709 968
Constituição de Imposto diferido activo/passivo	0,4%	294 973	-6,1%	11 300 412
Imposto de Aplicação de Capitais	7,8%	6 108 723	6,4%	7 084 461
Outros	-1,0%	(753 671)	-0,1%	(12 369 494)
Imposto do exercício	14,1%	11 034 950	13,0%	9 816 829

01

02

03

04

05

06

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos (2018 a 2022), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos (2018 a 2022), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Liquidações provisórias	589 121	1 491 410
Retenções na fonte	37 409	21 053
Saldo	626 530	1 512 463

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.2).

Em 31 de Dezembro de 2023, na rubrica de impostos sobre os resultados o montante de 6 108 723 milhares de kwanzas (2022: 7 084 461 milhares de kwanzas) diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira e do passivo contingente.

01

02

03

04

05

06

Nota 15 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Compra e Venda de Moeda estrangeiras	20 372 283	10 150 357
Outros activos	3 833 071	7 199 429
Despesas com custo diferido	2 371 656	1 479 856
Proveitos a receber	2 313 700	1 107 890
Outros devedores	1 022 431	1 594 650
Outras operações a regularizar	10 802	31 970
	29 923 943	21 564 152
Perdas por imparidade	(67 972)	(1 025 093)
	29 855 971	20 539 059

Em 31 de Dezembro de 2023, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 20 372 282 milhares de kwanzas (2022: 10 150 537 milhares de kwanzas), registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 15) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, 2 881 262 milhares de kwanzas e 2 140 795 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Outros devedores inclui 292 213 milhares de kwanzas (2022: 146 611 milhares de kwanzas) referentes ao imposto sobre os juros da dívida subordinada por recuperar do Standard Bank South Africa.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2023, 711 848 milhares de kwanzas referente aos diferentes seguros do Banco (2022: 602 985 milhares de kwanzas).

A rubrica Proveitos a receber inclui, a 31 de Dezembro de 2023, o montante de 65 135 milhares de kwanzas (2022: 134 024) referentes à comissões de seguros e 1 026 925 milhares de kwanzas (2022: 870 281 milhares de kwanzas) referentes ao imposto de comissões interbancárias por recuperar.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Janeiro de 2024 e Janeiro de 2023, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2023
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	1 025 093	11 139	(955 682)	(12 577)	(1)	67 972

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2022
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	963 569	198 451	(123 950)	(12 945)	(32)	1 025 093

Em 31 de Dezembro de 2023, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de 55 448 milhares de kwanzas (2022: 190 900 milhares de kwanzas).

Nota 16 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O saldo da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		
Outras operações pendentes de liquidação	5 039 501	2 358 770
Operações de mercado monetário interbancário	3 505 135	39 520 000
Valores pendentes de contagem	385 252	510 781
Outros recursos	168 112	149 821
	9 098 000	42 539 372

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

Nota 17 – Recursos de Clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à ordem	956 733 207	524 897 132
Depósitos a prazo	260 312 054	210 528 711
Depósitos recebidos como colateral	23 109 335	7 403 049
Outros depósitos	191 534	558 822
	1240 346 130	743 387 714

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Exigível à vista	980 034 076	553 820 571
Exigível a prazo		
Até 3 meses	96 313 159	127 088 926
De 3 meses a um ano	162 827 983	62 478 217
De um a cinco anos	1 170 912	-
	260 312 054	189 567 143
	1240 346 130	743 387 714

Em 31 de Dezembro de 2023, os depósitos a prazo em Kwanza, USD e EUR são remunerados a uma taxa média de 8.25%, 5.15% e 6.58%, respectivamente (2022: 10.93% e 2,09% respectivamente).

Nota 18 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de Kwanzas)						
	31.12.2022	Dotações	Reversões	Utilizações	Varição cambial	Outras Movimentações	31.12.2023
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	3 902 598	2 006 604	(1 603 133)	(89 265)		16 747	4 233 551
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	245 781	809 355	(373 233)	-	20 263	-	702 166
	4 148 379	2 815 959	(1 976 366)	(89 265)	20 263	16 747	4 935 717

	(milhares de Kwanzas)						
	31.12.2021	Dotações	Reversões	Utilizações	Varição cambial	Outras Movimentações	31.12.2022
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	3 068 345	1 926 153	(1 836 532)	(89 136)	(2 832)	836 600	3 902 598
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	219 404	486 831	(461 292)	-	838	-	245 781
	3 287 749	2 412 984	(2 297 824)	(89 136)	(1 994)	836 600	4 148 379

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2023, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 1 633 199 milhares de kwanzas (2022: 1 418 680 milhares de kwanzas) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2023, as Outras provisões para riscos e encargos incluem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de 1 015 027 milhares de kwanzas (2022: 521 938 milhares de kwanzas) e 356 413 milhares de kwanzas (2022: 479 812 milhares de kwanzas) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de 1 228 913 milhares de kwanzas (2022: 1 038 709 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2023, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a 702 165 milhares de kwanzas (2022: 245 781 milhares de kwanzas).

Nota 19 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de kwanzas)							
Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço		Taxa de juro	Maturidade
				31.12.2023	31.12.2022		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	03/12/2018	30 000 000	25 326 058	15 386 552	SORF + 4,92% 03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

Nota 20 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Compra e venda de moedas estrangeiras	20 415 233	10 159 549
Cartas de crédito (Nota 10)	17 450 419	6 257 227
Dividendos a pagar	15 626 554	30 956 376
SalDOS com entidades relacionadas (Nota 33)	11 740 384	6 625 054
Obrigações com pessoal (Nota 2.10)	5 402 034	4 381 838
Custos administrativos e de comercialização a pagar	3 671 584	3 123 077
Outros	2 774 214	103 121
Locações	1 132 235	1 250 142
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	1 123 610	960 748
Fornecedores	511 081	475 318
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	467 247	419 855
Contribuição para a Segurança Social	174 310	310 973
Outras operações a regularizar	108	148
	80 489 013	65 023 426

Em 31 de Dezembro de 2023, os montantes por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 20.415.233 milhares de kwanzas (2022: 10 159 549) registados em balanço nas rubricas de Outros passivos (Nota 20) e Outros Ativos (Nota 15) 20 372 283 milhares de kwanzas (2022: 10 150 357) de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de franchising a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco.

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 22) ainda não liquidados.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Nota 21 – Capital Social

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2023, o capital social do Banco, no valor de 21 000 000 (2022: 9 530 007) milhares de kwanzas, encontrava-se representado por 2 203 566 (2022: 1 000 000) acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social 31.12.2023
Standard Bank Group Limited	1 123 810	10 709 916	50,9996%
Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado - IGAPE	1 079 748	10 290 000	49,0000%
Outros accionistas	8	84	0,0004%
	2 203 566	21 000 000	100%

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social 31.12.2022
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	50,9996%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49,0000%
Outros accionistas	4	39	0,0004%
	1 000 000	9 530 007	100%

De salientar que o accionista maioritário é o Standard Bank Group Limited e as acções pertencentes ao anterior accionista AAA Activos Lda., foram transmitidas a favor do Estado Angolano, representado pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

No dia 05 de setembro de 2023, em conformidade a acta da Reunião da Assembleia Geral Ordinária de Accionistas, os outorgantes aumentam o capital social da sociedade por incorporação das reservas livres e resultados transitados, de 9 530 007 milhares de kwanzas para 21 000 000 milhares de kwanzas, sendo o aumento no valor de 11 469 994 milhares de kwanzas, esse aumento foi efectuado pela transferência de valores das Rubricas de Reservas Livres e Resultados Transitados para a rubrica de capital social. Em função do aumento de capital, foram emitidas 1 203 566 novas acções ordinárias, no valor de 9 530 milhares de kwanzas cada, distribuídas proporcionalmente entre os accionistas.

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Total
		Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	974 547	9 530 007	73 713 582	1 209	83 244 796
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	2 782 845	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	(319 135)	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(862 299)	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	1 601 411	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	75 736 312	-	75 736 312
Distribuição de dividendos	-	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	2 575 958	9 530 007	111 581 736	1 209	121 112 952
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	(732 513)	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	829 276	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(33 867)	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	62 896	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	65 656 956	-	65 656 956
Distribuição de dividendos	-	-	(42 677 024)	-	(42 677 024)
Aumento de capital	-	-	(11 469 993)	-	(11 469 993)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	2 638 854	9 530 007	123 091 675	1 209	132 622 891

01

02

03

04

05

06

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Durante o ano de 2023 foi aprovada a distribuição de dividendos aos Accionistas no montante de 42 677 024 milhares de kwanzas, dos quais 15 626 554 milhares encontram-se a aguardar liquidação (Nota 20) (2022: 30 956 376 milhares encontram-se a aguardar liquidação).

Conforme Nota 21, em conformidade a acta da Reunião da Assembléia Geral Ordinária de Accionistas, os outorgantes aumentam o capital social da sociedade por incorporação das reservas livres e resultados transitados, de 9 530 007 milhares de kwanzas para 21 000 000 milhares de kwanzas, sendo o aumento no valor de 11 469 993 milhares de kwanzas, esse aumento foi efectuado pela transferência de valores da rubricas de resultados transitados para a rubrica de capital social. Em função do aumento de capital, foram emitidas 1 203 566 novas ações ordinárias, no valor de 9 530 milhares de kwanzas cada, distribuídas proporcionalmente entre os acionistas.

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor das opções sobre acções é de 1 209 milhares de kwanzas (2022: 1 209 milhares de kwanzas).

Nota 23 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	659 962 953	400 706 743
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	29 206 506	32 762 676
Cartas de crédito	29 300 778	8 224 263
Limites de crédito não utilizados	85 531 604	40 511 588
	144 038 888	81 498 527
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	253 620 284	296 865 194
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	529 385 088	303 941 332
Créditos abatidos no activo (Nota 10)	3 899 924	3 694 029
	533 285 012	310 242 493

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 702 166 milhares de kwanzas e 245 781 milhares de kwanzas, respectivamente (Nota 18).

Nota 24 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	38 900 559	-	38 900 559	34 671 256	-	34 671 256
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 842 357	2 842 357	-	533 592	533 592
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 274 852	-	6 274 852	1 519 831	-	1 519 831
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	27 502 821	-	27 502 821	34 613 426	-	34 613 426
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 526 262	-	16 526 262	16 270 345	-	16 270 345
Outros juros e proveitos similares	17 414 884	-	17 414 884	17 646 961	-	17 646 961
	-	-	-	-	-	-
	106 619 378	2 842 357	109 461 735	104 721 819	533 592	105 255 411
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	253 750	-	253 750	429 996	-	429 996
Juros de recursos de clientes	21 301 194	-	21 301 194	23 809 453	-	23 809 453
Juros de passivos subordinados	2 286 858	-	2 286 858	842 145	-	842 145
Juros de locações	223 184	-	223 184	220 290	-	220 290
	24 064 986	-	24 064 986	25 301 884	-	25 301 884
Margem Financeira	82 554 392	2 842 357	85 396 749	79 419 935	533 592	79 953 527

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de juros de crédito a clientes inclui o montante de 655 016 milhares de kwanzas relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva (2022: 526 756 milhares de kwanzas).

01

02

03

04

05

06

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 274 852	-	6 274 852	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 127 156	(284 799)	2 842 357	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	27 502 821	-	27 502 821
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 526 262	-	16 526 262	-	-	-
Juros de crédito a clientes	39 063 572	(163 013)	38 900 559	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	17 414 884	-	17 414 884	-	-	-
	82 406 726	(447 812)	81 958 914	27 502 821	-	27 502 821
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(21 301 194)	(21 301 194)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(253 750)	(253 750)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(2 286 858)	(2 286 858)	-	-	-
Juros de locações	-	(223 184)	(223 184)	-	-	-
	-	(24 064 986)	(24 064 986)	-	-	-
Margem Financeira	82 406 726	(24 512 798)	57 893 928	27 502 821	-	27 502 821

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 519 831	-	1 519 831	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	533 605	(13)	533 592	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	34 613 426	-	34 613 426
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 270 345	-	16 270 345	-	-	-
Juros de crédito a clientes	34 697 402	(26 146)	34 671 256	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	17 646 961	-	17 646 961	-	-	-
	70 668 144	(26 159)	70 641 985	34 613 426	-	34 613 426
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(23 809 453)	(23 809 453)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(429 996)	(429 996)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(842 145)	(842 145)	-	-	-
Juros de locações	-	(220 290)	(220 290)	-	-	-
	-	(25 301 884)	(25 301 884)	-	-	-
Margem Financeira	70 668 144	(25 328 043)	45 340 101	34 613 426	-	34 613 426

01

02

03

04

05

06

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 274 852	-	6 274 852	1 519 831	-	1 519 831
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 526 262	-	16 526 262	16 270 345	-	16 270 345
Juros de crédito a clientes	39 063 572	(163 013)	38 900 559	34 697 401	(26 146)	34 671 255
Outros juros e proveitos similares	17 414 884	-	17 414 884	17 646 961	-	17 646 961
	79 279 570	(163 013)	79 116 557	70 134 538	(26 146)	70 108 392
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(21 301 194)	(21 301 194)	-	(23 809 453)	(23 809 453)
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(253 750)	(253 750)	-	(429 996)	(429 996)
Juros de passivos subordinados	-	(2 286 858)	(2 286 858)	-	(842 145)	(842 145)
Juros de locações	-	(223 184)	(223 184)	-	(220 290)	(220 290)
	-	(24 064 986)	(24 064 986)	-	(25 301 884)	(25 301 884)
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	79 279 570	(24 227 999)	55 051 571	70 134 538	(25 328 030)	44 806 508

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	27 502 821	-	27 502 821	34 613 426	-	34 613 426
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	27 502 821	-	27 502 821	34 613 426	-	34 613 426

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 127 156	(284 799)	2 842 357	533 606	(13)	533 593
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de resultados	3 127 156	(284 799)	2 842 357	533 606	(13)	533 593

01

02

03

04

05

06

Nota 25 – Rendimentos e encargos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	5 285 726	6 239 491
Por operações de crédito	5 127 362	2 980 425
Por compensação electrónica	2 600 707	2 421 464
Por créditos documentários	1 277 264	578 214
Outros rendimentos	1 184 889	2 003 958
Por levantamentos	1 182 744	822 090
Por garantias prestadas	657 645	434 922
Por outros serviços bancários prestados	654 403	119 824
Por mediação	638 080	644 941
Por manutenção de conta	582 500	568 791
Por consultoria financeira	563 456	411 883
Por transporte de valores recebidos	129 507	55 259
Por emissão de cheques	3 126	3 244
	19 887 409	17 284 506
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	4 860 440	4 526 202
Por transporte de valores	1 548 553	1 272 083
	6 408 993	5 798 285
	13 478 416	11 486 221

Com referência a 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Serviços bancários prestados por terceiros inclui um montante de 780 milhares de Kwanzas (2022: 1 222 244 milhares de kwanzas) referentes à taxa de custódia aplicável às reservas excedentárias, conforme Instrutivo nº 14/2020 de 04 de Agosto.

01

02

03

04

05

06

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	5 127 361	-	5 127 361	2 980 425	-	2 980 425
Por transporte de valores recebidos	129 507	-	129 507	55 259	-	55 259
Por mediação	638 080	-	638 080	644 941	-	644 941
Por consultoria financeira	81 234	-	81 234	84 396	-	84 396
Outros rendimentos	1 181 448	-	1 181 448	2 003 958	-	2 003 958
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(780 053)	(780 053)	-	(1 222 244)	(1 222 244)
	7 157 630	(780 053)	6 377 577	5 768 979	(1 222 244)	4 546 735
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	485 547	-	485 547	(14 653)	-	(14 653)
Por transferências	5 285 727	-	5 285 727	6 239 491	-	6 239 491
Por manutenção de conta	582 500	-	582 500	568 791	-	568 791
Por emissão de cheques	3 126	-	3 126	3 244	-	3 244
Por levantamentos	1 182 744	-	1 182 744	822 090	-	822 090
Por transporte de valores	-	(1 548 553)	(1 548 553)	-	(1 272 083)	(1 272 083)
Por compensação electrónica	2 600 707	-	2 600 707	2 421 464	-	2 421 464
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(4 080 387)	(4 080 387)	-	(3 303 958)	(3 303 958)
	10 140 351	(5 628 940)	4 511 411	10 040 427	(4 576 041)	5 464 386
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	1 277 264	-	1 277 264	578 214	-	578 214
Por garantias prestadas	657 645	-	657 645	434 922	-	434 922
Por outros serviços bancários prestados	172 297	-	172 297	134 477	-	134 477
Por consultoria financeira	482 222	-	482 222	327 487	-	327 487
	2 589 428	-	2 589 428	1 475 100	-	1 475 100
	19 887 409	(6 408 993)	13 478 416	17 284 506	(5 798 285)	11 486 221

01

02

03

04

05

06

Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	1 652 166	(274 971)	1 377 195	663 695	(178 180)	485 515
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	23 415	(3 674)	19 741
De depósitos de clientes em AOA indexados ao USD	-	-	-	-	(3 211)	(3 211)
	1 652 166	(274 971)	1 377 195	687 110	(185 065)	502 045

Nota 27 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	2 229 548	-	2 229 548	1 090 515	-	1 090 515
	2 229 548	-	2 229 548	1 090 515	-	1 090 515

01

02

03

04

05

06

Nota 28 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Resultados de operações de compra e venda de moeda	37 225 597	36 064 497
Resultados da reavaliação de activos e passivos	8 845 914	(119 714)
	46 071 511	35 944 783

Nota 29 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos directos e indirectos	(3 683 860)	(2 509 624)
Perdas operacionais	(1 340 734)	(383 870)
Quotizações e donativos	(624 111)	(337 354)
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis	(29 008)	37 018
Outros proveitos de exploração	(5 478)	(4 589)
	(5 683 191)	(3 198 419)

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui 3 541 643 milhares de kwanzas (2022: 2 509 624 milhares de kwanzas) de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nota 30 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
Custos directos		
Salários e subsídios	23 444 906	19 986 908
Bónus de performance	4 304 103	3 452 816
Encargos sociais obrigatórios	1 916 947	1 383 465
Outros	685 726	547 046
	30 351 682	25 370 235
Custos indirectos	1 449 938	1 317 391
	31 801 620	26 687 626

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1 764 885 milhares de kwanzas (2022: 1 468 751 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2023, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 709 (2022: 679).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	31.12.2023	31.12.2022
Administradores executivos	5	3
Director	36	35
Coordenador	396	241
Técnico	263	389
Administrativo	9	11
	709	679

01

02

03

04

05

06

A 30 de Junho de 2023 e 2022, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Mesa da Assembleia Geral	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
31 de Dezembro de 2023						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	331 326	287 166	618 492	17 946	-	636 438
Remunerações variáveis	519 723	40 341	560 064	10 688	1 293	572 045
Sub total	851 049	327 507	1 178 556	28 634	1 293	1 208 483
Benefícios e outros encargos sociais	1 183 577	-	1 183 577	-	-	1 183 577
Total	2 034 626	327 507	2 362 133	28 634	1 293	2 392 060
31 de Dezembro de 2022						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	920 819	209 801	1 130 620	18 655	-	1 149 275
Remunerações variáveis	40 932	35 474	76 406	9 848	1 069	87 323
Sub total	961 751	245 275	1 207 026	28 503	1 069	1 236 598
Benefícios e outros encargos sociais	132 231	-	132 231	-	-	132 231
Total	1 093 982	245 275	1 339 257	28 503	1 069	1 368 829

01

02

03

04

05

06

Nota 31 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	7 707 738	6 405 310
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	4 831 004	2 366 369
Outros Fornecimentos de Terceiros	3 143 372	2 187 690
Transporte, Deslocações e Alojamentos	1 211 202	480 327
Comunicações	958 429	859 018
Seguros	931 644	797 597
Publicações, Publicidade e Propaganda	823 485	707 777
Segurança, Conservação e Reparação	719 575	988 999
Materiais diversos	224 068	361 031
Água e Energia	157 954	108 766
	20 708 471	15 262 884

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Auditorias, consultorias e outros serviços, inclui 434 670 milhares de kwanzas (2022: 164 108 milhares de kwanzas) referente as remunerações atribuídas aos auditores, conforme:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Serviços de auditoria externa	379 923	132 903
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrente da função de auditor ex	54 747	31 205
	434 670	164 108

01

02

03

04

05

06

Nota 32 – Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado Líquido	67 038 077	65 656 956
Número médio de acções ordinárias em circulação	2 203 566	1 000 000
	30 423	65 657

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 33 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	31.12.2023			31.12.2022		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	64 433 947	-	-	18 601 552	-
<i>Standard Bank Maurícias</i>	-	499	-	-	304	-
<i>Stanbic Ibtc Bank Plc</i>	-	3 026	-	-	3 626	-
<i>Standard Bank Namíbia</i>	-	19 794	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	74 978 024	-	-	45 268 919	-
Crédito a clientes						
<i>Crédito a habitação</i>	64 340	-	-	66 668	-	-
<i>Cartões de crédito</i>	1 845	-	2 975	405	-	318
<i>Crédito ao Investimento</i>	-	-	-	-	435	-
Outros activos						
<i>Std Invest SDVM SU SA</i>	-	717 743	-	-	-	-
<i>Std Gestão de Activos SA</i>	-	384 944	-	-	-	-
<i>Standard Holdings AO SA</i>	-	116 923	-	-	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	516 725	-	-	2 867	-
Total	66 185	141 171 624	2 975	67 073	63 877 703	318
Passivo						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	7 940 136	-	-	6 320 000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos						
<i>AAA Activos, Lda</i>	-	-	-	1 268 235	-	-
<i>AAA Seguros, SA</i>	-	-	-	-	1	-
<i>Std Invest SDVM SU SA</i>	-	927 472	-	-	-	-
<i>Std Gestão de Activos SA</i>	-	772 441	-	-	-	-
<i>Standard Holdings AO SA</i>	-	128 280	-	-	-	-
<i>Outros</i>	1 515 246	6 259 541	109 294	128 709	5 232 128	166 238
Passivos subordinados						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	25 326 058	-	-	14 356 351	-
Outros passivos						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	36 943 529	-	-	9 198 748	-
<i>AAA Activos, Lda</i>	-	-	-	30 956 078	-	-
<i>Standard Bank Namíbia</i>	-	711 018	-	-	-	-
<i>Standard Bank London</i>	-	-	-	-	27 564	-
<i>Outros</i>	-	-	-	298	-	-
Total	1 515 246	79 008 475	109 294	32 353 320	28 814 792	166 238

01

02

03

04

05

06

RESULTADOS	31.12.2023			31.12.2022		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	6 206 360	-	-	675 845	-
Juros e encargos similares						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(2 238 618)	-	-	(794 918)	-
<i>Std Invest SDVM SU SA</i>	-	(32 702)	-	-	-	-
<i>Std Gestão de Activos SA</i>	-	(15 538)	-	-	-	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(1)	-	-	-	-
Resultados cambiais						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(29 602)	-	-	(45 913)	-
Custos com o pessoal						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(36 925)	-	-	(117 318)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(7 707 738)	-	-	(5 532 564)	-
Total	-	(3 854 764)	-	-	(5 814 868)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 30.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

01

02

03

04

05

06

Nota 34 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
31 de Dezembro de 2023						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	259 516 316	-	-	-	259 516 316	259 516 316
Disponibilidades em outras instituições de crédito	264 093 786	-	-	-	264 093 786	264 093 786
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	115 437 254	-	-	-	115 437 254	115 437 254
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	28 852 418	189 727	29 042 145	29 042 145
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	195 739 065	-	195 739 065	195 739 065
Investimentos ao custo amortizado	126 451 796	-	-	-	126 451 796	122 006 188
Crédito a clientes	518 266 076	-	-	-	518 266 076	519 475 989
Activos financeiros	1 283 765 228	-	224 591 483	189 727	1 508 546 438	1 505 310 743
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	9 098 000	-	-	-	9 098 000	9 098 000
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 240 346 130	-	-	-	1 240 346 130	1 243 915 281
Passivos subordinados	25 326 058	-	-	-	25 326 058	25 326 058
Passivos financeiros	1 274 770 188	-	-	-	1 274 770 188	1 278 339 339

01

02

03

04

05

06

(Milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2022						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	261 119 428	-	-	-	261 119 428	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40 771 077	-	-	-	40 771 077	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	132 120 422	-	-	-	132 120 422	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	6 204 479	189 727	6 394 206	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	168 436 476	-	168 436 476	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	93 348 877	-	-	-	93 348 877	93 347 393
Crédito a clientes	297 184 635	-	-	-	297 184 635	298 781 286
Activos financeiros	824 544 439	-	174 640 955	189 727	999 375 121	1 000 970 288
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	42 539 372	-	-	-	42 539 372	42 539 372
Recursos de clientes e outros empréstimos	743 387 714	-	-	-	743 387 714	744 444 108
Passivos subordinados	15 386 552	-	-	-	15 386 552	15 386 552
Passivos financeiros	801 313 638	-	-	-	801 313 638	802 370 032

01

02

03

04

05

06

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022:

(milhares de Kwanzas)

	31-12-2023				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	259 516 316	-	-	259 516 316
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	264 094 980	-	(1 194)	264 093 786
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	115 439 965	-	(2 711)	115 437 254
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	29 042 145	-	-	-	29 042 145
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	195 739 065	-	-	-	195 739 065
Investimentos ao custo amortizado	-	127 710 029	-	(1 258 233)	126 451 796
Crédito a clientes	-	529 385 088	-	(11 119 012)	518 266 076
Activos financeiros	224 781 210	1 296 146 378	-	(12 381 150)	1 508 546 438
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	9 098 000	-	-	9 098 000
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1 240 346 130	-	-	1 240 346 130
Passivos subordinados	-	25 326 058	-	-	25 326 058
Passivos financeiros	-	1 274 770 188	-	-	1 274 770 188
Total	224 781 210	21 376 190	-	(12 381 150)	233 776 250

01

02

03

04

05

06

(Milhares de Kwanzas)

	31-12-2022				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	261 119 428	-	-	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	40 771 143	-	(66)	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	132 120 422	-	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 394 206	-	-	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	168 436 476	-	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	-	94 503 605	-	(1 154 728)	93 348 877
Crédito a clientes	-	303 941 332	-	(6 756 697)	297 184 635
Activos financeiros	174 830 682	832 455 931	-	(7 911 492)	999 375 121
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	42 539 372	-	-	42 539 372
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	743 387 714	-	-	743 387 714
Passivos subordinados	-	15 386 552	-	-	15 386 552
Passivos financeiros	-	801 313 638	-	-	801 313 638
Total	174 830 682	31 142 293	-	(7 911 492)	198 061 483

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que

um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades

independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

01

02

03

04

05

06

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 o activo financeiro ao justo valor classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 diz respeito à participação na EMIS.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 35 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Órgãos de Gestão do Banco:

- Particulares;
- Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	31.12.2023			Total
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	14 709 324	50 820 973	215 487 101	281 017 398
Reverse Repos	-	-	188 238 620	188 238 620
Descobertos	15 192	10 488 801	13 465 648	23 969 641
Leasing	809 977	3 019 319	-	3 829 296
Cartas de crédito	-	-	17 450 260	17 450 260
Cartões de crédito	984 101	-	-	984 101
Habituação	2 776 760	-	-	2 776 760
Total de activos afectos	19 295 354	64 329 093	434 641 629	518 266 076
Activos não afectos				1 074 478 606
Total de Activo				1 592 744 682
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	129 443 902	193 626 516	917 275 712	1 240 346 130
Total de passivos afectos	129 443 902	193 626 516	917 275 712	1 240 346 130
Passivos não afectos				129 098 730
Total do Passivo				1 369 444 860

01

02

03

04

05

06

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022

BALANÇO	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	14 925 913	60 934 502	191 619 173	267 479 588
Descobertos	3 664	9 546 632	10 153 804	19 704 100
Leasing	698 824	536 837	-	1 235 661
Cartas de crédito	-	88 580	6 150 795	6 239 375
Cartões de crédito	706 484	-	-	706 484
Habitação	1 819 427	-	-	1 819 427
Total de activos afectos	18 154 312	71 106 551	207 923 772	297 184 635
Activos não afectos				783 634 566
Total de Activo				1 080 819 201
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	89 374 675	95 977 933	558 035 106	743 387 714
Total de passivos afectos	89 374 675	95 977 933	558 035 106	743 387 714
Passivos não afectos				138 555 614
Total do Passivo				881 943 328

01

02

03

04

05

06

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a demonstração de resultado por segmento é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2023				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	12 741 830	15 209 414	81 510 491	109 461 735
Juros e encargos similares	(2 192 389)	(1 439 519)	(20 433 078)	(24 064 986)
Margem financeira	10 549 441	13 769 895	61 077 413	85 396 749
Rendimentos de serviços e comissões	7 602 112	5 499 807	6 785 490	19 887 409
Encargos com serviços e comissões	(1 270 613)	(1 395 177)	(3 743 203)	(6 408 993)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	1 377 195	1 377 195
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	-	-	2 229 548	2 229 548
Resultados cambiais	3 366 733	6 310 376	36 394 402	46 071 511
Outros resultados de exploração	(1 019 862)	(643 193)	(4 020 136)	(5 683 191)
Produto da actividade bancária	19 227 811	23 541 708	100 100 709	142 870 228
Custos com pessoal	(9 514 691)	(6 094 401)	(16 192 528)	(31 801 620)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(4 218 075)	(4 199 415)	(12 290 981)	(20 708 471)
Depreciações e amortizações do exercício	(1 968 431)	(790 213)	(3 838 681)	(6 597 325)
Provisões líquidas de anulações	(466 325)	(175 059)	(198 209)	(839 593)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(271 631)	(130 000)	(3 662 995)	(4 064 626)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(5 050)	2 163	(782 679)	(785 566)
Resultado antes de impostos	2 783 608	12 154 783	63 134 636	78 073 027
Impostos sobre os resultados	(956 190)	(2 041 642)	(8 037 118)	(11 034 950)
Resultado líquido	1 827 418	10 113 141	55 097 518	67 038 077

01

02

03

04

05

06

(Milhares de Kwanzas)

	31-12-2022				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	261 119 428	-	-	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	40 771 143	-	(66)	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	132 120 422	-	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 394 206	-	-	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	168 436 476	-	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	-	94 503 605	-	(1 154 728)	93 348 877
Crédito a clientes	-	303 941 332	-	(6 756 697)	297 184 635
Activos financeiros	174 830 682	832 455 931	-	(7 911 492)	999 375 121
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	42 539 372	-	-	42 539 372
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	743 387 714	-	-	743 387 714
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	15 386 552	-	-	15 386 552
Passivos financeiros	-	801 313 638	-	-	801 313 638
Total	174 830 682	31 142 293	-	(7 911 492)	198 061 483

01

02

03

04

05

06

Nota 36 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num

conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de clientes Particulares e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	259 516 316	-	259 516 316
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	264 093 786	(1 194)	264 092 592
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	115 437 254	(2 711)	115 434 543
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	29 042 145	-	29 042 145
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	195 739 065	-	195 739 065
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	126 451 796	(1 258 234)	125 193 562
Crédito a clientes (Nota 10)	529 385 088	(11 119 012)	518 266 076
	1 519 665 450	(12 381 151)	1 507 284 299
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	29 206 506	(145 601)	29 206 506
Cartas de crédito (Nota 23)	29 300 778	(42 123)	29 300 778
Limites não utilizados (Nota 23)	85 531 604	(514 441)	85 531 604
	144 038 888	(702 165)	144 038 888
Total	1 663 704 338	(13 083 316)	1 651 323 187

(milhares de Kwanzas)

		31.12.2022	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	261 119 428	-	261 119 428
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	40 771 143	(66)	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	132 120 422	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	6 394 206	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	168 436 476	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	94 503 605	(1 154 728)	93 348 877
Crédito a clientes (Nota 10)	303 941 332	(6 756 697)	297 184 635
	1 007 286 612	(7 911 491)	999 375 121
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	32 762 676	(94 107)	32 668 569
Cartas de crédito (Nota 23)	8 224 263	(7 217)	8 217 046
Limites não utilizados (Nota 23)	40 511 588	(144 455)	40 367 133
	81 498 527	(245 780)	81 252 747
Total	1 088 785 139	(8 157 271)	1 080 627 868

01

02

03

04

05

06

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2023		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	534 037 679	-	534 037 679
	Rating interno	AAA a AA-	8 046 046	(860)	8 045 186
		A+ a A-	208 978 776	(21 678)	208 957 098
		BBB+ a BBB-	187 996 934	(6 029 466)	181 967 468
		BB+ a BB-	76 246 368	(1 966 687)	74 279 681
		B+ a B-	500 554 183	(4 307 074)	496 247 109
		< B-	3 804 275	(55 386)	3 748 889
Baixo	1 189	-	1 189		
Total			1 519 665 450	(12 381 151)	1 507 284 299

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2022		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	541 154 693	(1 934 753)	539 219 940
	Rating interno	AAA a AA-	16 869 416	(4 090)	16 865 326
		A+ a A-	22 348 243	(66)	22 348 177
		BBB+ a BBB-	17 814 134	(40 034)	17 774 100
		BB+ a BB-	106 750 300	(5 360)	106 744 940
		B+ a B-	203 082 007	(1 444 638)	201 637 369
		< B-	4 700 201	(88 467)	4 611 734
		Caa-C	2 550 542	(1 610 930)	939 612
		Baixo	87 047 997	(216 428)	86 831 569
		Médio	3 827 490	(1 417 190)	2 410 300
		Elevado	1 141 589	(1 149 535)	(7 946)
Total			1 007 286 612	(7 911 491)	999 375 121

01

02

03

04

05

06

As tabelas abaixo apresentam com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de *rating* e estágio.

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	31.12.2023			Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	<i>B+ a B-</i>	259 516 316	-	-	259 516 316
	<i>AAA a AA-</i>	4 569	-	-	4 569
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	<i>A+ a A-</i>	199 645 388	-	-	199 645 388
	<i>BBB+ a BBB-</i>	64 415 643	-	-	64 415 643
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	<i>BB+ a BB-</i>	28 186	-	-	28 186
	<i>B+ a B-</i>	74 975 311	-	-	74 975 311
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	<i>B+ a B-</i>	40 461 943	-	-	40 461 943
	<i>A+ a A-</i>	189 728	-	-	189 728
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	<i>B+ a B-</i>	28 852 417	-	-	28 852 417
	<i>B+ a B-</i>	195 739 065	-	-	195 739 065
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	<i>B+ a B-</i>	126 451 796	-	-	126 451 796
	<i>AAA a AA-</i>	-	8 041 476	-	8 041 476
Crédito a clientes (Nota 10)	<i>A+ a A-</i>	1 004 419	8 139 240	-	9 143 659
	<i>BBB+ a BBB-</i>	108 237 611	11 479 259	3 864 421	123 581 291
	<i>BB+ a BB-</i>	76 218 183	-	-	76 218 183
	<i>B+ a B-</i>	253 785 035	54 809 980	-	308 595 015
	<i>< B-</i>	-	3 804 275	-	3 804 275
	<i>Baixo</i>	1 189	-	-	1 189
Total do Valor Contabilístico Bruto		1 429 526 799	86 274 230	3 864 421	1 519 665 450
Provisão para perdas		(3 187 938)	(5 328 792)	(3 864 421)	(12 381 151)
Valor Contabilístico Líquido		1 426 338 861	80 945 438	-	1 507 284 299

01

02

03

04

05

06

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022					
Classe de activo financeiro	Rating	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	<i>B+ a B-</i>	261 119 428	-	-	261 119 428
	<i>AAA a AA-</i>	1 788	-	-	1 788
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	<i>A+ a A-</i>	22 158 515	-	-	22 158 515
	<i>BBB+ a BBB-</i>	304	-	-	304
	<i>BB+ a BB-</i>	18 610 535	-	-	18 610 535
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	<i>B+ a B-</i>	132 120 422	-	-	132 120 422
	<i>BBB+ a BBB-</i>	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	<i>A+ a A-</i>	189 728	-	-	189 728
	<i>B+ a B-</i>	6 204 479	-	-	6 204 479
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	<i>B+ a B-</i>	168 436 476	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	<i>B+ a B-</i>	94 503 605	-	-	94 503 605
	<i>AAA a AA-</i>	10 837 727	6 029 901	-	16 867 628
	<i>A+ a A-</i>	-	-	-	-
	<i>BBB+ a BBB-</i>	17 813 830	-	-	17 813 830
	<i>BB+ a BB-</i>	85 605 675	2 534 090	-	88 139 765
Crédito a clientes (Nota 10)	<i>B+ a B-</i>	71 677 735	10 174 556	-	81 852 291
	<i>< B-</i>	-	4 700 201	-	4 700 201
	<i>Caa-C</i>	-	-	2 550 542	2 550 542
	<i>Baixo</i>	87 047 997	-	-	87 047 997
	<i>Médio</i>	-	3 827 490	-	3 827 490
	<i>Elevado</i>	-	-	1 141 589	1 141 589
Total do Valor Contabilístico Bruto		976 328 243	27 266 238	3 692 131	1007 286 612
Provisão para perdas		(3 007 332)	(2 143 694)	(2 760 465)	(7 911 491)
Valor Contabilístico Líquido		973 320 911	25 122 544	931 666	999 375 121

01

02

03

04

05

06

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Exposição		Garantias Prestadas	31.12.2023		Imparidade	
	Vincendo	Vencido		Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	990 280 362	-		990 280 362	60%	1 262 138	0%
Actividade Financeira	235 893 227	-	46 081 303	281 974 530	17%	917 471	0%
Comércio por grosso e a retalho	105 151 982	1 201 387	26 175 024	132 528 393	8%	5 271 401	-4%
Educação	-	471 480	3 314 254	3 785 734	0%	482 287	-13%
Indústria extractiva	-	-	4 507 628	4 507 628	0%	6 382	0%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	295 706	445 310	8 581 609	9 322 625	1%	139 761	-1%
Construção	18 141 701	-	11 858 481	30 000 182	2%	153 762	-1%
Indústria transformadora	56 922 586	34 278 059	20 297 776	111 498 421	7%	965 184	-1%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	38 123 568	-	12 904 369	51 027 937	3%	2 111 645	-4%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	13 957 176	21 627	5 215 255	19 194 058	1%	211 654	-1%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	4 020 037	-	-	4 020 037	0%	5 700	0%
Particulares							
Consumo	15 240 307	2 444 066	5 103 189	22 787 562	1%	1 417 239	-6%
Habituação	2 574 373	201 061	-	2 775 434	0%	138 692	-5%
Outros fins	1 189	246	-	1 435	0%	-	0%
Total	1 480 602 214	39 063 236	144 038 888	1663 704 338	100%	13 083 316	-1%

01

02

03

04

05

06

(milhares de Kwanzas)

	Exposição		Garantias Prestadas	31.12.2022			Imparidade	
	Vincendo	Vencido		Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/ Exposição total	
Empresas								
Administração central	622 438 121	-	-	622 438 121	57%	1 154 794	0%	
Actividade Financeira	134 317 787	-	10 790 219	145 108 006	13%	780 255	-1%	
Comércio por grosso e a retalho	67 404 643	-	15 183 139	82 587 782	8%	525 681	-1%	
Educação	32 111 461	609 828	4 077 419	36 798 708	3%	2 856 334	-8%	
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	22 756 825	-	11 110 728	33 867 553	3%	97 389	0%	
Construção	763 309	-	14 792 178	15 555 487	1%	73 893	0%	
Indústria transformadora	50 262 306	14 841	3 051 980	53 329 127	5%	823 730	-2%	
Indústrias extractivas	-	-	74 361	74 361	0%	7 276	-10%	
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	38 087 439	-	17 499 793	55 587 232	5%	252 211	0%	
Transportes, Armazenagem e Comunicação	8 954 545	-	2 702 955	11 657 500	1%	33 103	0%	
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	9 921 856	-	271 633	10 193 489	1%	63 269	-1%	
Particulares								
Consumo	16 504 543	490 161	1 944 122	18 938 826	2%	1 358 641	-7%	
Habituação	1 908 757	-	-	1 908 757	0%	89 330	-5%	
Outros fins	736 197	3 993	-	740 190	0%	41 365	-6%	
Total	1 006 167 789	1 118 823	81 498 527	1 088 785 139	100%	8 157 271	-1%	

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

01

02

03

04

05

06

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (*rating*). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é apresentada como segue:

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

Risco de Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

(milhares de Kwanzas)

Moeda	31.12.2023					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(9 762 189)	(4 881 094)	(2 440 547)	2 440 547	4 881 094	9 762 189
Euros	3 023 697	1 511 849	755 924	(755 924)	(1 511 849)	(3 023 697)
Outras moedas	369 396	184 698	92 349	(92 349)	(184 698)	(369 396)
Total	(6 369 096)	(3 184 547)	(1 592 274)	1 592 274	3 184 547	6 369 096

(milhares de Kwanzas)

Moeda	31.12.2022					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(694 624)	(347 312)	(173 656)	173 656	347 312	694 624
Euros	1 278 252	639 126	319 563	(319 563)	(639 126)	(1 278 252)
Outras moedas	160 650	80 325	40 163	(40 163)	(80 325)	(160 650)
Total	744 279	372 140	186 070	(186 070)	(372 140)	(744 279)

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro 2023 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional

Dezembro 2023
(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	33 972 710	74 410 213			(40 437 503)	0%	(32 350)
1 - 3 meses	317 470 208	83 755 425			233 714 783	0%	747 887
3 - 6 meses	33 924 552	40 506 193			(6 581 641)	1%	(47 388)
6 - 12 meses	99 681 730	15 240 847			84 440 883	1%	1 207 505
1 - 2 anos	33 444 314	-			33 444 314	3%	926 407
2 - 3 anos	48 359 332	-			48 359 332	4%	2 171 334
3 - 4 anos	7 296 789	1 170 912			6 125 877	6%	376 129
4 - 5 anos	9 664 705	-			9 664 705	8%	745 149
5 - 7 anos	11 372 382	-			11 372 382	10%	1 154 297
7 - 10 anos	11 262 037	-			11 262 037	13%	1 493 346
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
TOTAL (C) :							8 742 315
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :							8 742 315
Fundos Próprios Regulamentares :							234 053 430
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :							3,74%

01

02

03

04

05

06

Dezembro 2023
(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista	-	-			-	2,00%	-
à vista - 1 mês	33 972 710	74 410 213			(40 437 503)	1,92%	(776 400)
1 - 2 meses	267 009 570	19 904 539			247 105 031	1,75%	4 324 338
2 - 3 meses	50 460 638	63 850 887			(13 390 248)	1,58%	(211 566)
3 - 4 meses	9 664 374	9 748 027			(83 653)	1,42%	(1 188)
4 - 5 meses	10 097 934	12 816 363			(2 718 429)	1,25%	(33 980)
5 - 6 meses	14 162 244	17 941 803			(3 779 559)	1,08%	(40 819)
6 - 7 meses	5 716 052	1 511 333			4 204 719	0,92%	38 683
7 - 8 meses	18 186 897	2 177 779			16 009 118	0,75%	120 068
8 - 9 meses	6 004 417	6 743 880			(739 463)	0,58%	(4 289)
9 - 10 meses	-	1 398 978			(1 398 978)	0,42%	(5 876)
10 - 11 meses	67 249 706	203 682			67 046 024	0,25%	167 615
11 - 12 meses	2 524 657	3 205 195			(680 538)	0,08%	(544)
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							3 576 042
Margem de Juros							73 416 717
Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							4,87%

01

02

03

04

05

06

Moeda Estrangeira (USD)

Dezembro 2023
(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida Moeda Estrangeira (USD)							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	90 268 133	304 899			89 963 233	0%	71 971
1 - 3 meses	36 148 155	59 685 879			(23 537 724)	0%	(75 321)
3 - 6 meses	-	29 991 686			(29 991 686)	1%	(215 940)
6 - 12 meses	-	11 971 951			(11 971 951)	1%	(171 199)
1 - 2 anos	25 062 447	-			25 062 447	3%	694 230
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	303 741
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	303 741
						Fundos Próprios Regulamentares :	234 053 430
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	0,13%

01

02

03

04

05

06

Dezembro 2023
(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Moeda Estrangeira (USD)		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			Elementos Extra-Patrimoniais (+)	(-)			
à vista	-	-			-	2%	-
à vista - 1 mês	90 268 133	304 899			89 963 233	2%	1 727 294
1 - 2 meses	36 148 155	3 658 438			32 489 717	2%	568 570
2 - 3 meses	-	56 027 441			(56 027 441)	2%	(885 234)
3 - 4 meses	-	13 377 645			(13 377 645)	1%	(189 963)
4 - 5 meses	-	15 474 525			(15 474 525)	1%	(193 432)
5 - 6 meses	-	1 139 515			(1 139 515)	1%	(12 307)
6 - 7 meses	-	1 445 819			(1 445 819)	1%	(13 302)
7 - 8 meses	-	353 332			(353 332)	1%	(2 650)
8 - 9 meses	-	8 578 403			(8 578 403)	1%	(49 755)
9 - 10 meses	-	1 117 483			(1 117 483)	0%	(4 693)
10 - 11 meses	-	376 359			(376 359)	0%	(941)
11 - 12 meses	-	100 555			(100 555)	0%	(80)
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							943 507
Margem de Juros							10 588 952
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							8,91%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

01

02

03

04

05

06

Os quadros seguintes reflectem os *gaps* de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022:

(milhares de Kwanzas)

	Datas de refixação / Datas de maturidade								Dezembro 2023
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	737 252 716	137 880 056	36 656 012	157 885 263	124 075 676	69 568 570	22 820 271	306 606 118	1 592 744 683
Passivos e Fundos Próprios	121 189 976	120 305 742	105 183 155	38 348 546	-	1 117 278	373 952	1 206 226 035	1 592 744 683
Exposição líquida	616 062 741	17 574 314	(68 527 143)	119 536 717	124 075 676	68 451 293	22 446 319	(899 619 917)	-

(milhares de Kwanzas)

	Datas de refixação / Datas de maturidade								Dezembro 2022
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	318 299 379	46 412 841	83 229 118	52 711 276	109 280 043	88 681 309	55 675 313	322 358 993	1 076 648 272
Passivos e Fundos Próprios	113 269 092	116 390 517	86 545 225	6 819 413	-	-	257 616	753 366 409	1 076 648 272
Exposição líquida	205 030 287	(69 977 676)	(3 316 107)	45 891 864	109 280 043	88 681 309	55 417 697	(431 007 416)	-

01

02

03

04

05

06

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro de exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	407 725 356	38 900 560	9,54%	265 679 394	34 671 256	13.05%
Disponibilidades	412 750 304	2 688 277	0,65%	257 048 276	675 845	0.26%
Carteira de Títulos	309 706 283	50 441 498	16,29%	1 428 538	52 234 413	19.98%
Aplicações interbancárias	123 778 838	17 431 400	14,08%	159 552 238	17 673 897	11.08%
Total Aplicações	1 253 960 781	109 461 735		943 708 446	105 255 411	
Recursos						
Depósitos de clientes	991 866 922	21 227 719	2,14%	710 822 624	23 719 455	3.34%
Outros recursos	20 356 305	2 837 267	13,94%	16 045 450	1 582 429	9.86%
Total Recursos	1 012 223 227	24 064 986		726 868 074	25 301 884	
Margem Financeira		85 396 749			79 953 527	

01

02

03

04

05

06

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, por moeda, é analisado como segue:

	Kwanzas	USD	31.12.2023 EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	31.12.2022 EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102 913 475	155 547 351	959 213	96 277	259 516 316	120 331 727	139 849 326	849 013	89 362	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	273 854	242 604 128	15 533 371	5 682 433	264 093 786	-	23 218 076	14 390 134	3 162 867	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	40 461 943	74 975 311	-	-	115 437 254	86 851 502	44 067 766	-	1 201 154	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	28 431 763	610 382	-	-	29 042 145	6 380 717	13 489	-	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	175 271 400	20 467 665	-	-	195 739 065	168 436 476	-	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	121 827 687	4 624 109	-	-	126 451 796	90 524 787	2 824 090	-	-	93 348 877
Crédito a clientes	450 019 622	57 095 722	11 091 569	59 163	518 266 076	260 602 246	32 563 734	4 018 655	-	297 184 635
Investimentos em filiais	900 000	-	-	-	900 000	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	40 882 148	-	-	-	40 882 148	41 149 969	-	-	-	41 149 969
Activos intangíveis	7 775 550	-	-	-	7 775 550	9 460 092	-	-	-	9 460 092
Activos por impostos correntes	626 530	-	-	-	626 530	1 512 463	-	-	-	1 512 463
Activos por impostos diferidos	4 158 045	-	-	-	4 158 045	8 777 497	-	-	-	8 777 497
Outros activos	5 519 140	24 132 773	95 673	108 385	29 855 971	9 409 261	9 272 651	1 503 139	359 008	20 544 059
Total de activo	979 061 157	580 057 441	27 679 826	5 946 258	1 592 744 682	803 436 737	251 809 132	20 760 941	4 812 391	1 080 819 201
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(9 087 308)	-	-	(10 692)	(9 098 000)	(42 539 072)	-	-	(300)	(42 539 372)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(729 533 107)	(478 926 599)	(31 323 015)	(563 409)	(1 240 346 130)	(499 988 859)	(222 357 605)	(20 596 810)	(444 440)	(743 387 714)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1)	-	-	-	(1)	(10)	-	-	-	(10)
Provisões	(4 767 903)	(139 659)	(28 154)	(1)	(4 935 717)	(4 088 490)	(52 783)	(7 106)	-	(4 148 379)
Passivos por impostos correntes	(32 878)	(55 151)	-	-	(88 029)	(1 700 760)	(33 557)	-	-	(1 734 317)
Passivos por impostos diferidos	(9 161 912)	-	-	-	(9 161 912)	(9 723 558)	-	-	-	(9 723 558)
Passivos subordinados	-	(25 326 058)	-	-	(25 326 058)	-	(15 386 552)	-	-	(15 386 552)
Outros passivos	(35 023 704)	(26 799 029)	(11 447 142)	(7 219 138)	(80 489 013)	(42 798 720)	(10 505 517)	(6 548 287)	(5 170 902)	(65 023 426)
Total do passivo	(787 606 813)	(531 246 496)	(42 798 311)	(7 793 240)	(1 369 444 860)	(600 839 469)	(248 336 014)	(27 152 203)	(5 615 642)	(881 943 328)
Activo/(Passivo) líquido	191 454 344	48 810 945	(15 118 485)	(1 846 982)	223 299 822	202 597 268	3 473 118	(6 391 262)	(803 251)	198 875 873

01

02

03

04

05

06

Risco de Liquidez

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo N° 14/2021 publicado em 27 de Setembro de 2021. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o passivo denominado nesta moeda exceder 5% do total do passivo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter os rácios de liquidez e de observação em todas as moedas e em moeda nacional não inferiores a 110% e, rácio de liquidez e observação em moeda estrangeira significativa não inferiores a 160%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente àquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou os rácios de liquidez e de observação referente a 31 de Dezembro 2023 ao Banco Nacional de Angola como segue:

Todas as moedas

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		Dezembro 2023	
		31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	522 830 637		
Valores em tesouraria	16 312 149		
Disponibilidades em bancos centrais	243 204 167		
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-		
Disponibilidades em instituições financeiras	263 314 321		
Total saída de fluxo de caixa	365 403 694		46 944 985
Depósitos à ordem	340 637 144		-
Depósitos a prazo	15 778 388		45 028 117
Outros depósitos	6 448 176		-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	2 539 986		1 916 867
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancár	-		-
Total entrada de fluxo de caixa	154 202 072		126 471 613
Créditos	6 175 630		14 884 382
Títulos e valores mobiliários	-		71 375 053
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	148 026 442		40 212 178
Desfasamento	311 629 015		391 155 643
Desfasamento acumulado	311 629 015		391 155 643
Rácio de liquidez	248%		
Rácios de observação			933%

01

02

03

04

05

06

Moeda Nacional

Dezembro 2023		
Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	102 913 474	
Valores em tesouraria	9 627 370	
Disponibilidades em bancos centrais	93 286 105	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Total saída de fluxo de caixa	208 727 954	48 032 135
Depósitos à ordem	185 788 534	-
Depósitos a prazo	14 199 105	31 635 768
Outros depósitos	6 200 329	14 738 942
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	2 539 986	1 657 426
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	154 202 072	126 471 613
Créditos	6 175 630	14 884 382
Títulos e valores mobiliários	-	71 375 053
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	148 026 442	40 212 178
Desfasamento	48 387 592	126 827 070
Desfasamento acumulado	48 387 592	126 827 070
Rácio de liquidez	189%	
Rácios de observação		364%

Moeda Estrangeira (USD)

Dezembro 2023		
Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	397 645 832	
Valores em tesouraria	5 629 289	
Disponibilidades em bancos centrais	149 918 062	
Disponibilidades em instituições financeiras	242 098 481	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	147 061 689	13 948 688
Depósitos à ordem	144 830 720	-
Depósitos a prazo	1 579 283	13 392 350
Outros depósitos	651 686	500 114
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	56 225
Total entrada de fluxo de caixa	-	-
Desfasamento	250 584 143	236 635 455
Desfasamento acumulado	250 584 143	236 635 455
Rácio de liquidez	270%	
Rácios de observação		1796%

01

02

03

04

05

06

Todas as moedas

		Dezembro 2022	
Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		31 Days	1-3 months
Total activos líquidos		301 677 235	
Valores em tesouraria		13 243 259	
Disponibilidades em bancos centrais		247 859 680	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA		5 125 784	
Disponibilidades em instituições financeiras		35 448 512	
Total saída de fluxo de caixa		211 791 134	47 947 908
Depósitos à ordem		184 424 735	-
Depósitos a prazo		13 046 926	46 477 214
Outros depósitos		6 897 567	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		778 254	1 470 693
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias		6 643 652	-
Total entrada de fluxo de caixa		44 193 332	46 326 700
Créditos		4 491 442	9 736 439
Títulos e valores mobiliários		-	20 328 702
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		39 701 890	16 261 559
Desfasamento		134 079 433	132 458 226
Desfasamento acumulado		134 079 433	132 458 226
Rácio de liquidez		180%	
Rácios de observação			376%

01

02

03

04

05

06

Moeda Nacional

		Dezembro 2022	
Rácio de Liquidez e Observação (BNA)			
	31 Days	1-3 months	
Total activos líquidos	125 457 511		
Valores em tesouraria	9 527 929		
Disponibilidades em bancos centrais	110 803 798		
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	5 125 784		
Disponibilidades em instituições financeiras	-		
Total saída de fluxo de caixa	132 956 954	37 103 569	
Depósitos à ordem	113 771 475	-	
Depósitos a prazo	6 053 819	35 670 634	
Outros depósitos	5 709 754	-	
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	778 254	1 432 935	
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	6 643 652	-	
Total entrada de fluxo de caixa	44 193 332	45 371 043	
Créditos	4 491 442	8 780 782	
Títulos e valores mobiliários	-	20 328 702	
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	39 701 890	16 261 559	
Desfasamento	36 693 889	44 961 362	
Desfasamento acumulado	36 693 889	44 961 362	
Rácio de liquidez	141%		
Rácios de observação		221%	

01

02

03

04

05

06

Moeda Estrangeira (USD)

		Dezembro 2022	
Rácio de Liquidez e Observação (BNA)			
	31 Days	1-3 months	
Total activos líquidos	157 741 391		
Valores em tesouraria	2 785 801		
Disponibilidades em bancos centrais	137 055 882		
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-		
Disponibilidades em instituições financeiras	17 899 708		
Total saída de fluxo de caixa	70 879 331	10 835 596	
Depósitos à ordem	62 772 769	-	
Depósitos a prazo	6 993 107	10 806 580	
Outros depósitos	1 113 455	-	
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	29 016	
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-		
Total entrada de fluxo de caixa	-	955 657	
Créditos	-	955 657	
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda			
Desfasamento	86 862 060	76 982 122	
Desfasamento acumulado	86 862 060	76 982 122	
Rácio de liquidez	223%		
Rácios de observação		810%	

De acordo com as tabelas acima, é possível aferir que o Banco tem cumprido com o limite mínimo (110%) do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez e observação, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

01

02

03

04

05

06

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)							Dezembro 2023
Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	408 849 888	239 519 052	101 329 112	46 520 281	736 526 574	59 999 776	1 592 744 683
Passivos e Fundos Próprios	975 790 380	71 046 417	29 296 468	98 798 200	158 543 794	259 269 423	1 592 744 683
Gap de liquidez	(566 940 493)	168 472 635	72 032 643	(52 277 918)	577 982 780	(199 269 647)	-
Gap acumulado de liquidez	(566 940 493)	(398 467 857)	(326 435 214)	(378 713 133)	199 269 647	-	-

(milhares de Kwanzas)							Dezembro 2022
Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	214 009 709	61 032 852	18 318 634	24 246 894	704 393 717	58 817 395	1 080 819 201
Passivos e Fundos Próprios	539 296 252	104 316 940	66 512 677	59 826 038	94 565 273	216 302 021	1 080 819 201
Gap de liquidez	(325 286 543)	(43 284 088)	(48 194 043)	(35 579 144)	609 828 444	(157 484 626)	-
Gap acumulado de liquidez	(325 286 543)	(368 570 631)	(416 764 674)	(452 343 818)	157 484 626	-	-

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 31 de Dezembro 2023 e 31 de Dezembro de 2022 apresentavam a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

	Gaps comportamentais de liquidez						Dezembro 2023
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	720 651 663	266 590 771	72 491 307	34 420 025	435 130 847	63 460 071	1 592 744 683
Passivos e Fundos Próprios	37 489 835	182 520 922	85 580 892	139 439 938	888 443 673	259 269 423	1 592 744 683
Gap de liquidez	683 161 827	84 069 849	(13 089 585)	(105 019 913)	(453 312 826)	(195 809 352)	-
Gap acumulado de liquidez	683 161 827	767 231 677	754 142 091	649 122 178	195 809 352	-	-

(milhares de Kwanzas)

	Gaps comportamentais de liquidez						Dezembro 2022
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	399 512 865	97 387 684	45 949 374	30 466 234	448 685 649	58 817 395	1 080 819 201
Passivos e Fundos Próprios	27 019 579	173 747 596	98 636 239	87 272 075	477 841 691	216 302 021	1 080 819 201
Gap de liquidez	372 493 286	(76 359 912)	(52 686 865)	(56 805 841)	(29 156 042)	(157 484 626)	
Gap acumulado de liquidez	372 493 286	296 133 374	243 446 509	186 640 668	157 484 626		

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os *gaps* comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2023			Total
	Exposição a Taxa Fixa	Exposição a Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais			259 516 316	259 516 316
Disponibilidades em Intituições Financeiras	37 778 408	74 978 022	266 774 610	379 531 040
Crédito a clientes	343 122 271	175 143 805		518 266 076
Títulos	351 233 006			351 233 006
Outros Activos			84 198 245	84 198 245
Total	732 133 685	250 121 827	610 489 171	1 592 744 683
Passivos				
Depósitos a Ordem			(958 215 150)	(958 215 150)
Depósitos a Prazo		(260 312 495)		(260 312 495)
Dívida Subordinada		(25 326 058)		(25 326 058)
Outros Passivos			(125 591 157)	(125 591 157)
Fundos Próprios			(223 299 823)	(223 299 823)
Total		(285 638 553)	(1 307 106 130)	(1 592 744 683)

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2022			Total
	Exposição a Taxa Fixa	Exposição a Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	
Activos				
Disponibilidades em Bancos Centrais			261 119 428	261 119 428
Disponibilidades em Intituições Financeiras	86 851 527	45 268 769	40 771 203	172 891 499
Crédito a clientes	150 039 595	147 145 040		297 184 635
Títulos	268 179 559			268 179 559
Outros Activos			77 273 151	77 273 151
Total	505 070 681	192 413 809	379 163 782	1 076 648 272
Passivos				
Depósitos a Ordem			(532 859 003)	(532 859 003)
Depósitos a Prazo		(210 528 711)		(210 528 711)
Dívida Subordinada		(15 386 552)		(15 386 552)
Outros Passivos			(118 998 134)	(118 998 134)
Fundos Próprios			(198 875 872)	(198 875 872)
Total		(225 915 263)	(850 733 009)	(1 076 648 272)

01

02

03

04

05

06

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2023									
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	408 585 146	239 519 052	148 114 135	54 698 560	181 704 101	385 554 625	83 592 063	30 977 225	59 999 776	1 592 744 683
<i>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</i>	80 116 730	-	-	-	-	179 399 586	-	-	-	259 516 316
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	266 510 161	50 954 177	22 050 309	-	40 016 393	-	-	-	-	379 531 040
<i>Crédito a Clientes</i>	60 680 015	188 486 601	49 138 330	21 206 915	34 742 379	99 275 233	66 651 863	8 987 424	(10 902 684)	518 266 076
<i>Títulos</i>	800 109	-	76 877 178	33 250 948	102 171 529	103 558 700	16 940 200	21 989 801	(4 355 459)	351 233 006
<i>Outros Activos</i>	478 131	78 274	48 318	240 697	4 773 800	3 321 106	-	-	75 257 919	84 198 245
Passivos e Fundos Próprios	(975 790 380)	(71 046 417)	(128 094 668)	(76 507 349)	(47 960 041)	(2 202 621)	(29 255 574)	(2 618 210)	(259 269 423)	(1 592 744 683)
<i>Depósitos a Ordem</i>	(958 215 150)	-	-	-	-	-	-	-	-	(958 215 150)
<i>Depósitos a Prazo</i>	(1 576 210)	(40 852 476)	(118 832 808)	(68 922 852)	(28 994 573)	-	(1 133 576)	-	-	(260 312 495)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	-	-	-	-	-	(25 326 058)	-	-	(25 326 058)
<i>Outros Passivos</i>	(15 999 020)	(30 193 941)	(9 261 860)	(7 584 497)	(18 965 468)	(2 202 621)	(2 795 940)	(2 618 210)	(35 969 600)	(125 591 157)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(223 299 823)	(223 299 823)
Gap de liquidez	(567 205 234)	168 472 635	20 019 467	(21 808 789)	133 744 060	383 352 004	54 336 489	28 359 015	(199 269 647)	-
Gap acumulado de liquidez	(567 205 234)	(398 732 599)	(378 713 132)	(400 521 921)	(266 777 861)	116 574 143	170 910 632	199 269 647	-	-

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2022									
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	209 597 093	60 962 650	42 516 566	85 462 839	124 193 225	324 076 426	103 653 241	72 791 109	57 566 052	1 080 819 201
<i>Disponibilidades em Bancos Centrais</i>	113 468 319	-	-	-	-	147 651 109	-	-	-	261 119 428
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	35 448 419	41 922 683	12 945 436	31 914 047	50 660 914	-	-	-	-	172 891 499
<i>Crédito a Clientes</i>	60 480 893	13 866 121	10 227 475	17 076 863	34 375 626	81 614 634	58 371 873	27 242 092	(6 070 942)	297 184 635
<i>Títulos</i>	189 727	5 150 421	19 343 655	36 471 929	39 156 685	94 810 683	45 281 368	30 381 588	(2 606 497)	268 179 559
<i>Outros Activos</i>	9 735	23 425	-	-	-	-	-	15 167 429	66 243 491	81 444 080
Passivos e Fundos Próprios	(540 699 083)	(104 196 828)	(126 193 314)	(34 430 276)	(53 101 633)	(16 751 704)	(1 802 659)	11 886 975	(215 530 679)	(1 080 819 201)
<i>Depósitos a Ordem</i>	(532 859 003)	-	-	-	-	-	-	-	-	(532 859 003)
<i>Depósitos a Prazo</i>	(292 337)	(3 553 428)	(31 307 286)	(65 905 124)	(56 721 062)	(32 208 262)	(20 541 212)	-	-	(210 528 711)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	-	-	-	-	-	-	(15 386 552)	-	(15 386 552)
<i>Outros Passivos</i>	(7 547 743)	(100 643 400)	(94 886 028)	31 474 848	3 619 429	15 456 558	18 738 553	27 273 527	(16 654 806)	(123 169 062)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(198 875 873)	(198 875 873)
Gap de liquidez	(331 101 990)	(43 234 178)	(83 676 748)	51 032 563	71 091 592	307 324 722	101 850 582	84 678 084	(157 964 627)	-
Gap acumulado de liquidez	(331 101 990)	(374 336 168)	(458 012 916)	(406 980 353)	(335 888 761)	(28 564 039)	73 286 543	157 964 627	-	-

01

02

03

04

05

06

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2023										
Datas de refixação / Datas de Maturidade										
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	327 990 285	239 440 778	148 065 817	54 457 863	176 930 301	202 833 933	83 592 063	30 977 225	(15 258 143)	1 249 030 122
<i>Crédito a Bancos</i>	266 510 161	50 954 177	22 050 309	-	40 016 393	-	-	-	-	379 531 040
<i>Crédito a Clientes</i>	60 680 015	188 486 601	49 138 330	21 206 915	34 742 379	99 275 233	66 651 863	8 987 424	(10 902 684)	518 266 076
<i>Títulos</i>	800 109	-	76 877 178	33 250 948	102 171 529	103 558 700	16 940 200	21 989 801	(4 355 459)	351 233 006
Passivos	(1 576 210)	(40 852 476)	(118 832 808)	(68 922 852)	(28 994 573)	-	(26 459 634)	-	-	(285 638 553)
<i>Depósitos a Ordem</i>										
<i>Depósitos a Prazo</i>	(1 576 210)	(40 852 476)	(118 832 808)	(68 922 852)	(28 994 573)	-	(1 133 576)	-	-	(260 312 495)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	-	-	-	-	-	(25 326 058)	-	-	(25 326 058)
Exposição Líquida	326 414 075	198 588 302	29 233 009	(14 464 989)	147 935 728	202 833 933	57 132 429	30 977 225	(15 258 143)	963 391 569

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2022										
Datas de refixação / Datas de Maturidade										
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	96 119 039	60 939 225	42 516 566	85 462 839	124 193 225	176 425 317	103 653 241	57 623 680	(8 677 439)	738 255 693
<i>Crédito a Bancos</i>	35 448 419	41 922 683	12 945 436	31 914 047	50 660 914	-	-	-	-	172 891 499
<i>Crédito a Clientes</i>	60 480 893	13 866 121	10 227 475	17 076 863	34 375 626	81 614 634	58 371 873	27 242 092	(6 070 942)	297 184 635
<i>Títulos</i>	189 727	5 150 421	19 343 655	36 471 929	39 156 685	94 810 683	45 281 368	30 381 588	(2 606 497)	268 179 559
Passivos	(292 337)	(3 553 428)	(31 307 286)	(65 905 124)	(56 721 062)	(32 208 262)	(20 541 212)	(15 386 552)	-	(225 915 263)
<i>Depósitos a Ordem</i>										
<i>Depósitos a Prazo</i>	(292 337)	(3 553 428)	(31 307 286)	(65 905 124)	(56 721 062)	(32 208 262)	(20 541 212)	-	-	(210 528 711)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	-	-	-	-	-	-	(15 386 552)	-	(15 386 552)
Exposição Líquida	95 826 702	57 385 797	11 209 280	19 557 715	67 472 163	144 217 055	83 112 029	42 237 128	(8 677 439)	512 340 430

01

02

03

04

05

06

Gestão de Capital e Rácio de Fundos Próprios Regulamentares

O ano de 2022 foi marcado pela entrada em vigor do novo pacote regulamentar sobre Requisitos Prudenciais, definidos pelo Aviso N.º 8/2021, de 18 de Junho, alterando a metodologia de cálculo do Rácio de Fundos Próprios. As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo o rácio de fundos próprios regulamentares mínimo de 8%, o rácio de fundos próprios de nível 1 (Tier 1) mínimo de 6% e o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) mínimo de 4,5%.

Os Fundos Próprios Regulamentares, conforme o Instrutivo n.º 19/2021, incluem:

1. Fundos Próprios Principais de Nível 1 – compreendem dentre outros (i) o Capital Social realizado; (ii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iii) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (iv) resultado líquido do exercício em curso (v) Imobilizações incorpóreas líquidas das amortizações; (vi) Activos por impostos diferidos que dependam de rendibilidade futura.

2. Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 – Compreendem (i) Acções preferenciais ; (ii) Instrumentos híbridos e/ou convertíveis; (iii) Outros instrumentos de Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 aprovados pelo BNA.

3. Fundos Próprios de Nível 2 – Compreendem dentre outros: (i) Acções preferenciais remíveis ; (iii) Outros instrumentos de Fundos Próprios de Nível 2 cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola, Reservas provenientes da reavaliação dos imóveis de uso próprio.

Para o apuramento dos Requisitos de Fundos Próprios, em primeira instância, é evidenciado o Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte (Instrutivo n.º 03/2021); a posterior o Risco de Mercado (Instrutivo n.º 16/21); o Risco Operacional (Instrutivo n.º 13/21); Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito (Instrutivo n.º 18/21); e por último o Risco de Liquidação e Transacções Incompletas (Instrutivo n.º 17/21). Os Activos Ponderados pelo Risco (RWAs), consubstanciam-se na ponderação dos resultados de cada requisito por 12.5. Apurados os componentes do Rácio, depreende-se que por cada 12.5 unidades de RWAs o Banco aloca no mínimo uma unidade Capital.

Caso haja excesso nos Limites Prudenciais aos Grandes Riscos (Instrutivo n.º 19/2021), serão acrescidos aos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios.

O Rácio de Alavancagem (Instrutivo N.º 20/2021), fornece uma interpretação alternativa aos Fundos Próprios, por sua vez relacionando os Fundos Próprios de nível 1 e a Exposição total.

Um sumário do rácio de Fundos Próprios Regulamentares do Banco para 31 de Dezembro de 2023, 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 apresenta-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

		31.12.2023	30.06.2023	31.12.2022
Garantias Recebidas				
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	41 917 056	38 711 944	30 596 162
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	2 912 814	3 215 787	788 738
Risco operacional	C	20 019 543	17 016 203	13 704 348
Risco de Liquidação/Entrega	D	-	-	-
Risco de Ajustamento da Avaliação de Crédito (CVA)	E	-	-	-
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	F	-	26 173 574	-
Total Requisitos de Fundos Próprios	G = A + B + C + D + E + F	64 849 413	85 117 508	45 089 248
Fundos Próprios				
Fundos Próprios Principais de Nível 1	H	208 727 372	178 678 936	179 012 786
Fundos Próprios Adicionais de Nível 1	I	-	-	-
Fundos Próprios de Nível 2	J	25 326 058	25 076 542	15 386 552
Total Fundos Próprios Regulamentares	K = H + I + J	234 053 430	203 755 478	194 399 338
Exposição Total	L	1 658 005 545	1 338 404 526	1 100 393 989
Requisitos Mínimos de Fundos Próprios				
FPR	$M = K / (G * 12.5)$	28,9%	19,2%	34,5%
Tier 1	$N = (H + I) / (G * 12.5)$	25,7%	16,8%	31,8%
CET 1	$O = H / (G * 12.5)$	25,7%	16,8%	31,8%
Rácio de Alavancagem	$P = (H + I) / L$	12,6%	13,4%	16,3%

01

02

03

04

05

06

Nota 37 – Reforma dos índices de referência das taxas de juro

As autoridades reguladoras financeiras a nível mundial têm vindo a promover durante os últimos anos o abandono da utilização dos indexantes IBOR e a sua substituição por indexantes sem risco, o que originou a necessidade de uma transição dos indexantes LIBOR para os novos indexantes recomendados pelos grupos de trabalho criados nas diferentes jurisdições.

Esta transição acelerou-se com a comunicação da cessação dos indexantes LIBOR a partir do início de 2022, o que implica que os participantes de mercado passem a utilizar novos indexantes sem risco e alterarem os contratos afetados pela cessação da publicação dos indexantes LIBOR.

Para o caso em concreto do Banco, a taxa LIBOR foi substituída pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate), que tem como base o mercado de recompra dos EUA, no qual o dinheiro é temporariamente trocado por títulos do tesouro americano. A partir de 01 de Janeiro de 2022, todos os novos créditos concedidos em moeda estrangeira (ME) foram contratados com os novos indexantes.

Em 31 de Dezembro de 2023 não havia instrumentos financeiros vinculados a LIBOR. O detalhe dos instrumentos financeiros que em 31 de Dezembro de 2022 não fizeram a transição para uma taxa de juro alternativa sem risco, apresenta-se como segue:

(milhares de kwanzas)

Reforma da IBOR	31.12.2022				Exposição que ainda não fez a transição para uma taxa alternativa de juro de referência			
	Exposição Bruta				Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
Mensurados ao Custo Amortizado								
Crédito a Clientes	30 575 631			30 575 631	30 575 631	-	-	30 575 631
Dívida Subordinada (Nota 18)		(15 279 651)		(15 279 651)	-	(15 279 651)	-	(15 279 651)
Total	30 575 631	(15 279 651)	-	15 295 980	30 575 631	(15 279 651)	-	15 295 980

Nota 38 – Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contábilísticas materiais em vez de políticas contábilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contábilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contábilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contábilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: "A informação relativa a políticas contábilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras."

b) IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contábilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contábilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. As alterações também clarificam a relação entre as políticas contábilísticas e as estimativas contábilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contábilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contábilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contábilísticas.

c) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

d) IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17. A IFRS 17 e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contábilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez. A alteração ajuda as seguradoras a evitar esses desfasamentos contábilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.

O Banco não antecipa qualquer liquidação significativa decorrente da aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente - Apresentação das Demonstrações Financeiras' (em vigor para períodos anuais com início após 1 de Janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório. As alterações visam: a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser

01

02

03

04

05

06

substantivo; b) esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores a compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço.; e c) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).

b) IFRS 16 (alterações) – ‘Passivo de locação numa transação de venda e relocação – Locações’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. As alterações confirmam que: a) No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação; b) Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém. O locatário pode adoptar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente. De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar

aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

c) IAS 7 e IFRS 7 (alterações) – ‘Demonstração dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2024). As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores – também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de factoring com recurso. Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre: a) Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores; b) Os montantes das responsabilidades objeto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço; c) Os intervalos de datas de vencimento; d) Informações sobre risco de liquidez.

d) IAS 12 (alterações) – ‘Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2023, mas não para períodos intercalares encerrados em ou antes de 31 de Dezembro de 2023). As alterações introduzem: a) Uma exceção temporária obrigatória à contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras modelo Pilar Dois; b) Requisitos de divulgação para entidades afetadas para ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pilar Dois decorrente dessa legislação, especialmente antes da sua data de vigência.

e) IAS 21 (alterações) – ‘Taxas de cambio: Falta de Convertibilidade’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2025). As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade. Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma empresa é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a empresa tem de estimar uma taxa de câmbio à vista. De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras.

Nota 39 – Eventos subsequentes

Em 22 de Março de 2024, data de aprovação das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o reembolso antecipado do Empréstimo Subordinado colocado junto do “The Standard Bank of South Africa Limited”.

01

02

03

04

05

06

6.3

Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal



Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

O Conselho Fiscal reuniu, sempre que necessário, com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

O Conselho Fiscal apreciou a preparação das contas e pôde concluir que as Demonstrações Financeiras relativas a 2023, ora apresentadas, satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

O Conselho Fiscal não identificou qualquer situação que não estivesse de acordo com os estatutos e com as normais legais, assim como com as políticas e práticas contabilísticas aplicáveis.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG Angola o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

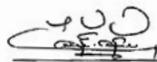


1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, sejam aprovados;
2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de 67.038.075 (milhares) de AOA é a seguinte:

Reserva Legal:	6.703.807 de AOA em milhares
Distribuição de Resultados	43.574.749 de AOA em milhares
Resultados Transitados:	16.759.519 de AOA em milhares
3. O Conselho Fiscal reconhece que independentemente desta distribuição de dividendos, o SBA continua a reunir todas as condições financeiras para uma gestão salutar.

Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 20 de Março de 2024


Sérgio Serrão
Presidente do Conselho Fiscal


Fernando Hermes
Vogal do Conselho Fiscal


Donald Lisboa
Vogal do Conselho Fiscal

01

02

03

04

05

06



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige – Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda – Angola
+244 227 28 01 01 – www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do
Standard Bank de Angola, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank de Angola, S.A. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1 592 744 682 milhares de kwanzas e um total de capital próprio de 223 299 822 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 67 038 077 milhares de kwanzas), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Standard Bank de Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A., sociedade anónima angolana e membro da rede global KPMG, organizada por firmas membros independentes associadas com a PwC International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Capital Social: 1.500.000 USD / 150.000.000 MKZ
Praça Colômbia Nº 5161 15A/17



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

2

01

02

03

04

05

06



- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas actividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada, e,
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Luanda, 22 de Março de 2024

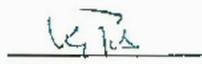
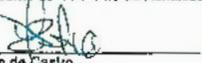
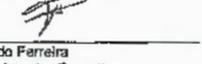
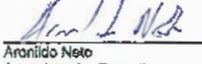
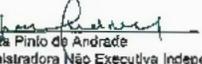
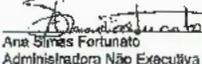
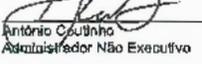
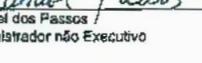

 KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
 Representada por
 Inês Filipe
 (Perito Contabilista com cédula n.º 20140081)



DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração declara que, na medida do seu conhecimento, a Informação prestada nas demonstrações financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Standard Bank de Angola, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2023, expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho do Standard Bank de Angola, S.A e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam.

Luanda, aos 22 de Março de 2024

 Octávio Castelo Paulo Administrador Não Executivo e Presidente do Conselho de Administração	 Luís Teles Administrador Executivo e Presidente da Comissão Executiva
 Yonite de Castro Administradora Executiva	 Eduardo Clemente Administrador Executivo
 Ricardo Ferreira Administrador Executivo	 Aronildo Neto Administrador Executivo
 Dignílla Pinto de Andrade Administradora Não Executiva Independente	 Ana Simões Fortunato Administradora Não Executiva Independente
 Rafael Sola Administradora Não Executiva Independente	 António Coutinho Administrador Não Executivo
 Manuel dos Passos Administrador não Executivo	

Standard Bank de Angola, S.A. Instituição Financeira Bancária.
 Inova Business Park 3 Gardens, Torre 1, Via A2, Distrito Urbano de Talatona, Município de Talatona, Luanda-Angola,
 Tel +244 228 432 500 / Tel +244 923 199 866 / Fax +244 228 432 500 / aploc@stb.com / www.standardbank.co.ao
 Sociedade Anónima / N.º Reg. Comercial: 631-10 / NIF: 5417093388 / Capital Social: AOA 21.000.000.000.00

01
 02
 03
 04
 05
 06



Relatório Anual

2023